

REVISTA DA FACULDADE
DE LETRAS DO PORTO

LINGUAS E LITERATURAS



II Série • Vol. V—Tomo 1 • 1988

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
SÉRIE DE
« LÍNGUAS E LITERATURAS »

Publicação anual

Propriedade — Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sede e redacção — Faculdade de Letras do Porto, Rua do
Campo Alegre, 1055 — 4100 PORTO - Portugal

Director — Presidente do Conselho Científico

Organizador — Delegado da Comissão Científica de Línguas
e Literaturas Modernas

Tiragem — 500 exemplares

Execução gráfica — Imprensa Portuguesa, R. Formosa, 108-116
4000 PORTO

Os trabalhos publicados são da responsabilidade
exclusiva dos seus autores.

COERÊNCIA DO TEXTO *

0. Na caracterização de base linguística (ou suficientemente informada de uma base linguística) do Texto, ganha particular relevo a noção de *coerência*. Apresentada embora, algumas vezes, de forma não totalmente consistente, e obtendo embora matizes, não raro difusos, que lhe advêm de 'subcategorizações' (tais como as reveladas nas expressões «coerência semântica», «coerência pragmática», «coerência temática», «coerência funcional», «coerência narrativa», «coerência argumentativa»... e outras), a coerência é generalizadamente invocada como dimensão basilar do Texto, ou mesmo como propriedade que separa o Texto do «não-texto», tomado este como arbitrária ou desconexa sequência de frases (ou, na terminologia aqui adoptada, de Enunciados) ¹.

Neste estudo, depois de reter, de modo necessariamente breve, o que julgo constituir o núcleo definidor da noção de coerência, procurarei:

1 — sustentar que, embora adquira no Texto uma particular saliência, a coerência não é uma dimensão dele exclusiva — antes uma dimensão de todos os produtos verbais manifestados em *signos extensos* (Sintagma, Enunciado, Texto);

2 — explicitar as razões por que a coerência obtém no Texto uma notória saliência, em contraste com o (ou algum) obscurecimento que lhe advêm no Enunciado (EN) e nas unidades intra-EN.

* Retomo neste artigo o texto de uma comunicação apresentada, com o mesmo título, ao Colóquio Estudos Linguísticos/Teoria do Texto, realizado na Universidade de Évora em Março de 1985.

¹ A problemática abordada neste trabalho é objecto de uma análise mais demorada em FONSECA, J. — *Coesão em Português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto, 1981.

1. A *construção do texto* pelo locutor representa a *linearização*, sujeita aos esquemas formais de cada língua, de uma *totalidade de significação* por ele *intendida*, cumprindo uma determinada função de comunicação num quadro enunciativo específico. (Convém lembrar que esta totalidade de significação intendida pelo locutor só se torna disponível no e pelo texto efectivamente concretizado, através da *reconstrução* — quase sempre meramente aproximativa — que dela faz o receptor).

Tal intenção comunicativa global fixa um *universo de discurso*, não apenas delimitando os *designados possíveis* e suas relações (os «objectos» e o que deles se predica, as situações, os factos, os acontecimentos e seus protagonistas, e os papéis que estes neles desempenham), mas igualmente recortando um dado *rumo discursivo* (ou rumos discursivos dominantes e seu entrosamento).

A configuração de um campo de referências (ou campo temático) integrado e o recorte de um rumo discursivo consistente — ambos enraizados, como se anotou, na intenção comunicativa global que preside ao acto verbal e sempre *domina* o seu desenvolvimento — constituem uma dimensão central da noção de coerência do Texto. Outras dimensões se lhe juntam, porém, e não raro é a elas que quase exclusivamente (ou pelo menos mais insistentemente) se faz referência na caracterização daquela mesma noção. Dizem elas respeito à exigência de *não tautologia*, de *não contradição* e de *relevância* entre o comunicado em sucessivos ENs e entre o comunicado em sucessivas sequências de ENs (cada uma delas correspondente a uma macroestrutura) do Texto.

Por força destas exigências (princípios de não tautologia, de não contradição e de relevância, correntemente designados de *condições de coerência textual*), o mundo textual instaurado na base da totalidade de significação intendida pelo locutor desenvolve-se gradualmente, distribuindo-se de forma homogénea, ligada, conseqüente, pelos ENs em que se materializa o Texto ².

² Observar-se-á que qualquer dos princípios atrás enunciados é passível de violação — o que constitui factor do desenho de *graus de coerência textual* (questão que aqui não posso abordar), onde intervêm também e decisivamente aspectos específicos da *constituição do sentido do Texto* (Ver, mais abaixo, 5). Essa violação deverá, porém, situar-se dentro de limites que salvaguardem a configuração suficientemente consistente de uma *continuidade de sentido* no

Cada fragmento do Texto (cada EN ou sequência integrada de ENs) fica, deste modo, mergulhado num complexo de *interdependências* — desenhadas, num plano vertical, com a intenção comunicativa global (e, através dela, com as coordenadas do acto verbal) e, num plano horizontal, com o manifestado no contexto verbal — revelando-se, assim, o *lugar de intersecção* da totalidade de significação entendida com o comunicado nos outros fragmentos imediatamente vizinhos.

A coerência do Texto pode, assim, tomar-se como fundada sobre a *adequação* do comunicado vasado em cada fragmento do Texto (EN ou sequência integrada de ENs) simultaneamente à intenção comunicativa global que preside ao acto linguístico e o domina e às parcelas em algum momento já manifestadas dessa intenção. Desta adequação, desenvolvida naquele duplo plano, resulta a *continuidade de sentido* que congrega e unifica a mensagem distribuída pelo todo textual. Em suma, o que se comunica num dado momento do discurso «virá a propósito» do tópico global e das parcelas dele já configuradas, no que se consumará uma necessária progressão da mensagem na necessária junção (ou concordância ou convergência) com o que ficou já manifestado, no quadro de uma intenção comunicativa global apropriadamente inscrita numa dada situação.

Deste modo, o Texto apresentar-se-á coerente tanto ao nível *local* (ou *microestrutural*) como ao nível *global* (ou *macroestrutural*).

2. As considerações até aqui desenvolvidas permitem-me já avançar os seguintes pontos:

(i) a coerência concerne ao conteúdo designativo-comunicativo do Texto, ao «mundo» nele recriado, em suma, ao designado; (convirá lembrar que o «mundo» para que remetem os signos é, como se sabe, *exterior* às línguas naturais — LNs);

(ii) a exigência de não tautologia e de não contradição entre os fragmentos do mundo recriado nos sucessivos ENs que realizam o Texto, do mesmo modo que a exigência de relevância entre esses

quadro da totalidade de significação entendida pelo locutor. (Ver, mais adiante, nota 5).

Anotar-se-á também que qualquer dos referidos princípios pode ser suspenso intencionalmente pelo locutor, na busca de efeitos expressivo-apelativos ou em ordem à manifestação do «absurdo».

mesmos fragmentos, revelam-se princípios gerais da estruturação do mundo textual que convergem ou se identificam com normas *universais* (também, como o designado, *exteriores* às LNs, e delas *independentes*, se bem que a elas *não alheias*) que regem o exercício do pensamento e a construção do conhecimento; (pelo que)

(iii) o carácter conseqüente da articulação do conteúdo designativo carregado por cada um dos ENs (ou sequências integradas de ENs) que materializam o Texto é avaliado na base tanto dos princípios que pautam o exercício do pensamento como do conhecimento do mundo: o mundo textual será coerente, se os factos, os acontecimentos, as situações... recriados no Texto se interligam à imagem e semelhança do que ocorre no mundo «real», cognitivamente ordenado pelos falantes enquanto seres inteligentes, ou num «mundo possível», imediata ou derivadamente acessível na base dos mesmos princípios da construção do conhecimento e do exercício do pensamento.

As observações enunciadas em (i), (ii) e (iii) apontam para a conclusão de que a coerência:

a) não é (como acima foi enunciado) uma dimensão exclusiva do Texto — antes de todos os produtos verbais manifestados em *signos extensos* (do Sintagma ao Texto);

b) não é uma dimensão *idiomática* dos produtos verbais — pois não releva da organização e funcionamento de uma LN enquanto sistema de instrumentos e de mecanismos «internos» para a manifestação verbal, antes releva do funcionamento de todas as línguas, ou seja, da linguagem verbal em geral (ou mesmo, mais rigorosamente, da linguagem qualquer que seja a sua forma de expressão);

c) coincide com a conformidade que todos os produtos verbais, em qualquer língua, devem revelar a princípios gerais que presidem ao conhecimento do mundo e ao exercício do pensamento, de que decorrerá uma não ruptura do mundo recriado nesses mesmos produtos com o(s) «mundo(s)» que se oferece(m) à ordenação e representação intelectivas por parte dos falantes enquanto seres inteligentes (atentas, naturalmente, as diferenciações histórico-social e culturalmente configuradas em cada comunidade, em cada um dos seus estádios de vida colectiva).

Importará, com certeza, fundamental, ainda que de modo sumário, as conclusões apontadas.

3.1. Os «objectos», factos, acontecimentos, situações... que reconhecemos no mundo em que estamos mergulhados surgem-nos, não como realidades isoladas, antes interligadas por um complexo de relações. (Isso mesmo se cumpre em qualquer «mundo possível» que, enquanto seres inteligentes, fazemos projectar). Tal decorre da apreensão cognitiva, da ordenação intelectual a que submetemos o mundo, ou seja, da *conceptualização* do que nos rodeia e do que experimentamos.

Constitui o acto linguístico uma referência a esse mundo intelectivamente ordenado, que justamente se molda, em diferentes soluções formais, nos signos integrantes de cada uma das LNs.

Todo o produto verbal configura, assim, uma mensagem marcada *naturalmente* por uma verosimilhança semântico-referencial, isto é, uma mensagem conforme ao «estado de coisas» desenhado pelo *saber* acerca do mundo partilhado pelos falantes enquanto seres inteligentes.

Exactamente porque o exercício linguístico tem uma tal raiz cognitiva, conceptual (que suporta a referência ao mundo nele realizada), o que sucessivamente se comunica num dado produto verbal não só se apresentará entre si compatível e não contraditório, como também se revelará de algum modo interligado. É nesta base que dizemos de um dado produto verbal que ele «faz sentido». Com este juízo pretendemos significar que um tal produto verbal carrega uma mensagem cujos termos se articulam numa combinatória consistente, à imagem e semelhança das expectativas derivadas do conhecimento das «coisas», da experiência, do «senso comum» relativo a acontecimentos, situações... tal como eles se projectam no mundo que nos circunda (ou num «mundo possível» que, a partir daquele, ou tomando-o de algum modo como ponto de referência, sabemos configurar).

Ora é justamente nesta não ruptura do mundo recriado nos produtos verbais com o mundo cognitivamente ordenado para que remetem que reside a sua coerência. Salvaguarda esta, pois, a conveniência dos signos às «coisas» a que o locutor, ao actualizá-los, intende fazer referência: «... si dans une situation donnée» — escreve Grize — «un locuteur A adresse un discours à un autre locuteur virtuel B, je dirai que A propose une schématisation à B, qu'il construit un micro-univers devant B, univers qui se veut vraisemblable

pour B»³. Esta verosimilhança converge, justamente, com a conformidade do micro-universo proposto pelo locutor com o mundo, e, logo, com a interligação consequente entre os termos integrantes desse micro-universo que determina que a «schématisation est une»⁴.

Ter-se-á presente que a *designação* constitui a finalidade genérica do exercício linguístico e que, por outro lado, o designado é, para os indivíduos envolvidos nesse exercício, o dado imediato dos produtos verbais. Por isso, a coerência é também dimensão imediata desse produtos, a que todos os falantes são intuitivamente sensíveis. Pela mesma razão, a coerência surge como uma propriedade naturalmente inscrita nos produtos verbais: a conformação destes ao conhecimento do mundo revela-se uma condição universal da actividade linguística — condição que encontra o seu fundamento na natureza humana e social dessa actividade. Do ângulo do locutor, essa conformação constitui um constrangimento espontaneamente assumido, e, do lado do receptor, uma expectativa óbvia, ditados um e outra pelo desígnio que anima — ou deve animar — os participantes no acto verbal de entre si comunicarem, isto é, de se fazerem presente, através dos signos actualizados, uma momentânea apreensão cognitiva do mundo⁵.

3.2. De acordo com o exposto, torna-se visível que a coerência dos produtos verbais não é uma dimensão *idiomática* desses produtos, ou seja, torna-se patente que ela se agrega ao funcionamento da

³ GRIZE, J.-B. — *Logique et organisation du discours*, in DAVID, J.; MARTIN, R. (eds.) — «Modèles logiques et niveaux d'analyse linguistique», Paris, 1976, p. 95.

⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 98.

⁵ Na base do que se acabou de referir, dir-se-á que o receptor concede o '*benefício da coerência*' aos produtos discursivos que recebe, e que, devendo mostrar-se animado de uma vontade inequívoca de cooperação com o locutor, buscará sincera e inteligentemente as conexões indispensáveis para retirar de cada um deles um 'sentido consistente', anulando desse modo eventuais momentos de 'descontinuidade' no desenvolvimento da mensagem. Ou seja: por força do quadro 'jurídico' especificamente desenhado e instituído na e pela comunicação, o receptor será conduzido a otimizar a coerência dos produtos discursivos, restaurando, derivando ou impondo os nexos que sirvam adequadamente à reconstrução da totalidade de significação que ele mesmo se dá como intendida pelo locutor, ou de qualquer das parcelas dessa totalidade. Nestas circunstâncias, torna-se claro que a coerência se eleva à qualidade de *princípio interpretativo* básico dos produtos verbais.

linguagem verbal em geral, e não especificamente ao funcionamento de cada LN entendida estritamente como sistema formal de entidades ideais, de oposições funcionais e princípios «internos» da sua projecção em discurso. Por outras palavras: a coerência respeita aos produtos verbais (que se revelam, obviamente, em signos integrantes de uma LN particular) naquilo que neles releva não da sua subordinação a princípios estritamente idiomáticos que respondem pela «boa formação» das unidades frásicas e do *transfrástico* — mas sim da sua conformidade ao que, com E. Coseriu, chamarei *saber elocucional*⁶, ou, de preferência, ao que, com B. Pottier, designarei de *suporte lógico-conceptual* da organização das LNs e da estruturação e funcionamento dos discursos em cada uma delas vasados⁷.

O plano lógico-conceptual suscitado, sendo embora exterior às LNs e delas independente, não lhes é efectivamente alheio, pois se revela constituir não apenas um guia ou espaço de referência para a estruturação e funcionamento dos signos extensos, mas também, e sobretudo, a própria raiz dessa estruturação e funcionamento. Esse plano corresponde precisamente à apreensão cognitiva do mundo, isto é, à representação intelectual dada pelos falantes quer aos «objectos» e às propriedades que lhes convêm e relações entre eles entretecidas, quer aos factos, acontecimentos... no que toca tanto aos protagonistas e aos papéis que estes neles desempenham como à sua previsível sequência e entrosamento⁸. É a esse plano que deve ser referida a coerência dos produtos verbais, que, na verdade, não

⁶ COSERIU, E. — *Logique du langage et logique de la grammaire*, in DAVID, J.; MARTIN, R. (eds.) — *ob. cit.*

⁷ POTTIER, B. — *Linguistique Générale. Théorie et Description*, Paris, 1974.

⁸ Haverá que reconhecer que a ordenação cognitiva do mundo é, em largos segmentos, amplamente coincidente para todos os homens; interessa, no entanto, sublinhar que ela comporta sempre matizações histórica e sócio-culturalmente dependentes, a que correspondem mundividências específicas projectadas nas várias comunidades humanas, nos vários estádios da sua existência. A interpretação de um produto verbal — e a avaliação da sua coerência — far-se-á regularmente na base da consideração destes dois vectores: de um lado, na base da construção do conhecimento, em articulação com princípios — marcadamente universais — que pautam o exercício do pensamento; de outro lado, na base do contexto sócio-cultural específico de cada comunidade e de cada momento histórico — coordenada saliente de uma dada situação de comunicação, logo, das *condições de produção* de um determinado discurso. (Ver, mais abaixo, 5).

relewa da organização «interna» de uma língua. Isso mesmo fica claro — como claras ficam igualmente quer a *universalidade* quer idêntica *exterioridade* às LNs das normas de não tautologia, de não contradição e de relevância entre o sucessivamente comunicado num signo linguístico extenso — se considerarmos que uma mensagem se revela coerente ou incoerente qualquer que seja a língua em que se manifeste: um dado produto verbal a que convenha, quando vasado na LN₁, o qualificativo de «coerente» ou de «incoerente», como tal também se mostrará se o seu conteúdo designativo-comunicativo for moldado numa LN₂, LN_n. (Supõe-se aqui sempre que sejam disponíveis para o receptor dados atinentes a eventuais mundividências específicas que *informem* o produto verbal na sua versão «originária»).

4. De acordo com o que se tem vindo a considerar, a combinação dos instrumentos verbais integrantes de uma dada LN que conduz às unidades que conhecemos como Sintagma, Enunciado e Texto é suportada imediatamente e sempre por princípios gerais, exteriores à organização dessa língua, que garantem a sua coerência. Ou seja: a combinação das lexias no Sintagma e no EN, e a combinação de ENs no Texto têm os seus limites na própria «realidade» (conceptualizada, cognitivamente ordenada) para que essas mesmas unidades remetem. Como já se compreendeu, é precisamente da salvaguarda desses limites, impostos pelas relações discerníveis na organização intelectual do mundo, que decorre a coerência dos produtos verbais.

4.1. A coerência dos produtos verbais surge, porém, ao nível do Sintagma e do EN simples de certo modo obscurecida, porque em muitas das realizações dessas unidades ela se funde integralmente com a sua «boa formação» semântico-sintáctica: os princípios idiomáticos que suportam a construção dessas unidades subsumem a dimensão da coerência, que justamente aí é acautelada directamente nas restrições de co-ocorrência (referidas à forma do significado e à substância do significado dos signos combinados). Ou seja: a coerência do Sintagma e do EN simples é subscrita directamente pelos princípios que comandam, no quadro de cada LN, a *construção sintagmática* e a *construção sintáctica*. Por isso, uma «incoerência» ao nível dessas unidades pode ser imediatamente tomada (e efectivamente assim se faz nas descrições-explicações linguísticas correntes) como momento

de «má formação», por infracção a restrições de co-ocorrência (com relevo particular para as restrições de selecção).

Sempre, porém, que não converge integralmente com a própria organização intrínseca dos produtos verbais no quadro daqueles princípios idiomáticos, a coerência adquire naquelas unidades linguísticas uma imediata evidência. Tal é o caso da congregação de termos entre os quais não operam restrições de co-ocorrência referidas à substância do significado (restrições de selecção). Então, a conveniência semântica é salvaguardada com referência directa ao *designado*, não à compatibilidade estritamente entre *significados* (manifestada, como se sabe, na projecção de recorrências sémicas em que estão envolvidos os classemas dos elementos em combinação).

Ainda no âmbito da construção das unidades fráscas, a coerência torna-se particularmente saliente na combinação de ENs que conduz ao EN composto e ao EN complexo.

A *relação de formação* que reúne os ENs constituintes destas unidades acautela a sua «boa formação» sintáctica — mas não responde pela conveniência entre as representações semânticas que correspondem a cada um desses constituintes, ou seja, pela «boa formação» semântica do EN composto e do EN complexo, que envolve directamente o designado.

As regularidades que se projectam na construção do EN composto e do EN complexo remetem claramente para as normas de coerência acima enunciadas — exigência de não tautologia, de não contradição e de relevância entre o denotado em cada um dos ENs constituintes. Observe-se que a condição essencial para a boa projecção dos *relatores* que articulam os termos imediatos do EN composto ou complexo é a de que efectivamente se cumpra, à luz do conhecimento do mundo, a conexão que, pelo seu próprio semantismo, tais instrumentos de relação estabelecem entre os factos, os acontecimentos, os estados... denotados em cada um desse termos⁹.

4.3. Em contraste com o (ou algum) obscurecimento que, nos termos do número anterior, advém à coerência ao nível das unidades fráscas e intrafráscas, tal dimensão dos produtos verbais obtém, como já acima se anotou, uma singular proeminência no Texto.

⁹ Ver van DIJK, T. — *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, London, 1977.

Uma primeira razão para tal saliência reside exactamente no facto de que, com excepção do que respeita aos *relatores* (o que acima deles se disse quanto à articulação de ENs na construção do EN composto ou complexo vale para a articulação de ENs sintacticamente independentes), os recursos *idiomáticos* para a edificação do *transfrástico* (substitutos lexicais, selecção de artigos, elipse, anáfora/catáfora, articulação tema-remática) não garantem, por si mesmos, a exclusão de tautologia, de contradição e de irrelevância. Todos esses instrumentos e mecanismos não realizam coerência, *antes a pressupõem* como propriedade *naturalmente inscrita*, como escrevi acima, nos produtos verbais.

A esta primeira observação convirá juntar uma outra, que aponta no mesmo sentido.

O Texto não comporta uma dimensão *construcional*, na acepção que cabe à designação *construção* no âmbito da formação sintagmática e sintáctica: os ENs que realizam o Texto não estão entre si ligados por *relação de formação* (como o estão as lexias no Sintagma, os Sintagmas no EN, os ENs no EN composto ou complexo) que os *integre* (no sentido que E. Benveniste dá a *integração*)¹⁰ numa unidade formal hierarquicamente superior. Mais simplesmente: os ENs não são os constituintes do Texto (como as lexias e as unidades formais que sobre elas se edificam são os constituintes, respectivamente, da *construção sintagmática* e da *construção sintáctica*).

Ora, como vimos, os princípios que em cada LN suportam essas construções salvaguardam (se bem que, como foi sublinhado, não em todas as realizações concretas das unidades frásicas e intrafrásicas) a conveniência entre o designado pelos signos combinados, ou seja, a coerência do Sintagma e do EN. Dado que tal dimensão construcional está ausente na estruturação do Texto, a sua coerência não pode ser salvaguardada por essa via: é claro que não há lugar entre os ENs que realizam o Texto para restrições de co-ocorrência (no sentido que cabe a essas restrições no âmbito da *construção sintagmática* e da *construção sintáctica*) que acautelem a interconveniência entre o que em cada um deles é comunicado.

5. As razões atrás invocadas para a particular saliência que obtém a coerência ao nível do Texto parecem justas e pertinentes.

¹⁰ BENVENISTE, É. — *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris, 1966.

No entanto, uma outra há, bem mais profunda, radicando no facto de que o Texto é por excelência uma unidade linguística em funcionamento concreto em contextos de comunicação, condição que suscita a sua caracterização numa base eminentemente enunciativo-pragmática.

Essa condição convoca naturalmente uma continuada interdependência e interacção *texto-situação-enciclopédia* ou *conhecimento do mundo* partilhado pelos falantes — e isto no que tange tanto à produção como à recepção-interpretação. Em qualquer destes dois pólos, intervém poderosamente o *universo de conhecimentos*, que é utilizado como *elemento de sentido* que opera basicamente, por um lado, como fonte supletivadora de informações *implicitadas* e de informações meramente *indicadas* pelos elementos verbais actualizados, e, por outro lado, como baliza para a projecção de um determinado valor de comunicação para esses mesmos elementos.

Convirá salientar que nesse universo de conhecimentos se congregam a ordenação intelectual que os falantes detêm do mundo (hoje amplamente explorada com recurso às noções de *frame*, *script*, *scenario*), o domínio de princípios que regem o exercício do pensamento, as «crenças» e outras representações simbólicas agregadas numa dada comunidade (mas também ao nível individual através de «sistemas de sentido» estritamente pessoais) aos «objectos», situações, acontecimentos..., os interesses e sistemas de valores na base dos quais os falantes se situam perante si mesmos, perante os outros e perante o mundo, e ainda o domínio dos princípios que comandam a própria interacção comunicativa.

Sendo assim, torna-se claro que ao considerarmos as relações entre o que sucessivamente é configurado no mundo textual que suportam a coerência do Texto nos situamos, como acentuam R. de Beaugrande e W. Dressler, «somewhat beyond the text as it is actually made manifest in sound or print». Na verdade — e como escrevem aqueles mesmos Autores — «Coherence is clearly not a mere feature of text, but rather the outcome of cognitive processes among text users»¹¹.

Na diversidade e complexidade das dimensões operantes na construção do Texto e na constituição do sentido nele e por ele manifestado radica a questão dos *graus de coerência textual*, que

¹¹ BEAUGRANDE, R. DE; DRESSLER, W. — *Introduction to Text Linguistics*, London, 1980, p. 6.

basicamente têm a ver não apenas com a extensão, profundidade e integração do saber de que são portadores os falantes, mas também, e sobretudo, com a efectiva capacidade que estes revelem de utilizarem adequadamente esse universo de conhecimentos como elemento de sentido ¹².

A continuada interdependência e interacção *texto-situação-conhecimento do mundo* mostra que àquela unidade linguística convém uma caracterização em termos eminentemente enunciativo-pragmáticos, e não em termos estritamente idiomáticos.

A Linguística dos nossos dias, tendo superado decididamente (e, talvez, também definitivamente) o estritamente idiomático — pela abertura à consideração das condições do uso das línguas, do seu funcionamento em contextos de comunicação, e do seu suporte lógico-conceptual, cognitivo (que assinala a estreita interligação entre as LNs e o exercício do pensamento, a apreensão cognitiva do mundo) —, tendo assumido em plenitude a natureza interactiva, dialógica, do exercício verbal (que marca toda a configuração das LNs e a sua projecção em discursos) e tendo mesmo suscitado o Texto como o signo linguístico «originário» — a Linguística dos nossos dias, dizia, está, finalmente, apetrechada para fazer ouvir a sua voz numa *ciência do texto*.

Foi essa ciência do texto, visivelmente marcada por uma clara vocação interdisciplinar, que aqui nos convocou — e, com certeza, não em vão...

Fevereiro de 1985

Joaquim Fonseca

¹² Convirá observar que o locutor deverá controlar todas estas variáveis, procurando ajustar a construção do Texto a uma imagem correcta do universo de conhecimentos que pressupõe dominar o seu interlocutor. Visivelmente, a construção do Texto é uma actividade que o locutor partilha com o receptor, que no texto se inscreve (e, com ele, a relação interaccional que mantém com o locutor) sob múltiplas formas.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

(CONTRIBUTOS PARA UMA SINTAXE E SEMÂNTICA DA PREPOSIÇÃO DE) *

0. Natureza e âmbito do estudo

Ao procurar equacionar uma teoria linguística que explique a função do genitivo no Português contemporâneo, temos a preocupação de contribuir um pouco para o estudo e descrição da língua portuguesa, explicitando os seus mecanismos de funcionamento.

Não é despropositado falar da existência de um genitivo em Português. Ele existe na nossa língua, como existe no Espanhol, no Francês — introduzido (regido) pela preposição que se grafa *de* —, no Italiano — preposição *di* —, e mesmo no Inglês sob a designação de «possessive case». Envolto numa outra roupagem, o genitivo, como todos os casos funcionais, permanece nas línguas românicas. De posposicionado (desinência casual) passou a preposicionado (regência prepositiva). O genitivo pode tomar várias designações, conforme os seus empregos e valores gramaticais, como mostraremos neste estudo.

Para além dos diversos valores gramaticais do genitivo, a preposição *de* não é exclusiva deste caso e tem muitos outros empregos. Com efeito, a preposição *de* liga-se também ao caso ablativo e, em muitos outros casos, pospõe-se aos verbos ditos transitivos indirectos, regendo um complemento de objecto: *gostar de flores / carecer de dinheiro*. No Português, a preposição *de* compreende, assim, o valor das preposições latinas *a/ab*, *de*, *e/ex*, e o dos casos ablativo e genitivo¹.

* Este trabalho é o resultado da investigação feita no decurso do Mestrado de Linguística Portuguesa Descritiva e apresentado nos Seminários de «Semântica Frásica Formal» sob a orientação do Prof. Óscar Lopes, a quem devemos muitas das reflexões aqui apresentadas.

¹ LUISA LÓPEZ, María — *Problemas y Métodos en el análisis de Preposiciones*, Madrid, 1972, p. 93.

Estes múltiplos empregos da preposição *de* conferem-lhe propriedades sintácticas e semânticas diferentes e distintas. De todos os empregos destacam-se aqueles em que prevalece o sentido de separação, o ponto de partida, a origem e os vários complementos de carácter determinativo (que correspondem ao genitivo latino) ².

Desta variedade de empregos resulta que a preposição *de* é, juntamente com as preposições *a* e *em*, a de mais vasto emprego na língua portuguesa (o mesmo acontecendo provavelmente no Espanhol). Não possuímos dados estatísticos, mas uma estimativa preliminar, com base no estudo e levantamentos que fizemos, leva-nos a esta conclusão ³.

Este estudo tem como objectivo principal o estudo da preposição *de* na regência nominal, ou seja, o genitivo adnominal e as suas interpretações semânticas ⁴. Não esquecemos, contudo, os múltiplos empregos da preposição *de* e deles faremos também uma descrição analítica.

1. Os casos e as preposições

No latim clássico a função sintáctica das palavras era indicada, regra geral, pela desinência casual. Ao contrário do Indo-Europeu, entendido como «construção» ou teoria, que não conhecia preposições, o Latim admite, pouco a pouco, muitas construções em que se empregam preposições, as quais indicavam, por si próprias, a função sintáctica da palavra que precediam. Com o emprego cada vez maior das preposições, a norma vai-se alterando progressivamente até que o antigo sistema se transforma por completo. Da desinência casual propriamente dita resta o vestígio de uma ligação com a distinção entre o singular e o plural ⁵.

Bernard Pottier mostra a afinidade existente entre o sistema casual e o sistema das preposições, justificando o uso de determinadas preposições com determinados casos:

² LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 94.

³ O levantamento do *Português Fundamental* aponta no mesmo sentido.

⁴ Cf. MILNER, J. C. — «Les génitifs adnominaux en Français», in *De la Syntaxe à l'Interprétation*, Paris, p. 69.

⁵ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 77-78.

«Ces deux catégories sont donc liées intimement, quoique fonctionnellement elles présentent différences sensibles. Ce qui nous intéresse, ce sont les rapports qui sont établis entre certains cas et certaines prépositions. (...) Nous avons constaté une règle presque parfaite: la préposition qui représente un *éloignement* de la limite s'associe à l'ablatif; celle qui exprime une *approche* s'associe à l'accusatif»⁶.

Se os casos indicam a função do nome na frase, cada um deles representa um conjunto de noções ou de relações semânticas associadas às suas características morfológicas (desinências)⁷. Os casos não são, pois, vazios de conteúdo. E se existe de facto uma relação entre casos e preposições, devemos admitir que as preposições latinas não são «dessemantizadas», antes, pelo contrário, são preposições semanticamente «cheias»⁸.

No latim clássico, os poetas e escritores utilizavam já um bom número de preposições que espontaneamente consideravam necessárias para marcar, de uma forma clara e precisa, a relação que se pretendia expressar. A declinação só oferecia seis casos frente a uma extensa variedade de relações possíveis. Por exemplo, várias construções em acusativo ou ablativo eram regidas de preposição a fim de especificar a relação. O emprego das preposições era um meio auxiliar da declinação.

No latim vulgar, as preposições passam de instrumento auxiliar a um sistema que, em substituição da declinação, oferecia uma maior precisão relacional e tornava quase inútil, em muitos aspectos, a distinção dos casos⁹. Digamos, por outro lado, que as preposições do latim vulgar funcionavam praticamente da mesma maneira que as desinências casuais do latim clássico.

V. Brøndal diz que

«la définition des prépositions comme équivalents des cas s'explique historiquement par l'état de dépendance, très étroite

⁶ POTTIER, Bernard — *Systématique des Éléments de Relation. Étude de Morphosyntaxe Structurale Romane*, cit. por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*. pp. 83-84.

⁷ ERNOUT, Alfred; THOMAS, François — *Syntaxe Latine*, Paris, 1964 (2.^a ed.), p. 7.

⁸ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 86.

⁹ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 79.

à l'origine, dans laquelle la nouvelle grammaire se trouvait par rapport à l'antiquité. Voyant les cas du latin remplacés par des prépositions: le génitif par le latin vulgaire *de* (...), le datif par *ad* (...), l'ablatif et le locatif par des mots plus variés, on concluit à l'équivalence, et c'est ainsi que nous trouvons toujours dans les grammaires pratiques *du père* présenté comme un génitif (= *patris*), *au père* comme un datif (= *patri*)»¹⁰.

V. BRØNDAL, observando que este ponto de vista apresentado pelo romanista holandês De Boer é um pouco artificial, conclui que

«si l'on prend au pied de la lettre cette équivalence entre préposition et cas, on peut objecter que l'on oublie complètement que *de*, *a*, etc., sont des mots autonomes qui, en tant que tels, peuvent remplir plusieurs fonctions syntaxiques, tandis qu'un génitif, un datif, etc. sont des formes, donc des modifications de mots, modifications qui ne possèdent aucune sorte d'autonomie syntaxique»¹¹.

A principal diferença está em que, enquanto os casos só afectam sintagmas nominais (SNs) — de cuja estrutura pode fazer parte um adjectivo — ou, quando muito, ainda certos advérbios (*hic*, *hinc*, *huc*, *hac*), as preposições regem adjectivos, o complementador *que*, infinitivos e outros sintagmas preposicionais (SPreps).

Lisardo Rubio, analisando a afinidade e diferenças entre casos e preposições, diz que

«ambas categorías tienen en común su carácter de elementos funcionales; ambas sirven para indicar la relación del nombre (o pronombre) con el resto del enunciado»¹².

¹⁰ BRØNDAL, V. — *Théorie des prépositions. Introduction à une Sémantique Rationnelle*, Copenhague, 1950 — cit. por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 81.

¹¹ BRØNDAL, V. — *Ibidem*, p. 81.

¹² RUBIO, Lisardo — *Introducción a la Sintaxis Estructural del Latin*, Barcelona, 1983 (4.^a ed.), cit. também por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 81-83.

Torna-se, por isso, evidente que

«las nociones que las lenguas flexivas expresan mediante las desinencias casuales se traducen en las lenguas no-flexivas con el recurso de las preposiciones»¹³.

No entanto, Lisardo Rubio, embora reconhecendo que preposições e casos coincidem pelo facto de serem monemas funcionais, sustenta que não constituem uma só e mesma categoria; além disso, as preposições são, em geral, também pré-verbos mais ou menos separáveis:

«sería erróneo asimilar simplemente casos y preposiciones viendo exactamente la misma realidad lingüística cubierta, respectivamente, por un procedimiento sintético (=casos) y un procedimiento analítico (=preposiciones)»¹⁴.

Tendo em conta as características formais das desinências casuais e das preposições, L. Rubio vê que oferecem acentuadas diferenças:

1.º — As preposições são distintas (e separáveis)¹⁵ dos termos modificados e regidos por elas:

Português: { da mãe
à/para a mãe

Latim: { de gratia
ob rem

enquanto que

Latim: { matris
matri
matre

são unidades indivisíveis.

¹³ RUBIO, Lisardo — Id. *Ibidem*.

¹⁴ RUBIO, Lisardo — Id. *Ibidem*. — Não concordamos com L. RUBIO quando vê no sistema casual um «procedimiento sintético» e no sistema preposicional um «procedimiento analítico». Quer o sistema casual quer o sistema preposicional são, no nosso entender, uma declinação: no primeiro caso uma declinação (ou flexão) por sufixos (=casos); no segundo por prefixos (=preposições). Em *matr-is* e *de + a mãe* há a mesma relação semântica, mas duas expressões diferentes (a primeira correspondente ao Latim, a segunda ao Português).

¹⁵ L. RUBIO tem apenas em conta o aspecto formal, pois tanto do ponto de vista prosódico como semântico (e sintáctico) são unidades indivisíveis.

- 2.º — Uma preposição que rege vários substantivos geralmente não se repete, a não ser com valor enfático (ex.: «um homem de coração sincero, alma nobre e elevada inteligência»), ao passo que os substantivos coordenados pela mesma função tomam todos a desinência do caso respectivo (ex.: *uir honesti cordis, nobilis animi et summae intelligentiae*).
- 3.º — Em contraste com as desinências, as preposições, no aspecto semântico, aproximam-se mais sensivelmente das palavras autónomas do que os morfemas gramaticais (V. Brøndal sustenta a mesma opinião).
- 4.º — Os morfemas (desinências) casuais expressam conceitos puros de relação, sem apoio em noções concretas, enquanto que as preposições (particularmente no Latim) expressam conceitos concretos de relação, isto é, apontam directamente ao mundo exterior dos sentidos ¹⁶.
- 5.º — As preposições (latinas), pedindo ou regendo um determinado caso, neutralizam o valor do morfema casual e convertem o nome declinado em mera designação do objecto nomeado ¹⁷. São as preposições que passam a indicar a relação do substantivo com o enunciado — relação que se estabelece por meio do «significado léxico» da preposição. É esta, precisamente, a originalidade das preposições frente à flexão e onde se encontra a causa, o motivo e o gérmen da perda desinencial ao serem neutralizadas as desinências casuais pelas preposições ¹⁸.

Em suma, Lisardo Rubio defende que preposições e casos repousam sobre noções essencialmente distintas, embora na prática,

¹⁶ No Latim, o nominativo e o genitivo são casos abstractos, o dativo e o ablativo são casos concretos. O acusativo é ora um caso concreto ora um caso abstracto.

¹⁷ Também aqui não concordamos inteiramente com este ponto de vista defendido por L. RUBIO, pois há preposições que regem nuns casos ablativo e noutros acusativo (*in, sub, super*), sendo o morfema casual (desinência) o indicador da função expressa. É a desinência casual que estabelece a diferença entre *in Lusitaniam* e *in Lusitania*, mesmo levando em conta a força da regência verbal.

¹⁸ RUBIO, Lisardo — *Introducción a la Syntaxis* ... pp. 166-169.

e quando traduzidas para as línguas modernas, dêem, por vezes, resultados equivalentes.

Fazendo um estudo diacrónico do Latim, constata-se a substituição, de forma gradual, do sistema casual pela construção preposicional. Rafael Lapesa¹⁹ nota a este propósito que, por exemplo, o genitivo no latim escrito (época visigoda e primeiros séculos da Reconquista) foi substituído, na língua falada, pela construção com *de*, e tal prática é geral e normal desde os primeiros textos em línguas românicas.

O Latim, como outras línguas flexivas, sobretudo ao nível da língua falada, substitui progressiva e gradualmente o sistema casual pelo sistema preposicional, sentido como mais funcional pela necessidade de especificar o tipo de relação que o falante pretendia expressar. Como assinalámos atrás, o emprego das preposições deixa de ser um simples instrumento ou processo auxiliar da declinação, dando lugar a um novo sistema que acaba por tornar inútil a distinção dos casos²⁰.

1.1 O caso Genitivo

O genitivo é, essencialmente, o caso do complemento determinativo do nome²¹, ou, por outras palavras, o caso próprio do complemento do substantivo (= *liber Petri*)²², como o acusativo é, por excelência, o caso do complemento directo do verbo (= *Petrum diligo*).

O termo *genitivo* («genitivus casus»), adaptado pelos latinos do Grego ἡ γενική Πτώσις (*ē genikē ptōsis*), é (provavelmente) o «caso da categoria», ou da «espécie», ou do «género». No aspecto formal, o genitivo «engendra os outros casos» (o radical da palavra encontra-se retirando a desinência do genitivo), na medida em que estes podem aparecer como especificações de uma determinação genérica.

¹⁹ LAPESA, Rafael — *Los casos latinos: restos sintácticos y sustitutivos*, in «BRAE», XLIV, CLXXI — Janeiro-Abril 1964, pp. 57-105 — cit. também por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 78-79.

²⁰ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 78-79.

²¹ ERNOUT, Alfred; THOMAS, François — *Syntaxe Latine*, p. 39.

²² Os autores clássicos, particularmente SANCTIUS e SCIOPIIUS, viram no sistema casual latino três regências casuais bem distintas: para o verbo, o acusativo; para o nome, o genitivo; e para a preposição, o ablativo. Cf. SERBAT, Guy — *Cas et Fonctions*, pp. 43-51. Cf. também VALENTÍ FIOL, Eduardo — *Syntaxis Latina*, Barcelona, 1982 (14.^a ed.), p. 58.

Não é, por isso, difícil ver que a função essencial do genitivo seja (no latim clássico e ainda hoje defendido pelos latinistas) a de «especificar». De um modo geral, é precisamente esta a função da preposição *de* nas línguas românicas, particularmente no Português, como «tradutora» do genitivo latino. O genitivo determina um ser, um objecto, um processo, designados por um nome em referência a uma realidade ou a uma noção de existência distinta, quer seja uma relação de dependência ou de posse (= *liber Petri*), a relação de uma parte com o todo (= *unus militum*), quer se trate de uma relação de qualquer outra natureza ²³.

A teoria escolástica, desenvolvendo o «modus significandi», introduz no sistema casual definições conceptuais que procuram dar conta das «propriedades das significações». Este «modus significandi» é essencial para o *nome*. Assim, o genitivo, considerado como um dos casos transitivos, ao lado do acusativo, ablativo e dativo (conceito que remonta a Prisciano), estabelece uma relação de «substância a substância», exprimindo a «origem da substância que lhe está unida, substância que lhe é própria ou estranha».

Como complemento do nome, o genitivo é definido como *ex ui possessionis* (ex.: *equus regis* (posse pura); *uicinus regis* (posse impura)), ou então *ex ui demonstrationis essentiae* (genitivo de qualidade (ex.: *forma mulieris*)) — traços semânticos que prevalecendo sobre a noção sintáctica nem sempre permitiam uma análise perfeita ²⁴.

Os escolásticos, como nos nossos dias Hjelmlev, inscrevem a teoria casual dentro de um esquema rígido, considerado como acabado ou fechado, partindo essencialmente de conceitos semânticos. Já outros linguistas modernos, apoiados mais na história das línguas e seguindo, por isso, um método diacrónico, como, por exemplo, Jerzy Kurylowicz ²⁵, sustentam que, fundamentalmente, os casos indo-europeus se ordenam em dois grupos: «casos gramaticais» (N., Ac., G.) e «casos concretos» (I., L., Ab.) ²⁶. Qualquer um destes casos assume

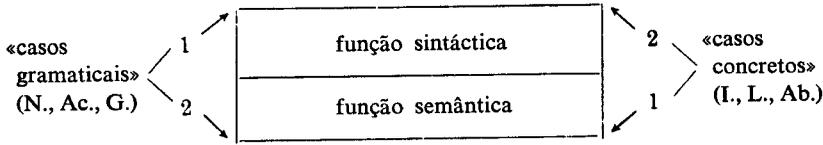
²³ ERNOUT, Alfredo; ... — *Ibidem*.

²⁴ Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, pp. 24-31.

²⁵ Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, pp. 130-144; e *Le Système Casuel est-il systématique?*, in «Revue des Études Latines», Tome LIX, pp. 298-317.

²⁶ É curioso notar que J. KURYLOWIEZ não tenha incluído o dativo, enquanto tal, no seu esquema dicotómico do sistema casual, mas o tenha considerado como uma ramificação do locativo, com uma condição precisa: «o nome em dativo deve designar um nome de pessoa». Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, p. 138.

funções sintáticas e semânticas. Os casos gramaticais têm como função primária uma *função sintática*, e como função secundária uma *função semântica*. Com os casos concretos acontece precisamente o inverso, como este esquema mostra:



A prioridade da função sintática dos casos gramaticais, segundo Kurylowiez, assenta em duas razões fundamentais:

- 1.º — O conteúdo lexical das unidades em presença é indiferente do seu emprego sintático. Assim, para um determinado nome na função de sujeito (N.) é completamente indiferente que os traços semânticos dos constituintes do enunciado o façam aparecer logicamente como *agente*: «Pedro atirou uma pedra ao cão», ou um *paciente*: «Pedro foi ferido por uma pedra». As noções de agente e paciente deduzem-se da semântica do enunciado, ou antes, do verbo, e não têm nada a ver com a relação sintática estabelecida entre o nome (Pedro) e um verbo, qualquer que ele seja, relação que permanece estável ²⁷.
- 2.º — Os casos gramaticais são passíveis de transformações, o que não acontece com os casos concretos. Por exemplo, *miles occidit hostem* equivale a *a milite occiditur hostis*, em que a transformação passiva arrasta consigo modificações nos sintagmas nominais:

Ac. —→ N.
N. —→ Ab. com *a/ab*

²⁷ Não custa, em princípio, aceitar a teoria de J. KURYLOWIEZ, que cuidamos bastante reflectida. Parece-nos, no entanto, que não será conveniente estabelecer uma dicotomia, um dualismo exclusivo (exaustivo), entre a função sintática e a função semântica, já que as duas aparecem sempre interligadas e condicionam-se mutuamente. Uma frase é ou não aceitável não só como unidade estrutural (sintática), mas também e sobretudo como unidade de conteúdo (semântica).

Se o N. e o Ac. podem sofrer transformações, é sobretudo ao G. que se aplica esta última razão. O sintagma *occisio hostium* representa a nominalização de *hostes occiduntur* ou de *hostes occidunt*, quando tradicionalmente nos referimos ao *genitivo objectivo* (ex.: (*militēs*) *occidunt hostes*) ou ao *genitivo subjectivo* (ex.: *hostes occidunt (militēs)*)²⁸.

Os empregos ou funções secundárias dos casos gramaticais são, por definição, semânticas. O morfema (a/u/e)m de acusativo singular tem um significado duplo: *sintáctico*: como complemento de objecto (direito); *semântico*: como complemento «direcciona», de «fim», de «duração», de «objecto interno», etc.. É fácil verificar que *eo Roman* exige o traço lexical «movimento» no verbo e o traço «lugar» no nome.

Uma função secundária (semântica) existe também no genitivo partitivo: *amphora uini* exprime em *amphora* a ideia de uma quantidade limitada (unidade de medida, de capacidade), e em *uini* está especificada a qualidade do conteúdo (que corresponde ao subconjunto do qual se extraiu essa porção). Se em *liber pueri* o nome em G. indica o possuidor e *liber* (N.) o objecto possuído, a construção em genitivo é, certamente, o resultado de uma nominalização por analogia de *ludus pueri* (= *puer ludit*) e daí a função primária, sintáctica, do caso G.²⁹ Por outro lado, a elipse permite dar conta, por exemplo, do «genitivo de acusação»: *accusare proditiōnis* representa, com efeito, *accusare crimine proditiōnis*, o que nos remete directamente para um genitivo adnominal, redutível a um sujeito ou a um objecto³⁰.

J. Kurylowiez inclui o G. entre os casos gramaticais, ou seja, portadores de uma função primária sintáctica. Mas se é fácil explicar *occisio hostium* como resultado da transformação em SN de uma frase (*hostes occidunt*), mais difícil será explicar, pelo mesmo processo, a função secundária em *navis hostium*, em que só pela existência

²⁸ Seria importante referir as reservas que CHOMSKY coloca quanto aos aspectos sintácticos das relações lexicais, derivações, transformações, etc., assunto que não pretendemos tratar aqui.

²⁹ No ponto 3.4 abordaremos de forma mais detalhada o problema do genitivo como «nominalização de um sujeito», seguindo o modelo de descrição estrutural de E. BENVENISTE.

³⁰ A tradução (interpretação) à letra será: «levar a tribunal (*accusare*) como incriminação (*crimine*) de traição (*proditiōnis*)».

de um «abstracto verbal» (= *hostes (habent) nauem*) o genitivo representa o sujeito ou o objecto de uma frase ³¹. Só por analogia é possível aproximar os vários tipos de genitivos, como engendrados pelos mesmos processos de nominalização.

A. Ernout e Fr. Thomas, dos seis casos existentes no Latim, distinguem:

- a) três casos gramaticais: $\left\{ \begin{array}{l} \text{Nominativo} \\ \text{Vocativo} \\ \text{Dativo} \end{array} \right.$
- b) dois casos: ora gramaticais,
ora com valor concreto: $\left\{ \begin{array}{l} \text{Acusativo} \\ \text{Genitivo} \end{array} \right.$
- c) um caso concreto ou real: — Ablativo.

Os casos gramaticais indicam a função do nome na frase e empregam-se sem preposição. O número de casos com valor concreto é muito reduzido e são geralmente substituídos pelas preposições. Aliás, só os casos com valor concreto admitem o emprego de preposições, facto que se comprova na evolução do próprio latim e, consequentemente, na passagem do sistema casual para o sistema preposicional, característico das línguas românicas.

O genitivo com valor concreto emprega-se, quase exclusivamente, para designar o todo de onde se tira (ou toma) uma parte (genitivo partitivo), função em que alterna com o ablativo. Outros

³¹ De acordo com Guy SERBAT, há a considerar ainda que a definição de genitivo ultrapassa largamente a variedade subjectiva (ou objectiva) a que KURYLOWIEZ a reduz: «Dans *usus librorum* le G. représente l'Ab. de *utimur libris*, dans *confidentia scapularum* (Plaute), c'est un D. qu'il transpose (= *confido scapulis*); et quand le poète écrit *cursores pelagi* c'est même un syntagme prépositionnel adverbial qui est nominalisé» — Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, p. 136.

Embora pertinente, a observação de SERBAT não nos parece inreiramente correcta se aplicada às línguas românicas. Mesmo no próprio Latim, por exemplo, *utor* podia construir-se com um acusativo em vez do ablativo; e *confidentia scapularum* parece-nos que não pode ser traduzido no dativo, mas em ablativo: «confiança nas armas» («fido» constrói-se com dativo se se tratar de confiança em alguém (*fidere sibi*), e com ablativo se se tratar de objecto originário de confiança (*fidere gladio/armis*).

empregos do G., segundo estes linguistas, não se explicam facilmente, e são variedades de valor concreto³² (subclasses de valor semântico particular, ou variedades de natureza estilística, na opinião de E. Benveniste), o que nos leva a concluir que, num mesmo estádio de língua, coexiste uma heterogeneidade de funções e, por essa razão, os factos linguísticos não se organizam todos de uma forma sistemática.

1.2 Convergência dos casos Genitivo e Ablativo

Como referimos atrás, as línguas românicas, no que diz respeito à flexão do substantivo, não herdaram do Latim mais do que as desinências morfológicas do singular e do plural. Já no latim clássico se verifica, cada vez com maior regularidade, o recurso às preposições a fim de precisar esta ou aquela função. A preposição, pelo seu carácter autónomo, torna-se mais funcional e pode indicar várias funções sintácticas, enquanto que os casos (genitivo, dativo, etc.), porque têm desinências presas, não autónomas, não desempenham geralmente, senão duas ou três funções fundamentais. Convém notar, ainda que de modo sucinto e considerando a origem e evolução natural das línguas, que o Latim e o Grego (clássico) se encontram numa fase de transição de um sistema de declinação nominal pospositiva (por sufixos) para um sistema de declinação baseado na regência preposicional. Tal tendência acentuou-se muito mais no latim vulgar, particularmente no período final.

Em consequência desta transição, a preposição *de*, no latim decadente, não recobre apenas o valor do genitivo, mas também o do ablativo em várias das suas funções, juntando-se ainda a vários verbos prepositivos³³ (cf., no Português, os verbos *gostar de*, *carecer de*, etc.). O latim clássico aceitava já a construção do ablativo com *de* quando queria indicar a origem, o afastamento (geralmente com a ideia acessória de cima para baixo), mas tinha também um

³² Como bem nota Guy SERBAT, o conceito de «concreto», mesmo entre aspas (« »), não é o mais próprio para qualquer descrição linguística, «onde todas as significações são, por definição, abstractas» — *Ibidem*, p. 137.

³³ Entendemos por «verbo prepositivo» todo o verbo que exige uma preposição obrigatória a reger o seu complemento (a preposição forma núcleo com o próprio verbo). Não existem os verbos *gostar*, *carecer*, mas *gostar de*, *carecer de*, etc..

valor partitivo (ex.: *pauci de nostris; discam de dictis melioribus*), de matéria (sentido genérico), etc..

Alguns comparatistas, entre os quais Meillet, apontam a convergência dos casos genitivo e ablativo, não só numa primitiva forma morfológica comum aos dois casos, mas também na função sintáctica, nas línguas indo-europeias, como o Hitita e o Sânscrito, bem como no Latim (este apenas na sintaxe). O Grego (clássico), como não tinha ablativo, servia-se do genitivo e do dativo para expressar complementos circunstanciais como a causa, a matéria, a origem, etc., e também o agente. A complexidade do genitivo grego (que era uma língua de base dialectal e mais propícia à «improvisação») radica, possivelmente, na origem comum destes dois casos (genitivo e ablativo) no pré-Indo-Europeu (origem desinencial, mas não, certamente, uma amálgama sintáctico-semântica). O Latim, tendo por sua vez o caso ablativo, e dotado de uma gramática com regras mais ou menos fixas, simplifica o emprego do genitivo. Mesmo assim, encontram-se em numerosos autores (Plauto, Virgílio, Horácio, Marçal, etc.) construções em genitivo e ablativo, recobrando as mesmas funções, que não é fácil delimitar, possivelmente por decalque da sintaxe grega ou, o que é também muito provável, por uma longa tradição das línguas indo-europeias³⁴.

Ao nível semântico, o ablativo indica tipicamente a procedência (que pode ser a causa ou o agente) e é essencialmente adverbial. Não será descabido, como o propõe Maurer Júnior³⁵, admitir e ver a evolução deste ablativo para um genitivo partitivo e/ou adnominal (ex.: *de fructu lignorum (uescimur); mons auri; poculum lactis*). E é, por certo, por esta razão (quicá uma razão psicológica) que as línguas românicas (e já anteriormente o latim decadente) recorrem à preposição *de* para substituir o genitivo. A julgar por aparentes manifestações que ocorrem no latim literário ou oficial, nos registos orais desta língua *de* era a preposição mais empregada para indicar a origem, deixando de lado as preposições *a/ab, e/ex*, que se tornam obsoletas.

³⁴ Cf. MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique — *A Morfologia e a Sintaxe do Genitivo Latino* (Estudo Histórico), S. Paulo, 1948.

³⁵ MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique — *Ibidem*, pp. 47-48.

Não é, pois, de estranhar que no Português, como no Espanhol, Italiano e Francês, a preposição *de* recubra um número bastante grande de funções, umas com o valor do genitivo, outras do ablativo. É o que procuraremos mostrar no ponto 2. deste estudo, tentando sistematizar, nas suas funções sintácticas e semânticas, o emprego da preposição *de*, quer esta esteja numa posição adnominal, adverbial, adjectival (ou adverbial).

1.3 A preposição: princípios de sistematização

A Linguística Moderna apresenta várias teorias e métodos de análise, uns convergentes outros divergentes, sobre as preposições, sua classificação numa perspectiva sintáctica e/ou semântica e tentativas de sistematização, de acordo com o autor e a escola em que se integra.

Na impossibilidade de abordar em pormenor as propostas de análise de um bom número de linguistas que se têm debruçado sobre o sistema das preposições, mencionaremos aqui apenas dois deles (G. Galichet e L. Tesnière) por nos parecer que as suas propostas são de levar em conta, aceite-se ou não a sua teoria. Ressaltamos também, e em primeiro lugar, a descrição da preposição na chamada gramática tradicional (J. Soares Barbosa e Celso Cunha/Lindley Cintra).

1.3.1 A preposição na Gramática Portuguesa

Das gramáticas de língua portuguesa utilizamos a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (G.F.), de Jerónimo Soares Barbosa, e *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (G.P.C.), de Celso Cunha e Lindley Cintra. São duas gramáticas situadas em épocas diferentes (G.F.: 1822; G.P.C.: 1984), apresentando pontos de vista diferentes, mas que se tornam válidos para uma descrição e sistematização funcional da preposição. Embora se trate de gramáticas tradicionais (ou consideradas como tal), são gramáticas que utilizam um método descritivo e que visam objectivos pedagógicos.

1.3.1.1 A preposição na «Gramática Filosófica»

Na G.F., J. S. Barbosa define a preposição como

«uma parte conjunctiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem para a primeira»³⁶.

A preposição, pertencendo como o verbo à classe das palavras conjuntivas, distingue-se deste por três razões fundamentais:

- 1.º — Enquanto «o verbo combina e ata entre si os dois termos da proposição, sujeito e attributo: a preposição conjuncta... só as palavras que servem de complementos, ou ao sujeito ou ao attributo, ou ao verbo da mesma oração» (G.F., 1871: p. 218);
- 2.º — O verbo estabelece uma «relação de *identidade* e *coexistência*» entre o sujeito e o predicado (attributo), «a preposição indica entre os seus dois termos *antecedente* e *consequente*... uma relação de *determinação*»;
- 3.º — «O verbo, alem da sua idéa propria e principal da coexistencia dos dois termos, ajunta a esta muitas accessorias, como são a do numero e pessoas, e ainda a de um attributo, se é verbo adjectivo..., é uma parte da oração e não particula, uma parte declinavel... A **preposição** porém não indica senão uma unica idéa, e esta geral e simplicissima, qual é a relação de complemento em que um objecto está para com outro» (G.F., 1871: pp. 218-219).

³⁶ BARBOSA, Jerónimo Soares — *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados a Nossa Linguagem), Lisboa, 1871 (5.ª ed.), pp. 218-243.

O que aqui deixamos dito sobre «a preposição na Gramática Filosófica» é uma transcrição «ipsis verbis» da nossa tese de mestrado (cf. CARDOSO, Simão Cerveira — *A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: Reflexos da Gramática Geral*, Porto, 1986 (mm.), pp. 106-108.

São caracteres próprios de qualquer preposição:

- 1.º — a preposição é sempre uma palavra curta e geralmente monossílaba, sendo, por isso, chamada partícula em todas as línguas;
- 2.º — «é uma palavra **indeclinavel** e **invariavel**, simples e não composta, primitiva e não derivada»;
- 3.º — a preposição, porque exprime uma relação entre dois termos, «requer por consequencia duas idéas para combinar, uma *antecedente* e outra *consequente*»;
- 4.º — «como a segunda idéa sempre é complemento da primeira, ...esta é sempre incompleta» — incompleta ou por ser de significação vaga ou geral, e, assim, susceptível de determinação, ou por ser de significação relativa, o que origina dois tipos de complementos: uns *determinativos*, como *o livro de Pedro*; e outros *terminativos*, como *o filho de Pedro* (vd. G.F. 1871: pp. 219-220).

Por este facto, só podem pedir um complemento regido de preposição os nomes apelativos ou os adjectivos explicativos e restritivos. Os nomes próprios, os adjectivos determinativos (excepto quando são partitivos) não podem ser antecedentes da preposição, como esta não pode ser antecedente nem consequente de outra preposição.

J. S. Barbosa não se afasta muito da teoria da *Gramática de Port-Royal* que considera as preposições como idênticas aos casos, isto é, com o mesmo uso, «qui est de marquer les rapports que les mots ont les unes aux autres» (GGR, II, xi)³⁷. Sensivelmente a mesma concepção é descrita por Du Marsais: «ainsi les prépositions suppléent aux défauts des cas et les cas emportent la valeur des prépositions»³⁸, a qual no entanto não será muito desenvolvida. Outros gramáticos racionalistas do século XVIII descrevem a preposição sob o ponto de vista lógico, que J. S. Barbosa não segue, pois descreve a preposição tendo em conta critérios gramaticais, formais e funcionais.

³⁷ Cf. SAHLIN, Gunvor — *César Chesneau Du Marsais et son Rôle dans l'Évolution de la Grammaire Générale*, Paris, 1928, p. 311.

³⁸ Cf. SAHLIN, Gunvor — *Ibidem*, p. 438.

Ao tratar «do número das preposições portuguezas» (p. 221 e segs.), J. S. Barbosa analisa em pormenor o que é e o que não é uma preposição, aspectos que nos dispensamos de focar aqui. Mas o que é original no autor da G.F. é a classificação das preposições em duas classes «segundo as duas relações geraes que os objectos podem ter uns com os outros, ou de *estado e existência* ou de *acção e movimento*» (G.F., 1871: p. 226). Na concepção de J. S. Barbosa «Ambas estas relações são locaes em sua origem», dizendo a primeira respeito «ao logar *onde* alguma coisa está ou existe» e a segunda «aos logares *d'onde* alguma coisa vem, *por onde* vae, ou *aonde* vae» (G.G., 1871; p. 226). À classe das *preposições de estado e existência* pertencem as preposições *em, sobre, sob, entre, ante, após, contra, com, sem*; à classe das *preposições de acção e movimento* pertencem as preposições *de, desde, por, per, a, até, para*.

Embora original, a classificação das preposições em J. S. Barbosa não é inteiramente coerente, pois que a mesma preposição pode ser incluída numa e noutra classe ou então não ser incluída em nenhuma. J. S. Barbosa parte do princípio de que a preposição é significativa, semanticamente cheia, quando, na verdade, não é significativa (é semanticamente vazia), como o deixa entender Buffier e Du Marsais³⁹.

Citamos aqui apenas a descrição que J. S. Barbosa faz da preposição *de*, que pertence à classe que exprime as relações dos objectos com vista *ao logar d'onde* (juntamente com as preposições *desde* e *por*): *de* indica «como começa qualquer movimento e acção», presta-se a «denotar um principio physico» e marca, sobretudo, «um principio de origem». Tendo um «antecedente de significação relativa... exprime um complemento *terminativo*, indicando o termo de um principio, d'onde alguma coisa ou vem, como: *venho* de *Lisboa*; ou provém, como: *nascer* da *terra*; ou começa, como: *de um cabo a outro*; ou é causada, como: *vencido* da *dôr*; *morto* de *fome*» (G.F., 1871: p. 231). Mas se o termo antecedente é de significação vaga, «exprime um complemento *restrictivo* que limita a significação vaga e geral do seu antecedente, ou pelo seu possuidor e auctor, como:

³⁹ BUFFIER (1709), citado por SAHLIN, Gunvor — *Ibidem*, p. 438, considera a preposição como «une expression qui n'a un sens complet qu'avec le secours d'un autre mot qui en est le régime». BEAUZÉE, Nicolas — *Grammaire Générale*, 1767, diz que «Les Prépositions sont des mots qui désignent des rapports généraux, avec indétermination de tout terme antécédent et conséquent».

Senhor d'o mundo, pinturas de Vasco; ou pela sua materia, vaso de ouro; ou pelo seu instrumento, obras de mão; ou pelo seu modo, fallou d'esta sorte; ou pelas suas qualidades, homem de juizo, etc.» (G.F., 1871: p. 231).

Como se vê pela descrição de J. S. Barbosa, a preposição *de* tanto pode indicar uma relação de origem — e neste caso poderia ser considerada de acção e movimento — ou várias outras relações genericamente designadas como complemento restritivo. E neste último caso o «principio de origem» está muito afastado e há ausência de acção e movimento.

Assinale-se, por último, que J. S. Barbosa constata a homologia entre os casos latinos e gregos e as preposições «para mostrar as diferentes relações em que as palavras regidas estavam para as que as regiam». Quer essas relações se façam por posposições, quer pelas preposições, «os sinais são alguma coisa diferentes, as relações porém significadas por eles são as mesmas» (G.F., 1871: pp. 276-277).

1.3.1.2 A preposição na «Nova Gramática do Português Contemporâneo»

Embora afastados no tempo (quase a dois séculos de distância), mas não tão longe de J. S. Barbosa como à primeira vista possa parecer, Celso Cunha e Lindley Cintra, tendo em conta sobretudo critérios e aspectos funcionais e também semânticos, definem as preposições como

«palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (*antecedente*) é explicado ou completado pelo segundo (*consequente*)»⁴⁰.

Baseados essencialmente em Bernard Pottier⁴¹, os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, quanto à significação

⁴⁰ CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, 1984, p. 551. Cf. também CUNHA, Celso — *Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro, 1981 (9.^a ed.), pp. 377-390.

⁴¹ Cf. POTTIER, Bernard — *Systématique des Éléments de Relation: Étude de Morphosyntaxe Structurale Romane*, Paris, 1962. Cf. também «Sobre la Naturaleza del caso y la Preposición» e «Espacio y Tiempo en el sistema de las preposiciones», in *Lingüística Moderna y Filología Hispánica*, Madrid, 1976.

das preposições, consideram que «a relação que se estabelece entre palavras ligadas por intermédio de preposição pode implicar movimento ou não movimento», isto é, «pode exprimir um movimento ou uma situação daí resultante»⁴². Daí que «tanto o MOVIMENTO como a SITUAÇÃO podem ser considerados em referência ao *espaço*, ao *tempo* e à *noção*». Se considerarmos, por exemplo, a preposição *de*, verificamos que estabelece uma relação

- a) *Espacial* em: Todos saíram *de* casa.
 - b) *Temporal* em: Trabalha *de* as 8 às 8 todos os dias.
 - c) *Nocional* em: Chorava *de* dor.
- Livro *de* Pedro.

É com base na mesma ideia central: «movimento de afastamento de um limite», «procedência», que a preposição *de* estabelece estas relações⁴³.

Estes gramáticos perfilham a concepção de Bernard Pottier, considerando as preposições como «palavras plenas», isto é, semanticamente cheias, dependendo da maior ou menor intensidade significativa da preposição o tipo de relação sintáctica por ela estabelecida e que pode ser *Fixa*, *Necessária* ou *Livre*⁴⁴.

Partindo deste pressuposto, uma preposição estabelece uma relação fixa quando, unindo determinadas palavras (ou grupo de palavras), passa a constituir com elas um todo significativo, ou seja, uma verdadeira unidade composta, uma só palavra léxica. É o que

⁴² Cf. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Ibidem*, p. 552.

⁴³ Esta ideia é um pouco vaga e não a aceitamos inteiramente. A análise que fazemos destes exemplos no ponto 2. e seguintes ajuda a esclarecer a questão.

⁴⁴ Compare-se esta sistematização das funções relacionais da preposição com a posição de G. GALICHET (a seguir no texto) que classifica a preposição como *forte*, *aglutinada*, *fraca* ou *vazia*. Cremos, por outro lado, que não é inteiramente correcta a posição de B. POTTIER, aqui defendida pelos autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. É muito problemático que uma preposição possa ser uma «palavra plena», semanticamente cheia» e que o tipo de relação que esta expressa dependa da «sua maior ou menor intensidade significativa». Em nossa opinião, a preposição não é uma palavra plena, não tem valor por ela mesma (embora quase sempre se torne necessária), dependendo a sua escolha e valor do semantismo dos termos que relaciona (antecedente e consequente).

acontece com os topónimos (tomando, como exemplo, a preposição *de*)⁴⁵:

Rio de Janeiro; Ponte de Lima;
Viana do Castelo; Leça da Palmeira;

com alguns nomes comuns (em que se perdeu, por exemplo, a noção de «matéria»):

caminho de ferro;

em muitas formas verbais (em que a preposição ligada ao verbo, fazendo «predicado» com este, altera o seu sentido (mudança de valência)):

falar da vida alheia (mas: falar com/a);
dar com os alunos a copiar (mas: dar alguma coisa a);

ou ainda em muitas lexias (ou formas estereotipadas):

de cor; de viva voz (falar);
a ponto de (estar).

A relação torna-se necessária quando o termo principal (antecedente) exige um conseqüente, que lhe é sintacticamente necessário⁴⁶:

Isto advém da tua fanfarronice;
O João vem de Lisboa;
Ele é um inventor de máquinas.

⁴⁵ Trata-se, efectivamente, de uma só unidade de língua ou, como melhor convém chamar-lhe, de uma lexia complexa. Só não estamos completamente de acordo quando os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* afirmam que a «preposição estabelece uma relação fixa». Cremos que, sincronicamente, a lexia não comporta (já) qualquer tipo de relação e daí a impossibilidade de uma análise.

⁴⁶ Convém não confundir a preposição de regência verbal com o que se diz acima, já que, neste caso, não se trata de uma mudança de valência, mas sim de uma preposição obrigatória. Trata-se de verbos prepositivos que funcionam, como nos exemplos apontados, só com uma preposição.

Nestes casos, acentuam os autores da Gramática, «intensifica-se a função relacional das preposições com prejuízo do seu conteúdo significativo, reduzido, então, aos traços característicos mínimos», adquirindo relevo, no plano expressivo, a relação sintáctica em si ⁴⁷.

A preposição considera-se numa relação livre quando a sua presença (possível, mas não sintacticamente necessária) «é, normalmente, recurso de alto valor estilístico por assumir na construção sintáctica a plenitude do seu valor significativo». É o que acontece, por exemplo, em:

{ Encontrar-se com um amigo ⁴⁸;
 { Encontrar um amigo.

{ Procurar por alguém;
 { Procurar alguém.

A presença da PREPOSIÇÃO, para além das relações sintácticas que estabelece, «acrescenta... as ideias de «associação» (*com*) e de «movimento que tende a completar-se numa direcção determinada» (*por*)» ⁴⁹.

1.3.2 A preposição em G. Galichet

Na concepção de G. Galichet ⁵⁰, a preposição não é propriamente um signo («um signo puro»), sendo antes uma «espécie gramatical», uma vez que expressa um valor na língua. A preposição,

⁴⁷ Cf. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Ibidem*, p. 557.

⁴⁸ CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Ibidem*, pp. 557-558. (Com o verbo *encontrar-se*, no uso hoje mais corrente, trata-se de um acto intencional, sobretudo no futuro distante ou imediato: *Vou encontrar-me com o Manuel*).

⁴⁹ No nosso entender, a posição destes autores, quando sistematizam o «conteúdo significativo e função relacional das preposições», carece de ser mais clara e profundamente desenvolvida. Se é certo que, em princípio, se aceita que «as relações sintácticas que se fazem por intermédio de «preposição obrigatória» seleccionam determinadas preposições por causa do seu significado básico», interessa delimitar o campo do sistema preposicional, isto é, saber qual o «papel» (concreto) que este desempenha na estrutura da língua: se uma função relacional pura (apenas um elo sintáctico), ou essencialmente uma função semântica (decorrendo aquela desta).

⁵⁰ Cf. GALICHET, Georges — *Essai de Grammaire Psychologique*, Paris, 1950 (2.^a ed.).

pelo seu valor permanente e independente na língua, pertencendo a um inventário restrito e estável, tende mais para uma função relacional do que para uma significação conceptual, pois,

«el papel principal de la preposición es, sobre todo, el de expresar una relación gramatical, establecer entre dos unidades de lengua una conexión, incluso una jerarquía funcional, estableciendo una subordinación del determinante al determinado, del complemento a la palabra completada, pudiendo cambiar considerablemente las relaciones entre los términos que une, y de ella depende en gran parte el sentido de la frase»⁵¹.

A preposição possui a propriedade singular de fazer emergir, entre os termos que une, a relação conceptual e sintáctica que existe entre eles.

As relações funcionais entre os dois termos são variadas, podendo ser uma relação de determinação (ex.: o livro de Pedro), de caracterização (ex.: um homem de coragem), relação de agente (ex.: conhecido de todos)⁵², etc..

Por outro lado, os termos da relação determinam o valor e escolha da preposição, resultando daqui que uma mesma preposição pode indicar relações muito diferentes, de acordo com os seus antecedentes e consequentes (ex.: livro de Pedro; chegou de Coimbra; entrou de repente, etc.).

Em Galichet a relação prepositiva tem uma dupla condição: a preposição impõe aos dois termos o seu valor particular, ou são as relações virtuais entre os dois termos que orientam a escolha e determinam o valor da preposição. Parece, assim, haver uma espécie de rivalidade entre a preposição e os termos da relação prepositiva, quer impondo-se a preposição aos termos, quer estes subordinando aquela. E é a partir deste ponto de vista que G. Galichet distingue três tipos de preposição (muito) diferentes⁵³:

⁵¹ Cf. GALICHET, G. — *Ibidem*, citado por LUISA LÓPEZ, María — *Problemas y Métodos en el Análisis de preposiciones*, p. 43.

⁵² São precisamente os verbos não-agentivos que em Português e Francês se constroem na passiva com *de*: *querido de*, *cansado de*, etc.

⁵³ Confronte-se com o que atrás se disse dos tipos de relação postulados por CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley; relação *Fixa*, *Necessária* e *Livre*.

- 1.º — *Preposição forte.* A preposição é independente e torna-se absolutamente necessária para expressar e tornar clara uma relação:

ele veio para mim.

A ausência de preposição tornaria a frase confusa e inaceitável do ponto de vista gramatical (como unidade estrutural): *ele veio mim. Aquela relação poderia ser assegurada por qualquer das preposições: *por* mim, *sem* mim, *junto de* mim, *atrás de* mim...). A preposição, como elemento de concatenação a ligar os vários elementos de frase, tem aqui um valor pleno.

- 2.º — *Preposição aglutinada.* Quando a preposição é pedida ou determinada, quer pelo termo antecedente, quer pelo consequente, trata-se de uma preposição aglutinada. Se é o antecedente que pede e determina a preposição, esta tende a perder a sua força e independência, constituindo com esse termo uma verdadeira unidade de língua. É o que acontece frequentemente quando o antecedente é um verbo, podendo mesmo formar com este uma locução verbal:

anuir a; ir a; carecer de; contar com; etc.

Porém, se a preposição é determinada pelo termo consequente, tende também a formar unidade com este, limitando bastante a selecção do termo antecedente:

(falar) de viva voz; (estar) a ponto de/em vias de;

dando lugar, frequentemente, a formas estereotipadas de dizer. Mas a preposição pode também encontrar-se aglutinada entre os dois termos, inseparável de cada um deles e constituindo com eles uma nova unidade de língua:

caminho de ferro; Pão de Açúcar;
Rio de Janeiro; Freixo-de-Espada-à-Cinta.

Se a preposição perdeu aqui toda a sua independência, a verdade é que os termos da relação acabaram por perder

também o seu próprio valor para terem o valor de uma nova palavra ou unidade léxica.

- 3.º — *Preposição fraca ou vazia*. A preposição é fraca ou vazia quando não é mais do que a «testemunha», a «introdutora» da relação, bastando, muitas vezes, apenas a proximidade ou presença dos termos (antecedente e conseqüente) para a relação se tornar clara:

recuso-me a partir (=recuso partir);
estou a pensar em ir (=estou a pensar ir).

Diz Galichet que o sistema prepositivo é de todos o mais instável numa língua natural e onde melhor se pode observar a vida e mutação constante da língua. A preposição é uma das espécies gramaticais onde mais visivelmente se manifesta a vida das palavras e que melhor marca a originalidade de uma língua. Se compararmos uma língua com outra, verificamos que o que muda na sua estrutura linguística não são tanto os elementos fundamentais da representação designatória e classificatória ou qualitativa do mundo, mas antes as relações que estes elementos primeiros do conhecimento estabelecem e expressam entre si. E porque uma relação entre dois termos, estabelecida por uma preposição varia segundo as tendências próprias de cada língua, a tradução (e aprendizagem) encontra aqui algumas das suas grandes dificuldades.

1.3.3 A preposição em Lucien Tesnière

Lucien Tesnière, em *Éléments de Syntaxe Structurale*⁵⁴, apresenta uma sistematização interessante da preposição, atribuindo-lhe essencialmente a função de «translativo».

L. Tesnière estabelece, à partida, uma distinção entre «palavras cheias» ou plenas e «palavras vazias», isto é, entre palavras que estão «marcadas» pela sua carga e função semântica e aquelas que o não estão e «dont le rôle est uniquement d'indiquer, de préciser ou de

⁵⁴ TESNIÈRE, Lucien — *Éléments de Syntaxe Structurale*, Paris, 1976 (2.ª ed.), pp. 82-83 e 361-382. LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, cita pormenorizadamente L. TESNIÈRE, pp. 50-70.

transformer la catégorie des mots pleins et de régler leurs rapports entre eux»⁵⁵.

A distinção entre palavras cheias e palavras vazias realiza-se no plano semântico. No plano estrutural estas mesmas palavras recebem o nome de *constitutivas* e *subsidiárias*, respectivamente. Se uma palavra tem, só por si, capacidade de adquirir uma determinada função estrutural, de formar um núcleo (*noeud*), então ela é constitutiva; porém, se uma palavra não é capaz de, por si mesma, desempenhar uma função estrutural, se não forma núcleo, então é subsidiária. Em *o livro de Pedro, livro e Pedro* são palavras constitutivas, ao passo que *o* e *de*, porque não têm autonomia e não podem encontrar-se sem estar ligadas a uma palavra constitutiva, são palavras subsidiárias. Tesnière diz que

«les mots constitutifs sont comme les **pierres** de construction de la phrase, tandis que les mots subsidiaires ne sont que le **ciment** qui sert à assurer plus de cohésion à leur agencement»⁵⁶.

Ainda no plano estrutural, as palavras constitutivas são chamadas «morfemas», dado que asseguram uma função estrutural; paralelamente, no plano semântico, as palavras cheias são «semanemas», uma vez que asseguram uma função semântica. Mas, para além da distinção entre palavras cheias e palavras vazias (no plano semântico) e de palavras constitutivas e palavras subsidiárias (no plano estrutural), Tesnière encontra uma terceira distinção — esta do ponto de vista morfológico — entre palavras *variáveis* e palavras *invariáveis*. Enquanto que as palavras cheias e/ou constitutivas são variáveis, as palavras vazias e/ou subsidiárias são, em princípio, invariáveis⁵⁷.

⁵⁵ TESNIÈRE, Lucien — *Ibidem*, p. 53.

⁵⁶ TESNIÈRE, Lucien — *Ibidem*, p. 56.

⁵⁷ Aceitamos esta classificação de TESNIÈRE apenas como princípio metodológico, já que as «palavras vazias», em TESNIÈRE, constituem um vasto grupo em que se incluem, para além da preposição, a conjunção (de coordenação e subordinação), o artigo, os pronomes relativos, os verbos auxiliares e as terminações gramaticais. O princípio de invariabilidade não funciona do mesmo modo e com as mesmas categorias em todas as línguas, como, aliás, o próprio Tesnière o prevê (*Ibidem*, pp. 58-59), nomeadamente em Português quando se trata do artigo, dos verbos auxiliares e mesmo dos pronomes relativos (cujo, cuja, cujos, cujas).

As palavras vazias desempenham na frase uma determinada função e por isso Tesnière as divide em dois grupos: *juntivos* («jonctifs») (que a gramática tradicional classifica como conjunções de coordenação) e *translativos* («translatifs») (que são os marcantes morfológicos da translação («translation»)⁵⁸. Enquanto a função dos juntivos é unir palavras cheias ou núcleos, os translativos têm por função modificar a categoria das palavras cheias. Daqui resulta que

«leur action s'exerce directement sur les mots pleins, par conséquent à l'intérieur des nucléus que forment ces mots. ...à la différence des jonctifs qui sont intranucléaires, les **translatifs** son **intranucléaires**»⁵⁹.

A preposição encontra-se, pois, entre os translativos. Na expressão *o livro de Pedro, de Pedro*, estando subordinado a um substantivo regente, tem o valor de adjectivo, isto é, sem ser propriamente adjectivo, comporta-se sintacticamente como tal⁶⁰.

Estruturalmente nada distingue o sintagma *o livro de Pedro* do sintagma *o livro vermelho*. Num e noutro caso o subordinado desempenha o mesmo papel de epíteto da palavra *livro*.

Do ponto de vista estrutural de L. Tesnière, não é aceitável que se considere a preposição como um elemento de relação entre duas palavras, como considera a gramática tradicional. Na verdade, a preposição desempenha na estrutura da língua uma função que é bem mais profunda. Para compreender o valor das preposições em toda a sua extensão e profundidade, convém lembrar que os translativos não são internucleares, externos ao núcleo, mas *intranucleares*, internos ao núcleo. Em *de Pedro* o translativo *de* é parte integrante do mesmo núcleo que Pedro. Se recorrermos ao Latim, no sintagma *liber Petri*, a desinência *-i* do genitivo, que exprime a relação entre *liber* e *Petrus*, não ocupa uma posição intermédia entre as duas

⁵⁸ L. TESNIÈRE chama a atenção para não se confundir a noção de translação com translativo: «La translation est un phénomène syntaxique, le translatif n'en est que le **marquant** morphologique (*Ibidem*, p. 83).

⁵⁹ TESNIÈRE, Lucien — *Ibidem*, p. 83.

⁶⁰ Cf. o que a este propósito diz L. TESNIÈRE: «parmi les subordonnés du substantif, qui, à ce titre, font parti du noeu substantival, le plus ordinaire est l'**épithète**, qui a pour objet de qualifier le substantif dont il dépend En principe le rôle de l'épithète est tenu pour un adjectif: *le signal vert, le signal rouge, votre jeune cousine*» (*Ibidem*, p. 145).

palavras, mas está incorporada no final da segunda. Construindo um «stemma» deste grupo, temos de incorporar a desinência casual no núcleo a que pertence o radical *Petr-*:

liber
|
Petri

Em Português temos exactamente o mesmo fenómeno que em Latim, isto é, produz-se o mesmo fenómeno sintáctico e estrutural e a representação do translativo tem que ser incorporada no núcleo de *Pedro*:

o livro
|
de Pedro

o que prova que o translativo é intranuclear.

2. Valores da preposição de

2.1 A origem: marcador (ou indicador) de fronteira

Dependendo de um verbo de movimento ou em posição absoluta, a preposição *de* indica a fronteira inicial a partir da qual se opera um movimento, o início de uma contagem, de um ciclo temporal ou vários (de frequência definida ou não). A preposição simples, ou o *de* inserido numa locução prepositiva ou na estrutura de uma locução adverbial, marca o «terminus a quo», precisa a origem, valor próprio do ablativo.

(i) *no espaço*:

- (1) O João vem da escola.
- (2) O Pedro saiu de casa.
- (3) Ele viajou do Porto a Paris escondido numa mala.
- (4) *De* Lisboa ao Porto são mais de trezentos quilómetros.

(ii) *no tempo*:

- (5) A partir do próximo mês teremos um novo estatuto disciplinar (=do próximo mês em diante teremos...).
- (6) De Janeiro a Abril a produção da fábrica fica quase toda em armazém.
- (7) De agora em diante quem dá ordens em casa sou eu.

(iii) *fronteira inicial (num conjunto ordenado)*:

- (8) A partir dos 100 kms.-hora não se sente o volante do carro.
- (9) A partir dos cem graus centígrados a água ferve.

Em qualquer um destes exemplos a preposição *de* tem um valor pleno e, segundo alguns linguistas (B. Pottier, G. Galichet) é semanticamente cheia. Precisando melhor a função da preposição, em (1) e (2) funciona com o valor de elativo (um pouco dúbio em (1), mas claro em (2)). Em (1), (2) e (7) não é comutável com outra preposição nem pode ser apagada^{60-A}. Em (3), (4) e (6) pode ser comutada por *entre* sem que o conteúdo semântico das frases se altere:

- (10) Ele viajou entre o Porto e Paris escondido numa mala.
- (11) Entre Lisboa e Porto são mais de trezentos quilómetros.
- (12) Entre Janeiro e Abril a produção da fábrica fica quase toda em armazém.

O que se verifica em (3), (4) e (6) é que estamos perante duas fronteiras claramente delimitadas (no espaço e no tempo): a preposição *de* indica o «terminus a quo»⁶¹, enquanto que a preposição *a*

^{60-A} Os verbos *vir* e *sair* admitem o complemento de lugar regido pela preposição *para*, mas perdendo-se naturalmente o valor de elativo. A preposição *para* indica o alativo:

- a) O João vem (para a escola + para casa).
- b) O Pedro saiu (para casa + para a escola).

⁶¹ A preposição *de* indica qualquer «terminus a quo»:

- a) «Dos Santos ao Natal ou bom chover ou bom nevar».
- b) De Espinho em diante a estrada é fraca.
- c) Desta página para a frente o romance adquire uma outra dinâmica.

indica o «terminus ad quem». Em (4) os termos podem inverter-se, mas não as preposições, mantendo-se a verdade da proposição. *Entre* mantém-se estável, devido, precisamente, à sua correspondência «de ... a (até)»:

- (13) (Do Porto a Lisboa + entre o Porto e Lisboa) são mais de trezentos quilómetros.

A sequência *a partir de* presente em (5), (8) e (9) pode ser comutada por *em*, em (5), e *a*, em (8) e (9):

- (14) No próximo mês teremos um novo estatuto disciplinar (mas não antes).
(15) Aos 100 kms-hora não se sente o volante do carro (mas não antes de se atingir essa velocidade).
(16) Aos cem graus centígrados a água ferve (mas não abaixo dessa temperatura).

Em (14) entende-se que o novo estatuto disciplinar não vigorará apenas nesse mês, mas em todos os subsequentes. Em (15) e (16) precisa-se o limite mínimo (a fronteira inicial) para que a condição expressa na proposição se verifique, tendo em conta uma situação (física) normal.

A comutação por *a* confere ainda à proposição um valor reiterativo (ou disposicional).

Ainda em (8) e (9) a preposição pode ser apagada por uma transformação na estrutura frásica, passando o complemento preposicional a objecto do verbo:

- (17) Quando o carro (atinge + passa + ultrapassa) os 100 kms-hora não se sente o volante / Atingindo os 100 kms-hora não se sente o volante do carro.
(18) (Quando atinge + atingindo) os cem graus centígrados, a água ferve.

2.2 Classificador ou especificador

(i) *Direccional*:

Numa posição adnominal a preposição *de* indica a direcção, sem precisar, contudo, se o termo conseqüente ou regido funciona como «terminus a quo» ou como «terminus ad quem»:

(19) Vasco da Gama descobriu o caminho da Índia.

(20) O carro avariou na estrada da Póvoa.

O *de* tem, nestes casos, o valor de um adlativo (lugar para onde) e de um ablativo (lugar donde): *a estrada (vai + leva) para a Póvoa e/ou (vem + traz) da Póvoa*. Em qualquer dos casos, e pese embora a ambiguidade, a preposição é sempre um marcador de fronteira. Esta ambiguidade, que não existia no Latim (a função era pontualizada através de uma preposição específica), é característica do Português e das línguas românicas em geral. Tal como o Latim, o Inglês tem duas preposições específicas para um e outro caso:

adlativo: to	Póvoa
ablativo: from	

Provavelmente, na origem destas construções está a representação verbal de adlativo. E o mais comum e normal, do ponto de vista do sujeito falante, é precisamente a indicação do «terminus ad quem». Um sujeito falante residente na Póvoa de Varzim (ou aí situado) não dirá a «estrada da Póvoa» quando se quer referir, por exemplo, à estrada que liga a Póvoa de Varzim ao Porto; para este sujeito falante esta será a «estrada do Porto».

Parece-nos, no entanto, que os valores de adlativo e de ablativo dependem essencialmente do semantismo do nome regente (termo antecedente), como se vê pelos seguintes exemplos:

- adlativo:*
- a) O caminho da Índia foi descoberto pelos Portugueses.
 - b) A estrada da Póvoa tem muito trânsito.
 - c) A rota do Cabo era temida pelos navegadores.
- ablativo:*
- d) O comboio de Lisboa está atrasado.
 - e) O primo viajou no avião *do* Rio de Janeiro.
 - f) Dentro de cinco minutos deve passar a camioneta *de* Vila Real.

Note-se ainda que, se se quer precisar o valor de adlativo, a preposição *de* pode ser comutada por *para*, desfazendo-se assim a ambiguidade da proposição:

- b') A estrada *para* a Póvoa tem muito trânsito.
- d') O comboio *para* Lisboa está atrasado.
- f') Dentro de cinco minutos deve passar a camioneta *para* Vila Real.

Em c) trata-se mais de um «lugar por onde», cuja expressão se confunde frequentemente com o caso Instrumental.

(ii) *Locativo:*

Em construções idênticas, sobretudo na linguagem popular, o *de* tem o valor de um simples locativo:

(21) O carro quebrou no caminho das Pederneiras.

Embora se trate efectivamente de um caminho, a expressão «caminho das Pederneiras» é mais uma designação do que um direccional. O caminho, delimitado, situa-se (ou passa) no lugar chamado «Pederneiras». Aqui a preposição tende a perder um pouco a sua força e quase somos levados a concluir que, como mais adiante veremos, ela forma com os termos antecedente e conseqüente uma só palavra léxica.

(iii) *Especificador (apositivo) espacial:*

(22) O ano passado visitámos a cidade de Lisboa, este ano viajaremos pelo Arquipélago dos Açores.

(23) Na Vila *de* Cinfães só agora foi instalada a rede de distribuição de água.

(iv) *Especificador (apositivo) cronológico:*

(24) Tudo isto aconteceu naquele fatídico mês de Março.

(25) No ano de 1983 a inflação subiu em flecha.

Quer como especificador espacial (iii), quer cronológico (iv) (especificador «lato sensu»), a preposição *de* transforma o termo conseqüente ou regido num aposto. O *de*, integrando o aposto, é um especificador no conjunto.

Em (22) especifica, entre o conjunto das cidades (portuguesas), a cidade de Lisboa, e, entre o conjunto dos arquipélagos, o Arqui-

pélagos dos Açores. Em (24), no conjunto dos meses, especifica Março (o mês em que se verificaram os acontecimentos). É ainda de notar que o número do ano em (25) é semanticamente ordinal, como ainda o Latim evidencia, o que prova o seu carácter de especificador ⁶².

Nestes dois casos, (iii) e (iv), o valor da preposição *de* parece aproximar-se do genitivo. No entanto, era comum no Latim o emprego do conseqüente no mesmo caso do antecedente (*urbs Romae* em vez de *urbs Romae; Martius Mensis* (ou simplesmente *Martius*) em vez de *Mensis Martii*) ⁶³.

Consideremos, porém, as seguintes expressões:

- (26) O João passou o Carnaval no Rio de Janeiro.
- (27) Em Ponte de Lima há bom vinho.
- (28) Sou natural da Póvoa de Varzim — poveirinho pela graça de Deus.

Rio de Janeiro, Ponte de Lima, Póvoa de Varzim são topónimos em que a preposição perdeu já todo o seu valor. Unindo o termo antecedente ao conseqüente, a preposição não desempenha qualquer função, não estabelece já qualquer tipo de relação, mas forma com os dois termos uma nova palavra.

⁶² A preposição *de* pode ainda ser classificada com um *apósitivo de narração*, funcionando como classificador genérico em relação ao termo à sua esquerda (antecedente) e como designador individualizante à sua direita (conseqüente) com o valor do genitivo explicativo/apósitivo:

- a) Nasci no mês de Março.
- b) Vivo na cidade do Porto.
- c) Aquele homem tem a virtude da temperança.

⁶³ O emprego do genitivo vulgariza-se sobretudo a partir do fim da época republicana, concorrendo *urbs Romae* com a forma antiga e clássica *urbs Roma* (ex.: *ex oppido Thystrae* (B. Afric.)). Trata-se de uma espécie de genitivo apósitivo (ou de definição) que estabelece uma dependência, geralmente de lugar na maior parte das construções apósitivas (ex.: *in Iordanis flumine*) e que se aproxima dos nomes de lugar com genitivo possessivo (o nome do lugar é determinado directamente pelo nome dos habitantes do país ou região em genitivo): *Lutetia Parisiorum; Augusta Taurinorum*.

Ao mesmo tempo o Latim desenvolvia ao lado de *arbor olea* (a oliveira) um genitivo do tipo *arbor ficu* (a figueira), *arbor sicomori* (o sicômoro). — Cf. ERNOUT, Alfred — *Syntaxe Latine*, pp. 41-43.

(v) *Especificador de causa/motivo:*

Ainda dentro deste valor da preposição *de* (especificador) cabem outros tipos de relação, em que, prevalecendo semanticamente a ideia de origem, a relação estabelecida é mais abstracta.

- (29) Não atendeu ao aviso de «perigo *de* morte».
- (30) Vivemos em permanente perigo de guerra.
- (31) O João estava transido de medo.
- (32) O peregrino, cansado da viagem, pediu abrigo.
- (33) Há milhões de seres humanos que ainda morrem *de* fome.

Em (31), (32) e (33) ressalta a ideia de causa, como se verifica comutando a preposição pela locução adverbial *por causa de*:

- (34) O João estava transido por causa do medo.
- (35) O peregrino, cansado por causa da viagem, pediu abrigo.
- (36) Há milhões de seres humanos que ainda morrem por causa da fome.

As mesmas expressões aceitam a comutação pela preposição *com* ou *a* (como em (39)):

- (37) O João estava transido com medo.
- (38) O peregrino, cansado com a viagem, pediu abrigo.
- (39) Há milhões de seres humanos que ainda morrem (com fome + à fome).

Numa reflexão mais profunda somos levados a concluir que a preposição *de*, que nestes casos depende de um participio que, em princípio, é passivo, funciona como uma espécie de agente (ou instrumento) da passiva.

Já em (29) e (30), dado o seu carácter disposicional (e um maior grau de abstracção), a ideia de causa parece bastante diluída e reduzida à expressão de um efeito (provável) de graduação (neste caso, elevado). A expressão «perigo de morte» é equivalente a «risco de morte/de morrer» e paralela a outras como: «risco de adoecer», «risco de ficar paralítico», «risco de desastre», «risco de guerra», etc. Se bem que «morte» e «guerra» sejam a causa (origem) do perigo, a preposição depende inteiramente do antecedente («perigo»), onde

se concentra toda a carga semântica da expressão. Os termos consequentes apenas indicam uma hipótese ou possibilidade. A preposição tem aqui o valor próprio do genitivo (um genitivo de causa (Grego) e, provavelmente, um genitivo explicativo (Latim)).

Dado o sentido declarativo-representativo de «aviso», uma relação de abstracção máxima encontra-se ainda em (29). Trata-se plausivelmente de matéria do discurso, ou seja, de uma designação sumariante de um discurso relatado:

(29') (...) aviso *de* «perigo de morte».

Outros tipos de relação de abstracção máxima, normalmente não especificada, existem em expressões como estas:

(40) O miúdo ficou especado à entrada da porta.

(41) Deu-lhe um chá de flor *de* eucalipto.

Convém notar que, como especificador de causa/motivo, a preposição *de* aparece com frequência na dependência de um verbo ou participio passado (conforme exemplos (29) a (33)):

(42) Sentou-se à sombra da árvore a descansar *da* jornada ⁶⁴.

(43) Será que hoje ainda se morre de amores?

(44) O Pedro chorava, mas era de raiva.

(45) O Pai caiu morto de cansaço.

Com verbos de sofrimento físico (doença), a preposição indica a localização (orgânica/somática) da causa:

(46) O António sofre do estômago.

(47) A Anita padece da bronquite.

⁶⁴ Neste caso convém notar o seguinte:

1 — A noção de causa não é imediata. Entre o acto de *descansar* e a jornada existe o cansaço (é este que provoca o descanso):
jornada → *cansaço* → *descansar*.

2 — A relação estabelecida pela preposição *de* indica um corte final ou uma pausa de intermitência: há a implicação de uma descontinuidade.

De qualquer modo, é um *de* nitidamente ablativo.

(vi) O *de* designa um objecto intencional (psíquico):

- (48) Ele tem medo *de* viajar de avião⁶⁵.
- (49) Não há nada mais belo e doce que o carinho de uma mãe.
- (50) Sabia ao menos que tinha o amor de Deus.

Nestes casos, para além do objecto intencional, o *de* designa também a origem.

Implica também uma ideia de afastamento (valor de ablativo):

- (51) Devido a uma série de complicações com a polícia, fomos impedidos de partir.

(vii) Uma outra função da preposição *de* é a de qualificador, especificando a origem:

- (52) Já se sabia que uma mulher de baixa condição não lhe servia para esposa.

ou transformando um SN em SAdj.:

- (53) O João é homem de dinheiro (=endinheirado).
- (54) O Pedro é um rapaz de muito siso (=assisado).

A preposição *de* comuta, neste caso, com *com*:

- (55) O João é homem com dinheiro.
- (56) O Pedro é um rapaz com muito siso.

Nestas construções é difícil especificar qualquer circunstância para o sintagma regido de *de*. Este sintagma pode-se é parafrasear por uma construção com o verbo *ter*:

- (53') O João é homem que tem dinheiro.
- (54') O Pedro é um rapaz que tem muito siso.

⁶⁵ Com nomes como *medo*, *pavor*, *esperança*, *desejo*, que designam estados psíquicos pouco activos (médio-passivos), a preposição *de* indica, especificamente, o objecto psíquico (espécie de diátese que se diferencia em certas línguas, como o Arménio (como observa o Prof. Óscar Lopes)). Porém, se os nomes designam estados psíquicos activos como *atenção* (*a*), *tendência* (*para*), *propensão* (*para*), a preposição *de* não é admissível e o termo consequente funciona como um direccional.

O que se observa é que o sintagma regido de *de* contém diáteses diferentes, que podem indicar uma *relação activa*, uma *relação médio-passiva* ou apenas uma *relação passiva*. A construção com *ter* apresenta o interesse de evidenciar as ambiguidades da diátese.

A comutação por *com* implica a abordagem de uma noção muito genérica de concomitância.

(viii) *Especificador de quantidade (ou quantificador):*

A preposição *de* determina a quantidade, o valor dimensional (ou a faixa de valores dimensionais):

- (57) Entrou no Tejo uma esquadra de vinte navios.
- (58) O tio António era já um homem de idade avançada.
- (59) Uma rapariga de 22 anos e já divorciada por duas vezes!

A comutação por *com* é normal, sendo mesmo indiferente o emprego de uma ou outra na linguagem comum:

- (60) Entrou no Tejo uma esquadra com vinte navios.
- (61) O tio António era já um homem com idade avançada.
- (62) Uma rapariga com 22 anos e já divorciada (...)!

Note-se que em (57) o *de* determina a dimensão da cardinalidade.

(ix) *Ponto de vista:*

Regido de alguns verbos ou adjectivos, a preposição *de* indica o ponto de vista. A preposição depende do antecedente, formando núcleo com este:

- (63) Não sei como tão facilmente se possa mudar de atitude.
- (64) Se tivesse personalidade, não mudava de nome.
- (65) Redobrava de energias a cada instante, até que acabou por vencer.
- (66) Parece que o tipo é um pouco falho de memória.
- (67) O pai era homem apertado da bolsa.
- (68) Ele é um homem cheio de ódio.
- (69) Casou com um homem carecido de bens, mas honesto e trabalhador.
- (70) De queixumes és tu farto.

O valor do *de* aproxima-se quer do genitivo quer do ablativo. Regido por um verbo recobre o valor do ablativo, mas, se o regente é um adjectivo de «abundância» (ou o seu contrário), o caso mais comum é o genitivo, embora o Latim admitisse também o ablativo (em algumas circunstâncias), uma vez que estes adjectivos requerem, genericamente, um complemento de matéria. E esta flutuação entre o genitivo e o ablativo comprova-se em Português pela aceitabilidade da preposição *em* com quase todos os adjectivos desta espécie (espécie de estratégia de metáfora *locativa* para um complemento de «ponto de vista»). Particularmente em (68), (69) e (70) o *de* é ablativo; há aqui uma noção metafórica de matéria a preencher uma também metafórica capacidade.

- (71) ? (...) o tipo é um pouco falho em memória.
- (72) O pai era muito apertado (na bolsa + no dinheiro).
- (73) Casou com um homem pobre em bens, (...).
- (74) Em queixumes és tu farto.

Porém, o adjectivo *cheio* não aceita outra preposição (em Latim *cheio* regia também ablativo: *pleni sanguine riui* (=torrentes de sangue)⁶⁶:

- (75) *Ele é um homem cheio em ódio.

(x) *Género/espécie*:

Numa posição internominal, a preposição *de* especifica o género ou a espécie do termo (substantivo concreto ou abstracto) à sua esquerda, funcionando como classificador genérico do termo à sua direita:

- (76) Tinham a casa recheada de objectos *de* luxo.

⁶⁶ Com muitos adjectivos de «abundância» (ou os seus contrários), a preposição *de* pode também ser considerada com a função de partitivo. Psiquicamente não entendemos a totalidade, mas apenas uma parte (a maior): o coração de um homem não está apenas cheio de ódio, há sempre lugar, por mais ínfimo que seja, para a tolerância, para o amor. Note-se que o partitivo diz respeito ao SN à direita (é o consequente):

- a) Cheio de ódio (aquilo de que está cheio).
- b) Falho de memória (aquilo de que é falho).

- (77) Não há uma faca de cozinha nesta casa.
- (78) Este livro de culinária faz jus às tradições da boa cozinha portuguesa.
- (79) Para que servem todas essas palavras de ódio?
- (80) Voltou para ela uns olhos de ardor e paixão.
- (81) Uma criança de excelente carácter.

Também aqui o *de* flutua entre o genitivo ⁶⁷ (genitivo descritivo) e o ablativo (ablativo de qualidade ou ablativo descritivo), o que reforça a teoria da convergência dos casos genitivo e ablativo (que terá, certamente, a ver com a passagem do «genus» (género) à «species» (espécie)).

- (xi) Relativamente próximo da função de especificador de género/espécie, está o *de* dependente de um substantivo colectivo e que tem a propriedade de o classificar (como acontece em (82)), de o singularizar, o que se verifica pelo artigo definido:

- (82) Foi eleito para a Assembleia de Representantes.
- (83) Avistou ao longe uma manada de bois.
- (84) O rapaz apascentava um rebanho de ovelhas.
- (85) Ainda agora passou por aqui uma caterva de gente.

De salientar que o termo à direita terá de estar obrigatoriamente no plural, ou então ser ele também um colectivo-massivo (como em (85)).

Noutras expressões o *de* pode indicar o género/espécie, ou então especificar o conteúdo:

- (86) Estava ali um copo de água.
- (87) Esqueceram-se de pôr na mesa os copos de água.
- (88) Achou um maço de cigarros.
- (89) Esperava tudo, menos aquela carta de despedida.

⁶⁷ BENVENISTE, Emile — «Pour l'analyse des fonctions casuelles: le génitif latin», in *Problèmes de Linguistique Générale* 1, Paris, 1966, designa este genitivo um «genitivo de qualidade», particularmente o exemplo anotado em (81): *uma criança de excelente carácter*. É, aliás, um dos quatro empregos do genitivo admitidos por BENVENISTE. Deixamos, contudo, a exploração deste assunto para o ponto 3, onde tratamos especificamente o genitivo.

Tal como nos anteriores exemplos, o termo à direita ou é um massivo (86) e (87) ou está no plural (88). Em (86) e (87) o *de* especifica um fim ou um destino: copo(s) para água. Em (88) *maço* é tomado como um colectivo de medida e *cigarros* é o conjunto plural, portanto discreto. Em (89) a qualificação especificadora é de fim ou intenção.

A preposição *de* pode também indicar a medida (dependendo, possivelmente, do semantismo do verbo): medida de um massivo (singular) (em (90)), ou medida de um nome contável (=discreto), e daí o plural *cigarros* (em (91)). *Maço* é um colectivo de medida (equivalente a um número colectivo: dezena, dúzia, grossa):

- (90) Beba sempre um copo de água ao levantar da cama
(=uma determinada quantidade de água).
(91) Ele fuma um maço de cigarros por dia (=20 cigarros).

Perde-se a noção de medida de capacidade se *de* aceitar a comutação por *com*:

- (92) Estava ali um copo com água.
(93) ? Achou um maço com cigarros.

Em (89) o termo à direita da preposição é um nome deverbal e a preposição *com* só é possível se esse termo for também comutado por um sinónimo ou um nome deverbal da mesma família (tornando-se a aceitabilidade da frase um tanto subjectiva):

- (94) Esperava tudo, menos aquela carta com o seu despedimento.

Carta de despedida é uma designação não genérica: designa um tipo de carta (como *carta de parabéns*, *carta de pêsames*, etc.).

Em (88) a comutação só parece possível se o semantismo do verbo o permitir, ou então se o interesse do sujeito falante se centrar mais no conteúdo do que no continente (espécie de metonímia):

- (95) a. Achou um maço (com + sem) cigarros.
b. Achou um maço ainda com cigarros.
c. Achou um maço já sem cigarros.
(95') ?? Comprou um maço com cigarros.

Em (86) e (87) as expressões são ambíguas, pois o *de* tanto pode indicar o género/espécie (um determinado tipo/género de copo), como a medida de capacidade (uma determinada quantidade (particularmente em (86))).

(xii) *Matéria:*

Incluimos também na função de especificador a preposição *de* quando indica a matéria de que um objecto é feito.

O *de* tem, neste caso, o valor do ablativo (sendo frequente no Latim o emprego do adjectivo em vez do substantivo em ablativo (ex.: *pocula ex auro* = *pocula aurea*)). O genitivo de matéria encontra-se no Grego (clássico), o que leva a admitir que ele pertencia já ao Indo-Europeu. Em Latim não se encontra nenhum exemplo que permita distinguir um genitivo que exprima a matéria de que um objecto é feito (**pocula auri* — não é admissível); o Latim criou o ablativo de matéria regido de *ex*.

- (96) Não vendemos sacos de papel.
- (97) Colocou na campa do pai uma lápide de mármore.
- (98) Quanto custa o candeeiro de cristal?
- (99) Naquele dia calçou umas botas de borracha.

Funcionando como especificador de matéria, é possível a comutação pela preposição *em*, o que é pouco usual em Português:

- (100) Quanto custa o candeeiro em cristal?
- (101) ? Naquele dia calçou umas botas em borracha.

A construção com a preposição *em* é galicismo (se bem que a preposição *de* seja também a mais comum em Francês: ex.: *une table de bois*, melhor que *une table en bois*), e na relação estabelecida dá relativamente mais importância à matéria (termo consequente) do que ao objecto (termo antecedente)^{87-A}.

(xiii) Situando-se entre o género/espécie (x) e a matéria (xii), encontra-se ainda o *de* como especificador:

^{87-A} Este aspecto é posto em destaque numa frase como: *Eu queria umas botas em borracha*. A preposição *em* selecciona um determinado material por oposição a outro.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

- (102) O miúdo perdeu o compêndio de matemática.
(103) Ele ofereceu um livro de cozinha à namorada.

A preposição *de* indica a matéria ou conteúdo (do compêndio, do livro, tomados «in abstracto»), e pode interpretar-se como de matéria de discurso (tratado ou sumário de um discurso relatado). É essa a origem latina (*De Bello Gallico*). A comutação da preposição *de* por outra qualquer sofre das mesmas restrições de aceitabilidade:

- (104) ? Ofereceu um livro sobre cozinha à namorada.
(105) *O miúdo perdeu o compêndio (em + sobre) matemática.

Tendo algo a ver com o assunto (ou complemento de matéria de discurso), o *de* aparece nas seguintes estruturas:

- (105) Não é mesmo a imagem de um homem?
(106) Vi hoje o retrato do «Tónio» numa montra.

A preposição estabelece uma relação de representação (=a imagem representa um homem), podendo aproximar-se do genitivo objectivo.

(xiv) Bastante diferentes são as seguintes expressões:

- (107) Repara, a cor do céu hoje está mais fulgente.
(108) As águas do mar são da cor *do* céu.
(109) O estilo de Camilo é fogo mas brilhante.

Em primeiro lugar há a considerar em (107) e (108) o sintagma *cor de*. *Cor* pertence à classe dos substantivos prepositivos. Sobretudo o exemplo apontado em (108) pode aproximar-se de (53) e (54) — transformação de um SN em SAdj.: cor do céu = cor celeste —, mas o mais correcto é, no nosso entender, considerar *cor do céu* como uma só palavra já lexicalizada no uso corrente e normal da língua (o que, sincronicamente, torna difícil a classificação da preposição): *cor do céu* é uma espécie de cor (=azul celeste), como verde, vermelho, laranja, azul, cor de rosta, etc.. *Cor de (x)* determina (mais especificamente) uma classe de equivalência; pela sua produtividade, a construção *da cor de* é um arquissemema adjectival (e não tanto uma lexia).

Na relação de determinação existente também em (109), a preposição *de* funciona como classificador específico do termo à sua esquerda, que singulariza em relação ao termo à sua direita. Também aqui se aproxima de (53) e (54).

O que se deduz destes exemplos é que a relação de determinação estabelecida pela preposição *de* depende da semântica do nome.

(xv) Situado entre a *matéria* e o *ponto de vista*, encontra-se o *de* regido por um verbo de «abastecer»:

(110) Assinou um contrato para abastecer de legumes o Supermercado.

(111) Como o ano foi bom, atulhou o celeiro de trigo.

(112) O comandante mandou prover o navio de mantimentos.

Nestes verbos há, por forma literal ou metafórica, um sema de *encher* (ou *esvaziar*) e o correlativo nome de matéria regido por *de*. Mais genericamente, estamos perante uma dimensão (tipicamente, a de capacidade) e os verbos com sema de *encher* exprimem uma actividade que tende à realização do máximo da dimensão (*esvaziar* à realização do mínimo). Esta actividade é aditiva (ou subtractiva) e incide sobre porções de um determinado tipo (matéria).

A comutação por *com* é possível⁶⁸:

(113) (...) abastecer com legumes o Supermercado.

(114) (...) atulhou o celeiro com trigo.

(115) (...) mandou prover o navio com mantimentos.

(xvi) Incluímos ainda o *de* como especificador quando estabelece uma relação de nomeação (ou de individualização):

(116) Acabo de ler o novo romance *de* José Cardoso Pires.

(117) As obras de Eça de Queirós continuam a ser sucessivamente editadas.

⁶⁸ À primeira vista pode parecer que a preposição *com* altera de algum modo a semântica da frase; se bem que não seja frequente o seu emprego em estruturas como as anotadas, ouvimo-la aqui e além na linguagem popular. E, embora com menos aceitabilidade, a comutação pela preposição *em* é também possível (dependendo do semantismo do verbo):

(113) a. (...) abasteceu o mercado em legumes.

(115) a. (...) ? prover o navio em mantimentos.

A preposição *de* indica o agente-autor. Tem o valor do genitivo e, de algum modo, aproxima-se do genitivo possessivo (ou antes, agentivo).

Diferente é o valor do *de* nas seguintes expressões:

- (118) Morou algum tempo na Rua de Camões.
- (119) A concentração fez-se na Avenida da Liberdade.

Embora se estabeleça numa relação de nomeação, o *de* não indica o agente-autor, mas tem antes a qualidade de singularizar o termo à sua esquerda e é a semântica deste que condiciona o valor do *de*. Os nomes de ruas, praças, escolas (rua de ... praça de ... escola de ..., etc.) equivalem a valores indiciais, tal como um numeral ordinal (os números das ruas de Nova Iorque ou de Espinho são números ordinais, sob forma cardinal por questão de simplicidade^{68-A}).

Nestes casos, o valor da preposição *de* não deve ser confundido com o *de* funcionando como especificador (apositivo) espacial (vd. (iii)), como *cidade de Lisboa*, *Arquipélago dos Açores*, em que o aposto corresponde a um actante predicativo (ou um complemento nominal: a cidade *de Lamego*).

De resto, em Português nem sempre se diz «Ele mora na *rua de Camões*», mas muitas vezes: «Ele mora na *rua Camões*», «na *Alameda Afonso Henriques*», «na *Avenida João XXI*», «na *Praça Humberto Delgado*», etc.; ou ainda

- (120) a. A Joana frequentou a Escola (de + ϕ) Oliveira Martins.
- b. O Artur andou no Liceu (de + ϕ) Alexandre Herculano.

em que o apagamento da preposição em nada altera a relação entre os dois termos.

^{68-A} Em vez de interpretarmos o *de* como estabelecendo uma relação de nomeação (ou de individualização), é pertinente levantar a questão de se tratar aqui, antes, de um *de* «celebrativo-comemorativo» ou um *de* «memorial», «(quase) votivo». Sendo assim, a equivalência a valores indiciais não pode ser defendida. (Devemos esta observação ao Doutor A. Franco, como outras que se seguem, no texto, nomeadamente a distinção entre o *de* especificador (apositivo) espacial e o *de* na relação de nomeação).

No entanto, o *de* especificador (apositivo) espacial não pode ser apagado:

- (121) a. Sou da Ilha da Madeira (mas *sou Ilha Madeira).
b. Visitei o Arquipélago dos Açores (mas *visitei Arquipélago Açores).
c. Estive no Canal da Mancha/do Panamá (mas *estive no Canal Mancha/Panamá).
d. Viemos da cidade de Lisboa (mas *viemos da cidade Lisboa).

Confiram-se ainda os exemplos:

- (122) a. A cidade de Coimbra/ a cidade do Mondego/ a cidade de Camões.
b₁. A cidade de Leiria.
b₂. Leiria, a cidade do Liz/ a cidade de Rodrigues Lobo.

em que subjacente à função de especificador existe também a relação de nomeação (ou de individualização). O termo antecedente (=cidade) não permite o apagamento da preposição.

Note-se ainda que a preposição pode ser parafraseada por um participio ou um SPrep. (concomitativo), ambos com o sentido de nomeação:

- (123) Morou algum tempo na rua (chamada + com o nome) Camões.

(xvii) *Qualificador*:

A preposição *de*, na dependência de um adjectivo (subjectivo), funciona, por vezes, como qualificador de um nome à sua direita, expressando um determinado estado emotivo do sujeito falante (em relação a alguém ou a alguma coisa):

- (124) Infeliz de mim, que não tenho mais alegria na vida!
(125) Feliz de quem tem pai e mãe!
(126) O parvo *do* João deixou-se levar pelos amigos de ocasião!
(127) A estuporada da cadeira tem-me dado que fazer!

Não é muito comum este emprego da preposição *de* em Português, como já não o era em Latim. É o que os latinistas classificam como genitivo exclamativo (*mercimoni lepidi!*) e que tem um valor independente na língua, já que não é determinado pelos termos da proposição. Tem essencialmente um valor expressivo e W. de Groot define-o como: «expression of an emotional attitude of the speaker to something, perhaps always a non person»^{68-B}.

Em Português, este genitivo exclamativo é, possivelmente, o resultado de uma transformação de um predicado que adquiriu valor expressivo (ou estilístico)⁶⁹.

(128) Eu sou infeliz, não tenho mais alegria na vida.

(129) O João é parvo, deixou-se levar pelos amigos de ocasião.

Este valor expressivo (ou estilístico) é característico da língua francesa. Parece-nos que este *de* «qualificador» ocorre fundamentalmente com adjectivos que exprimem a atitude (positiva ou negativa) do falante; tem, pois, a ver directamente com a (expressão da) *valoração* por parte do sujeito falante (avaliação subjectiva).

2.3 Modalizador assertivo

- (i) Ocorre frequentes vezes o emprego da preposição *de* depois de um verbo transitivo (directo ou indirecto) ou intransitivo, sem que esteja na sua dependência directa (o seu emprego é determinado pelo tipo de acto de fala). Vejamos três exemplos:

(130) Ele fez isso de verdade.

(131) O Rui Pedro está alegre de verdade.

(132) Quero-lhe de todo o meu coração.

Nos dois primeiros casos ((130) e (131)), o *de* (+Nome (concreto ou abstracto)) tem um valor ilocutório de confirmação de uma asserção. O SPrep., introduzido por *de*, modaliza a asserção, con-

^{68-B} DE GROOT, A. W. — *Les oppositions dans les systèmes de la syntaxe et des cas*, «Mélanges C. Bally», Slatkine Reprints, Genève, 1972, pp. 107-127.

⁶⁹ Cf. MILNER, J. C. — *De la Syntaxe à l'Interprétation*, Paris, 1978, cap. V e VI, que estuda de modo pormenorizado estas construções.

firmando-a. Em comunicação dialógica é aposto a uma dúvida (real ou eventual), principalmente com uma frase interrogativa:

(133) Ele fez isso de verdade?

A resposta normal é: *Fez pois!* — resposta de confirmação à pergunta para confirmação.

Parece-nos que o *de* (com a totalidade da expressão) funciona como um intensificador, tem um valor enfático, como se vê pela paráfrase:

(134) Ele fez mesmo isso / Ele *fez mesmo*.

Há como que uma aproximação à terminologia jurídica em que as expressões têm um valor de qualificação da verdade, asseverativo ou confirmativo (= *de facto*; [*de re*; *de iure*]).

Tal *facto* torna-se mais evidente se, em vez de um verbo transitivo, há um verbo cópula + adjectivo predicativo:

- (135) a. O Rui Pedro está alegre de verdade.
b. O Rui Pedro está mesmo alegre.
c. O Rui Pedro está alegre na plena aceção do termo.

São enunciados constativos em que o sintagma *de verdade* exprime a suposição de que esse enunciado reproduz um conteúdo perceptivo adequado no sentido do ouvinte. Quando o falante produz um enunciado destes (o falante sublinha um *facto* que lhe parece ou é óbvio e pretende convencer disso o seu interlocutor), ele parte de que aquilo que diz é evidente para o seu ouvinte e que este reconhece como correspondendo aos *factos*: aquilo que o falante disse. Por outro lado, há como que o estabelecimento (ou então a definição) do valor (ou intensidade) normal para uma qualidade: «alegre, mas o que se chama alegre», «autenticamente alegre».

As frases (135) b. e c. confirmam o valor enfático do *de*, que, como se comprova, é um elemento da estratégia de ênfase.

Consideremos, porém, o exemplo anotado em (132):

- (136) a. Quero-lhe do fundo do meu coração.
(= *ab imo pectore*)
b. Quero-lhe de todo o meu coração.
c. Quero-lhe do coração.

O valor do *de* em (132) é algo diferente de (130) e (131); em vez de uma confirmação ou modalização, contém uma superlativação: o *coração* é aqui como que uma medida, dimensão ou espaço que o loquente toma na sua medida máxima: (de) *todo* o meu coração.

(ii) Indicando o modo, mas sem carácter assertivo, a preposição *de* estabelece uma relação entre um verbo intransitivo e um nome:

(137) Durante toda a celebração estive de joelhos.

(138) O marido costumava dormir de costas.

(139) O professor andava sempre de fato e gravata.

A relação estabelecida é uma relação de abstracção e, por isso, dependente da semântica do verbo ⁷⁰. Por outro lado, o *de* em (137) e (139) aproxima-se dos exemplos (53) e (54) (transformação de um SN em SAdj.) ⁷¹:

(137') Durante toda a celebração estive ajoelhado.

(139') O professor andava sempre engravatado.

⁷⁰ Relação idêntica é estabelecida pela preposição *a*: *Gosto de andar a cavalo/a pé*. É curioso notar que nas expressões *a pé/de pé* o valor das preposições pode ser idêntico (sobretudo ao nível da oralidade e com marcas regionais): ? *Nos autocarros andamos sempre a pé/de pé*, ou, melhor, *Às seis horas da manhã já ele estava a pé/de pé*. Porém, o valor altera-se significativamente, de acordo com a semântica do verbo (estático ou dinâmico):

a. Nos autocarros viajamos sempre (de pé + *a pé).

b. Vou de pé, mas felizmente não vou a pé.

Viajar de pé ou *ir de pé* implica a utilização de um veículo de transporte em que o passageiro não vai sentado, mas apoiado nos seus próprios membros; *viajar a pé* ou *ir a pé* obriga ao movimento das pernas como meio de locomoção de um lado para o outro.

A preposição *de* implica, assim, o estatismo do sujeito, enquanto a preposição *a* indica dinamismo (o movimento parte do sujeito).

⁷¹ *Dir-se-ia* que o complemento com *de* equivale a um adjectivo funcionando como nome predicativo do sujeito. Mas o verbo *estar* também admite advérbio predicativo: *estar ali*. Note-se, a título de curiosidade, a construção: *estar assim* (*estar assim* tanto pode ser pro-adjectival: *estar calado*, como pro-advérbio: *estar inabalavelmente ali*).

- (iii) Uma relação de abstracção aparentada com a acima referida, mas que hesitamos em incluir na mesma classe, é a que é estabelecida em casos como:

(140) O aluno cita de memória.

(141) O seu avô sabia de cor tudo o que aprendeu na primária.

Se em (140) a preposição *de* indica o modo (relação ainda mais abstracta do que a anterior) e depende do verbo, em (141) a dependência em relação ao verbo perde-se quase por completo, pois forma uma espécie de lexia com *cor*. A palavra *cor* (do Latim *cor*, *cordis* = coração) só por si não funciona na língua portuguesa, mas apenas posposta à preposição *de*: *de cor*. «Saber de cor» é «saber do coração» (o coração era tido como a sede do saber).

Convém notar que a preposição *de* não indica apenas o modo, mas também, e em primeiro lugar, a *origem* e daí o valor do ablativo (o lugar de onde se tira a citação: *citar a partir da memória* ou também *citar de cabeça* — que podemos confrontar com: *citar do texto / do livro* (relação menos abstracta); ou o lugar sede, do saber: *saber de cor* (=do coração)).

2.4 Indicador cíclico

- (i) Um caso particular da preposição *de* encontra-se quando funciona como indicador (ou marcador) cíclico, como aqui o classificamos. Analisemos estes exemplos:

(142) O miúdo contava as peras *de dez em dez*.

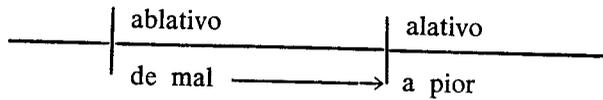
(143) *De vinte em vinte* quilómetros aparece uma bomba de gasolina.

Em primeiro lugar, no exemplo anotado em (142), embora a expressão *de dez em dez* seja composta de números cardinais, a preposição estabelece uma pré-ordem que é (forçosamente) ordinal. É esta pré-ordem estabelecida pelo *de* que marca as sequências cíclicas daí originadas. É a medida, a ordem, que indica o ciclo. Em cada uma das sequências cíclicas, o *de* tem o valor do ablativo, indica a origem, o termo inicial de cada ciclo; mas como se trata de uma ordem, ele aponta imediatamente para o alativo, indicando

Semelhante a este encontramos outros casos, mas de natureza abstracta:

(145) O custo da vida vai de mal (a + ? em) pior.

Temos igualmente estabelecida uma ordem ou, se quisermos, uma gradação (que atinge ou tende para o grau máximo, o clímax). O *de* indica o limite de onde ciclicamente se parte, o termo tomado como inicial: o ablativo; e aponta de imediato para o alativo, o termo tomado cíclico final de um processo:



A paráfrase é possível e aponta também para o clímax:

(146) O custo da vida está cada vez pior.

onde a ciclicidade se mantém, embora expressa de modo mais indirecto, pois admite-se uma sequência de *vezes* tais que em cada qual o custo de vida é pior do que na vez anterior (comparativo cíclico, monotamente crescente).

Anotemos, a título de curiosidade, algumas expressões metafóricas em que a preposição *de* apresenta o mesmo valor:

(147) Nos últimos tempos o João tem andado de cavalo para burro.

(148) O Pedro andou de Seca em Meca e não conseguiu arranjar trabalho.

Sobretudo em (148) a análise torna-se difícil, pois trata-se de uma lexia em que as preposições *de* e *em* funcionam como meta-variáveis.

(ii) *Localização cíclica:*

Uma outra função da preposição *de* é a de indicar um determinado tempo cíclico, mais ou menos delimitado no espaço temporal

(mas sem precisar o tempo exacto), em que se faz ou acontece alguma coisa:

- (149) A mãe levanta-se logo *de manhã cedo* para cuidar da casa e do pequeno almoço.
- (150) Trabalho melhor *de tarde* do que *de manhã*.
- (151) Era ainda *de madrugada* e já o lavrador apunha os bois ao carro.

A preposição, que tem o valor do ablativo (tempo em que), se for comutada altera sensivelmente a semântica da proposição, perdendo-se, em grande parte, a noção da localização cíclica:

- (152) ? A mãe levanta-se logo *pela manhã cedo* para cuidar da casa e do pequeno almoço.
- (153) Trabalho melhor *pela tarde* do que *pela manhã*.

Em (152) a estrutura frásica não nos parece inteiramente aceitável. E com a preposição *por*, quer em (152), quer em (153), o espaço temporal abrange todo o ciclo (toda a tarde, toda a manhã), aproximando-se, neste caso, do acusativo. Parece-nos que a preposição depende da semântica do verbo e do tempo (a ciclicidade não é garantida apenas pelo SPrep. integrado por *de*). E uma das provas é que apenas a preposição do exemplo (150) pode ser comutada por *durante*:

- (154) Trabalho melhor *durante a tarde* do que *durante a manhã*.

Acentue-se, uma vez mais, que os semas do verbo e do tempo condicionam particularmente o valor da preposição. Em (149) e (150) o verbo tem um sentido iterativo e encontra-se no imperfeito e no «presente habitual», respectivamente, o que remete para uma ciclicidade. Se em vez destes tempos tivermos o passado ou o futuro, deixa de haver ciclicidade (levantou-se / levantar-se-á não seria cíclico):

- (150') ? (Trabalhei + Trabalharei) melhor *de tarde* do que *de manhã*.

Curioso é o emprego da preposição *de* anteposto às estações do ano:

- (155) Com o tempo que faz, tenho de arrumar a roupa de (inverno + primavera + verão + outono).
- (156) De inverno trazemos (sempre) roupas mais quentes que de verão.
- (157) *(De primavera + de outono) trazemos quase sempre roupas mais leves.

No primeiro caso (155), não se trata de uma localização cíclica, e a preposição *de* funciona como qualificador, transformando um SN em SAdj. (Vd. 2.2 (vii)). Já em (156) o *de* funciona como indicador cíclico (localização). Porém, como se constata pela inaceitabilidade de (157), só *verão* e *inverno* aceitam a preposição *de*. A preposição mais comum em Português, com o mesmo valor, é *em*, e que comuta com *de* nos casos em que esta é aceitável ⁷²:

- (156) a. No inverno trazemos (sempre) roupas mais quentes que no verão.
- (157) a. (Na primavera + no outono) trazemos quase sempre roupas mais leves.

Tal como acontece em (150), as preposições *de* e *em* podem comutar por *durante*:

- (156) b. Durante o inverno trazemos (sempre) roupas mais quentes que durante o verão.
- (156) b. Durante (a primavera + o outono) trazemos quase sempre roupas mais leves.

Do mesmo modo a interpretação semântica é diferente: enquanto as preposições *de* ou *em* indicam um determinado espaço no ciclo, podendo ou não abrangê-lo na totalidade, *durante* remete para o todo do espaço cíclico.

⁷² A propósito convém recordar que o Francês emprega a preposição *en* excepto para a primavera (*printemps*):

- a. *Un voyage en été/hiver.*
- b. *Un voyage au printemps.*

(iii) *Indicador de medida:*

- (158) O comboio (tem + traz) um atraso de 5 minutos.
- (159) O muro tem a altura de 1,70 m.
- (160) O Carlos levantou um peso de 50 kgs.

Em qualquer um dos casos a preposição *de* indica uma determinada medida (linear, tempo, peso), compreendida dentro de um intervalo contado a partir da unidade. Recobre o valor do genitivo, podendo transformar-se no objecto do verbo (acusativo):

- (161) O comboio atrasou-se 5 minutos.
- (162) a. O muro tem 1,70 m. de altura.
b. O muro mede 1,70 m. de altura.
- (163) a. O Carlos levantou 50 kgs. de peso.
b. O saco que o Carlos levantou pesava 50 kgs.

Parece-nos que, de algum modo, o valor do *de* se aproxima muito do *de especificador* (especificador «lato sensu») (Vd. 2.2).

Se atentarmos em (163) a., verificamos que há elipse do nome a que respeita a dimensão:

- (164) O Carlos levantou um saco (com + de) 50 kgs.

A preposição *com* alterna com *de*, recobrando o mesmo valor. *Com* é, no entanto, de uso mais comum e dá a ideia de concomitância (saco (que continha + contendo) 50 kgs.).

(iv) Um caso algo parecido aos acima notados é, por exemplo, o seguinte:

- (165) Mandaram à loja um menino *de* cinco anos de idade.

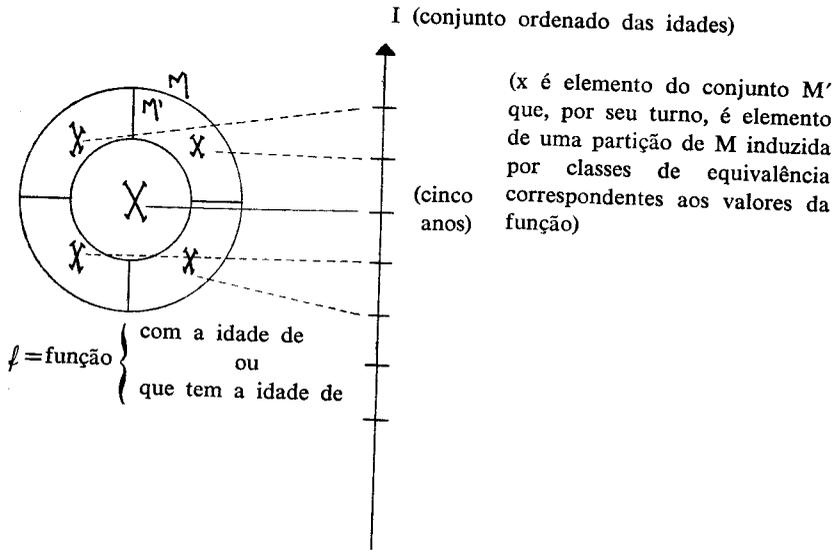
A preposição *de* comuta normalmente por *com*, mantendo, no geral, a verdade da proposição, mas acentuando a intenção do sujeito:

- (166) Mandaram à loja um menino *com* cinco anos.

ou pode dar-se a transformação do SPrep. em Frase:

- (167) (...) um menino que tinha cinco anos.

Também aqui o *de* nos parece funcionar mais como especificador do que como indicador de intervalo. Se visionarmos a expressão «menino de cinco anos» num diagrama, obtemos a seguinte interpretação:



Ter cinco anos é a qualidade que serve de diferenciação no conjunto dos meninos. Portanto o *de* (ou *ter cinco anos*) especifica um determinado conjunto de meninos, M' , a que X pertence (é a classe de equivalência de X em M , cujo valor pela função *com a idade de* (ou *ter cinco anos*) é *cinco anos* ($f(x) = 5$ anos).

2.5 Objecto

A preposição *de* emprega-se ainda frequentemente aposta a verbos transitivos indirectos (alguns transitivos directos e indirectos) e verbos reflexos. Como a estrutura sintáctica destes verbos exige obrigatoriamente o emprego da preposição, preferimos designá-los por «verbos prepositivos».

Com um verbo prepositivo, a preposição apenas desempenha uma função sintáctica (indicando o respectivo caso), sem contrapartida na estrutura semântica em que se torna num caso (semanticamente) neutro. O papel da preposição é o introdutor do objecto verbal, este, sim, semanticamente carregado e diversificado.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

Em Latim, o verbo prepositivo rege directamente o genitivo ou constrói-se com ablativo e, em certos casos, com acusativo. Com a maior parte dos verbos há uma flutuação na construção, que não era de maneira nenhuma rígida, embora se possa apontar o caso mais frequente.

- (i) A preposição *de* indica o objecto da voz média (aspecto de diátese):

(168) O Pedro vingou-se do colega.

Com verbos de «sentimento» a preposição *de* indica o objecto psíquico (intencional) (verifica-se igualmente o aspecto de diátese: voz média, aparentemente reflexiva):

(169) O Padre compadecia-se dos mais pobres.

(170) O Pedro logo se arrependeu da má acção.

(171) O João enamorou-se de uma bonita rapariga.

(172) O usurário assenhoreia-se dos bens alheios.

O mesmo acontece com os verbos de «recordar»:

(173) Ele lembrava-se dos filhos que ficaram na pátria distante.

(174) Eu e o teu pai recordámo-nos ainda daqueles tempos.

Dependente de um verbo activo, a preposição *de* introduz o objecto de uma acção (genérica), parecendo, como em (175), ter um sentido ablativo:

(175) O comerciante indemnizou-o do prejuízo.

- (ii) Com verbos declarativos o *de* indica o «objecto de discurso»:

(176) O Manuel falava dos pais com ternura.

(177) O presidente do clube informou os sócios *da* demissão do treinador.

(178) Convenceu a Fernanda *da* necessidade de fazer a operação.

(179) O caçador vangloriava-se das suas façanhas.

(180) O Secretário trata dessa questão.

(181) Abandonou o emprego para cuidar dos pais.

Em Português, a chamada gramática tradicional classifica o complemento regido de *de*, na dependência de um verbo declarativo, como *compl. circunstancial de assunto* ou *matéria de discurso*. Este complemento tende para a titulação. O *de* indica, por isso, uma relação de representação que é assimilável a *objecto de discurso* ou até a discurso directo reduzido a título sumariante (dá-se a nominalização de todo um discurso) (Vd. 2.2 (xiii)).

Com os verbos *tratar de* (180) e *cuidar de* (181) não se trata tanto de objecto de discurso, mas antes de um objecto intencional (a que é subjacente um certo psiquismo).

(iii) *Sentido partitivo*:

- (182) Cada um dá do que é seu.
- (183) Muitas vezes dei-lhe do meu pão.
- (184) Por favor, corte-me dois metros desta fazenda.
- (185) Finalmente o Presidente da República disse *da* sua justiça.

Em (182), (183) e (184) o sentido partitivo refere-se a um objecto concreto (divisão de massivos), enquanto que em (185) há um objecto abstracto.

(iv) Depois do verbo cópula (geralmente *ser*) + adjectivo predicativo, a preposição *de* indica uma particularidade (ou qualidade) inerente ao sujeito, também com sentido partitivo, e que funciona como objecto de estado psíquico (186) e objecto de disposição (187):

- (186) Nunca se viu um rapaz tão ávido de riquezas.
- (187) O Pedro é incapaz de fazer mal a uma mosca.
- (188) Este governo é (indigno + desmerecedor) da nossa confiança.
- (189) A Maria é (digna + merecedora) de compaixão.

Com as expressões *ser próprio de*, *ser dever de*, a preposição indica o sujeito lógico a que é inerente ou que desenvolve uma determinada acção:

- (190) É próprio dos homens gerar conflitos.
- (191) É dever dos filhos respeitar os pais.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

Por um processo de transformação da estrutura frásica, este sujeito lógico ocupa o lugar do sujeito gramatical (a frase torna-se assertiva):

(192) Os homens geram conflitos.

(193) Os filhos (respeitam + devem respeitar) os pais.

(v) Regendo um objecto concreto, na dependência de um verbo de movimento, a preposição *de* indica (evocando uma imagem de) deslocação a partir do lugar inicial:

(194) O José sacou da pistola e virou-se para ali aos tiros.

(195) Quando os valentes puxavam da espada os bandidos metiam o rabo entre as pernas.

(vi) Numa posição internominal, especialmente se o antecedente é um nome deverbal, a preposição indica também o objecto desse nome:

(196) Foi condenado pelo crime de *abuso de confiança*.

(197) O proprietário fez o corte de árvores na quinta.

(198) Atormentava-o o pensamento da morte.

A função da preposição é a de especificar o objecto intencional (psíquico em (196) e (198)). Convém, no entanto, anotar o carácter precário desta classificação do sintagma com *de* como exprimindo o objecto. Em (198) o «pensamento da morte» funciona como sujeito sintáctico da frase e o «sujeito psíquico» de tal «pensamento» figura como objecto (*como se fosse atormentado por esse pensamento*). Isto mostra como é difícil dizer-se se a pessoa que *pensa* (*se recorda, se interessa, se apaixonava*, etc.) é sujeito ou objecto (ou lugar onde) do fenómeno psíquico ⁷³.

⁷³ Para além dos verbos (e objectos preposicionais) aqui anotados e analisados, em Português há inúmeros verbos prepositivos com *de*, que, pelo espaço que isso implicaria, nos escusamos de exemplificar. O que se regista neste estudo cremos ser o mínimo necessário para ver a função da preposição *de*.

3. O genitivo em Português

Existem em Português muitas construções frásicas como estas:

- (1) A biblioteca *do* Pedro é grande e diversificada.
- (2) O filho *do* Pedro é bom rapaz.
- (3) O livro *de* Cardoso Pires obteve um grande sucesso.
- (4) A carta *do* Presidente alarmou a Assembleia.
- (5) A Rosa tinha no quarto a fotografia *de* um homem.
- (6) O medo *dos* terroristas era assunto geral das conversas.
- (7) Quem ordenou a destruição *do* inimigo?
- (8) O riso *das* crianças é puro e inocente.
- (9) O movimento *das* pernas é necessário e saudável.
- (10) A recusa *do* emprego não se justificava.
- (11) O professor era um homem *de* inteligência superior.
- (12) A filha do lavrador era uma mulher *de* rara beleza.
- (13) O primeiro *dos* atletas foi Carlos Lopes.
- (14) A maior parte *dos* homens recusa a guerra.
- (15) Perderam-se cinco milhares *de* hectolitros de vinho generoso.

Nestas construções a preposição *de* encontra-se numa posição adnominal e rege um nome em genitivo: *genitivo possessivo*⁷⁴ em (1) e (por analogia) em (2) e, possivelmente, em (3) e (4) (aqui o *de* indica o agente/autor) e ainda em (5); *genitivo objectivo* em (6), (7), (9) e (10); *genitivo subjectivo* em (?)(6) e (8); *genitivo de qualidade* em (11) e (12); e *genitivo partitivo* em (13), (14) e (15).

A classificação do genitivo deriva do sentido ou conteúdo particular legado a cada um dos seus empregos. Qualquer dos genitivos estabelece um valor gramatical ou uma relação de «dependência» ou de «determinação» de um nome a outro nome, que é inerente à função primordial sintáctica do próprio genitivo⁷⁵.

Mas vejamos, em separado, cada um destes genitivos.

⁷⁴ Cf. SEILER, Hansjakob — *Possession (as an Operational Dimension of Language)*, Tübingen, 1983.

⁷⁵ Cf. BENVENISTE, Emile — «Pour l'analyse des fonctions casuelles: le génitif latin», in *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris, 1966.

3.1 Genitivo possessivo

- (i) O genitivo possessivo tornou-se, desde a boa latinidade (tanto na manifestação literária ou oficial como nos registos orais do Latim), o emprego típico do caso, exprimindo a posse no sentido mais amplo do termo. Os exemplos (1) a (4) registam este genitivo.

Em (1) e (2) encontramos o genitivo propriamente dito, parafraseável por uma construção com o verbo *ter*:

- (16) O Pedro tem uma biblioteca grande e diversificada (=posse alienável).
 (17) O Pedro tem um filho que é bom rapaz (=posse inalienável).

O genitivo (nome [+ HUM.]), que indica o possuidor em relação à «coisa» possuída, torna-se o sujeito da construção com verbo e o «possuído» passa a objecto directo do verbo transitivo. A relação sintáctica estabelecida pelo genitivo (relação de posse) mais não é, em termos da gramática generativa, que a reescritura de superfície de uma estrutura profunda e subjacente de SN + SV:

$$N_1 + V + N_2 \rightarrow N_2 + de (=G.) + N_1$$

A estrutura subjacente de (17) parece conferir à proposição um valor indeterminado (ambíguo), devido aos traços sémicos inerentes do nome na função de complemento directo [+HUM.], antecedido do artigo indefinido. Se, efectivamente, o determinado de N_2 é um artigo indefinido, então a verdade da proposição mantém-se: *O Pedro tem um filho* (pelo menos *um* filho do sexo masculino). E é este o sentido de (2): «*o filho do Pedro*». Se, porém, o determinante é um numeral, então a frase é ambígua e a transformação tanto pode indicar um genitivo possessivo, como admitir também um genitivo partitivo ⁷⁶:

- (18) a. O Pedro tem um filho que é bom rapaz; os outros (filhos do Pedro) não.

⁷⁶ A ideia de posse, no sentido próprio do termo, em sintagmas nominais como *filho de Pedro*, *pai de António*, *irmão de João*, está bastante afastada. A preposição *de* estabelece, primariamente, uma relação de parentesco. Não

- b. O filho do Pedro (=o único filho) é bom rapaz.
- c. Um filho do Pedro (=um dos filhos) é bom rapaz.

(ii) O genitivo possessivo encontra-se ainda na dependência do verbo cópula *ser* (e outros verbos copulativos), exercendo, neste caso, uma função predicativa:

(19) A casa é do meu pai.

Este genitivo é largamente atestado no Latim clássico, em alternância com o dativo:

a'. *domus patris mei est*, ou

b'. *est patri meo domus*.

A alternância da construção sintáctica tem a ver com o «focus»: na construção com dativo o conteúdo da preposição incide sobre o possuidor, ou melhor, a afirmação é enunciada partindo do ponto de vista do possuidor (que funciona como sujeito gramatical):

(20) O meu pai tem uma casa.

O genitivo faz incidir a afirmação sobre o objecto possuído⁷⁷ (que ocupa então a posição de sujeito gramatical):

(21) A casa é do meu pai (=pertence ao meu pai).

é sem razão que Jerónimo Soares Barbosa, na *Gramática Filosófica*, classifica este complemento como «terminativo» (e não «restritivo»), porque pedido por um substantivo de «significação relativa». A relação de parentesco é recíproca: se António é filho de Pedro, Pedro é pai de António.

Contudo, a ideia de posse, ou mais especificamente de «pertença», prevalece se os nomes antecedente e conseqüente do sintagma nominal forem antecidos de artigo definido, como acontece em (2): *O filho que pertence ao Pedro* (que é do Pedro).

Dentro do Direito Romano, é mais fácil compreender *filho de x* do que *pai de x*, no quadro da transformação que aqui propomos, pois o filho (como o escravo) pertencia ao pai, que dispunha até do direito de vida ou de morte. A relação sintáctico-semântica deve ser mais complexa.

⁷⁷ Note-se que a posse nas línguas indo-europeias era normalmente expressa em dativo, como em *est mihi aliquid*. A construção com *habeo* é mais recente e aparece com pouca frequência no período clássico; *est mihi aliquid* e *habeo aliquid* coexistem em alguns autores, normalmente em Cícero, que

(iii) É desta noção de genitivo predicativo que deriva o emprego atributivo, pedido por um genitivo exprimindo uma ideia aproximada de «posse» ou dela derivada:

(22) Errar é próprio dos homens.

(23) É dever dos homens instaurar a justiça.

Como anotámos anteriormente (2.5 (iv)), o genitivo (regido em Português pela preposição *de*, que faz parte das expressões «ser próprio de», «ser dever de») indica o sujeito lógico a que é inerente ou que desenvolve uma determinada acção (podendo também desempenhar a função de sujeito gramatical):

(22) a. Os homens erram.

(23) a. Os homens devem instaurar a justiça.

Tal como em (19), o traço principal do genitivo existente em (22) e (23) é a sua construção predicativa. O genitivo predicativo de *ser* denota a «pertença», a «posse» (em (19)); se o nome que exerce a função de sujeito (=objecto possuído) for substituído por um infinito ou expressão equivalente, obtêm-se as construções anotadas em (22) e (23):

(24) Pertence ao homem (errar); é um facto humano (errar).

Como afirma Benveniste, o genitivo predicativo construído com *ser* não é senão um derivado sintáctico do genitivo possessivo ⁷⁸.

denota preferência em favor de *habeo*, sobretudo para os bens materiais. Devemos ainda fazer notar que a pertença, caso genitivo, se distingue da posse, que se constrói em dativo. Não existe o mesmo conteúdo nos sintagmas nominais:

a. O clube do meu pai.

b. A casa do meu pai.

Em a. deduz-se que «o meu pai pertence a (é sócio de) o clube» (implicando a interpretação de *clube* como simples conjunto de sócios (entre eles o meu pai)), e em b. «o meu pai tem/possui uma casa» (a casa está à disposição do meu pai, pode fazer dela o que quiser). Cf. BENVENISTE, E. — *Ibidem*, p. 145.

⁷⁸ BENVENISTE, E. — *Ibidem*, diz concretamente o seguinte: «Or ce génitif prédicatif construit avec *esse* n'est lui même qu'un dérivé syntaxique du génitif dit «possessif»: c'est l'emploi normal du génitif *aedes regis* qui rend possible la construction *haec aedes regis est*. La relation posée entre *aedes* et *regis* subsiste pareille quand du syntagme déterminatif *aedes regis* on passe

(iv) Existe na língua uma variedade do genitivo possessivo, quando a posse se refere a uma propriedade ou qualidade, dada por um nome abstracto:

- (25) Todos admiram a coragem da mulher.
- (26) A fúria do Carlos ia destruindo todos os móveis.
- (27) O lavrador enaltecia as qualidades do animal.

Em qualquer dos casos o genitivo é parafraseável por uma construção com o verbo *ter*:

- (28) A mulher tem coragem.
- (29) O animal tem qualidades.

O genitivo indica a propriedade ou qualidade mais ou menos inerente, estável ((25) e (27)), ou transiente, instável (26). A posse, enquanto tal, não está presente na semântica deste genitivo, mas apenas figurada. Enquanto que em «a biblioteca do Pedro» a construção se pode analisar em relação com a estrutura alternativa: «Pedro tem uma biblioteca», isto é, existe um *B* tal que (=quantificador)

A possui B	}	funções
A é Pedro		
B é uma biblioteca		

em «a mulher tem coragem» a função [A possui B] não está presente. A semântica do termo determinado condiciona a função semântica do genitivo. Poder-se-ia admitir que o determinado pode funcionar como atributo do determinante pela transformação do sintagma nominal:

- (28) a. A coragem da mulher.
- b. A mulher (que) tem coragem.
- c. A mulher corajosa.

à l'énoncé assertif *haec aedes regis est*, et de lá à *pauperis est numerare pecus*, variante de cet énoncé». Note-se, porém, que em (22) e (23) há uma relação genérica ou gnómica que não existe em (21). Com efeito, (21) é uma asserção factual, ao passo que (22) e (23) são sentenciosamente gerais.

Só que o «focus» é desviado do determinado (coragem) para o determinante (mulher), o que de alguma maneira altera o significado do sintagma.

O sintagma nominal em (27) não admite tal transformação, o que leva a supor que ela é restrita e apenas possível para os nomes abstractos dos quais se pode fazer derivar um adjectivo.

(v) Os exemplos dados em (3) e (4), se bem que possam incluir-se no genitivo possessivo, aceitando a paráfrase com *ter*:

(30) Cardoso Pires tem um livro que (...)

(31) ? O Presidente tem uma carta que (...)

remetem antes para um genitivo «agentivo» e a paráfrase implica o verbo *fazer* ou outro verbo factitivo:

(32) Cardoso Pires (fez + escreveu) um livro que tem um grande sucesso.

(33) O Presidente escreveu uma carta que alarmou a Assembleia.

A preposição *de* funciona mais como especificador, estabelecendo uma relação de nomeação (ou de individualização)⁷⁹.

(vi) Um caso à parte é o que se verifica em (5), que incluímos, inicialmente, no genitivo possessivo. Trata-se, com efeito, de um caso especial de genitivo, análogo do possessivo, sem nenhum traço gramatical que o distinga do genitivo normal (adnominal). A única diferença está na interpretação semântica posta a descoberto pela paráfrase:

(34) (...) a fotografia representa um homem.

Tal como acontece em (3) e (4), a preposição *de*, embora com a marca de genitivo, estabelece, prioritariamente, uma relação de representação; mas, se tivermos que classificar este tipo de genitivo

⁷⁹ Vd. ponto 2.2 (xvi).

adnominal, diremos que é um genitivo de «objecto» (o elemento *homem* é o «objecto» representado e passa a depender directamente do verbo). O genitivo de objecto é raro e funciona, normalmente, na dependência de um nome icónico (entende-se genitivo de «objecto» como variedade semântica e não genitivo «objectivo») ⁸⁰.

No entanto, um sintagma nominal como:

(35) A fotografia do António (é muito bonita)

pode ter três interpretações diferentes:

- (36) a. O António tem uma fotografia (...).
 b. A fotografia é do António.
 (37) O António fez uma fotografia (muito bonita).
 (38) A fotografia representa o António.

As paráfrases de (36) denotam o genitivo possessivo, sendo mesmo possível o emprego do genitivo predicativo ((36)b.); (37) remete para o genitivo do tipo «agente/autor»; e (38) indica o genitivo «objecto». Esta ambiguidade semântica deve-se, no nosso entender, à semântica do nome regente (ou antecedente).

3.1.1 Características do genitivo possessivo

Pela análise que fizemos do genitivo possessivo, quer adnominal, quer predicativo, e dos genitivos «agente/autor» e «objecto», constata-se que todos são regidos pela preposição *de* e podem ser relativizados. Não é difícil concluir que o genitivo possessivo se distingue claramente dos outros dois, essencialmente pela interpretação semântica que dele emana.

Uma questão se levanta: a diferença semântica dos diferentes genitivos não afecta também o estatuto da preposição?

Sabemos que o emprego da preposição *de* recobre funções muito variadas nas línguas românicas, particularmente em Português, como vimos no ponto anterior. Além disso, a preposição *de* foge,

⁸⁰ Cf. MILNER, J. C. — «Les génitifs adnominaux en Français», in *De la Syntaxe à l'interprétation*, pp. 69-94.

como nenhuma outra, ao estatuto geral das preposições, inserindo-se, quer em locuções prepositivas (ex.: *a partir de*), quer na estrutura de locuções adverbiais (ex.: *além de*, *dentro de*, etc.). Os valores da preposição *de*, atrás estudados, são muito diferentes do *de* na regência de um genitivo possessivo.

E. Benveniste observa que, no conjunto das preposições (em Francês), *de* e *a* se distinguem por dois traços fundamentais:

- 1.º *de* e *a* não podem ser parafraseáveis por uma locução prepositiva, ao contrário de uma preposição normal (ex.: em casa = no interior de) ^{80-A}.
- 2.º *de* e *a* aparecem como elementos de ligação («joncteur») final em toda a locução preposicional. Esta situação leva a definir *de* e *a* não como preposições autênticas, mas como «marcas flexionais» ⁸¹.

Nas línguas românicas, especificamente em Português, existem ainda restos de casos, visíveis sobretudo no sistema pronominal, onde a flexão se mantém mais fiel ao tipo latino, ao contrário dos nomes, que conservam apenas a forma proveniente do caso «acusativo».

Nos pronomes o caso é marcado por uma variação morfológica, por exemplo, a oposição eu/me/sim; ele/se/si/lhe, enquanto que, para os nomes, o caso é marcado por um morfema disjunto: *de* ou *a* (ou outro morfema). A flexão casual é morfológica (e monomorfe-mática) no sistema pronominal, tal como numa língua dita casual, contrariamente ao que acontece no sistema nominal. Se, por consequência, *de* e *a* se combinam com pronomes (*de* + pronome e *a* + pronome), não podem ser marcas flexionais, uma vez que, precisamente no sistema pronominal, a flexão casual não é suportada por morfemas

^{80-A} Não se passa exactamente o mesmo em Português, pois tanto *a* como *de* podem ser parafraseáveis, em determinados contextos, por uma locução prepositiva:

- a. Aos cem graus centígrados a água ferve = *a partir dos* cem graus centígrados a água ferve.
- b. O João estava transido de medo = o João estava transido *por causa do* medo.

⁸¹ Sobre esta teoria de BENVENISTE, cf. MILNER, J. C. — *Ibidem*, pp. 60-80.

disjuntos (as formas átonas do pronome em Português — *me/te/se/lhe* — nunca são regidas de preposição) ⁸².

Em Português o possuidor (principalmente quando este tem o traço [+HUM.]) pode ser comutado pelo pronome possessivo (e este, normalmente, não é regido de preposição) ⁸³:

(39) A biblioteca do Pedro → a sua biblioteca.

(40) O filho do Pedro → o seu filho.

A forma tónica do pronome pessoal de 3.^a pessoa admite a regência preposicional:

(41) (A biblioteca + o filho) do Pedro → *dele*.

No exemplo assinalado em (5) não é possível a comutação do nome em genitivo («fotografia de um homem») pelo possessivo, sem que se altere o conteúdo da preposição:

(42) A Rosa tinha no quarto a sua fotografia.

Neste caso, o possessivo *sua* remete para o sujeito da frase ou, quando muito, pode ainda funcionar como dêctico de um N' referenciado no contexto. Logo o genitivo assinalado em (5) (Vd. 3.1 (vi)) não pode ser interpretado como possessivo.

⁸² Em Francês tal consequência é facilmente verificada para *a*, como mostra MILNER. Pelo contrário, em Português raramente a preposição *a* é admitida antes de um pronome, a não ser ao nível da oralidade e concretamente na linguagem popular. Não é aceitável a construção *falo a ele* (**je parle à lui*, mas *je pense à lui*), mas *falo-lhe*; *dou a ele* (um livro), mas *dou-lhe*, etc.. Alguns verbos aceitam, contudo, a construção com *a*: *queixo-me a ele* e não *queixo-me-lhe*. Porém, este mesmo verbo empregado na 3.^a pessoa aceita mais naturalmente a forma «-lhe»: *queixa-se-lhe* em vez de *queixa-se a ele*, o que leva a supor que a regência preposicional das 1.^a e 2.^a pessoas tem mais a ver com a incompatibilidade dos pronomes do que com a especificidade sintáctica do verbo. Mas temos de notar que *queixar-se* é um verbo essencialmente reflexo e a forma pronominal faz parte integrante do verbo (é um afixo).

⁸³ Pondo de parte os verbos prepositivos de *de*, o possessivo (em posição absoluta) apenas aceita regência preposicional com o verbo *ter* nesta construção:

a. O João tem alguma coisa de seu.

b. Tenho alguma coisa de meu.

O possessivo é enfático (ou redundante), funcionando como reforço do sujeito possuidor (o que o João tem é seu por direito próprio).

Assim, somos levados a concluir que, com excepção de (5), *de* é a realização segmental de um caso que se chamará *GENITIVO*⁸⁴. Este caso é reservado a um N' que depende directamente, sem preposição, de um outro N'. Na estrutura *a biblioteca do Pedro* teremos [N' a biblioteca [N' de Pedro]]. O caso genitivo é consignado a *Pedro* e realiza-se como *de*, sendo possível formular as seguintes regras morfológicas:

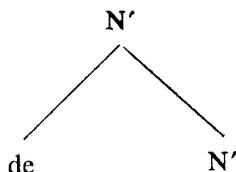
1. N' → [+genitivo] / [N' X → Y].

(Indica o caso *genitivo* com um N' dependendo de outro N').

2. N' → [N' de N']

[+genitivo]

produzindo a estrutura:



A partir daqui é então possível estabelecer a seguinte proposição quanto ao estatuto do *de*:

«No genitivo possessivo *de* é uma marca casual que afecta um N'; no(s) genitivo(s) não possessivo(s) *de* é uma preposição que introduz um grupo preposicional».

O *de* é também uma marca casual quando engendra o chamado «genitivo de transposição», ou seja, o «genitivo subjectivo» e o «genitivo objectivo». Como mais adiante veremos (3.4), este(s) geni-

⁸⁴ Há que distinguir dois empregos do termo «genitivo»: um, puramente descritivo, diz respeito a todo o sintagma nominal marcado por *de*; o outro, sistemático, designa exclusivamente um caso flexional. O termo «genitivo» será reservado ao segundo. Cf. MILNER, J. C. — *Ibidem*, p. 83.

tivo(s) realizado(s) com *de* (a única preposição que realiza o caso genitivo) resulta(m) «par transposition de deux cas opposés: l'accusatif régime d'un verbe transitif, et le nominatif sujet d'un verbe intransitif»⁸⁵.

3.2 Genitivo de qualidade

- (i) Ao lado do genitivo possessivo, estruturalmente em tudo igual a este, encontramos o *genitivo de qualidade*, indicando «lato sensu» a «coisa possuída». O nome em genitivo [[-ANIM.+ABST.] ou [+CONCR.]], expressa uma qualidade característica ou permanente num ser ou num objecto. Ao contrário do possessivo, com o nome do possuidor, [+HUM.] ou [+ANIM.], em genitivo, o genitivo de qualidade depende de um nome (antecedente) [[+ANIM.] + [CONCR.]] (raramente [+ABST.]) que é o «possuidor»⁸⁶. Os exemplos (11) e (12) ilustram perfeitamente este genitivo.

Muitas outras realizações são possíveis:

- (43) É um homem de grande eloquência.
- (44) Havia no jardim uma árvore de enorme altura.
- (45) Preocupa-se com coisas de pouca importância.
- (46) Bateu à porta um homem de tipo cigano.
- (47) É homem do meu sangue e *da* minha condição.
- (48) Tinha um vinho de boa qualidade.

Uma coisa a reter é que o genitivo de qualidade é geralmente acompanhado de um adjectivo qualificativo, muitas vezes funcionando

⁸⁵ BENVENISTE, Emile — *Ibidem*, p. 147.

⁸⁶ Numa análise mais detalhada, podemos aproximar o genitivo de qualidade do genitivo possessivo, introduzindo uma paráfrase com o verbo *ter*:

- a. O professor era um homem que tinha uma inteligência superior (=o homem tinha uma inteligência superior).
- b. A filha do lavrador era uma mulher que tinha uma rara beleza (=a mulher tinha uma rara beleza).
- c. A árvore tinha uma enorme altura.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

como um *quantificador* «lato sensu», como vulgarmente acontecia em Latim (em que o adjetivo era obrigatório):

- a) *homo magnae eloquentiae*;
- b) *turris ingentis altitudinis*;
- c) *res nullius momenti*.

A preposição *de* tem também aqui um valor mais amplo do que a própria marca casual. Ela determina a espécie, ou subconjunto (vd. 2.2 (x)), funcionando como um especificador (do termo à sua esquerda) e recobre tanto o valor do genitivo como o do ablativo⁸⁷. Se o termo determinado (consequente) indica uma particularidade (ou qualidade) distintiva ou característica de um indivíduo, como:

(49) Um homem de grande coragem.

o genitivo de qualidade (também chamado «genitivo descritivo») concorre com o *ablativo de qualidade* (ou «ablativo descritivo»), como acontecia no latim clássico, muitas vezes na mesma estrutura frásica:

d) *uir magni ingenii summaque prudentia*.

(ii) Do mesmo modo que o genitivo possessivo se emprega numa função predicativa (3.1 (ii)), o genitivo de qualidade tem também função predicativa, sem em nada alterar a significação do enunciado:

(50) O homem é de rija têmpera.

(51) Nós, os portugueses, somos não só da raça lusitana, mas também da (?) grega e latina.

⁸⁷ O *de* é uma preposição pura introduzindo um grupo preposicional. E a flutuação entre os valores do genitivo e do ablativo comprova-se pela comutação com a preposição *com*:

- a. (...) um homem com grande eloquência.
- b. (...) uma árvore com enorme altura.
- c. (...) coisas com pouca importância.
- d. (...) ? homem do meu sangue e com a minha condição.

mas

- e. (...) *homem com raça cigana.

não é aceitável, pois o emprego da preposição *de* é condicionado pelo semantismo do nome consequente.

Sobretudo em estruturas como (50) é indistinto, nos registos oral e literário, o emprego do genitivo adnominal ou a construção predicativa. Trata-se tão só de variantes sintácticas ou estilísticas:

- (52) Ele é um homem de rija têmpera = o homem é de rija têmpera.

Nas duas construções há somente a considerar o determinante (artigo definido ou indefinido), remetendo, no primeiro caso, para uma certa ideia partitiva:

- (53) Ele é um dos homens de rija têmpera.

Mas a ideia partitiva aparece mais nítida em (51), sobretudo no segundo membro da estrutura frásica:

- (54) Nós, os portugueses, fazemos também parte das raças grega e latina (=somos uma parte das raças grega e latina).

A construção predicativa em (51) desfaz-se pela introdução de um nome que passa a ser determinante do sintagma nominal (em genitivo) e funciona como predicativo:

- (55) (...) somos homens das raças grega e latina.

Em determinadas circunstâncias, que dependem sobretudo da natureza morfológica (e semantismo) do nome em genitivo, este pode transformar-se num adjectivo (o *de* transforma, neste caso, um SN em SAdj.)⁸⁸:

- (56) É um homem de grande eloquência (muito eloquente).

⁸⁸ A teoria da translação de L. TESNIÈRE tem algo a ver com a transformação. O termo determinado («subordinado» em L. TESNIÈRE) desempenha o papel de epíteto. Por meio do «translativo» (prep. *de*) o substantivo passa a desempenhar a função que sintacticamente pertence ao adjectivo, isto é, passa de uma categoria a outra categoria morfossintáctica (a translação é apenas um fenómeno sintáctico). Só que, nos exemplos referenciados, a mudança afecta, no todo, a categoria morfológica do termo subordinado. Cf. TESNIÈRE, Lucien — *Éléments de Syntaxe Structurale*, pp. 361-382.

- (57) Bateu à porta um homem de raça cigana (=um homem cigano (ou só: cigano)).
(58) Um homem de grande coragem (=muito corajoso).

3.3 Genitivo partitivo

- (i) O genitivo partitivo indica «o todo donde se tira uma parte» (a parte é expressa pelo nome regente de que depende o genitivo). Nos exemplos (13), (14) e (15) os sintagmas nominais «o primeiro dos atletas», «a maior parte dos homens» e «cinco milhares de hectolitros (de vinho)», são genitivos partitivos. Este genitivo funciona na dependência de um nome, um adjetivo, um pronome, um advérbio ou um verbo.

Em (14) implica uma ideia de divisão, de partilha, implicada pelo próprio substantivo *parte* (=os homens dividem-se quanto à recusa da guerra), e em (15) de medida ou de quantidade. A quantidade, não delimitada, «medida», está também presente em (14)⁸⁹.

Convém, porém, notar que o ordinal de (13) e o numeral colectivo «milhares» de (15) exigem o partitivo. A esta espécie de construções associam-se frequentemente outras, como as superlativas relativas ou com os substantivos (superlativos relativos) «maioria», «minoria», etc.:

- (59) O Pedro é o empregado mais trabalhador da fábrica.
(60) O Carlos é o empregado menos trabalhador da fábrica.
(61) A maioria dos homens gosta de paz e sossego.
(62) Apenas uma minoria das mulheres não gosta de homens dominadores.

⁸⁹ Em construções como a anotada em (14) (=a maior parte dos homens/das mulheres/dos animais), o Latim empregava o genitivo ou colocava o determinado no caso do antecedente (construção apositiva): *plerique hominum, pleraeque mulierum, pleraque animalium* ocorrem ao lado de: *plerique homines, pleraeque mulieres, pleraque animalia*.

É frequente em Português o emprego do genitivo partitivo indicando, em relação ao termo regente, a unidade de divisão de massivos (uma espécie de «partitivo de massivos») ⁹⁰.

- (63) Pediu à mãe um pedaço de pão.
- (64) Tomava todas as manhãs uma colher de licor.
- (65) Foi à loja comprar cem gramas de manteiga.
- (66) Um alqueire de centeio não chega para nada.
- (67) Beber apenas um copo de vinho é o aconselhável ⁹¹.

(ii) Dependente de um advérbio de quantidade:

- (68) a. Perdeu-se mais *de* metade do vinho.
b. O Pastor perdeu mais de cinquenta carneiros.
- (69) Com menos *de* quinze quilos de farinha não vale a pena cozer pão.

A preposição *de* perde quase por completo, neste caso, a marca flexional (ou casual) e, na dependência directa do advérbio, funciona como um quantificador de mensuráveis ou massivos, em sentido partitivo.

Sensivelmente com o mesmo valor encontramos outros empregos do genitivo partitivo, pedido por um advérbio ou um pronome indefinido (neutro), em que o termo determinado é um nome abstracto ou um adjectivo substantivado ⁹²:

⁹⁰ O Francês emprega frequentemente o genitivo partitivo sempre que há uma referência a massivos e/ou contáveis, o que não acontece em Português:

- a. 1. Fr. : Je veux du pain/de l'eau.
2. Port.: Quero pão/água.
- b. 1. Fr. : Aujourd'hui il y a peu de spectateurs.
2. Port.: Hoje há poucos espectadores.

⁹¹ O termo antecedente (=copo) é aqui tomado como medida (=uma determinada quantidade de água). O sintagma nominal *copo de água* está condicionado pelo semantismo do verbo. No entanto, a preposição *de* tanto pode remeter para o genitivo partitivo (divisão de massivos = uma parte da água), como indicar a medida (=uma determinada quantidade de água) (vd. ponto 2.2 (xi)).

⁹² Compare-se com o Latim: *nihil noui, nihil praemii* (=nullum praemium). Tal partitivo em Português é ainda um latinismo (por via erudita), tendo desaparecido praticamente na linguagem comum: *nenhuma novidade* (em vez de *nada de novo*), *nenhum prémio* (em vez de *nada de prémios*).

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

- (70) Só pedimos um pouco de paz.
- (71) Nada de novo aconteceu por aqui.
- (72) Há algo de estranho nessa história.
- (73) O Rui Pedro tem muito do avô.

ou então em formas estereotipadas de dizer (ou latinismos), por analogia com as construções anteriores:

- (74) Nada de prémios para quem não for mesmo bom!
- (75) Nada de palavras doces para esse malandro!

Note-se ainda que o nome em genitivo é um massivo (ou entendido como tal) ou terá de estar no plural, como em (74) e (75).

(iii) Emprega-se ainda o genitivo partitivo servindo de complemento ao superlativo relativo, designando «o que é tirado de um grupo (conjunto), ou de uma série». Anotemos alguns exemplos:

- (76) O P. Américo foi o maior e o melhor dos cidadãos.
- (77) O cancro é a pior das doenças.
- (78) O João Carlos foi sempre o mais dedicado dos meus amigos.

A noção de sentido partitivo é imediata:

- (76) a. (Entre os cidadãos + no conjunto dos cidadãos), o P. Américo foi o maior e o melhor.
- (77) a. (Entre (todas) as doenças + no conjunto das doenças), o cancro é a pior.
- (78) a. (Entre (todos) os meus amigos + no conjunto (no grupo) dos meus amigos), o João Carlos foi sempre o mais dedicado.

Frequente é o genitivo partitivo dependente de um ordinal, como em (13), indicando «aquele que se tira de uma série» (normalmente o primeiro), com sentido superlativo:

- (79) Joaquim Agostinho chegou a ser o primeiro dos ciclistas portugueses na Volta a França e o terceiro da classificação geral.
- (80) Fernando Mamede foi o primeiro da classificação geral.

Uma espécie de «partitivo» ocorre, por analogia, quando a preposição *de* liga dois nomes iguais para designar a «excelência» (também sentido superlativo):

- (81) O Livro de Salomão é chamado «O Cântico dos Cânticos».
- (82) Só o Senhor é na verdade o «Rei dos reis».

O Genitivo partitivo, expresso pelos pronomes pessoais *nós* e *vós*, serve ainda de complemento aos pronomes interrogativos e/ou indefinidos ⁹³:

- (83) Quem de vós está disposto a trabalhar?
- (84) Alguns de nós abandonaram a sala.

(iv) Pode ainda ocorrer uma variante do genitivo partitivo com alguns verbos de «encher», «recordar», ou com adjetivos de «abundância» (ou os seus contrários); ainda com nomes derivados de verbos de «abundância» e de «privação»:

- (85) Encheu a garrafa de bagaço.
- (86) Recordava-se, com saudade, da primeira namorada.
- (87) Este ano foi uma enchente de fruta.
- (88) Tinha a casa cheia de bugigangas.
- (89) Há escassez de batata no mercado.
- (90) Muitas vezes o Reinaldo deu-me da sua merenda.

Em (85) o sentido partitivo deduz-se na medida em que se toma apenas uma parte do líquido, o necessário para encher a garrafa. O genitivo depende indirectamente do verbo. Já em (86) funciona como complemento de objecto do verbo (o «recordar» não é senão uma representação parcial (2.5 (i)); em (90) funciona como objecto directo do verbo *dar* (dar da merenda = dar a merenda). Com verbos do tipo *dar* o genitivo partitivo tem um sentido próprio.

⁹³ O Latim servia-se de duas formas distintas dos pronomes pessoais de 1.^a e 2.^a pessoas para diferenciar o genitivo partitivo do genitivo objectivo: a desinência *-um* (*nostrum/uestrum*) para o partitivo, *-i* (*nostrum/uestrum*) para o objectivo. Assim *nemo nostrum* (=partitivo) e *memento nostri* (=objectivo).

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

Ainda em (85), (87) e (88) a preposição *de* pode comutar por *com* e, sem perda do sentido partitivo, a estrutura frásica remete para uma espécie de complemento de matéria (2.2 (xii)).

- (85) a. Encheu a garrafa com bagaço.
- (87) a. ? Este ano foi uma enchente com (a) fruta.
- (88) a. Tinha a casa cheia com bugigangas.

Os genitivos de (87), (88) e (89) merecem também e ainda uma análise especial. O sentido partitivo é parcial, especialmente em (89) (entende-se, embora possa ser discutível, que a escassez não é total); em (87) deduz-se que a enchente foi geral (ou total), mas não é possível indicar o máximo (a enchente pode ser sempre maior)⁹⁴. Já em (88) o partitivo aproxima-se do sentido próprio, uma vez que a casa, embora cheia (sentido metafórico), não tem senão uma determinada quantidade de bugigangas.

O sentido partitivo ocorre também quando o consequente (genitivo) é um nome abstracto:

- (91) Na reunião ouvimos uma enchente de mentiras.
- (92) A escassez de honra e de honestidade é, infelizmente, uma realidade.
- (93) Regressou com o coração cheio de alegria.

Os antecedentes como «enchente», «escassez», «cheio», etc. requerem um complemento de matéria e a relação estabelecida pela preposição pode também ser interpretada como o «ponto de vista» (2.2 (ix)).

- (v) O genitivo partitivo tem de ser tomado «lato sensu», já que ele recobre um número amplo e diversificado de empregos. Muitas construções em genitivo explicam-se por analogia com outros casos, outras repousam em diferenças de natureza semântica.

⁹⁴ Os genitivos de (87) e (89), principalmente este último, podem ser interpretados como genitivos subjectivos, uma vez que dependem de nomes deverbais:

- a. Este ano a fruta encheu os pomares.
- b. A batata escasseia no mercado.

Mas também no plano estrutural o genitivo recobre um número maior de construções, pois, como acima assinalámos, pode funcionar na dependência de um nome, de um pronome, de um adjectivo, de um advérbio, ou ainda servir de complemento de objecto a um verbo (que contenha, em princípio, o traço [+partitivo]), como a análise que aqui deixámos o comprova.

3.4 Genitivo objectivo e genitivo subjectivo

- (i) Reservamos para último lugar o genitivo dependente de substantivos ou adjectivos derivados de verbos ou equivalentes. Trata-se, como mostra E. Benveniste⁹⁵, de um emprego do genitivo diferente de todos os outros e que não se explica do mesmo modo, ou antes, presta-se a um tipo de análise que está na génese de toda a explicação do genitivo. A ligação ou dependência verbal é, antes de mais, um traço distintivo deste emprego e ainda, segundo Benveniste, a sua função essencial.

Consideremos os seguintes exemplos:

- (94) Os homens são amantes da paz.
 (95) Confiemos nos educadores da juventude.

Se atentarmos na expressão «amantes da paz», vemos que ela provém de «amar a paz», como «educadores da juventude» de «educar a juventude». Mas é possível ainda derivar de «educadores da juventude» o sintagma «educação da juventude» — «educação» e «educador» estão na mesma situação em relação ao verbo e são determinados pelo mesmo genitivo.

O que acontece é que o genitivo depende de um nome deverbal e é, em termos de gramática generativa (E. Benveniste utiliza, a seu modo, um método generativista!)⁹⁶, o resultado da transformação de um sintagma verbal (SV) pré-existente na estrutura subjacente. E o que confere a este genitivo o seu carácter específico é que, na realidade,

⁹⁵ Cf. BENVENISTE, Emile — «Pour l'analyse des fonctions casuelles: le génitif latin», *Ibidem*, pp. 140-148. Seguimos essencialmente este autor no desenvolvimento deste ponto.

⁹⁶ N. CHOMSKY não aceita estas nominalizações (vd. nota (28)).

«il donne une «version» nominale d'une construction verbale transitive». Neste emprego, diferente de todos os outros, «la fonction du génitif est de transposer en dépendance nominale la relation d'un accusatif régime d'un verbe transitif». Trata-se de um «genitivo de transposição» («génitif de transposition») ⁹⁷, uma vez que ele é proveniente de um outro caso transposto, em que uma regência verbal se transformou numa determinação nominal. Este genitivo de transposição está unido, por uma solidariedade muito particular, a um caso bem distinto — o acusativo —, mas aqui homólogo por causa das suas funções respectivas.

Retomando o exemplo anotado em

(7) Quem ordenou a destruição do inimigo?

vemos que a par de «destruição do inimigo» existe «destruidor do inimigo» e que estes não são possíveis sem «destruir o inimigo».

Há, pois, que reconhecer nestas estruturas o genitivo numa função específica e que resulta da conversão de uma forma verbal pessoal em forma nominal (particípio: *amante*; substantivo agentivo: *destruidor*; ou substantivo abstracto: *destruição*).

Pelo menos processo de análise se chega à função do genitivo em (9) e (10): «movimento das pernas» resulta de «mover as pernas» e «recusa do emprego» de «recusar o emprego».

Se assim acontece com os substantivos verbais derivados de verbos substantivos, não há razão alguma para que o mesmo tipo de análise não se estenda também àqueles que derivam de verbos intransitivos. O genitivo é agora interpretado por relação à forma casual homóloga do sintagma verbal — o nominativo —, como nas construções:

(96) A chegada da primavera está atrasada.

(97) O nascimento da criança foi uma alegria para os pais.

O genitivo «chegada da primavera» provém de «a primavera chega», e «nascimento da criança» de «a criança nasce». O genitivo transpõe aqui um nominativo sujeito e já não um acusativo regime.

⁹⁷ BENVENISTE, Émile — *Ibidem*, pp. 146-147.

Este processo de «engendramento» do genitivo leva a uma dupla consequência:

I — A oposição nominativo vs acusativo (que confluem por transposição neste emprego do genitivo), fundamental do sintagma verbal, é neutralizada formal e sintacticamente no genitivo determinativo nominal. Mas, como afirma Benveniste, «elle se reflète dans la distinction logico-sémantique du «génitif-subjectif» et «génitif-objectif»: *patientia animi* < *animus patitur*; *patientia doloris* < *pati dolorem*⁹⁸. O mesmo acontece em Português, por exemplo, com *sofrimento da alma* < *a alma sofre*; *sofrimento da dor* < *sofrer a dor*. E a análise estende-se, do mesmo modo, a outros exemplos derivados de um equivalente verbal e que podem ter dupla interpretação, como o exemplo anotado em

- (6) O medo dos terroristas 
 - «os terroristas temem»
(eles têm medo)
 - «tememos os terroristas»
(o medo que se tem aos/
/dos terroristas)

II — Em segundo lugar — e esta a consequência mais positiva —, este genitivo, resultando de um nominativo ou de um acusativo transpostos, fornece o modelo da relação do genitivo em geral: «une fois constitué ce schème de détermination internominale, la situation de membre déterminé du syntagme peut être assumée par tout substantif, et non plus seulement par ceux issus d'une forme verbale convertie»⁹⁹. É assim que, em Latim, partindo de sintagmas transformados ou transpostos como *ludus pueri* < *puer ludit*; *risus pueri* < *puer ridet*, se pode, por uma extensão analógica, explicar *somnus pueri*, depois *mos pueri* e *liber pueri*.

Na convicção de Benveniste (partindo de uma concepção e explicação diacrónica da língua) «tous les emplois du génitif sont engendrés par cette relation de base, qui est de nature purement

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 147.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 147.

syntaxique, et qui subordonne, dans une hiérarchie fonctionnelle, le génitif au nominatif et à l'accusatif»¹⁰⁰.

Nas línguas românicas (interessando-nos particularmente o Português) a função do genitivo define-se, à semelhança da evolução já verificada na língua-mãe, como resultando da transposição de um sintagma verbal (SV) em sintagma nominal (SN).

Como tentámos mostrar no decurso deste estudo, qualquer emprego do genitivo é uma subclasse com um valor semântico particular ou uma variedade de natureza estilística. Nos genitivos «a biblioteca de Pedro», «a carta do presidente», «a fotografia de um homem», «homem de inteligência», «colher de (licor + sopa + chá», etc.), o sentido próprio de cada um deles é derivado do valor gramatical de dependência ou de determinação que é inerente à função sintáctica primordial do genitivo («genitivo de transposição»). Mesmo entre genitivos como «o primeiro dos atletas», «a maior parte dos homens», «a biblioteca de Pedro» ou «a árvore do jardim», a diferença é somente lexical; no mais, há a distinguir os sintagmas em que os elementos determinados são de natureza diferente e os sintagmas com os seus membros substantivos.

- (ii) Fillmore, um generativista inicialmente chomskiano, procura construir, com a sua «gramática de casos», um processo descritivo (e de algum modo aparentado com o de Benveniste), dentro dos procedimentos habituais da gramática transformacional generativa, para descrever o nível mais profundo («deepest level») da estrutura profunda, isto é, o conjunto universal subjacente das relações casuais ou quasi-casuais («case-like»). Para Fillmore, as relações casuais constituem os «termos primitivos» da estrutura profunda.

A passagem das estruturas profundas às estruturas de superfície realiza-se pelo jogo de diversos mecanismos, como as marcas casuais, incorporação no próprio verbo de alguns elementos (por exemplo, a passiva), subjectivação, objectivação, ordem de sequência, nominalização.

A nominalização de uma frase, com a eliminação das distinções casuais profundas, engendra o genitivo. Assim, a expressão

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 147.

de superfície *John's books* deriva da estrutura profunda *John has books* < *books to John* < *John's books*. Na estrutura profunda o SN que se tornará genitivo (de superfície) é um dativo. O Inglês opera uma conversão para o genitivo: *to John* ⇔ *John's*¹⁰¹.

Para uma expressão de superfície como (no Latim) *amor Dei*, partir-se-á, segundo Fillmore, quer de um Agentivo: *Deus amat*, quer de um Dativo: *(ille) amat Deum* (aproximando-se da teoria de Benveniste, mas que hesita em abordar de modo empírico, de «impoviso», sobretudo para os casos mais difíceis e que Benveniste explica por uma extensão analógica dos abstractos verbais).

- (iii) Pensamos que é aqui (tanto nas línguas românicas como no próprio Inglês (com a preposição respectiva)) que o *de* deixa de ser uma preposição autêntica para se assumir como «marca casual». Se é o genitivo transposto de um nominativo e de um acusativo que está na base de todos os outros empregos do genitivo, então a marca casual do *de* resulta e é o sinal dessa transposição. E, deste modo, ressalta como inteiramente lógico o que acima afirmámos quanto à natureza do genitivo possessivo.

4. Conclusão

No decorrer deste trabalho, não tão exaustivo nem tão profundo quanto o exigia a complexidade de um tal estudo, procurámos dar conta do emprego e valores da preposição *de*, tendo em atenção os mais pertinentes porque mais comuns em Português. Fica-nos a sensação, aliás comprovada por vários linguistas, de que o emprego das preposições é praticamente ilimitado numa língua à base de regência preposicional, como o são as línguas românicas, o Inglês, etc. (e é aqui «onde mais visivelmente se manifesta a vida das palavras», como opina G. Galichet). E esta sensação particularmente se enraíza quando nos debruçamos sobre o estudo de preposição *de* em Português.

¹⁰¹ Cf. FILLMORE, Charles — *The case for case*, «Bach and Harms, Universals in Linguistic Theory», 1968, pp. 1-88, citado por SERBAT, Guy — *Cas et Fonctions*, Paris, 1981, pp. 189-192.

Pelo estudo dos exemplos aqui registados verificados o seguinte:

- (i) A preposição *de* está ainda sensivelmente na continuidade da preposição latina *de*, empregando-se já no latim clássico com muitos dos valores que hoje tem; muitos outros começaram a desenvolver-se na última fase do Latim. No latim vulgar, o emprego das preposições generalizou-se mais cedo, o que se constata, por exemplo, nos textos de Plauto e nas «Epistulae» de Cícero (que traduzem uma marca de oralidade), para citar apenas estes. Para além da preposição latina *de*, compreende ainda o valor de *a/ab* e *e/ex*; encontramos também um terreno onde rivalizam os casos genitivo e ablativo.

Distinguimos, no Português actual, o emprego da preposição *de* em que prevalecem semas de origem, classificador («lato sensu»), modalizador assertivo, indicador cíclico e objecto (2 e segs.); distinguimos e destacamos o *de* como marcador casual de genitivo (3 e segs.).

- (ii) Verificamos também que a preposição *de*, em muitas das relações prepositivas que estabelece, pode ser comutada por uma paráfrase verbal (aproximando-se, neste caso, do genitivo (objectivo)) ou por outra preposição.

De entre as preposições comutáveis por *de* — *a*, *com*, *durante*, *em*, *entre*, *para* e *por* e algumas locuções prepositivas — destacamos *com* e *em*. *Em* substitui *de* quando este funciona como marcador de fronteira (num conjunto ordenado) (2.1 (iii)), indica o ponto de vista (2.2 (ix)), matéria (2.2 (xii)). A comutação por *com* é mais frequente e este recobre um número mais vasto dos valores de *de*. Fundamentalmente, a preposição *com* confere à relação prepositiva uma ideia de concomitância em quase todos os seus empregos, quer primariamente indique a causa/motivo (2.2 (v)), a quantidade (2.2 (vii) e (viii)), o conteúdo (2.2 (xi) e (xv)), quer como indicador de medida (2.4 (iii)), para citar os que nos parecem mais pertinentes. A concomitância é, em alguns casos, apenas uma noção bastante genérica.

Pensamos ter deixado claro que o genitivo (regido e identificado pelo marcador casual *de*) é um facto sintáctico atestado na língua portuguesa e cuja função primordial (sintáctica) é servir de complemento determinativo do nome, o caso próprio do complemento do substantivo.

SIMÃO CARDOSO

Tudo o que deixámos dito não é mais do que um contributo para uma sintaxe e semântica da preposição *de*, especialmente quando funciona como marcador casual do genitivo. Temos plena consciência de que este trabalho é apenas um começo, um «abrir de portas», para o campo imenso e complexo, mas por isso mesmo aliciante, do estudo do sintagma preposicional, com particular incidência na preposição *de*.

Simão Cardoso

PORÉM: UM CASO DE DERIVA CONCLUSIVA - CONTRASTIVA ¹

O interesse de um estudo diacrónico de alguns contrastivos portugueses consiste no facto de, em relação a algumas dessas partículas, se terem verificado ao longo da história do Português alterações de sentido e/ou de funcionamento. O percurso diacrónico do morfema *porém*, que se fixou modernamente como contrastivo, não é de modo nenhum evidente e será feita uma tentativa no sentido de estabelecer fases ou momentos na deriva desse morfema e, se possível, situar e esclarecer a génese das alterações sofridas, explicitando os mecanismos evolutivos em jogo.

A evolução de *porém* é referida por algumas gramáticas da língua portuguesa, particularmente pelas que manifestam preocupações de ordem diacrónica. Com raras excepções, as referências constituem verificação de alterações sofridas sem que haja explicitação do mecanismo evolutivo. Isto deve-se certamente à escassez de trabalhos de história da língua portuguesa no âmbito de concepções de semântica ou pragmática linguística. O percurso diacrónico de *por ende* a *porém* é do maior interesse dado que o morfema passa de causal/conclusivo a contrastivo. Procurar-se-á relacionar esta alteração semântica com a relevância da relação existente entre as condicionais (causais) e as contrastivas e explicá-lo a partir de um surto de negação.

Esta presença de negação nas primeiras ocorrências de *porém* contrastivo é salientada por S. Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, 1964:

«Filiados ao advérbio latino *proinde* e respectiva forma abreviada *proin*, usam-se na antiga língua portuguesa *porende* e *porém*,

¹ A presente hipótese, motivada pela análise de textos legislativos (polémicos) medievais aparece já no capítulo V (3.^a parte) da minha tese de mestrado (BARROS, C. — *Construções contrastivas em Português*) apresentada em 1986 à Universidade do Porto.

tendo ambos o sentido de 'por isso': [...] Deu o uso geral a preferência ao termo mais curto, de modo que *porende*, cada vez mais raro, acabou por extinguir-se, ficando desconhecido do português moderno. Mas a palavra *porém* não penetrou na linguagem da Renascença sem uma notável transformação semântica. Em vez de significar 'por isso' 'por essa razão' passa a dizer o mesmo que 'mas', 'apesar disso', 'contudo'. Deixa de expressar a noção de causa determinante de certo ato, para denotar oposição de ideias ou pensamentos. O primitivo advérbio transmuda-se em conjunção adversativa. Ponto de contacto entre situações tão diversas está nas frases negativas, e foi naturalmente por elas que principiou a transição semântica» (p. 187 § 934-935).

Esta referência é aliás a única que esboça uma tentativa de explicação do fenómeno de evolução observado. As restantes referências que surgem em gramáticas da língua portuguesa ou dicionários etimológicos, embora numerosas, constituem de um modo geral mera constatação de factos a partir do registo de ocorrências. Veja-se por exemplo o que diz J. J. Nunes, *Gramática Histórica Portuguesa*, 8.^a ed., Lisboa, 1980: «Para compensar a perda das demais conjunções latinas recorreu a língua a outras palavras, principalmente aos advérbios e preposições e com elas criou novas, umas vezes contentando-se com uma só destas partículas [...] ou reunindo duas, cada qual da sua classe como 'per inde', 'porende' (arc.), 'porém'». (p. 354). Mais adiante acrescenta: «A princípio o valor desta partícula que em Gil Vicente tem também a forma 'perém', como igualmente de 'pero' e 'perol' foi, consoante as suas origens, o de 'por isso'; [...] todavia, figura a segunda (*porém*) com o valor de concessiva...» (p. 354, em nota).

Também A. E. da Silva Dias, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, 5.^a ed., Lisboa, 1979, refere esta alteração semântica: «*Porém* é adversativa mais frouxa do que *mas* (obs.: *porém* no port. arch. médio também se emprega adverbialmente com o sentido de: *todavia*, *contudo*; no port. arch. *por ende* significava *por isso*, *portanto*)» (p. 256). Há ainda referência a esta deriva em J. P. Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, 1977: «*Porém* conj. redução de *por ende*, que alguns críticos modernos transcrevem *porende*. [...] *Porém* tinha inicialmente o sentido de por + en ou ende, isto é de 'por isso'; mas no séc. XIII já tinha o adversativo» (vol. IV, p. 403). Finalmente, em P. V. Cuesta, M. A. M.

da Luz, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1980, surge uma referência a esta alteração: «...*porém* (que derivada do advérbio latino *proinde* > *porende* > *porém*, teve primitivamente um sentido causal, evolui semanticamente no Renascimento, passando a denotar oposição de ideias» (p. 563).

São portanto numerosas, se bem que nem sempre muito esclarecedoras, as referências feitas à alteração sofrida pelo morfema. Note-se que não há concordância quanto à data da alteração semântica verificada; como veremos adiante, a data proposta por P. V. Cuesta e M. A. M. Luz é, certamente, demasiado tardia.

Para abordar a gênese do sentido e uso de *porém* como contrastivo torna-se importante referir os mecanismos de sentido e pragmáticos presentes em construções contrastivas modernas; nestas, o morfema *porém* inscreve-se num raciocínio em que uma premissa maior suposta (implicação) é reformulada ou negada por efeito da premissa menor²; se relacionarmos estes aspectos com o funcionamento do medieval *por ende*, que serve de base normalmente a raciocínios de tipo causal/conclusivo (como veremos de seguida) expressos em correlações que explicitam a premissa maior geralmente por meio de conjunção causal (condicional) e a premissa menor por meio de *por ende* conjunção conclusiva, podemos lançar a hipótese de uma continuidade de mecanismos ao longo da deriva deste morfema.

Analisadas cerca de 700 ocorrências de *porém* sobretudo em texto jurídico (legislativo) medieval³, verifica-se que o morfema apresenta forma variável; por ordem decrescente de frequência surgem as formas *poren/porẽ*, *porende/porẽde*, *por ende*, *por en*. A maior frequência das formas aglutinadas parece indicar uma já clara tendência para

² Para o esclarecimento dos mecanismos em presença no uso de contrastivos em português moderno cf. BARROS, C. — *op. cit.*, sobretudo pp. 40-65.

³ Em relação ao corpus de discurso jurídico foram utilizadas as edições do *Fuero Real* (abv. utilizada: FR.) e da *Primeyra Partida* (abv. utilizada: PP.) de FERREIRA, J. Azevedo — *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo* (abv. utilizada: F. C. Rod.) de L. F. Lindley Cintra e alguns excertos editados na *Crestomatia Arcaica* e nos *Textos Portugueses Medievais*. Em relação a corpus narrativo, foram utilizadas a edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (abv. utilizada: CG. Esp.) de L. F. Lindley Cintra e as *Cantigas de Santa Maria*, edição preparada por W. Mettmann. Finalmente foi também analisada a quase totalidade das *Cantigas d'escarnho e de Maldizer*, edição preparada por M. Rodrigues Lapa.

o desaparecimento das formas não aglutinadas e faz ressaltar a gramaticalização de sentido do anafórico *ende/en*. Esta variabilidade de formas, que aliás se vai acentuar em sincronias posteriores⁴, não recobre uma diferenciação de sentido/uso, tanto quanto foi possível avaliar. Parece portanto haver uma tendência para a fixação e sobreposição da forma aglutinada *poren* (porē), que de facto irá subsistir em detrimento das restantes.

Na grande maioria das frases analisadas, *poren* surge num 2.º membro da frase, em correlação com o 1.º membro, introduzindo a sequência terminal (conclusão) de um determinado raciocínio. Assim produz-se um efeito cumulativo, uma asserção com incidência particularmente forte sobre certo nexos interproposicional, como é típico de morfemas correlativos. Tal processo constitui também uma focalização ou tematização do nexos interproposicional referido. Aliás, a alta frequência de morfemas em correlação no português medieval explica-se como uma forma inicial de subordinação, uma hipotaxe relativamente frouxa que consiste na utilização de operadores de topicalização no 1.º membro da frase, introduzindo um *Padrão*-categoria ontológica (ou mais simplesmente o assunto) e um 2.º membro em que se verifica uma focalização. É aliás esclarecedora a comparação com a extensa gama de correlativos pronominais e advérbios em latim, que deu origem a diversos tipos de construção relativa ou circunstancial: *is...quis...*; *talis...qualis...*; *tum...cum...*; *ita...ut...*; etc. Aliás, quando localizada à esquerda a oração subordinada exerce sempre uma função topicalizadora. No jogo de topicalização/focalização a explicitude de mecanismos introdutórios (partículas) é mais marcada ou até característica de fases mais arcaizantes de uma língua. (Para o leitor moderno nesta justaposição ou correlação parece haver uma redundância de meios).

Porē encontra-se nos textos analisados em correlação com diversas partículas. Assim, ocorre com maior frequência (mais de metade do total de ocorrências) em correlação com um morfema causal, final ou condicional, como por exemplo em:

⁴ Segundo TESSIER, P. — *La langue de Gil Vicente*, Paris, 1959, p. 136, o morfema manifesta uma enorme variedade de forma no séc. XVI sendo pelo menos possível encontrar uma distribuição em registos da língua, sem que esta diferença obedeça a qualquer critério de tipo semântico ou pragmático: «Par leur sens *perol*, *emperol*, *perende* e *perém* sont équivalents: Ce sont des synonymes rustiques de *porende-porém*, *toutefois*, *pourtant*».

«Porque poderia acaecer que os moesteyros e as outras ordiis de nosso rreyno poderiam conprar tâtas possissões que sse tornaria ã grãde dano nosso e do rreyno, e pera esto tal cõuerria que fezessemos demãdas e esto tornar-sse-hia ã gãde dano das eigreias e ã nosso juizo e agrauamento, porã parando nós mētes no que podia acaecer, stabeleçemos que daqui adeante nehũa casa de rreliõ nã conpre nehua possissom, tirado pera anjuerssayro de nosso padre...»⁵

«Porque os corações dos omees son departidos porã naturalmēte natural cousa é que os entendimētos nã as obras non acordã en hũu.»

(F. R., I, 17-19)

«E se furtar outra uez moyra poren.»

(F. R., IV, 296-297)

«Ca destas duas sae a justiça conprida que faz os homes uiuer cada hũu como conuã e os que assez uiuem nã hã por que sse desamar mais por que sse querer bẽ. E porã as leys que som de deryto fazã ajuntar a uontade do hũu cõ outro desta guisa per amizade.»

(PP, I, 108-113)

E se for ladrõ conhoçudo ou encartado e roubar camõ, moyra poren e do que ouer peyteo dubrado a sseu dono.»

(FR, IV, 302-304)

E por que este Teuderigo foi o pymeiro rey dos Godos que ouve o senhoryo da Ispanha, porende torna aquy a estorya a contar do sexto e septimo ãnos do emperio de Garciano que foy o primeyro emperador ã cujo tempo reynarom os Godos ãnas Spanhas...»

(C. G. Esp., 2.º V., p. 146, l. 12-15)

Outro tipo de ocorrência de *porã* que observãmos foi a correlaçã com determinativos metafõricos de lugar, que representam sem dũvida um tõpico/assunto mais concreto que a condiçã/causa; logo, podemos considerar que neste caso se verifica uma topicalizaçã mais forte ou impressiva. A tũtulo de exemplo:

⁵ In: «Leis e Posturas» excerto apresentado por NUNES, J. J. — *Crestomatia Arcaica*, 5.ª edi., p. 5.

«Onde estes tres olios am muy grã uertude: o da crisma faz dos homês cristãos. (...) E por ende deue a empolha em que see ou está o olio pera ffazer a crisma deue seer cuberta de pano de sirgo ou de linho bê brãco o mais fremosso que poderẽ auer.»

(PP, IV, 269 (...) -278)

Este *onde* equivale aos conectores modernos *daí*, *daqui* e *daí (daqui) (vem) que...*

«Vnde conuen a todo rey que ha de teer os poobos en justiça e en dereyto que faça lees... E porende nos dõ Affonso pella graça de Deus rey de Castella e de Tuledo (...) e demushys este foro e... mandamos que este foro seya aguardado per todo o sempre.»

(FR, I, 20 (...) -40)

Porẽ surge ainda em correlação com quantificadores universais ($\forall x \dots$), como «todo omee», «quẽ», «quẽ quer que», «nenhum» (este em seguida $\forall x \sim \dots$) e ainda «algũu», «algũẽ»... (em contextos que lhe conferem valor de quantificador universal como «se algũu... se algũẽ...») (cfr. o latino *siquis* equivalente a *omnis qui*). Por exemplo:

«Se alguu omẽ abrir ou mãdar abrir moymẽto ou coua de morto e lhy tomar as uestiduras ou daquelhas cousas que lhy metẽ por onrra, moyra poren.»

(FR, IV, 882-884)

(Note-se a propósito que há correlação lógica entre quantificador universal e conector lógico de condicional ou causal; assim como há correlação lógica entre o quantificador existencial e o produto lógico:

$$\forall x (p^x \Rightarrow q^x) \text{ e}$$

$$\exists x (p^x \vee q^x).$$

Dar-se-ão apenas três exemplos ilustrativos uma vez que são todos idênticos:

«Tod'omen que eniectar alguu menio e nõ ouuer quẽ lho tome e morreu, o que endeytou moyra porẽ»

(FR, IV, 1177-1178)

PORÉM: UM CASO DE DERIVA

É interessante no exemplo anterior a contaminação entre a construção lógica no conjuntivo potencial e a construção narrativa, no indicativo.

«E qué quer que contra isto ueer ou fazer algũa cousa moyra porende e nõ seya leixado uiuo.»

(FR, I, 100-101)

«Deffendemos que nenhũa molher nõ casse cū seruo nenhuu nẽ forre seu seruo por casar cū el. E qué o fezer moyra poren tã bẽ el como elha.»

(FR, IV, 542-544)

Por vezes aparecem combinatórias (com maior ou menor grau) de morfemas em correlação como «ca...outrossy...porẽ...», «onde...ca...porẽ...», etc., até complexos usos retóricos como o seguinte exemplo de estrutura caracteristicamente alegórica:

«Assy como a infirmitade e a chaga que é grande eno corpo nõ pode saar sẽ grandes maestrias nẽ sẽ grandes meezihas por ferro e por queymas, assy a maldade dos que sã endurados e perfyosos en fazerlhys mal non lha poden toller senõ per graues pẽas (...). E porende nos deuemos pensar e acuydar en guysa que os maos que per sa maldade e por sa natura son dessauijdoos e denodados que pellas leyx seyã desarraygados.»

(FR, I, 83-91)

Finalmente, por vezes *porẽ* surge, não em correlação com um operador de topicalização, mas como conclusão tirada da enunciação como premissa maior de uma Verdade ou Norma considerada genericamente aceite ou acreditada (axiomática ou postulada). A título de exemplo veja-se:

«Todo saber esquiua nõ saber, ca é escripto que quẽ nõ quis entender nõ quis ben fazer. Porẽ estabelecemos que nenguu nõ pense de mal fazer porque diga ca nõ sabe as leys nen dereyto, qua se fezer contra a ley non se pode escusar de culpa por nõ saber a ley.»

(FR, I, 368-372)

«Ujda bõa e santa deuẽ fazer os mõges e os outros rreliosios ea por esso leyxã este mûdo e os sabores delle. E porende teue por

bê a Santa Igreja de mostrar algúas cousas das que am de guardar os mōges assinaadamête pera fazer aspera uida.»

(PP, X, 305-309)

«Estabelicimento he palaura muy conprida e muy forte que tanto mostra como cousa que sse pom tam firmamête que sse nō deue cãbhar. E porende o bautismo ffoy estabelecudo de forte maneyra ca o estabeleceu Deus per ssy que he estabelecedor de totalas cousas...»

(PP, III, 225-229)

Este último *porende* é metalinguístico pois faz derivar o sentido da frase que inicia do sentido definitório de um item lexical, «estabelicimento», alegando mesmo a sua extensão fonológica ou gráfica como evidência da sua força. Trata-se de um sentido especial, não de premissa menor de axioma ou postulado mas de definição lexical.

Depois do levantamento dos contextos possíveis de ocorrência será agora exemplificada a análise de uma ou duas frases escolhidas como protótipo, na impossibilidade e falta de interesse de reproduzir a análise de todas.

Apesar da variabilidade de contextos em que ocorre *porém*, como vimos, parece possível (e desejável) reduzir as mais diversas correlações já ilustradas a um esquema comum de funcionamento, que passamos a explicitar. As correlações observadas correspondem a um raciocínio de que fazem parte:

— uma premissa maior assertiva ou modalizada (modalidade epistémica — sabe-se, ou doxástica — crê-se). Em esquema seria:

$$M: \vdash (\mu) (\text{quant. univ. } \forall x) \left(\begin{array}{l} \text{operador condicional (se...)} \\ \text{«Todo ommêe»} \quad \left\{ \begin{array}{l} \text{» causal (ca, porque...)} \\ \text{» final (por...)} \\ \text{» locativo (unde...)} \\ \text{introd. definitória de item} \end{array} \right. \end{array} \right) \text{Pred. } (x) \Rightarrow \beta$$

m: \vdash predicado (α) constante

conclusão: $\therefore \vdash \beta$

mediante «modus ponens» pela constante α e a instanciação universal de $\forall x$. Este é o raciocínio básico das correlações em que ocorre *porê*. Note-se que a implicação, a premissa maior, está explícita no português medieval, ao contrário do que se passa com o funcionamento do *porém* (e dos contrastivos em geral) no português actual; embora na base do funcionamento dos contrastivos haja uma premissa maior de

tipo causal/condicional, fica normalmente implícita (pressuposta) nas fases modernas do português.

É curioso notar que no corpus analisado surgem ocorrências esporádicas (raras) que não correspondem exactamente ao esquema de análise acima proposto. Trata-se de frases com a estrutura «se α ... ~ (porê β)» como por exemplo:

«Se algũa molher for uiuuo a que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre sen uoontade de seus irmaos nõ seya porê desherdada.»

(FR, II, 45-47)

O esquema de raciocínio parece ser o seguinte:

A: O x viúva (casar \Rightarrow porém ser deserddada)

α		β
B: ~ O	(x casar \Rightarrow x deserddada)	
P~		
P	x casar \wedge ~ porém ser deserddada	

sendo A = fórmula legal «in mente» para efeito de revogação
 e B = fórmula legal reformulada com revogação da anterior.
 Usou-se notação de Wright, G. H. von (1951); para efeito das inferências indicadas, os operadores deónticos O e P comportam-se respectivamente como os aléticos \square e \diamond ⁶.

Recordemos que a negação da condicional $p \Rightarrow q$ equivale à conjunção $p \wedge \sim q$. E estamos perante um efeito da negação de uma relação condicional: uma denegação-revogação converte a oração conclusiva em adversativa. A negação afecta o conector *por ende* de tal modo que enquanto na formulação normativa inicial *porê* é conclusivo, na nova formulação, nega-se que α seja condição suficiente para β . *Porê* retoma argumentativamente β mas exerce já uma função contrastiva. O uso de *porê* nestes casos poderia ser interpretado da seguinte forma: o locutor supõe que é verdadeira, acreditada ou acatada, (pelo menos para um determinado grupo) a implicação

⁶ WRIGHT, G. H. von — *An Essay in Modal Logic*, Amsterdam, 1951 (Explicação e discussão desta obra em KALINOVSKI, G. — *La Logique des Normes*, Paris, s/d.).

$\forall k (\alpha^k \Rightarrow \beta)$ e afirma a licitude da co-ocorrência de α e $\sim \beta$, o que equivale à invalidação de $\alpha \Rightarrow \beta$. Neste tipo de frase temos suposição de uma crença na implicação, e asserção de uma disposição nova que contraria o disposto na implicação. É portanto uma asserção particularmente forte, porque o Locutor se manifesta contra uma opinião «geral» ou «particular». Estabelece-se doutrina ou contra a «vox populi» (uma verdade (lugar) comum do diz-se, pensa-se, acredita-se) ou contra a opinião (a zero-verdade)⁷ de um determinado grupo que pode representar uma autoridade, ou podendo inclusivamente estar referido o grupo «contra» o qual se estabelece doutrina como no seguinte exemplo:

«Se algũu clérigo he moordomo ou despêsseyro de leygo e o amoestar seu prelado que o nõ seia, se o nõ quiser leixar e acharẽ que faz ãgano en aquelo que teue en poder, se o prender aquel seu senhor nõ he scomũgado por ende, como quer que algũus doctores digã o cõtrayro»

(PP, XII, 121-126)

Ou seja:

A: (norma a revogar) : O	[(p \wedge q \wedge r \wedge t) \Rightarrow s]* por ende
B: (norma nova com re- vogação da anterior) : P ~ P	[(p \wedge q \wedge r \wedge t) \wedge \sim s por ende]*

* abstrai-se da complexidade da estrutura interna de p (disjuntiva), q (com completiva negativa) e s (com completiva e relativa). Nesta frase o locutor acrescenta a informação de haver um grupo de pessoas, com uma certa autoridade, segundo as quais $\alpha \Rightarrow \beta$ (a implicação agora invalidada). Este acréscimo de informação é expresso por um operador explicitamente contrastivo «como quer que», não de natureza adversativa (o que o colocaria em «focus») mas concessiva,

⁷ Traduzo por zero-verdade a designação *O-vérité* e por verdade lugar-comum a designação *on-vérité*; trata-se de noções definidas e utilizadas por BERRENDONNER, A. — *Éléments de Pragmatique linguistique*, Paris, 1981, (pp. 35-73). Utilizo o conceito tal como é definido pelo referido autor.

o que lhe retira essa função focalizadora. Referiremos mais dois exemplares ilustrativos:

«...se alũu leygo acha o clérigo cõ ssa molher ou cõ sa filha ou cõ ssa madre ou cõ sa jrmaa, se o ferisse nõ he scomũgado por ende»

(PP, XII, 129-131)

«... se o capicol ou o chantre ou o uigayro ferir algũus dos clerigos do coro per rrazõ de seu offizio nõ seeria porende scomũgado»

(PP, XII, 132-133)

No esquema explicativo proposto teríamos respectivamente

$$\sim [((p \vee q \vee r \vee s) \Rightarrow t) \Rightarrow v]$$

e

$$\sim [(p \vee q \vee r) \Rightarrow s]$$

em que a (de)negação, marca lógica da revogação, incide sobre uma condicional que contém uma disjuntiva na condição suficiente; no primeiro caso, ainda mais complexo, a condição suficiente contém outra condicional onde a disjuntiva figura como condição suficiente.

Note-se que, em ambos os exemplos, como aliás nos dois anteriores, se verifica um alargamento dos casos de não-sanção (castigo) legal. Há um aumento de casos de co-ocorrência legal. É como se em $\alpha \Rightarrow \beta$, α deixasse de ser condição suficiente para β ; aumenta o âmbito de exigência das condições para β através do alargamento do que pode ocorrer com $\sim \beta$. A frase de *porẽ* pode considerar-se como de não-conclusão deontica em relação às normas anteriores; por outro lado afirma a compatibilidade entre o antecedente e a negação do conseqüente da norma revogada, em contraste com aquilo que dela decorreria por *modus ponens* e a instanciação universal (e daí o efeito *contrastivo*). Com efeito, e simbolizando apenas os nexos lógicos para esta análise:

$$\vdash \forall x (\alpha x \Rightarrow \beta)$$

$$\vdash \alpha x^i$$

$$\therefore \vdash \beta, \text{ o que permite a conjunção } \vdash \alpha x^i \wedge \beta.$$

Ora, a negação de $\forall x (\alpha x \Rightarrow \beta)$ é $\exists x (\alpha \wedge \sim \beta)$, e, por instanciação existencial $\alpha x \wedge \sim \beta$ ⁸.

Em todos os casos em discurso jurídico em que surge esta estrutura se $\alpha \sim$ (porê) β , são postulados eventos contra expectativa de inaplicabilidade de uma sanção.

Não é comum legislar na negativa. Portanto estas negações só podem ser entendidas como um discurso argumentativo (polémico, rectificativo) manifestação de disposição judicativa contrária a outra, constituindo actos de revogação de legislação anterior; poderia tratar-se de legislação codificada, da verdade de «algũs doctores» ou de legislação consuetudinária (?), a verdade da «vox populi».

Feito o levantamento dos casos de ocorrência de *porê* contrastivo em discurso jurídico, verifica-se que estes dizem respeito a áreas do direito específicas, como, por exemplo, os direitos das mulheres. Ora em relação a este capítulo particular do(s) direito(s) das mulheres encontra-se codificada em legislação anterior disposição legal contrária à que surge na legislação de Afonso X. Torna-se elucidativo pôr em confronto os dois textos. Encontramos no *Fuero Real*:

«Toda a molher uyuuoa, pero que aya padre ou madre, possasse casar *sen mandado delhes*, se quiser, e non aya nenhũa pëa poren de a desherdarem.»

(FR, III, 50-52)

«Se o padre ou a madre ou os yrmaos ou outros parentes teuerê en seu poder manceba escosa en cabellos e nõna casarê ata XXV, anos e ella depouys se casar *sen mandado delles*, nõ perça porê, tanto que case cū omê que lly conuenha.»

(FR, III, 61-64)

⁸ Todas as inferências destes últimos exemplos, estão, simplifadamente expostas em termos de cálculo proposicional básico. Na realidade, trata-se de inferências modais deônticas do tipo:

$O (\alpha \Rightarrow \beta)$	(norma pré-existente)	
$\sim O (\alpha \Rightarrow \beta)$		inferência decorrente
$P \sim (\alpha \Rightarrow \beta)$		da revogação com uso
$P (\alpha \wedge \sim \beta)$		da dualidade dos operadores deônticos O e P, ou seja na

equivalência: $O \equiv \sim P \sim P$.

Esta dualidade não é vigente em todos os sistemas da lógica deôntica o que levantaria um problema interessante mas que seria deslocado tratar neste artigo: qual o sistema deôntico inerente aos Códigos de Afonso X — o sábio?

PORÉM: UM CASO DE DERIVA

«Se algũa molher for uiuoua que aya senhor avodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre *sen uoontade* de seus irmaos, nõ seya porẽ desherdada.»

(FR, III, 45-47)

Ora, nos *Foros de Castelo Rodrigo*, no 1.º título «da moller» encontramos:

«Moller que sola tomar marido, *sin seus parentes*, seia desherdada; e quẽ na tomar, seia inimigo. Vibda tome marido qual se quesser *con seus parentes*. Manceba orfana, *hos parentes* de ambas partes la casen.»

(F.C. Rod. IV, I, 1-4)

Note-se que a frase «sin seus parentes» (consentirem) é elíptica, o que aponta para um uso frequente e já formular.

Provavelmente estes actos de revogação de legislação anterior traduzem-se numa maior permissibilidade jurídica e social, o que ilustra a inscrição de alterações sociais no próprio código linguístico (particularmente no uso de contrastivos e outras partículas de uso marcadamente argumentativo (polémico)).

As ocorrências de *porẽ* contrastivo não são exclusivas do discurso jurídico. Surgem também na lírica, particularmente em cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer. Atente-se nos seguintes exemplos trovadorescos em que, ora se exprime, ora parece questionar-se, um certo preconceito misógeno concordante com as disposições revogadas por Afonso X. Este questionar aparente surge também assente numa construção com *porẽ* contrastivo:

«Mia senhor, já eu morrerei
en vosso serviç'e poren
mi non é con mia morte ben»

(C.B. 392 C.B.N. 1519⁹)

«Poren Tareija Lópiz non quer Pero Marinho:
pero x'el é mancebo, quer-x'ela mais menino.
Non casará con ele nen polos seus dinheiros»

(C.B.N. 1622 C.V. 1155)

⁹ LAPA, M. Rodrigues — *Miscelânea de Língua e Literatura Medieval*, 2.ª ed., Coimbra, 1982 (pp. 267-267) refere também este contrastivo.

e finalmente na tensão entre Joan Airas e Joan Vaasquez sobre a condição das mulheres:

«— Joan Airas, non tenh'eu por razon
d'as molheres todas caeren mal,
porend'ũa so, que a vós fal,
ca Deu'lo sabe que é sen razon;

(C.B.N. 1551 C.V. 424)

Nestes exemplos (mais concretamente no último) nota-se já o aparecimento de *poren* contrastivo sem ser claramente precedido ou seguido de negativa, portanto evidenciando um uso mais «desenvolto» do morfema.

O interesse destas ocorrências (ainda que raras) da partícula é grande do ponto de vista da história da Língua Portuguesa, porque elas permitem surpreender a génese do sentido e uso contrastivo do morfema *porém*, que os exemplos sugerem ter início em frase negativa. É conveniente no entanto analisar as consequências da relação entre *porém* e a negação.

Por exemplo na frase:

Fulano tomou veneno e não morreu porém.

Reconstituindo o raciocínio

M: $\vdash \forall x$ (tomar veneno (x) \Rightarrow morrer (x))

m: \vdash F tomar veneno

seria de esperar $\therefore \vdash$ morrer (F)

constata-se: $\vdash \sim$ (morrer (F))

(abstraindo-se do tempo verbal para não complicar desnecessariamente a fórmula).

Sendo assim, na frase:

Tomar veneno (F) \wedge \sim

morrer	porém
--------	-------

a negação tem um duplo escopo: nega a segunda proposição conjunta e nega o *porém* como abreviatura ressumptiva da premissa maior. *Porém* torna-se explicitamente contrastivo na expressão hoje corrente

Fulano tomou veneno e porém não morreu
que resume todo o raciocínio, incluindo o duplo escopo da negação.

É de notar que há outra leitura passível da frase contrastiva arcaica:

α tomou veneno e morreu mas não porê (= não por isso) que se impõe na caso de tomarmos o *porém* que figura no duplo escopo da negação como *conector abstraído da conexão* entre

P	e	Q
α tomou veneno		α morreu

e não como abreviatura (resuption, à inglesa) da premissa maior. Neste caso teríamos a premissa maior: $q \wedge r$, $r =$ conclusão e não $q \wedge \sim r$. Esta última leitura seria expressa em português moderna por

Fulano morreu mas não (foi) por ter tomado veneno.

Portanto a leitura de *porê* afectado por negação pode ser dupla. *Porém* torna-se contrastivo apenas a partir duma das leituras possíveis; como vimos a mais ampla (incluindo o duplo escopo da negação), abreviatura da premissa maior do raciocínio.

Esta deriva de morfema conclusivo para contrastivo desencadeada por efeito de negação não é exclusiva do português, nem sequer do íbero-romance¹⁰. O mesmo processo, isto é, passagem de conclusivo a adversativo negativo por um surto de negação deve ter afectado o castelhano *pero*¹¹ e o francês *pourtant*. Dicionários etimológicos¹² referem o início do uso como contrastivos dos conclusivos *per hoc* e *pour tant* em frase negativa, (portanto como negativos-conclusivos), o que não deixa de reforçar a hipótese agora proposta para a deriva do *por ende* português. A deriva do castelhano *pero* é ligeiramente

¹⁰ Atente-se em morfemas como o castelhano *todavía* (conclusivo em castelhano e contrastivo em português) e o francês *pourtant* contrastivo (ao lado do *portanto* português que é conclusivo).

¹¹ Aliás *pero*, também existia com certa vitalidade em Galaico-Português. A alteração de sentido deste morfema iniciado em frase negativa é referida por C. de Azevedo Maia, *História do galego-Português*, Coimbra, 1986: «De acordo com a etimologia, o seu sentido primitivo era o de 'por isto, por isso', sendo equivalente a *porende, porem*. Empregada em frases negativas, essa forma tomou valor adversativo, que mais tarde se atenuou, tornando-se equivalente a *mais 'mas'*» (p. 878).

¹² Consultámos: COROMINAS, J. — *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, 5 volumes, Madrid, 1980; BLOCH, O.; WARTBURG, W. von — *Dictionnaire Étymologique de la langue Française*, Paris, 1975; e ainda GREIMAS, A. J. — *Dictionnaire de l'ancien français*, Paris, 1968.

anterior¹³; a do francês *pourtant* contemporânea ou até ligeiramente posterior¹⁴.

Em suma, na deriva de *por ende* a *porém*, ou mais genericamente, de morfemas conclusivos a morfemas contrastivos, uma vez que há também a considerar derivas românicas afins, é importante notar que, apesar da aparente descontinuidade, se verifica uma continuidade ou até identidade de mecanismos postos em funcionamento como:

- 1 — Reconhecimento da existência de um nexó implicacional.
Pressuposição de uma causa / condicional:
 - explícita geralmente no português medieval;
 - implícita no português moderno.
- 2 — Conclusão a partir da premissa maior:
 - no mesmo sentido (leitura conclusiva);
 - conclusão negativa ou contra-conclusão (génese do sentido e uso contrastivo).

Muito sinteticamente, é o surto de uma negação que converte um conclusivo num adversativo negativo, revelando a existência de relações estreitas (que não se torna demasiado difícil explicitar) entre os contrastivos e as condicionais / causais / conclusivas.

Talvez seja até possível determinar momentos na alteração sofrida pelo morfema *porém* que seriam:

- 1 Pressuposta, implícita $p \Rightarrow q$
- 2 Se p, não q porém
- 3 Se p, porém $\sim q$ $p \wedge \sim q$
- 4 p porém $\sim q$.

¹³ Cf. COROMINAS, J. — *op. cit.*, vol. IV, p. 495: «pero conj. del lat. postclássico POST HOC «por esto», «por tanto», que, empleado de preferencia en frases negativas, tomo el sentido adversativo de «sin embargo», conservando en La Edad Media, y más tarde atenuado hasta hacerse equivalente de *mas*».

¹⁴ Cf. BLOCH, O.; WARTBURG, W. von — *op. cit.*: «pourtant, vers 1160: jusqu'au XVI^e s. signifie 'à cause de cela'; sens moderne, né de l'emploi de cette expression dans des phrases négatives, depuis fin XVI^e s.» (p. 624).

PORÉM: UM CASO DE DERIVA

É plausível situar o arranque do uso contrastivo de *porém* na época a que pertencem os textos analisados (como se tornou evidente pela análise de certos usos de *porê* contrastivo), portanto no galaico-português do 1.º período — antes do fim do séc. XIV; embora a fixação só se deva ter verificado mais tarde, deu-se provavelmente antes do séc. XVI¹⁵, sendo portanto anterior à do francês *pourtant*. A periodização do fenómeno de evolução observado é deixada em linhas gerais, podendo vir a ser precisada após o tratamento de corpus mais extenso.

Clara Araújo Barros

¹⁵ Cf. GREIMAS, A. J. — *op. cit.*: «pourtant adv. (fin XVI^e s. Saint Grég.; mot composé)».

1 — a cause de cela;

2 — *Pourtant que*, parce que, pour vu que: 'Por tant qu'il ait sor ses homes possance';

3 — *Ne portant*, cependant, malgré cela: 'Ne portant, c'est chose seue'» (p. 506).

AGORA : DA 'DEIXIS' TEMPORAL À ARGUMENTAÇÃO *

0. Pretendemos neste trabalho observar os valores temporais e não temporais de **agora**. À semelhança do que sucede com outros advérbios de tempo¹, os usos deste morfema, designadamente os conversacionais, extravasam da simples referência temporal, adquirindo diversos valores no discurso de entre os quais se destacam os que designaremos, na esteira de autores como Perelman², Grize³ e Ducrot⁴, por *usos argumentativos*.

Ao distinguirmos valores temporais e não temporais, queremos partir de uma hipótese explicativa segundo a qual existe uma dimensão significativa básica comum à diversidade destes usos, pelo que procuraremos apresentar sugestões para uma descrição unificada desses valores. Por outro lado, não julgamos adequado repartir rigidamente os usos de **agora** por duas classes. Cremos que, a par da existência de usos mais marcadamente temporais e de outros predominantemente argumentativos, a vasta maioria possui estes valores cumulativamente, cabendo ao contexto activar qualquer deles em maior ou menor grau.

* Investigação realizada no âmbito do projecto II A/88, do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Agradeço as observações feitas por Fátima Oliveira e António Franco a uma primeira versão deste trabalho.

¹ Cf. nosso estudo *Semântica e pragmática de 'já', 'ainda', 'já não' e 'ainda não'*, Porto, Faculdade de Letras, 1986 [dissert. de Mestrado].

² Cf. PERELMAN, C. — *Logique formelle et argumentation*, in BANGE, P. et al. — *Logique, Argumentation, Conversation*, Berna, Peter Lang, 1983, pp. 167-75.

³ Cf. GRIZE, J.-B. — *Matériaux pour une logique naturelle*, Universidade de Neuchâtel, caderno n.º 29 do «Centre de Recherches Sémiologiques», 1976.

⁴ Cf. DUCROT, O. — *Les mots du discours*, Paris, Minuit, 1980; ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. — *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, P. Mardaga, 1983.

1. A característica de **agora** mais evidente e mais amplamente comentada pela linguística é a sua *dicticidade*⁵, isto é, a sua capacidade de associar exoforicamente a referência temporal de um enunciado ao intervalo de enunciação (Ie). O correspondente endofórico (anafórico) de **agora** é **então**, sendo estes advérbios marcadores de dois modos distintos de organizar o discurso⁶. Ao analisarmos as propriedades temporais de **agora**, pretendemos investigar de modo mais aprofundado aspectos que ultrapassam a sua simples caracterização como dístico temporal. Referimo-nos a aspectos tais como a relação que o intervalo de tempo denotado pelo advérbio (Ia) estabelece com Ie, a articulação de Ia com os tempos passado e futuro, bem como a natureza implicatural dessa articulação.

1.1. É frequente descrever o intervalo denotado por **agora** como estando contido ou contendo o intervalo de enunciação⁷, isto é, de alguma forma coincidindo ambos. Para melhor caracterizarmos a relação entre os dois intervalos convém distinguir duas situações distintas: em primeiro lugar, o funcionamento de **agora** como um *ponto de referência temporal*⁸ contido em Ie, a partir do qual se estabelecem localizações no tempo; em segundo lugar, o funcionamento deste advérbio como um intervalo de tempo que pode possuir maior ou menor amplitude, sendo as suas fronteiras determinadas contextualmente.

⁵ Eu, aqui e **agora** constituem, como é sabido, as coordenadas básicas de qualquer situação de enunciação (cf. v.g. LYONS, J. — *Semantics*, 2.º vol., Cambridge, Cambridge University Press, 1977, p. 63). Contudo, Comrie (COMRIE, B. — *Tense*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 15) chama a atenção para o facto de a 'deixis' temporal possuir assinaláveis diferenças relativamente à 'deixis' espacial, designadamente o facto de «aqui» se opor a um «não-aqui» que se constitui como uma área contínua, ao invés do «não-agora» que é uma área descontínua. Efectivamente, há importantes diferenças entre a referência ao passado e ao futuro, tempos muito distintos quer ontológica quer cognitivamente.

⁶ Cf. a este respeito os comentários de F. I. Fonseca (FONSECA, F. I. — *O perfeito e o Pretérito e a teoria dos níveis de enunciação*, in «Biblos», vol. LVIII, Coimbra, 1982, pp. 75-97).

⁷ Cf. MIRA MATEUS, M. H. et al. — *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 1983, pp. 111-3: «[...] **agora** é o nome de Ie» (p. 111).

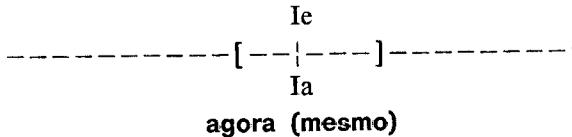
⁸ Consideramos um ponto de referência temporal como derivado de um intervalo de tempo (portanto, um intervalo degenerado do tipo [t', t']). Cf. BENNETT, M.; PARTEE, B. — *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana Linguistics Club, 1978.

AGORA: DA 'DEIXIS' TEMPORAL

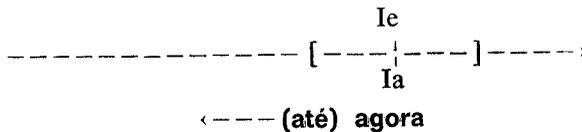
Observem-se os seguintes enunciados:

- (1) «Estamos agora mesmo de saída para o funeral do jovem.» (Correio da Manhã 15/5/88);
- (2) «Até agora, não houve critérios claros para dizer quem pode ir.» (Diário de Notícias 3/5/88);
- (3) «As agências de trabalho começam agora a ganhar expressão em Portugal.» (Diário de Notícias 3/5/88).

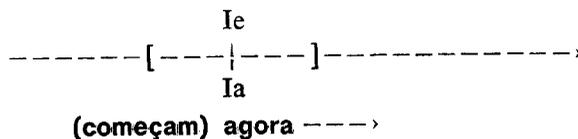
Vemos aqui exemplificada a função a que chamámos de localização temporal de **agora**. No primeiro enunciado, a perspectiva temporal do advérbio incide sobre o próprio intervalo de enunciação. A simultaneidade da referência temporal do advérbio com o tempo da enunciação é intensificada neste caso por **mesmo**, e podemos representar este valor num diagrama como o seguinte:



No segundo enunciado, o valor de **agora** é marcadamente *retrospectivo*, funcionando como um ponto de referência (*terminus ad quem*) a partir do qual uma situação pretérita é avaliada. Podemos representar este valor da seguinte forma:



Pelo contrário, o valor no terceiro enunciado é *prospectivo* (*terminus a quo*), assinalado contextualmente pelo auxiliar aspectual **começar**, e que podemos representar como segue:



Noutros casos ainda, a intersecção de Ia com o intervalo de enunciação é nula, situando-se Ia antes ou depois de Ie:

- (7) Fui **agora** visitar um amigo.
- (8) Parto **agora** para Londres.

Contudo, o intervalo denotado por **agora**, sendo embora disjuncto, tem de pertencer à *vizinhança* do intervalo de enunciação, o que resulta num efeito de *passado recente* ou de *futuro próximo*⁹.

Vemos, pois, que as fronteiras de **agora** são bastante fluidas, cabendo ao contexto determinar-lhes a sua mais exacta localização¹⁰.

2. O funcionamento de **agora** no modo de enunciação narrativo apresenta características particulares. Este modo de enunciação caracteriza-se pela «ausência de **eu** e **tu**, e de advérbios temporais e de lugar dísticos»¹¹. Contudo, à semelhança do que Roher observou para o francês¹², também **agora** se encontra em textos narrativos do passado, figurando em combinatórias com quase todos os pretéritos¹³. Consideraremos este aspecto do funcionamento de **agora** em simultâneo com a questão da sua referência rígida ao intervalo de enunciação¹⁴.

⁹ Cf. VET observa que **maintenant** não se combina com o 'passé récent'. Cf. VET, C. — *Temps, aspects et adverbos de temps en français contemporain*, Genève, Droz, 1980, p. 97.

¹⁰ Cf. a observação de Jespersen: «In practice, **now** means a time with appreciable duration, the length of which varies greatly accordingly to circumstances» (JESPERSEN, O. — *The Philosophy of Grammar*, Londres, Allen & Unwin, 1923, p. 258).

¹¹ Cf. MIRA MATEUS, M. H. et al., *op. cit.*, p. 111.

¹² Cf. ROHRER, C. — *L'analyse des temps du verbe dans un texte narratif*, in «Actes du XVIIe. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes», vol. n.º 4, Universidade de Provence, 1986, pp. 439-452.

¹³ Há em francês uma incompatibilidade de **maintenant** com o 'passé simple'.

¹⁴ Um designador rígido é por definição uma intensão que selecciona sempre a mesma extensão em qualquer mundo possível. Contudo, Barbara Partee observa que uma definição nestes termos enfrenta severas restrições a nível cognitivo, pelo que defende o seguinte ponto de vista: «The intension is a rigid designator, while the psychological representation is probably more like an incomplete and possibly incorrect definite description, or a partial algorithm for picking out the referent across times and worlds by qualitative character».

2.1. Começemos por observar o seguinte enunciado:

- (9) *Camões [regressou/ regressava/ regressara/ tinha regressado] à pátria para agora experimentar a sua ingratidão.*

É óbvio que neste caso a referência de **agora** não é ao intervalo de enunciação, mas ao intervalo relativo à situação «Camões regressar à pátria». Enunciados deste tipo problematizam a concepção deste advérbio como um *designador rígido*¹⁴, como em princípio sustenta F. Nef para o francês¹⁵:

«[**maintenant**] réfère quel que soit le contexte enchâssé au moment de l'énonciation, de la même manière que le nom propre réfère au même individu dans tous les mondes possibles.»¹⁶

Contudo, ao observar o comportamento deste advérbio em concorrência com o 'imparfait', Nef matiza a afirmação anterior, concluindo que

«[...] la rigidité de **maintenant** n'est pas liée à la référence de cet adverbe à t0 [...]. Cependant, il faut prendre garde de bien voir que la rigidité [...] est conservée, puisque cet adverbe réfère alors à un moment qui est fixé de manière rigide par l'imparfait.»¹⁷

Assim, a única excepção do funcionamento de **maintenant** como designador rígido do intervalo de enunciação encontra-se nas combinatórias deste advérbio com o imperfeito. Quando se trata de estabelecer a referência temporal relativamente a um intervalo fixado por outro elemento temporal da frase, usar-se-á o anafórico **alors**.

istics.» (Cf. PARTEE, B. — *Semantics — Mathematics or Psychology?*, in BAURLE, R. et al. (eds.) — *Semantics from Different Points of View*, Berlin, Springer, 1979, pp. 1-14). O carácter *rígido* de **agora** só pode ser entendido nestes termos, a nosso ver.

¹⁵ Cf. NEF, F. — *Sémantique de la référence temporelle en français moderne*, Bern, Peter Lang, 1986.

¹⁶ *Ibidem*, p. 195.

¹⁷ *Ibidem*, p. 195.

2.2. Cremos que esta hipótese, correcta no essencial, carece todavia de ser complementada por algumas observações quando aplicada ao português, dada a possibilidade de combinatória de **agora** com todos os pretéritos. Aliás, mesmo em francês supomos que uma observação mais extensiva resultaria na verificação da possibilidade de distribuição de **maintenant** com outros pretéritos além do 'imparfait', sem que este advérbio se refira a Ie.

Observemos os seguintes enunciados:

- (10) *Em 1910 era proclamada a República. **Agora** o País ia atravessar um período de profundas convulsões políticas.*
- (11) *Em 1910 [foi/ era/ tinha sido] proclamada a República. Passado apenas quatro anos, eclodia a Grande Guerra, e **agora** as atenções do País concentravam-se nas trincheiras franco-alemãs.*

No enunciado (10) o advérbio funciona como *terminus a quo* de um intervalo de tempo que não se reporta ao intervalo de enunciação mas à data fixada pelo adverbial «em 1910». Note-se que é neste caso perfeitamente possível substituir **agora** por um anafórico (**a partir de então**, **a partir desse momento**, etc.), verificando-se o mesmo com o enunciado (11), em que **agora** tem por referência o intervalo denotado por **eclodia**. A opção entre a utilização da forma dística em vez da anafórica, como seria em princípio mais natural esperar, não se prende com a questão da referência temporal, mas com a perspectiva adoptada pelo enunciador na narração. Isto é, a selecção do advérbio dístico pode ser estabelecida, não em função de determinações temporais da frase (como, por exemplo, combinações de tempos com advérbios e locuções temporais), mas como resultado de um valor pragmático que o enunciador decide atribuir ao enunciado.

2.3. Cremos que é neste sentido que podemos interpretar as observações de Rohrer¹⁸ sobre a diferença de sentido verificada em enunciados como os seguintes (que adaptamos para o português):

¹⁸ Cf. ROHRER, C., *art. cit.*

- (12) *Um a um, os deputados abandonaram o hemiciclo. Nesse momento, não havia mais de vinte pessoas na sala.*
- (13) *Um a um, os deputados abandonaram o hemiciclo. Agora, não havia mais de vinte pessoas na sala.*

A ocorrência do dístico temporal em enunciados como (13) é explicada por Rohrer pelo facto de este advérbio possuir, em acréscimo à sua função de localizador temporal, uma dimensão significativa a que Rohrer chama *perspectiva temporal*. Assim, a diferença entre (12 e (13) não é uma questão de *referência temporal* mas de *perspectiva* temporal: em (12) a situação é avaliada a partir do presente, mas em (13) o enunciador estabelece como presente o intervalo (pretérito) denotado pelos tempos verbais, avaliando a situação a partir desse ponto de referência. Diríamos que não é só a «deixis» de tempo que intervém neste caso, mas também a de *pessoa* — do *eu* do enunciador e do *tu* enunciatário, sendo o segundo instruído pelo primeiro a avaliar a situação a partir dessa perspectiva.

Podemos assim concluir que a utilização de **agora** em textos narrativos do passado corresponde a uma transição do modo de enunciação propriamente narrativo para um modo em que o *narrativo* e o *experencial* se misturam e mutuamente se contaminam. É um pouco o mesmo que se verifica no chamado discurso indirecto livre, em que se misturam elementos do discurso relatado com outros do discurso citado; ou no chamado *presente histórico*, onde ocorre igualmente uma mudança de perspectiva temporal que tem por efeito a presentificação do pretérito.

3. A coocorrência de **agora** com advérbios ou locuções denotadores do futuro é um fenómeno que tem suscitado a atenção dos temporalistas. McCoard¹⁹, por exemplo, refere a estranheza de enunciados como:

- (14) **Now I shall go tomorrow.**

¹⁹ McCOARD, R. W. — *The English Perfect: Tense-Choice and Pragmatic Inferences*, Amsterdam, North-Holland, 1978.

Uma lógica temporal baseada nas propostas de H. Reichenbach²⁰, que, com diversos matizes, gozam de influência considerável nos estudos lógicos e linguísticos do tempo, não dá conta desta distribuição. De facto, «*now I shall go*» seria representado por uma fórmula do tipo *S, R-E* (em que *S* representa o tempo da enunciação, *R* o ponto de referência temporal denotado por **now** e *E* o intervalo correspondente à situação «*shall go*»). A fórmula correspondente a «*I shall go tomorrow*» seria *S-R, E* — incompatível, portanto, com a anterior.

Este facto é interpretado por McCoard como uma fraqueza teórica das teses reichenbachianas. Contudo, julgamos que outra explicação pode ser dada a casos como o do enunciado (14), que podemos encontrar igualmente em português:

- (15) *A CP está em greve. Agora tenho de ir amanhã de comboio, se quiser estar presente no Congresso.*

A razão de ser desta coocorrência prende-se simplesmente com o facto de **agora** não possuir neste caso valor temporal (pelo menos predominantemente), sendo antes um marcador pragmático de uma atitude ilocucional, pelo que está fora de questão atribuir-lhe uma descrição em termos de semântica do tempo. Tal como observámos no início, não podemos definir rigidamente dois tipos de usos deste advérbio, embora possamos considerar dois pólos numa escala correspondentes, de um lado, a valores temporais e, do outro, a usos pragmáticos, de entre os quais se destacam os argumentativos. Sem qualquer pretensão de exaustividade, sequer de grande sistematicidade, queremos nesta secção passar em revista alguns dos principais valores não temporais de **agora**, reservando a secção 4 para uma análise mais pormenorizada dos usos argumentativos.

3.1. Embora com valor temporal, podemos observar que em certos enunciados **agora** funciona principalmente como um instanciador de *ordem* no tempo:

²⁰ REICHENBACH, H. — *Elements of Symbolic Logic*, N. York, Macmillan, 1947.

- (16) *Já visitei o Brasil e os EUA. Agora chegou a vez de África.*
- (17) *Primeiro, a avaria do carro; depois, da máquina de roupa; e agora este problema com o seguro!*

Neste último enunciado vemos que é difícil separar o que constitui ordenação no tempo e ordenação numa escala de valores em que **agora** assinala, por exemplo, a transposição de uma média considerada aceitável. Eis um caso em que se verifica como facilmente se transita de uma escala temporal para uma escala de outros valores e propriedades. A relação com o tempo pode então ser mais ou menos remota, encontrando-se mesmo usos de **agora** praticamente esvaziados de sentido temporal.

3.2. Que em muitos casos este advérbio não é usado em valor temporal foi observado para o inglês por S. Greenbaum²¹, que, entre outros usos, constata o funcionamento de **now** como

*«an illative conjunct [...] which might be paraphrased 'since that is so', though temporal force is not entirely absent.»*²²

Isto é, **now**, tal como **again** ou **however**, por exemplo, «indicate some connection with what has been said before» — daí a designação de «*conjuncts*» a esta classe. A qualificação de «*illative*» é justificada pelo facto de palavras como **now** indicarem «that what is being said is a consequence or result of what has been said before.»²³

O mesmo se verifica com **agora**. Aliás, o facto de haver uma ampla equivalência nos usos não temporais de **agora**, de **now** e de **maintenant**, e provavelmente nos seus correlativos de outras línguas, evidencia que não estamos perante fenómenos linguísticos idiossincrásicos, antes face a funcionamentos cujas regularidades são susceptíveis

²¹ GREENBAUM, S. — *Studies in English Adverbial Usage*, Londres, Longman, 1969.

²² *Ibidem*, p. 73.

²³ *Ibidem*, p. 47.

de sistematização. De facto, este mesmo valor *ilativo* encontra-se em enunciados como o seguinte:

- (18) *Fumou durante vinte anos, agora tem sérios problemas brônquicos.*

Uma paráfrase possível de (18) seria (19):

- (19) *Fumou durante vinte anos, [pelo que/ consequentemente] tem sérios problemas brônquicos.*

Este sentido adquire facilmente valores caracteristicamente contrastivos, como nos seguintes exemplos:

- (20) *Cantaste, agora dança!*
(21) *Não trabalhou, agora queixa-se das notas.*

Ou valores ilocucionais diversos²¹, como o *admonitório*:

- (22) *Agora vê o que fazes!*
(23) *Não te esqueças agora do que te disse!*

Ou ainda um valor parapraxeável por «*deixa lá ver*», sugestivamente baptizado por Greenbaum como «*ruminative use*».

Um aspecto importante que Greenbaum aponta também é que «*now marks a transition in exposition*»²⁴. Também **agora** funciona como um marcador de transição no discurso, introduzindo um novo tópico no contexto conversacional:

- (24) *É verdade, o tempo tem estado horrível. Agora, com respeito ao tal negócio...*

3.3. F. Nef²⁵ estudou os valores temporais e não temporais de **maintenant**. Das suas observações interessa-nos sobretudo reter o que se prende com o funcionamento deste advérbio enquanto ope-

²⁴ *Ibidem*, p. 55.

²⁵ Cf. NEF, F. — *Maintenant1 et maintenant2: sémantique et pragmatique de 'maintenant' temporel et non-temporel*, in DAVID, J.; MARTIN, R. (eds.) — *La Notion d'Aspect*, Paris, Klincksieck, 1980, pp. 145-167. Igualmente NEF, F., *op. cit.*

rador de anulação de inferências decorrentes de premissas anteriores. Procuraremos demonstrar que **agora** tem, mais uma vez, uma grande semelhança de funcionamento relativamente ao seu correlativo francês.

Começemos por assinalar que **agora** pode cancelar uma *implicatura conversacional*, como nos seguintes exemplos:

(25) *Já sei que o director é o senhor. Agora, quem manda aqui?*

É o sentido implicado (o de que normalmente o director é quem manda) que o advérbio nega. Já no exemplo a seguir temos uma *negação de uma condicional*:

(26) *O senhor insiste em esperar pelo director? Pode esperar, agora ele hoje já não vem ao escritório.*²⁶

(27) *Se fosse rico, comprava-te o barco. Agora, infelizmente eu não sou rico.*

A este último enunciado corresponde a negação da premissa de uma implicação, que podemos representar da seguinte forma:²⁷

$$\begin{array}{l} (27') \quad p \longrightarrow q \\ \quad \quad \text{agora} \quad -p \\ \hline \quad \quad \therefore -q \end{array}$$

Ao introduzir uma premissa diferente, ou ao negar uma premissa anterior, procede-se assim a uma inversão da condicional, a que podem corresponder actos da fala de diverso tipo, como em (28):

(28) *Se insistires muito, não vais. Agora, se te calares imediatamente, a situação talvez mude.*

²⁶ Observe-se o valor concessivo que esta construção adquire, a que podemos fazer corresponder: «embora o senhor insista em esperar, ele já não vem ao escritório.»

²⁷ Devo a F. Oliveira a observação de que neste enunciado encontramos, se não uma contrafactual, pelo menos uma condicional problemática. **Agora** funciona como reforço da negação da premissa, provavelmente com o efeito pragmático (perlocutório) de eliminar qualquer dúvida que a respeito desta premissa o interlocutor pudesse ainda ter.

Finalmente, **agora** pode assinalar o que Nef (86) chama uma *rectificação ilocucional*, que define nos seguintes termos:

«*Le mécanisme général de la rectification illocutionnaire est le suivant: maintenant substitue à un act a un b*». ²⁸

É este valor que encontramos nos seguintes enunciados:

- (29) *A secretária manda dizer que o director não está. **Agora**, eu ouvi uma voz que me pareceu a dele há instantes.*
- (30) *Disseram-me que era um livro extraordinário; **agora**, eu já o li e não vi nada de especial.*

Nestes exemplos, **agora** impede que a proposição introduzida anteriormente se torne uma pressuposição da conversação. Além disto, assinala a distanciação do loquente relativamente ao conteúdo proposicional anterior (geralmente citado), num acto de recusa da herança de inferências criadas pelo contexto prévio. Não só descompromete o loquente face à verdade de uma proposição como fornece indicações ao alocutário no sentido de este a considerar provavelmente falsa (ou, pelo menos, pouco fidedigna).

4. Queremos considerar agora os usos deste advérbio em contextos caracteristicamente argumentativos. Muito do que observámos anteriormente, particularmente em 2.3, tem a ver com argumentação. No entanto, queremos introduzir alguns conceitos que nos ajudarão a descrever os usos argumentativos de **agora**.

4.1. C. Perelman (81) sublinha as diferenças entre *demonstração* e *argumentação*. Delas retemos duas: ao contrário da *demonstração*, que transfere uma propriedade objectiva (como a verdade) das premissas para a conclusão, a *argumentação* veicula a *adesão* (positiva ou negativa) às premissas; uma *demonstração* é correcta ou incorrecta, mas os argumentos podem ser avaliados em escalas (fracos/fortes, relevantes/ irrelevantes, p.ex.) de valor sempre controverso. Isto é, a lógica da *argumentação* é necessariamente dialógica e escalar («fuzzy»).

²⁸ Cf. NEF, F., *op. cit.*, p. 205.

²⁹ Cf. PERELMAN, C., *art. cit.*

No funcionamento de **agora** como retificador ilocucional verificámos que o loquente, ao asserir «**agora p**» se descompromete da verdade de p. Ao instruir o alocutário no sentido de este não aderir à verdade de p, estamos perante um valor argumentativo de **agora**. Que diferença entre «**agora p**» e, por exemplo, «**mas p**»? **Mas** é sem dúvida um operador argumentativo por excelência³⁰, funcionando fundamentalmente em réplicas de diverso tipo. Contudo, podemos conceber que **agora** possa ser preferido pelo loquente em circunstâncias em que este deseja estabelecer a refutação de forma mais subtil e mitigada, forma muitas vezes argumentativamente mais eficaz do que a réplica explícita que **mas** tende a veicular. Sendo assim, **agora** tem um funcionamento mais complexo do que **mas**, dado que exprime uma adesão parcial a p e simultaneamente a sua refutação. Um exemplo característico desta dupla função será um enunciado como o que se segue:

(31) *Compreendo perfeitamente o que queres dizer. Agora, tens de compreender que...*

Por isso **agora** é largamente utilizado em *discussões*, que L. Apostel³¹ define nos seguintes termos:

«A discussion is a collective action (rather: an interaction) bringing together preparatory actions of different actors with the purpose to make possible later collective or individual actions». ³²

Numa discussão, **agora** funciona quer como eliminador de inferências decorrentes de premissas previamente veiculadas (*réplica*), quer como introdutor de novos argumentos (*ataque*, entendido no sentido definido por Apostel: «An attack against a position is an action attempting to eliminate that position»³³).

³⁰ Cf. DUCROT, O., *op. cit.*

³¹ Cf. APOSTEL, L. — *Towards a General Theory of Argumentation*, in BARTH, E. M.; MARTENS, J. L. (eds.) — *Argumentation — Approaches to Theory Formation*, Amsterdam, John Benjamins, 1982, pp. 93-122.

³² *Ibidem*, pp. 104-5.

³³ *Ibidem*, p. 106.

4.2. É este valor argumentativo que nos permite associar **agora** a **ora**. Diacronicamente, aliás, essa ligação é conhecida, já que um e outro se originaram do mesmo lexema **hora** — como refere J. J. Nunes (75):

«Fenómeno idêntico deu-se com o mesmo vocábulo **hora**, precedido da preposição **ad**, que com ele se fundiu, vindo ambos a dar *aora [...] onde o actual **ora**.» (p. 64).
«A forma anterior desta palavra [**ora**] deve ter sido **aora**, que existiu no antigo castelhano e ainda existe no actual **ahora**.» (p. 344).

Os usos predominantes de **ora** são os interjectivos e argumentativos — cf. (32) e (33) — embora se possa ainda encontrar usado em sentido temporal — cf. (34):

- (32) **Ora!** *Todos sabem que tu és rico!*
 (33) *O médico disse que era urgente interná-lo. Ora todos sabemos que isso hoje é impossível.*
 (34) *Por ora, nada podemos fazer.*

De modo geral, podemos afirmar que **ora** se esvaziou praticamente de sentido temporal, especializando-se nos usos pragmáticos (ilocucionais e argumentativos) e autonomizando-se relativamente a **agora**. Seria talvez de esperar que **agora** se especializasse na referência dítica do tempo e abandonasse os valores mais marcadamente argumentativos para **ora**. Tal não aconteceu, como vemos, mas se em alguns casos os valores destas duas partículas tendem a sobrepor-se, noutros verificamos a sua complementaridade, reservando-se **ora** sobretudo para a expressão da conclusão ou da explicação, e sendo, talvez, mais habitual no código escrito do que o **agora** argumentativo, quase só usado em discurso conversacional.

4.3. Uma *discussão*, no sentido que lhe atribuímos em 4.1., possui uma estrutura própria. F. van Eemeren & R. Grootendorst³⁴

³⁴ EEMEREN, F. H. van; GROOTENDORST, R. — *Speech Acts in Argumentative Discussions*, Dordrecht, Foris, 1984.

distinguem os seguintes constituintes de uma discussão (simples ³⁵): (i) expressão de opinião (positiva, negativa, neutra — respectivamente +/0, -/0 e ϕ /0); (ii) disputa (definição dos papéis argumentativos de protagonista [P] e antagonista [A]); (iii) decisão de embarcar na discussão (expressão clara das opiniões em contradição (+/0, -/0); (iv) discussão (pró-argumentação e contra-argumentação do protagonista e do antagonista); (v) resolução da disputa (em favor de P ou de A, com resolução total ou apenas parcial, com retratação ou não por parte do que foi vencido).

Numa estrutura argumentativa assim definida, onde situar os valores (argumentativos) de **agora**? Cremos que esta partícula pode ser usada em quase todas as fases de uma discussão:

a — **Agora** pode ser usado por A:

a1 — Na fase da *disputa*, quando X se afirma como A.

a2 — Na fase da *decisão*, quando A expressa -/0.

b — Usado por P e A:

b1 — Na *discussão*, mais especificamente na contra-argumentação, em que P ataca -/0 e A ataca +/0.

b2 — Na *resolução* da disputa, designadamente na expressão de dúvidas ou reticências face à argumentação considerada vitoriosa (A/ P aceitam parcialmente +/0/ -/0).

Assim, o facto de encontrarmos **agora** utilizado em quase todas as fases de uma discussão evidencia a natureza amplamente argumentativa deste morfema.

5. Iniciámos a descrição da diversidade de valores de **agora** pelos usos temporais. Esta escolha não foi arbitrária, já que partimos da hipótese de que os valores temporais funcionam como primitivos a partir dos quais os não-temporais são derivados. De facto, a estruturação temporal é tão poderosa, quer de um ponto de vista ontológico quer cognitivo, que não é de estranhar que, linguisticamente, se transite facilmente de ordenações temporais para escalas de outra natureza. Será então de esperar que se manifestem analogias estruturais entre os usos temporais e não-temporais de **agora**, o que passamos a verificar.

³⁵ Estes autores consideram a existência de tipos simples e complexos de argumentação, podendo a complexa ser múltipla ou composta, e esta última ainda coordenativa ou subordinativa (*op. cit.*, p. 93 e *passim*).

5.1. Constatámos já (cf. 1) que este advérbio tem por função temporal básica a referência a *Ie*. De facto, o mecanismo dessa referência é complicado pela introdução de implicaturas relativas ao intervalo de tempo anterior a *Ie*, como se verifica pelos seguintes exemplos:

(35) *Estou satisfeito.*

(36) **Agora** *estou satisfeito.*

A diferença entre estes dois enunciados explica-se pelo facto de **agora p** possuir como implicatura $\sim p$ em $I < Ie$. Por outro lado, em predicados sem estrutura temporal propriamente dita, como os gnómicos, verifica-se a inaceitabilidade de **agora**:

(37) * **Agora** *o leão é um animal carnívoro.*

Podemos verificar um funcionamento implicatural análogo nos valores não temporais. F. Nef observa que

«**maintenant** agit sur quelque chose d'antérieur, soit temporellement, soit argumentativement.»³⁶

Esta referência a «quelque chose d'antérieur» verifica-se claramente nos usos *transicionais* de **agora** (cf. 3.2.), bem como nos argumentativos em geral. De facto, o uso argumentativo exige uma referência ao contexto prévio, tal que **agora** e é parafraseável por «com respeito ao enunciado *e1* que acaba de ser proferido afirmo *e2*» (sendo que *e2* constitui um *ataque* a *e1*).

5.2. Podemos também encontrar analogias no eixo dos valores argumentativos relativamente ao valor dístico de **agora**. Já fizemos notar que, cumulativamente à referência temporal, encontramos em muitos casos a expressão de uma *perspectiva* temporal (cf. 2.3.), em que 'deixis' do tempo e da pessoa se confundem. Se quisermos alargar essa referência de forma a englobar os usos não temporais de **agora** podemos afirmar que a função dística desde advérbio con-

³⁶ Cf. NEF, F., *op. cit.*, p. 36.

siste na sua referência à *actualidade*, não apenas à actualidade temporal mas também à actualidade contextual e discursiva de modo global.

A verificação destas homologias entre usos temporais e não temporais de **agora**, que julgamos observáveis noutros operadores temporais, verbais ou adverbiais, constitui uma evidência quanto às estreitas associações que se estabelecem na língua entre *tempo* e *argumentação* — um fecundo campo de investigação linguística a ser explorado.

Sérgio P. F. Matos

PARTÍCULAS MODAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA

RELANCES CONTRASTIVOS COM AS PARTÍCULAS ALEMÃS *

0. Introdução

Na literatura sobre partículas modais (PMs) encontra-se por vezes a informação de que nem todas as línguas conhecem ou dispõem destes elementos ¹ e que, por outro lado, há línguas em que elas são numerosas: o alemão, o holandês, o russo.

O que neste trabalho me proponho mostrar é que o português não pertence nem ao grupo das línguas ricas em PMs, nem ao grupo das que as não têm, se bem que esta (sub-)categoria de palavras tenha sido — como tal — até agora praticamente desconhecida dos gramáticos (e dos lexicógrafos) portugueses.

Embora num estudo contrastivo sobre partículas e interacção envolvendo as línguas alemã e portuguesa se sustente «daß bestimmten Modalpartikeln (und deren Äquivalenten) in iberoromanischen Sprachen (wie etwa dem Portugiesischen) ein interaktionell determinierter Ausdruck» [entsprechen kann] ² e apesar de num outro tra-

* Este estudo representa a versão portuguesa, mais elaborada e alargada, da comunicação que, com o título 'Modalpartikeln im Portugiesischen. Kontrastive Einblicke in die deutschen Partikeln', apresentei ao *Internationaler Kongreß über Sprachpartikeln* que decorreu de 4 a 8 de Agosto de 1987 em Berlim (Occidental). Os trabalhos foram realizados no âmbito do Projecto de Investigação n.º 95/85/86 da Universidade do Porto.

¹ Cf., por ex., FRANCK, D. — *Grammatik und Konversation*, Königstein/Ts., Scriptor, 1980, p. 21.

² Do 'abstract' da comunicação apresentada por J. Schmidt-Radefeldt no *Internationaler Kongreß über Sprachpartikeln*, Berlim, 4 a 8 de Agosto de 1987.

balho contrastivo sobre PMs³ se apresentar um leque mais ou menos diversificado de expressões equivalentes em português para cada uma das partículas modais alemãs (PMas) tratadas — o certo é também que a língua portuguesa faz uso de tais partículas, a cada uma das quais é, aliás, possível, por sua vez, fazer corresponder um espectro por vezes largo de equivalências funcionais em alemão⁴. As partículas modais portuguesas (PMps) — das quais aqui se estudam duas a título de exemplo — apresentam características sintáticas em muitos aspectos semelhantes às das PMas, e, se, por outro lado, algumas vezes são empregadas em condições que se aproximam de certo modo das condições em que estas últimas também o são, isso não significa, porém, que os sistemas de PMs em ambas as línguas sejam isomórficos.

1. O tratamento das PMps nas gramáticas

Vejamos, em primeiro lugar e sucintamente, como têm sido tratadas nas gramáticas de língua portuguesa aqueles elementos que considero PMs.

Tal como aconteceu aparentemente em toda a Europa ocidental, também os gramáticos portugueses se basearam na teoria greco-latina das partes do discurso e adoptaram não só os seus princípios classificatórios como também — embora com uma ou outra compreensível adaptação — basicamente as mesmas e o mesmo número daquelas partes. Essa orientação reflecte-se muito claramente na gramática de João de Barros⁵, para quem «a nossa linguagem [é] compósta destas nove partes: Artigo, que é próprio dos Graegos e Hebreus, Nome, Pronome, Vêrbo, Advêrbio, Participio, Conjunçam, Preposiçam, Interjeção, que tem os latinos»⁶. E a situação não se altera posteriormente, de tal modo que nas gramáticas dos séculos XIX e XX esses grupos de classes continuam a oscilar entre os dez e os oito: para

³ SCHEMANN, H. — *Die Modalpartikel und ihre funktionalen Äquivalente. Untersuchung anhand des Deutschen, Französischen und Portugiesischen*, in «Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen», 219. Bd., 1, 1982, pp. 2-18.

⁴ Como se mostra em FRANCO, A. C. — *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Porto, Diss., 1986.

⁵ BARROS, J. de — *Grammatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1540.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 60.

Lage⁷, por exemplo, «ha dez especies de palavras», Azevedo⁸ considera que elas são nove, Ribeiro⁹ distingue oito; mesmo nas gramáticas (tradicionalis) mais recentes o panorama não é diferente, relacionando-se essa variação directamente com o facto de se incluírem ou não na listagem, para além daquelas categorias, os pronomes e/ou os artigos e/ou as interjeições¹⁰.

Em virtude de as classificações revestirem este aspecto, a pergunta que necessariamente se põe é a de se saber qual o lugar que ocupam aí as partículas que agora nos interessam ou onde se devem localizar.

De modo muito semelhante ao que até há cerca de vinte anos sucedia na Alemanha com aquelas palavrinhas hoje em dia geralmente designadas como PMs, também as portuguesas foram consideradas as mais das vezes, indiscriminadamente, entre os advérbios. Se bem que se verifique igualmente que há autores que incluem algumas dessas unidades entre as conjunções e/ou entre as interjeições, é, todavia, no grupo dos advérbios que elas por via de regra se situam. Mais uma vez se repetiu o processo já utilizado pelos antigos gregos de fazer da classe dos advérbios como que uma «'dustbin' class»¹¹ quando se tratava de classificar uma palavra cuja inclusão era difícil se não impossível noutra parte.

Verifica-se, no entanto, que pelos finais do séc. XIX¹² alguns gramáticos se dão pela primeira vez conta da heterogeneidade da

⁷ LAGE, J. G. — *Novissima Grammatica Portugueza*, Coimbra, Livraria Portugueza e Extrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1882, p. 10.

⁸ AZEVEDO, J. D. de — *Elementos de Grammatica Portugueza*, Porto, Livraria Editora, 1901, p. 17.

⁹ RIBEIRO, J. — *Grammatica Portugueza*, 5.^a ed., cuidadosamente revista por João Vieira de Almeida, São Paulo, Miguel Melillo — Editor, 1899, p. 60.

¹⁰ Cf. TORRINHA, F. — *Gramática Portuguesa*, Porto, Edições Marânus, 1954, p. 107; AGUILAR, I. T. de; GÓIS, A. R. — *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Lisboa, Livraria Didáctica, 1967, p. 64; SEQUEIRA, F. J. M. — *Gramática de Português*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s.d., p. 39; FIGUEIREDO, J. M. N. de; FERREIRA, A. G. — *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1982, p. 186.

¹¹ CRYSTAL, D. — *Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1971, p. 75.

¹² Não encontrei justificação para recuar mais no tempo, dado que também para Portugal se aplica, *mutatis mutandis*, a observação de Jelinek, referido por LÜTTEN, J. — *Untersuchungen zur Leistung der Partikeln in der gesprochenen deutschen Sprache*, Göppingen, Verlag Alfred Kümmerle, 1977,

classe de advérbios assim formada¹³ e descobrem que alguns deles assumem outras funções específicas. Neste sentido, Lage observava que «Nas frases emphaticas emprega-se algumas vezes o adverbio *não* como particula affirmativa, como: *Não pensava eu que o venceria!* O adverbio *não*, n'estas frases não só tem força affirmativa, mas até augmenta a significação do verbo.»¹⁴

Oliveira pronuncia-se de modo idêntico sobre o emprego enfático do «adverbio *não* como particula affirmativa», notando ainda, depois do parágrafo que dedica à «significação» dos advérbios, que «Para dar mais força á asserção empregamos o adverbio *ainda*, e a preposição *até* tomada como adverbio.»¹⁵ (A este propósito e para se desfazerem já quaisquer equívocos, observo de passagem que estes elementos (*ainda* e *até*), apesar da nova função que Oliveira lhes atribui, terão de ser reclassificados, em boa verdade, como partículas escalares do português.)

Também Ribeiro, ao ocupar-se da sintaxe do advérbio, considera que «*Cá* emprega-se como intensivo da primeira pessoa, e *lá* como intensivo das outras, ex.: «*Eu cá julgo que elle não vem. ...Tu lá sabes....*»¹⁶. Mas para este gramático, *lá* assume, para além desta, a função de «dubitativo em referencia a todas as pessoas, ex.: «*Eu lá sei. — Nós lá queremos isso.*»¹⁷

Mas para além da descoberta de novas funções destas unidades lexicais que, apesar de tudo, não deixam de ser consideradas como «advérbios», há um outro aspecto digno de atenção: trata-se da classificação diferente e especial que outros gramáticos propõem para (certas ocorrências de) elementos como *não*, *cá*, *lá*, etc.. Embora, como parece, estes continuem a ser formalmente encarados como

p. 68: «(es) muß vor dem 18. Jahrhundert nur ein geringes Interesse an der Zahl der Redeteile bestanden haben, d.h. auch die 'Partikeln' als Kategorie blieben uninteressant.»

¹³ Também na Alemanha, e sensivelmente pela mesma altura, se tomava consciência do mesmo. Cf. p.ex. PAUL, H. — *Deutsche Grammatik*, vol. 3, Tübingen, Niemeyer, 1968 (=Unveränderter Nachdruck der 1. Auflage von 1919), p. 117.

¹⁴ LAGE, *ob. cit.*, 1882, p. 109.

¹⁵ OLIVEIRA, B. J. de — *Nova Grammatica Portugueza, Compilada dos nossos melhores auctores e coordenada para uso das escholae por...* Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1883, p. 80.

¹⁶ RIBEIRO — *Ob. cit.*, 1899, p. 322.

¹⁷ *Id., ibid.*, p. 322.

membros do grupo abrangente das «partículas», ou seja, do vasto grupo classificatório das palavras inflexivas (que a partir de dada altura passou a ser corrente formar-se¹⁸), esta outra classificação representa uma inovação, permitindo que de algum modo esses elementos passem a ser objecto de estudo diferenciado.

Assim Vasconcéloz designa-os como «palavras ou locuções explétivas»¹⁹ e refere-os no âmbito da descrição de dois tipos de pleonasmos. Um destes tipos verifica-se, segundo Vasconcéloz, «Quando, para darmos realce a um dos elementos da proposição, lhe juntamos certas palavras ou locuções desnecessárias ao sentido... Ex.: — *Tu lá sabes o que te convém.* — *Quam bella não é a virtude!* — *Que bella que é a verdade?* (...) — *Isto é que é felicidade!*»²⁰

Também Martins, ao analisar o «Emprego de algumas palavras e locuções que no discurso desempenham mais de uma função»²¹, considera que *que* é empregado como «*particula de realce* — quando serve unicamente para reforçar uma afirmação. Ex.: *Quasi que enlouqueci.*» E neste contexto define «*expressões de realce* [como] aquellas que desprovidas de significação grammatical servem unicamente para fazer sobresahir o sujeito ou um complemento.»²²

Azevedo reserva igualmente um breve espaço às «partículas de realce» que define como sendo «certas palavras que, não tendo significação grammatical, quando empregadas em certos casos, servem de fazer sobresair uma expressão. As principaes são: *que, não, cá, lá; é, era, foi, foste*»²³. Mas deve já notar-se que a indicação destas quatro últimas é feita de modo incompleto e, por isso, impreciso. Rigorosamente não são esses os elementos que o autor tem em vista, mas sim, como mostra nos seus exemplos, as lexias compostas por uma dessas formas verbais e *que*.

¹⁸ As razões e o modelo para esta classificação devem porventura procurar-se, em última análise, na obra de Franciscus Sanctius *Minerva seu de causis linguae latinae*, 1587. Sobre o assunto, cf. FRANCO, A. C. — *Partículas Modais do Português*, a aparecer em «Miscelânea» em honra do Prof. Herculano de Carvalho, e FRANCO, A. C. — *Ob. cit.*, 1986, pp. 12 e segs.

¹⁹ VASCONCÉLOZ, A. G. R. de — *Grammática Portuguesa*, Paris, Lisboa, Guillard, Aillaud & Cia., 1909, p. 220.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, pp. 219-220.

²¹ MARTINS, A. B. S. — *Pontos de Grammatica Portugueza e Exercicios Praticos*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899, p. 54.

²² *Id.*, *ibid.*, p. 57.

²³ AZEVEDO — *Ob. cit.*, 1901, p. 167.

Martins ²⁴, ao contrário, chama sobretudo a atenção para o *que* e não para as formas verbais que com ele formam de facto um todo. Mas comuns aos dois são as observações que fazem e a natureza dos exemplos apresentados que não deixam margem para dúvidas ²⁵ quanto ao *que* ambos pretendem demonstrar.

Por sua vez, Torrinha ²⁶ aponta como «*partículas* ou *expressões enfáticas* ou *de realce*» as mesmas que Azevedo, após ter corrigido a imprecisão deste e a que atrás me referi. No entanto, a sua definição de partículas de realce como «pequenas expressões, que apenas servem para dar maior realce à frase» ²⁷ introduz ou reflecte uma concepção um tanto diversa quanto às funções destas palavras, facto que justifica que voltemos ulteriormente à questão. Mas é Torrinha que pela primeira vez acrescenta a este grupo de palavras um elemento novo, quando, a propósito da «*sintaxe das palavras inflexivas*», faz notar que «o advérbio *também* pode ter valor consecutivo, significando *em paga, na verdade*.» ²⁸

A constituição do grupo das partículas de realce — grupo que desde o virar do século tem, aliás, sido assumido e de alguma maneira ampliado com novos materiais — significou essencialmente uma prova de insatisfação e do reconhecimento, por parte dos gramáticos, de que não era completamente adequada a inclusão de certos lexemas na categoria dos advérbios ou noutra. Mas é ao mesmo tempo uma solução que não surpreende de todo: ela é como que a redescoberta ou o ressurgimento — com a respectivas adaptações ao português — do que foram na língua latina as *expletivae*, isto é, a subcategoria daquelas palavras que os gramáticos latinos tinham, por sua vez, considerado corresponder ao subgrupo das ‘*conjunções*’ (ou palavras de ligação) gregas, os *paraplērōmatikoi*. É, pois, de uma área original-

²⁴ MARTINS — *Ob. cit.*, 1899, p. 57.

²⁵ Para Martins, um dos modos de «dar realce a um sujeito» é «desenvolvendo uma oração por meio da locução *é que, era que, foi que*, etc. (sem formar oração à parte)» (*ibid.*, pp. 57-58); na opinião de Azevedo, «Para dar realce a um sujeito ou complemento directo pode uma oração transformar-se em duas por meio do verbo *ser* com o pronome *o, a*, seguido de uma oração relativa; ex.: *A necessidade é a que leva o soldado á guerra.* (...) Aquellas phrases podem abreviar-se pela suppressão dos pronomes: *A necessidade é que leva o soldado á guerra.*» (*ibid.*, pp. 167-168).

²⁶ TORRINHA, F. — *Gramática Portuguesa*, Porto, Edições Marânus, 1937-38.

²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 289. Sublinhado meu, A.F..

²⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 280.

mente difusa, de contornos pouco bem delimitados, que considero que emergem, em última análise, o que chamo PMs do português. Quer dizer, há também nesta língua elementos que, em virtude das funções em que se especializaram, ultrapassam os limites do grupo em que tinham sido classificados: é não só entre os «advérbios», as conjunções e as interjeições, mas também entre as partículas de realce que temos de procurar algumas das unidades a que chamamos PMps.

2. Uma das funções das «partículas de realce»

Apesar da terminologia por vezes usada, ou seja, a de «palavras ou locuções expletivas»²⁹, os gramáticos — de modo diferente dos lexicógrafos³⁰ — não as entenderam exclusivamente ao pé do étimo («expletivus», de «expleo»), mas privilegiaram, antes, uma das suas funções a que chamam realce.

Mas é justamente aqui que se registam divergências de opinião: a quê ou a que elemento ou elementos concretamente dão afinal realce essas partículas? — Como vimos atrás, para Vasconcelloz essas palavras usam-se «para darmos realce a um dos elementos da proposição»³¹ — sem explicitar qual e sem indicar qual a posição que tem de ocupar na frase a partícula em relação a esse elemento; por sua vez, Martins, embora sustente que *que* é usado como partícula de realce «quando serve unicamente para reforçar uma afirmação», tem o cuidado de especificar que essas «expressões de realce (...) servem unicamente para fazer sobresahir o sujeito ou um complemento»³². No entanto, quando alguns anos mais tarde Torrinha — que

²⁹ VASCONCÉLLOZ — *Ob. cit.*, 1909, p. 220.

³⁰ Cf. p. ex. FARIA, E. de — *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1951; FIGUEIREDO, C. de — *Dicionário da Língua Portuguesa*, Amadora, Livraria Bertrand, 1981, 1.ª ed. 1939; COSTA, J. A.; MELO, A. S. e — *Dicionário de Português*, Porto, Porto Editora, s.d..

³¹ VASCONCÉLLOZ — *Ob. cit.*, 1909, pp. 219-220.

³² MARTINS — *Ob. cit.*, 1899, p. 57. A pergunta que surge é a de saber o que se deve entender aqui por «complemento». A avaliar pelos exemplos que o autor apresenta, o termo não só se pode entender no sentido de 'complemento directo e/ou indirecto' (i.é., como um actante), mas também no sentido de 'complemento circunstancial', de lugar ou de tempo (quer dizer, como circunstante). Para além do sujeito, qualquer membro da frase parece, pois, susceptível de (ser posto em) realce.

de resto se serve de exemplos muito semelhantes aos dos gramáticos acima mencionados — estabelece que tais partículas «apenas servem para dar maior realce à frase»³³, revela com isso uma concepção diferente, que é, aliás, partilhada por outros gramáticos³⁴.

Seja como for, aquilo que desde relativamente cedo se debateu, embora sem um instrumentário adequado, foi no fundo o problema da articulação tema-remata da frase³⁵ em conjugação com o emprego de partículas. E as posições tomadas são, como referi, essencialmente duas. De acordo com um ponto de vista, o elemento de mais elevado valor comunicativo³⁶ é justamente aquele que ocupa na frase a posição imediatamente anterior à partícula. Quer dizer, ao contrário do que sucede em alemão, a partícula encontra-se após o remata do enunciado, como ilustram os exemplos conspicuamente semelhantes nos vários gramáticos. Deste modo, tal posição também pode ser entendida aí como assinalando de facto a fronteira entre remata e tema na frase.

Quanto à segunda perspectiva, ela parece-me estar curiosamente mais conforme com a realidade funcional de outras PMps e talvez não tanto com a daquelas que repetidamente ocorrem nos exemplos das gramáticas. Mas por outro lado, se atendermos aos termos em que é formulada, ficamos com a sensação de que constitui em certo sentido uma tendência inversa à que se verificou nos estudos sobre PMas. Aqui, como se sabe, começou por se aceitar que as partículas

³³ TORRINHA — *Ob. cit.*, 1937-1938, p. 289.

³⁴ Assim, para GOMES, A. A. — *Elementos de Gramática Portuguesa*, Coimbra, Ed. do Autor, 1935, p. 159, as «partículas de realce ou partículas expletivas» empregam-se «para dar mais energia e realce à expressão»; AGUILAR; GÓIS — *Ob. cit.*, 1967, p. 181, sustentam que «Há certas palavras e certas expressões que se empregam unicamente para dar mais vigor (mais ênfase) ou mais realce à frase»; e FIGUETREDO; FERREIRA — *Ob. cit.*, 1982, p. 69, afirmam que as expressões de realce «se empregam para dar mais vida e realce à frase».

³⁵ Cf. BENEŠ, E. — *Die funktionale Satzperspektive (Thema-Rhema-Gliederung) im Deutschen*, in «Deutsch als Fremdsprache», 4, 1967, pp. 23-28; DANEŠ, F. — *Order of Elements and Sentence Intonation*, in «To honor Roman Jakobson. Essays on the occasion of his seventieth birthday 1967», Paris, Mouton, vol. I, 1967, pp. 499-512; SGALL, P. — *Zur Stellung der Thema-Rhema-Gliederung in der Sprachbeschreibung*, in DANEŠ, F. (ed.), «Papers on Functional Sentence Perspective», Prague, Academia, 1974, pp. 54-74.

³⁶ A aceitarmos que esta pode ser uma das maneiras de entender a noção de remata.

são meta-comentários que se reportam a toda a frase, para só mais recentemente se defender que, mais do que se supunha, elas se encontram ou podem encontrar em ligação com partes específicas da frase ³⁷.

3. Said Ali e a sua concepção da função das partículas

Mas no quadro de estudo das PMps, refiro aqui em especial uma outra abordagem feita de um ângulo diferente: trata-se do contributo notável do brasileiro Said Ali ³⁸ numa obra que é, ao que parece, totalmente desconhecida em Portugal ³⁹.

No capítulo dedicado ao conjunto de palavras a que globalmente chama «Expressões de situação» ⁴⁰, Ali procede a uma análise de excepcional actualidade, numa perspectiva verdadeiramente pragmática, de certas palavras (entre as quais se encontram algumas PMs) ⁴¹, e muitas das suas observações apresentam — e isto queria sublinhar de modo especial — uma proximidade surpreendente com certas conclusões e afirmações que Weydt ⁴² fez pela primeira vez sobre as PMas. Rejeitando interpretar essas expressões como «palavras expletivas» na linha dos gramáticos da antiga escola. Ali entende-as como elementos empregados espontaneamente e com frequência no falar corrente de todos os dias, sobretudo nos diálogos, e o seu emprego obedece a determinadas condições. São palavras que, longe

³⁷ Cf. HENTSCHEL, E. — *Partikeln und Wortstellung*, in WEYDT, H. (ed.) — «Partikeln und Interaktion», Tübingen, Niemeyer, 1983, p. 49.

³⁸ ALI, M. S. — *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930.

³⁹ Não aparece citado nas bibliografias: mesmo OLIVEIRA, M. M. M. de — *Processos de Intensificação no Português Contemporâneo. (A Entoação. Processos Morfológicos e Sintáticos)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1962, e MAÇÃS, D. — *Fórmulas Interlocutórias do Diálogo no Português Moderno Coloquial*, Coimbra, Faculdade de Letras, Separata de «Biblos», vol. XLV, 1976 — obras por certo conhecidas de romanistas alemães — não o referem. E também passou despercebido ao próprio LAPA, M. R. — *Estilística da Língua Portuguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1945.

⁴⁰ ALI, M. S. — *Ob. cit.*, 1930, pp. 49-83.

⁴¹ De facto, nem todas as «expressões de situação» de Ali são PMs. Elementos como «felizmente» e «infelizmente» não podem ser incluídos neste grupo, visto tratar-se, antes, de advérbios de frase; em contrapartida, outros como *mas, então, sempre, afinal*, interessam-nos directamente.

⁴² WEYDT, H. — *Abtönungspartikel. Die deutschen Modalwörter und ihre französischen Entsprechungen*, Bad Homburg v.d.H., Verlag Gehlen, 1969.

de terem um papel decorativo, têm uma função específica no domínio da intencionalidade: «Basta tentar eliminá-las, para ver que as proposições se tornam mais vagas e falhas de certo intuito que temos em mente»⁴³. Mas tão ou mais importante que esta posição são certas outras intuições de Ali, das quais saliento, em resumo:

a) a grande acuidade com que justifica a frequência desigual, em textos diversos, das expressões de situação: não pelo facto de se tratar de meios ou canais diferentes de comunicação (textos escritos ou textos falados), mas em virtude do aspecto da comunicação ou da situação de comunicação; e

b) o apreender de outras funções dessas expressões no âmbito da interrelação entre locutor e alocutário, e que têm incidências não só sobre os juízos ou a apreciação que o falante faz sobre si próprio mas também do seu interlocutor; sobre as normas que regem as relações de cortesia entre os falantes, como, finalmente, sobre o decurso da conversação⁴⁴.

É de facto única para o português a perspectiva segundo a qual Ali analisa e define estes recursos da linguagem que, como escreve, «offerecem muitas dificuldades ao estudo» e que «fazem, ou fizeram, parte de pensamentos latentes»⁴⁵, os quais são, aliás, susceptíveis de recuperar e que o autor assinala no seu texto «por meio de dizeres postos entre colchetes []»⁴⁶.

E só em muito poucos trabalhos posteriores, quer em Portugal (por ex. Lapa⁴⁷), quer no Brasil (por ex. Melo⁴⁸ e Vogt⁴⁹) — para referir apenas os mais significativos do ponto de vista da análise das PMs — é que se encontra uma reflexão equiparável em actualidade sobre a problemática e funções de alguns daqueles lexemas.

⁴³ ALI, M. S. — *Ob. cit.*, 1930, p. 49.

⁴⁴ ALI, M. S. — *Ob. cit.*, 1930, pp. 51 e segs..

⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 52.

⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 52. Cf. a utilização, por parte de WEYDT — *Ob. cit.*, 1969, p. 30, de frases pospostas para explicitar o sentido das PMas.

⁴⁷ LAPA, M. S. — *Ob. cit.*, 1945.

⁴⁸ MELO, G. C. de — *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão — Livraria Editora Lda., 1976.

⁴⁹ VOGT, C. — *O Intervalo Semântico. (Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa)*, São Paulo, Editora Ática, 1977.

4. Características sintáticas gerais das PMps

Tomando em conta os elementos anteriormente referidos das gramáticas portuguesas, outros estudados por Ali, mas acrescentando obviamente alguns, considero PMps — sem a preocupação de exaustividade — as seguintes: *acaso, afinal, bem, cá, e, então, é que, já, lá, mas, não, se calhar, sempre, também*.

Tais partículas distinguem-se, de um ponto de vista sintático, quer dos advérbios, quer dos advérbios de frase, através dos aspectos que, em síntese ⁵⁰, apresento a seguir e que são de molde a tornar injustificada a confusão que ainda muitos fazem entre estes grupos de palavras.

4.1. Delimitação em relação aos advérbios

— As PMps não constituem, ao contrário dos advérbios, um sintagma da frase em que ocorrem:

- (1) Ele *sempre* vem a Berlim. (PM)
- (2) Ele vem *sempre* a Berlim. ((Adv.)
- (2a) Ele vem a Berlim *sempre*.

— Embora possam ocorrer entre o sujeito da frase e o predicado, mas também depois deste último ⁵¹, a posição mais frequente e que se pode considerar normal — sem atender aqui, para este efeito, ao tipo de frase — é antes do verbo, no início da frase. Este facto é importante, pois a ocorrência de um lexema noutra posição que não a indicada pode ser e é muitas vezes sinal de que se trata de um elemento de outra categoria gramatical (cf. exemplos supra). Além disso, esta sua posição predominantemente antes do verbo finito marca uma diferença essencial em relação às PMas.

⁵⁰ Para mais pormenores e exemplificação, cf. FRANCO, A. C. — *Ob. cit.*, 1986, pp. 68-77.

⁵¹ *Afinal* e *então* podem, dentro do mesmo tipo de frase, ocupar uma posição ante- ou pós-verbal; *cá* e *lá* ocorrem em posição pós-verbal, exclusivamente em frases imperativas e exclamativas.

— As PMps não podem constituir o escopo de uma interrogação parcial e, por isso, também não podem surgir como resposta a esse tipo de interrogação:

- (3) (*Afinal* ele pôs o cargo à disposição.) →
*X ele pôs o cargo à disposição? — **Afinal*.

— São passíveis de apagamento sem que, por via de regra, as frases deixem de ser sintacticamente bem formadas. Em perguntas eco não são obrigatoriamente elimináveis: a sua manutenção prende-se com certeza com o facto de em tais casos a PM se assumir como a fronteira entre tema e rema.

- (4) O José *sempre* comprou um carro./(O J. comprou um carro.)
(5) O José *sempre* quê?

— As PMps ocorrem sempre antes da negação «não», i.é, não são susceptíveis de ser negadas:

- (6) *Sempre* não choveu.

— As PMps não são susceptíveis de ser ligadas por meio de um **conjuntor**. (Os advérbios da mesma subclasse toleram essa operação).

- (7) **Sempre e (ou; mas) também* dizes cada uma!
(8) Ceddo **ou** tarde havemos de chegar.

— Não admitem um intensificador, enquanto ele é possível junto de alguns advérbios:

- (9) *O teu clube muito *sempre* ganhou o campeonato.
(10) Vocês vieram muito cedo.

4.2. Delimitação em relação aos advérbios de frase

— Enquanto as PMs não constituem um sintagma da frase, os *advérbios de frase* representam, à superfície, frases latentes na estrutura profunda. São assim susceptíveis de paráfrase em que os

PARTÍCULAS MODAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA

adjectivos que constituem a sua base morfológica são predicados de frase.

- (11) No acidente morreram *presumivelmente* todos os ocupantes. → É presumível que no acidente tenham morrido todos os ocupantes.

— As PMs não podem por si sós constituir resposta a frases interrogativas totais; os advérbios de frase podem:

- (12) Eles vêm visitar-nos? — **Afinal*.
(13) Eles vêm visitar-nos? — *Provavelmente*.

— As Pms não podem aparecer isoladas com o valor de frase.

— Se nem todas as PMps podem ocorrer na primeira posição da frase declarativa, os advérbios de frase têm uma mobilidade que lhes permite surgir no início, no meio ou no fim da frase:

- (14) *Felizmente* todos nós fizemos boa viagem.
(14a) Todos nós *felizmente* fizemos boa viagem.
(14b) Todos nós fizemos boa viagem, *felizmente*.

— As PMS são em certa medida cumuláveis; os advérbios de frase da mesma subclasse não o são:

- (15) *Afinal* ele *sempre* pôs o cargo à disposição.
(16) **Provavelmente* ele vai pôr *possivelmente* o cargo à disposição.

— Ao contrário das PMs, alguns advérbios de frase toleram ser ligados entre si por **conjuntos** ou por coordenação assindética:

- (17) *Surpreendentemente*, (**mas**) *felizmente* ninguém se feriu.

— Alguns advérbios de frase admitem intensificadores:

- (18) Muito *provavelmente* eles vêm visitar-nos.

5. Distribuição das PMps e consequências para a articulação tema-rema

É claro que esta delimitação das PMps envolve aspectos que são igualmente válidos para idêntica delimitação das PMas. Mas o essencial é atentar nas diferenças e analisar com que é que elas se prendem. Neste sentido, vejamos qual a relação entre a posição das PMps e a organização tema-rema na frase.

Como é sabido, muitas PMas encontram-se antes do rema da frase; e, como se disse atrás, algumas PMps também o assinalam, mas não do mesmo modo que em alemão. Este facto prende-se em primeira linha com o seguinte factor: quase todas as PMas surgem obrigatoriamente no campo médio, pelo que a rematização de dado elemento da frase se realiza aqui e em função das posições várias que uma PM pode assumir ⁵². Em português, pelo contrário, a mobilidade das partículas dentro da frase é mais reduzida: elas estão sujeitas a restrições posicionais que advêm já do facto de todas terem de (ou poderem) ocorrer no ante-campo ⁵³. Logo, será aqui que se encontram muitas vezes os elementos remáticos da frase. Mas mesmo que consideremos, de entre as PMps capazes de ocorrer no pós-campo, aquelas que gozam de maior flexibilidade posicional, i. é, *afinal* e *então*, não se pode nem comparar o seu comportamento distribucional ao de *doch*, por exemplo, nem considerar que as coisas aqui se passem de modo essencialmente semelhante. De facto, o português não marca o rema da frase exclusivamente através do recurso ao posicionamento diverso da PM: a identificação do elemento remático faz-se em português, mais do que só pela presença de uma PM, também com base no mais reduzido grau de dependência contextual ⁵⁴ e, na linguagem falada, na entoação.

⁵² Cf. HENTSCHEL, E. — *Ob. cit.*, 1983, p. 51.

⁵³ Sustento que só se pode falar de dois campos na frase portuguesa: o ante-campo e o pós-campo. Cf. FRANCO, A. C. — *Ob. cit.*, 1986, pp. 94-98.

⁵⁴ FIRBAS, J. — *Some Aspects of the Czechoslovak Approach to Problems of Functional Sentence Perspective*, in DANEŠ, F. (ed.) — «Papers on Functional Sentence Perspective», Prague, Academia, 1974, p. 18.

6. Algumas funções de *é que*

Deste modo, e para analisarmos enunciados com *é que*, notemos que:

a) em alguns, esta partícula encontra-se depois do rema, como no enunciado declarativo:

(19) O José *é que* comprou um carro.

(19a) 'Joseph hat ein Auto gekauft.

originando um efeito de contraste de que se dá conta a tradução para alemão e como se pode explicitar em:

(20) O José — e não o António — *é que* comprou um carro.

O elemento «José» assume, assim, um estatuto de exclusividade em relação a outros elementos concorrenciais possíveis.

b) noutros, nomeadamente em enunciados iniciativos em que a entoação é decisiva, a partícula desempenha uma função um tanto diferente. Assim, em:

(21) O José *é que* comprou um carro!,

a partícula exprime não só surpresa, mas uma atitude de valoração por parte do falante, em relação ao conteúdo do enunciado. *É que*, em conjugação com a entoação, é sinal para que o ouvinte conclua, por via de uma operação de inferência, qual o valor a atribuir ao elemento que constitui o escopo da partícula. O falante, seguindo o princípio da economia⁵⁵ ou violando a máxima griceana da quantidade⁵⁶, não acha necessário incluir no enunciado qualquer especifi-

⁵⁵ DUCROT, O. — *Pré-supposés et Sous-entendus*, in «Langue Française», 4, 1969, p. 38.

⁵⁶ GRICE, H. P. — *Logic and Conversation*, in COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.) — «Syntax and Semantics», vol. 3, Speech Acts, New York, Academic Press, p. 45.

cação em relação a 'carro': é tarefa do ouvinte encontrar-lhe os atributos. Como equivalente em alemão, proponho:

(21a) Joseph hat $\left\{ \begin{array}{l} \textit{aber} \\ \textit{vielleicht} \end{array} \right.$ ein Auto gekauft!

Também num enunciado reactivo exclamativo como:

(22) Isto *é que* o teu filho está crescendo!

(22a) Dein Sohn ist *aber* groß geworden!,

produzido por um falante a propósito do filho de um amigo, a partícula favorece a expressão de surpresa do falante face à estatura do jovem que ele não via há algum tempo. Quando o vira pela última vez, o jovem era mais pequeno, constatando agora que desde então este cresceu surpreendentemente. *É que* ocorre aqui intrinsecamente associado a «isto», um elemento deíctico que acentua a ideia de que aquilo que o falante vê (experiencia) e que, aliás, se encontra (ou encontrou até há muito poucos momentos em relação ao início da enunciação) dentro do horizonte perceptivo dele próprio e do seu interlocutor, é novo e inesperado.

É que é ainda empregado em enunciados iniciativos ou reactivos de tipo interrogativo parcial como:

(23) Quem *é que* te deu essa informação?

(23a) Wer hat dir *denn* diese Information gegeben?

e exprime em dada situação não só o interesse do falante na obtenção de uma resposta (daí a equivalência a *denn* que proponho), como assume, juntamente com a entoação, uma função de atenuação⁵⁷: a pergunta formulada sem *é que* podia ser sentida pelo ouvinte mais como uma ordem para que este fornecesse a resposta. Mas também neste caso a entoação desempenha, mais uma vez, um papel decisivo. Com efeito, em português a atenuação, a cortesia e outros aspectos modais dependem ou articulam-se intimamente com a entoação.

⁵⁷ MEYER-HERMANN, R. — *Formen und Funktionen der 'Abschwächung' im gesprochenen Portugiesisch*, in SCHMIDT-RADEFELDT, J. (ed.) — «Portugiesische Sprachwissenschaft», Tübingen, Narr, pp. 21-55.

Um enunciado sem *é que* como:

(24) Quem te deu essa informação?,

com a acentuação sobre o pronome interrogativo, é sentido pelo ouvinte como uma forma de pressão, intimidação ou até ameaça.

Portanto, como se conclui pelas respectivas traduções, oferece-se para *é que* mais que um equivalente em alemão.

7. Algumas funções de sempre

A outra PMp que seleccionei por apresentar também elevada frequência foi *sempre*.

Sempre, que ocorre em frases declarativas, exclamativas e interrogativas totais, não se pode confundir com o advérbio 'sempre', em virtude não só da sua diferente distribuição como das funções pragmáticas que desempenha.

Num enunciado como

(25) O F. C. Porto *sempre* venceu o Bayern,

produzido após um jogo de futebol, o falante refere-se a uma situação anterior e confirma, através de *sempre*, que se cumpriram as suas expectativas de que o F. C. Porto ganharia o jogo. Melhor: o falante dá expressão a que, ao contrário do que o(s) seu(s) interlocutor(es) tinha(m) admitido, ou ao contrário do que supõe que o(s) seu(s) interlocutor(es) tinha(m) admitido antes do jogo, agora estão definitivamente afastadas quaisquer dúvidas nesse sentido.

O equivalente em alemão seria:

(25a) Der F. C. Porto hat den F. C. Bayern *DOCH* geschlagen,

com *DOCH* acentuado.

Sempre pode ocorrer igualmente em frases declarativas com intenção exclamativa. Suponhamos a seguinte situação: A família X desde manhã cedo que continuava a acarretar malas e sacos de casa

para o carro, para finalmente partir em viagem. Quando uma das vizinhas diz:

(26) *Sempre* é uma família com quatro filhos pequenos.

(26a) (Es ist ja (*auch*) eine Familie mit vier Kleinkindern!),

não faz outra coisa que avançar uma justificação para todo aquele trabalho e para o número das coisas a transportar e que estava a ser objecto de comentário por parte de outras vizinhas. Mas o que também quer conseguir com esse enunciado é que os seus interlocutores tomem em conta que a família X é numerosa e que, por esse motivo óbvio, lhe dêem razão e concordem com o que disse. Este efeito poderia ser parafraseado por: 'Vocês têm é de concordar que se trata de uma família com quatro filhos pequenos'.

Se nos exemplos acima, à PMp equivale, 'grosso modo', uma (ou mais que uma) PMA, e se a *sempre* equivale, como em (25a), um *DOCH* acentuado, deve notar-se que à PMp pode não equivaler (sequer) uma partícula em alemão.

Neste sentido, tomemos o enunciado exclamativo:

(27) *Sempre* dizes cada uma!,

e admitamos que foi proferido por alguém que reage ao facto de um seu amigo ter dito, num jantar de sociedade, alguma coisa inesperadamente menos conveniente ou até de mau gosto, dada a situação. O falante, que poderia até não ter pessoalmente nada a obstar, mostra-se embaraçado com o dito e não vê como solução senão o comentário que faz, não tanto para exprimir o seu desagrado mas mais para eventualmente obter condescendência pública ou restabelecer talvez o equilíbrio perturbado. Dadas as relações de amizade entre locutor e alocutário, este não entende o enunciado como uma reprovação. O equivalente em alemão seria:

(27a) Was du dir nicht alles leitest!

Deve ainda dizer-se que um enunciado idêntico ao de cima com a partícula *sempre* nem sempre está associado à expressão de qualquer tipo de censura: pode, pelo contrário, servir para sublinhar

uma reacção positiva de admiração e de apoio ao conteúdo do acto de fala (ou à acção) anterior do interactante a propósito de quem o enunciado é agora produzido. É óbvio que neste caso é determinante a situação.

Tal como para *é que*, apresenta-se, pois, mais que um equivalente pragmático em alemão para *sempre*. Mas pelo facto de termos indicado *DOCH* como equivalendo à PMp, isso não quer dizer que a *doch*, acentuado ou não, equivalha *sempre* a maior parte das vezes. Como já mostrei noutro lado⁵⁸, as possibilidades são várias. Destas, a que considero mais interessante é a solução/equivalência que se encontra para *DOCH*, sempre que esta partícula ocorre numa frase após o rema, i.é, quando a parte finita do verbo constitui o rema da frase. De facto, nestes casos o português recorre a construções clivadas, nomeadamente com o aspecto da que proponho como tradução do título, sempre lembrado nestes contextos, do conto de Borchert «Nachts schlafen die Ratten doch»: De noite as ratazanas estão *mas é* a dormir⁵⁹ — em que as partes finita e infinita do predicado perifrástico se encontram cindidas pela inserção da partícula *mas* e da forma do verbo 'ser' *é*, os quais assinalam a rematização do elemento à sua direita.

8. Conclusão

Embora a (sub-)categoria das PMs não seja como tal conhecida dos gramáticos portugueses, a língua portuguesa faz uso destas unidades linguísticas — algumas das quais foram, aliás, desde o início deste século, objecto de atenção, tendo-lhes sido atribuída primordialmente a função de realce de determinado elemento da frase que se encontre à sua esquerda.

Ficou claro que não se trata de um conjunto rigidamente fechado, mas que tem progressivamente vindo a ser alargado com novos materiais. Estes lexemas inflexivos apresentam características sintácticas próximas das PMas, mas a sua distribuição na frase marca, em relação a estas, diferenças fundamentais que têm reflexos sobre a sua semântica e pragmática.

⁵⁸ FRANCO, A. C. — *Ob. cit.*, 1986, pp. 199 e segs..

⁵⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 148.

ANTÓNIO FRANCO

A título de exemplo e com base nas partículas *é que e sempre*, mostrou-se como as PMps se empregam, e forneceram-se dados ilustrativos de que uma PMp pode ter como equivalente em alemão também uma PM, desde que, de acordo com a situação, a sua função comunicativa possa ser assumida pela PMA; nos casos em que um falante alemão recorre a uma PM para exprimir ou conseguir determinado efeito que a partícula portuguesa não recobre, o português lança então mão de uma expressão interaccional tanto quanto possível equivalente.

António Franco

EXTENSION ET APPROFONDISSEMENT DES BILANS EUROPEENS DE LANGAGE *

I PARTIE

En 1992 a lieu l'ouverture des frontières à l'intérieur de la CEE. On envisagerait, entre autres projets, une libre circulation des diplômes, mais aussi une libre circulation des individus à travers l'Europe.

Les déplacements plus ou moins durables risquent ainsi de se multiplier à tous les niveaux socioculturels et de ce fait un plus grand nombre d'enfants européens, accompagnant leurs parents, auront à faire des études dans une langue qui ne sera pas leur langue maternelle.

Heureusement, dans l'ensemble, les langues européennes sont faites de mots groupés en syntagmes constituant la phrase de base de type SN SV. Mais les enseignants et les orthophonistes ont à saisir quels sont les modes de réalisation du langage dans ces différentes langues.

Dans cette optique j'ai présenté au Congrès International de l'IALP, à Washington, en août 1980, une proposition pour un bilan international de langage ¹.

Les premiers pas ont été réalisés en langues française et portugaise, grâce à la collaboration de M. da Graça Pinto, professeur associée à la Faculté des Lettres de l'Université de Porto. Nous avons commencé par comparer les grandes sections de maternelle, premières,

* Conférence donnée à la Réunion Annuelle de l'Association Langage Lecture Orthographe (ALLO), à Paris, le 5 décembre 1987. Voir aussi: *Vers 1992: Un bilan de langage réalisé dans 6 pays européens. Étude et comparaison*, Bordeaux, le 11 mars 1988.

La recherche relative à la langue portugaise concerne le projet de recherche I.B. de Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) et le projet n.º 97/85 de Reitoria da Universidade do Porto.

¹ GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — *Proposition pour un bilan international de langage*, in «Speech-Language-Hearing», II, 1981, pp. 289-294.

deuxièmes, troisièmes et quatrièmes années primaires à Paris et à Porto et nous avons choisi pour ce faire des épreuves permettant les comparaisons ²

Epreuves choisies

Vous savez que j'ai réalisé pour la langue française des niveaux de référence en langage oral et en langage écrit de l'enfant à l'adulte et ces niveaux ont été obtenus, à partir d'épreuves très simples, en compréhension et en expression ³. L'utilisation de ces épreuves ne demande aucun maniement compliqué et nous avons pu les faire passer à partir de la grande section de maternelle jusqu'aux personnes âgées de 90 et 100 ans

La passation ne dure pas longtemps (pour le deuxième niveau qui nous intéresse ici, pas plus d'une trentaine de minutes); elle ne traumatise aucunement ni les enfants, ni les adultes, aussi bien les ouvriers spécialisés des usines Renault (OS) que les élèves sortant de l'Ecole Nationale d'Administration (ENA) ou les personnes âgées ⁴.

Ces épreuves n'induisent en outre aucune réponse, *puisque nous ne formulons aucune question en cours d'exécution.*

² GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — «Premiers pas» pour un bilan international de langage, in «Rééd. Orth», 122, 1981, pp. 521-525; GIROLAMI-BOULINIER Andrée — Premiers pas pour un bilan international de langage, Soc. Française de Phoniatrie, 30-9-1982; PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro — Primeiros contributos para um estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita, in «Revista da Faculdade de Letras», Línguas e Literaturas, Universidade do Porto, II Série, Vol. II, 1985, pp. 251-275; PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro — Estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita (cont.), in «Revista da Faculdade de Letras», Línguas e Literaturas, Universidade do Porto, II Série, Vol. III, 1986, pp. 231-242.

³ GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Masson, Paris, 1984, 254 p.

⁴ GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — *L'énarque et le langage courant*, in «Comm. et Langages», 36, 1977, pp. 5-30; GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — *Langage en milieu ouvrier*, in «Comm. et Langages», 49, 1981, pp. 72-98; GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — *Que devient le langage adulte chez les personnes âgées de 90 ans et davantage*, in «Rééd Orth.», 152, 1987, pp. 443-459.

Nous procédons chaque fois de la même manière: «Je vais te (vous) montrer deux histoires en images (ou deux BD selon les cas) et tu vas (vous allez) me les raconter».

Et je montre la première histoire («Le café» (Fig. 1, p. 160), qui est la plus facile) en répétant «Raconte (racontez)».

«En résumé ou en détail?», m'a dit un jeune individu de 5^e dernièrement.

«Comme tu veux», ai-je répondu.

Je montre ensuite la deuxième histoire (Fig. 2, p. 160), qui demande plus d'attention en compréhension et expression.

Enfin j'opère *de la même manière et dans le même ordre* pour les deux récits écrits.

Perspectives et objectifs envisagés

Grâce à cette épreuve une étude du langage est possible; elle permet

— de situer la compréhension et l'expression d'un élève par rapport à la moyenne de la classe où il se trouve,

— de situer un élève par rapport aux classes du même niveau qui ont été examinées dans d'autres pays,

— de situer l'écart d'un enfant, d'un adolescent ou d'un adulte étranger par rapport au groupe où il se trouve inséré dans notre pays et de *procéder à son éducation en partant de ce niveau*.

Pratiquée dans le pays d'origine, elle permettrait de cerner chez un individu donné un potentiel d'apprentissage de la langue du pays où il est appelé à vivre; de la sorte l'individu pourrait mieux s'adapter au rythme de ce pays et s'insérer dans le cycle scolaire ou professionnel en vue d'une réelle intégration sociale.

Enfin il semblerait très important, en modifiant le sens de la lecture des images s'il y a lieu, de faire passer *exactement* les mêmes épreuves dans des pays de civilisations différentes, pour justement mieux comprendre les ressemblances et les différences entre ces civilisations. (Nous allons d'ailleurs les faire passer à Tokyo en 1988.)

A partir du bilan ainsi établi et en s'appuyant sur ce qui est constaté de positif, il est et sera donc possible de construire le projet



Fig. 1

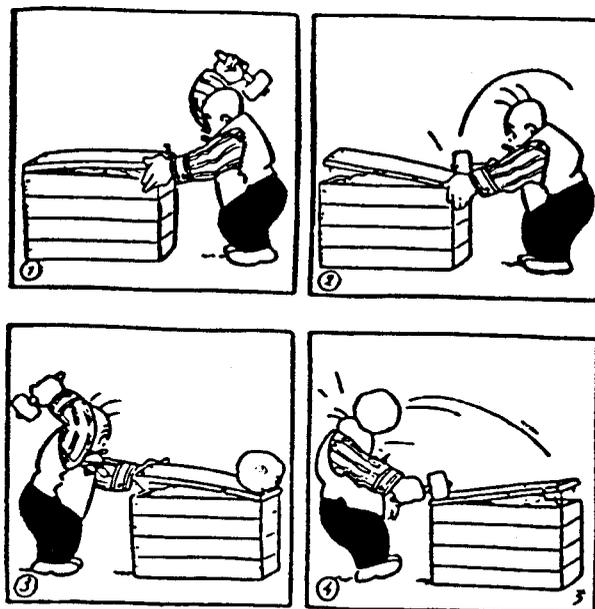


Fig. 2

et le canevas d'une rééducation du langage, quand elle est ou sera demandée et nous semblera nécessaire.

Résultats déjà obtenus

Nous avons donc pratiqué successivement nos bilans dans différents pays et dans un premier temps nous nous sommes astreints à comparer la 4^e primaire, qui correspond à notre classe de CM1, classe particulièrement difficile, puisque le facteur vitesse devient prépondérant.

Nous n'avons aucunement cherché à faire de statistiques, mais nous avons, après Paris et Porto, constaté successivement les réalisations de cette 4^e primaire à Munich, Londres, Turin et Barcelone dans des classes de l'enseignement public que les directeurs ont mis à notre disposition (60 enfants chaque fois).

A Tokyo, en août 1986, j'ai donné les premiers résultats en expression et compréhension concernant les 4 premières villes et ils viennent d'être publiés dans *Folia Phoniatica*⁵. J'ajoute ceux de Turin et Barcelone.

En outre nous avons étudié cette année, avec Fabienne Voiseux, l'orthographe et le vocabulaire des élèves anglais.

Dans chaque pays, j'ai été aidée par des professeurs ou orthophonistes parfaitement bilingues, qui ont transcrit les récits oraux lors de leur passation et ont réalisé avec moi la traduction *littérale* et non littéraire de l'oral et de l'écrit, ce qui facilite les comparaisons.

Voici donc les grandes lignes constatées:

Pour la compréhension les moyennes dans les différents pays oscillent entre 70 % et 77 % en compréhension générale et se situent autour de 60 % en compréhension-évocation des détails. Elles sont de ce fait aisément comparables. (Tableau 1 et Tableau 1', p. 162).

— Pour la première histoire⁶, le personnage, la pluie et la table-parapluie sont identifiés par presque tous les individus. Par

⁵ GIROLAMI-BOULINIER, A.; LUX, F.; PINTO, M. da Graça; VOISEUX, F.
— *Bilans de langage européens*, in «*Folia Phoniatica*», 39, 5, 1987, pp. 244-249.

⁶ 1^{ère} histoire: Un homme prend un verre, assis à une table.

La pluie se met à tomber.

Il reste un moment sous la pluie.

Puis il s'en va en prenant la table comme parapluie.

Tableau 1 — Compréhension

	Compréhension générale		Compréhension-évoocation des détails	
	LO	LE	LO	LE
Barcelone	73%	73%	65%	64%
Porto	70%	70%	62%	60%
Turin	73%	75%	62%	63%
Paris	76%	77%	64%	66%
Londres	70%	71%	62%	58%
Munich	73%	73%	68%	71%

LO = langage oral

LE = langage écrit

Tableau 1' — Compréhension-évoocations des détails

Café	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Barcelone	100%	67%	88%	100%	32%	32%	57%	35%	90%	47%
Porto	98%	72%	85%	92%	27%	35%	47%	55%	95%	38%
Turin	100%	72%	95%	100%	32%	38%	30%	47%	95%	45%
Paris	97%	73%	88%	100%	42%	30%	43%	42%	95%	48%
Londres	92%	65%	90%	100%	17%	33%	38%	43%	93%	68%
Munich	100%	92%	97%	100%	42%	77%	43%	40%	98%	83%

1 — 2 — 3 = personnage — cadre — action

4 — 5 = pluie 1 — réaction

6 — 7 = pluie 2 — réaction

8 = boisson

9 — 10 = table/parapluie — départ

Caisse	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Barcelone	85%	47%	3%	95%	98%	100%	80%	95%	100%
Porto	87%	45%	2%	93%	90%	97%	60%	97%	100%
Turin	68%	58%	2%	87%	85%	100%	73%	95%	100%
Paris	93%	68%	30%	83%	82%	93%	70%	95%	98%
Londres	77%	42%	7%	63%	80%	97%	80%	90%	98%
Munich	88%	80%	7%	93%	98%	98%	47%	100%	100%

I — II = l'homme tape — il ferme

III = caisse trop pleine

IV — V = un côté tapé — l'autre se relève

VI — VII = pierre — contrepoids

VIII — IX = il tape — reçoit la pierre

contre ils ne s'intéressent guère à l'augmentation de la pluie (sauf Munich), ni aux diverses réactions de l'individu par rapport à cette pluie. De même ils sont autour de 40 % seulement pour constater que l'individu continue à boire ou termine son verre.

— Pour la deuxième histoire ⁷, l'existence de la pierre, le fait que l'individu tape et reçoive la pierre sont à peu près reconnus par l'ensemble des élèves. Par contre ils hésitent entre taper, fermer, construire et *ouvrir* la caisse (ce qui paraît regrettable dans ce dernier cas) et quelquefois l'imagination se superpose au réel. Enfin rares sont ceux qui reconnaissent que la caisse est trop pleine pour qu'elle puisse fermer.

Pour l'expression la moyenne du nombre de mots monte de 87 et 77 mots en langage oral et en langage écrit à Porto à 117 et 121 mots à Munich. On m'a dit que les bavarois étaient bavards et que Munich était la Marseille de l'Allemagne. (Tableau 2, p. 164).

Le nombre de groupes-verbales se rapportant au verbe noyau culmine avec 24 % à Porto et même 29 % à Barcelone, mais n'est que de 11 % à Munich où la phrase reste simple. (Tableau 3, p. 164).

Les localisations spatiotemporelles sont utilisées quand les enfants abandonnent le stade descriptif pour le stade narratif.

Londres et Porto utilisent beaucoup plus de *localisations temporelles* que les autres (47 % et 33 % en langage oral et 48 % et 40 % en langage écrit). Mais il s'agit le plus souvent de clichés: «one day» (un jour), «uma vez, um dia» (une fois, un jour).

Cependant une classe expérimentale de 18 élèves à Turin (que nous avons examinée en surplus sans la faire intervenir dans le groupe à comparer) atteint 50 % (toujours avec «una volta, un giorno») contre 17 % pour les 60 élèves de Turin et 13 %, 8 % et 2 % à Paris, Munich et Barcelone.

Dans les *localisations spatiales* (c'est-à-dire le cadre où s'effectue l'action), Munich culmine avec 92 % (mais la moitié énoncent uniquement table), tandis que Barcelone n'a que 67 % et Londres 65 % (dont plus de la moitié désignent un extérieur pour cette dernière).

⁷ 2ème histoire: Un homme essaie de fermer une caisse trop pleine. Quand il cloue d'un côté, l'autre côté se relève. Alors il met une pierre comme contrepoids. Mais, quand il tape, il reçoit la pierre sur la tête.

Le bar est désigné par 50 % dans la classe expérimentale. Environ 40 % à Porto, Paris et Barcelone désignent bar/café/restaurant, à Munich et Turin 30 % et 28 %, à Londres 18 % seulement.

Tableau 2 — *Mots et structures syntaxiques*

	Langage oral			Langage écrit		
	mots	SV	il/ce/N	mots	SV	il/ce/N
Porto	87	86 %	14 %	77	85 %	15 %
Paris	90	81,5 %	18,5 %	81	86,5 %	13,5 %
Turin	91	88 %	12 %	85	89 %	11 %
Barcelone	91	83 %	17 %	89	83 %	17 %
Londres	108	92,5 %	7,5 %	94	92,5 %	7,5 %
Munich	117	88,5 %	11,5 %	121	90,5 %	9,5 %

Tableau 3 — *Groupes syntagmatiques et charnières*

	Langage oral				Langage écrit			
	gn	gp	gv	K	gn	gp	gv	K
Barcelone	57 %	13,5 %	29,5 %	8	57,5 %	13 %	29,5 %	7
Porto	63 %	13 %	24 %	9	62,5 %	13 %	24,5 %	7
Turin	67,5 %	11 %	21,5 %	8	67 %	11 %	22 %	6
Paris	50,5 %	34,5 %	15 %	8	58,5 %	23,5 %	18 %	8
Londres	57 %	28 %	15 %	9	60,5 %	26,5 %	13 %	8
Munich	67 %	21,5 %	11,5 %	10	66 %	22,5 %	11,5 %	7

Note explicative:

Structures syntaxiques

1) SV: phrases constituées } sujet + verbe + objet éventuel
sujet + verbe + attribut du sujet
(+ circonstants facultatifs)

2) il/ce/N: { il non substitut
ce présentatif
N syntagme

Groupes syntagmatiques se rapportant au verbe noyau } gn = groupes-noms
gp = groupes-pronoms
gv = groupes-verbes

Charnières = K

Le *personnage* est essentiellement désigné par «signore» à Turin, «hombre» et «señor» à Barcelone, «senhor» et «homem» à Porto, «man» et «Mann» à Londres et Munich, et «monsieur» à Paris.

Boire/boisson/verre sans préciser davantage sont donnés à 60 % à Paris, 47 % et 45 % à Turin et Barcelone, et 20 % à Porto, où par contre nous trouvons 58 % de vin et rafraîchissements.

Je ne vais pas essayer de vous présenter tout ce qu'il y aurait à dire, mais vous voyez quelle moisson est ainsi accumulée.

II PARTIE, AVEC LA COLLABORATION DE M. DA GRAÇA PINTO

Particularités qui ont retenu notre attention dans l'expression

Quatre particularités ont paru intéressantes. Il s'agit de

- la phrase d'introduction de chacun des deux récits,
- l'utilisation de la phrase complexe dans la relation entre l'individu qui tape et la conséquence qui en résulte,
- l'expression de la durée traduite par le gérondif, l'infinitif, la forme progressive («continuous present» or «past») ou par le simple constat de l'action,
- enfin l'utilisation des pronoms.

a) *La phrase d'introduction des deux récits* (Tableau 4, p. 166).

A l'oral, au niveau de la 4^e primaire, on constate

— soit l'existence de *phrases constituées* (de 28 % à Paris à 71 % à Munich),

— soit une *présentation pure et simple* relative ou non

• au présent et encore très attachée à l'image:

Paris — «c'est un homme; c'est un homme qui...» (48%)

Barcelone — «es un señor que...» (40%)

• au passé et déjà tournée vers le récit:

Porto — «era (uma vez) um senhor/homem que» (37,5%)

— soit une *localisation spatiotemporelle* au présent ou au passé, relative ou non:

Turin — «c'e un signore; c'era un signore che...» (63%)

Londres — «there is a man; there was a man who...» (29%)

Munich — «da ist ein Mann; da ist ein Mann der...» (21,5%)

Tableau 4 — Introduction des deux récits

		Phrase constituée		Présentation simple		Localisation spatiotemp.		Présentation avec avoir		Syntagme	
Paris	LO	28%		48 %		1 %		19%		4%	
	LE		58%		22,5%		5%		8,5%		6%
Barcelone	LO	33%		40 %		—		10%		17%	
	LE		39%		47 %		—		8 %		6%
Turin	LO	33%		—		63 %		—		4%	
	LE		59%		—		40%		—		1%
Porto	LO	56%		37,5%		6,5%		—		—	
	LE		65%		35 %		—		—		—
Londres	LO	68%		1 %		29 %		—		2%	
	LE		73%		—		26%		—		1%
Munich	LO	71%		2,5%		21,5%		—		5%	
	LE		80%		9 %		7%		—		4%

— soit une *présentation avec avoir*

Paris — «y a un homme; y a un homme qui...» (19%)

Barcelone — «hay un hombre...» (10%)

— soit un *syntagme* (N) en général enrichi d'une relative et qui culmine à

Barcelone (17%) — «un señor que va a tomar vino»
«un hombre fumandose un cigarro en una silla»

A l'écrit la proportion des phrases constituées augmente notablement:

Paris Turin Porto Londres Munich ont respectivement
58% 59% 65% 73% 80% de phrases constituées.

A Barcelone cependant l'augmentation des phrases constituées est plus faible: leur proportion passe de 33% à l'oral à 39% à l'écrit et celle des présentatifs simples augmente elle aussi de 40% à 47%. Mais en contrepartie la proportion des présentatifs avec avoir et surtout celle des syntagmes diminuent notablement.

BILANS EUROPEENS DE LANGAGE

b) *L'utilisation de la phrase complexe* dans la relation entre l'individu qui tape et la conséquence qui en résulte. (Tableau 5)

Cette relation nous a paru particulièrement prégnante.

Les ENA disent «quand il tape d'un côté, l'autre côté se relève» et les OS disent «il tape d'un côté et ça se relève de l'autre».

Tableau 5 — Types de rapport entre les 2 faits

		Subordi- nation		Infinitif Gérondif Relative		Coordi- nation		Juxta- position		Conséquence		Erreur Omission	
Porto	LO	15%		3%		68%		2%		7%		5%	
	LE		13%		7 %		60%		5 %		2 %		13 %
Londres	LO	30%		2%		37%		5%		6%		20%	
	LE		33%		2 %		30%		6,5 %		6,5%		22 %
Barcelone	LO	33%		20%		40%		2%		5%		—	
	LE		37%		25 %		28%		2 %		5 %		3 %
Paris	LO	35%		2%		28%		8%		8%		19%	
	LE		37%		6,5 %		15%		15 %		11,5%		15 %
Turin	LO	40%		15%		24%		—		8%		13%	
	LE		43%		13 %		24%		5 %		3,5%		11,5%
Munich	LO	45%		—		43%		7%		2%		3%	
	LE		43%		2 %		47%		15 %		3 %		—

Les premiers subordonnent, les seconds coordonnent.

Dans la population française que nous avons examinée à tous les niveaux, l'utilisation de la subordination augmente de classe en classe par rapport à la coordination.

Entre ces deux types de rapport existe la présence d'un infinitif («al picar»), d'un gérondif («martellando») ou d'une relative. La juxtaposition est moins utilisée. Enfin un certain nombre d'individus omettent complètement de signaler les faits.

Il serait intéressant de voir si la progression constatée de classe en classe à Paris se manifeste aussi dans les autres pays. Mais nous avons voulu voir ce qui se passait au niveau de la quatrième primaire dans nos corpus européens.

A l'oral, la subordination augmente de
15% à Porto à 45% à Munich
et à l'écrit de
13% à Porto à 43% à Munich.

Si nous comparons la répartition entre subordination et coordination, nous constatons que Londres, Barcelone et surtout Porto (avec 68%) utilisent la coordination plus que la subordination.

Munich a des pourcentages du même ordre entre les deux. Paris et Turin utilisent beaucoup moins la coordination.

Mais Turin et Barcelone compensent par l'utilisation d'un gérondif pour établir le rapport entre les deux faits.

c) *L'expression de la durée* (Tableau 6)

Tableau 6 — *Expression de la durée par rapport au nombre total de structures*

Porto		Barcelone		Londres		Turin		Paris		Munich	
LO	16%	14%		10%		8%		2%		0%	
LE	16%		11%		9%		5%		2%		0%

Pour exprimer la durée dans l'action de boire (pour le premier récit) ou de fermer (pour le deuxième récit),

Porto met le verbe *estar* (et non «ser») + *infinitif* précédé de la préposition «a»: «está a beber» **16%** à l'oral et à l'écrit par rapport au nombre total de structures;

Barcelone met le verbe *estar* (et non «ser») + *gérondif*

«está bebiendo» **14%** à l'oral et **11%** à l'écrit;

Londres met la forme continue (*continuous present or past*)

«he is (was) drinking» **10%** à l'oral et **9%** à l'écrit;

Turin met le verbe *stare* + *gérondif*

«sta chiudendo» **8%** à l'oral et **5%** à l'écrit;

Paris met rarement à ce niveau le verbe *être* suivi de la locution «en train de»: «il est en train de boire» **2%** à l'oral et à l'écrit;

Munich n'exprime pas la continuité, mais dit simplement

«er trinkt» **0%** à l'oral et à l'écrit.

En fait les enfants allemands modalisent beaucoup la phrase, en particulier avec le verbe «wollen»:

«also da will er eine Kiste zusammenbauen»

(alors là il veut fermer une caisse)

d) *L'utilisation des pronoms*

A Paris, Londres et Munich le pronom est beaucoup plus utilisé qu'à Porto, Turin et Barcelone.

Nous trouvons une moyenne double et même triple chez les premiers par rapport aux seconds.

En particulier chez les seconds l'absence de pronom sujet provoque quelquefois un certain manque de précision, même si dans ces trois langues son absence est habituelle.

Mais en comparant avec la classe expérimentale de 18 élèves à Turin, nous avons constaté qu'il n'existait plus dans cette classe d'imprécision ni de confusion possible quant à l'expression du sujet.

Précisions concernant les enfants de 6 à 8 ans examinés à Porto et à Paris

Pour les plus petits nous avons demandé aux enfants de raconter une histoire en images, qui ne comporte que 3 épisodes. Il s'agit de la planche 5 du Contrôle d'Aptitudes à la Lecture et à l'Écriture: CALE (voir Références bibliographiques: A. Girolami-Boulinier, Les niveaux actuels...).

Pour la grande section de maternelle et la première année primaire, nous l'avons demandée en langage oral, pour la deuxième année primaire en langage oral et écrit.

Si l'on considère comme particulier à chaque langue le pourcentage de groupes-verbes et de groupes-pronoms du point de vue de l'analyse syntagmatique, on peut dire que, vis-à-vis des langues française et portugaise, ces différences sont déjà observables chez les tout-petits, c'est-à-dire les enfants de 6, 7 et 8 ans.

Les enfants français présentent un pourcentage plus élevé de groupes-pronoms et un pourcentage moins élevé de groupes-verbes.

On rappelle à ce propos l'expression de la durée très utilisée en portugais, qui entraîne un groupe verbe-nom et qui ne serait pas utilisée de la même façon par les enfants français.

Autrement dit les portugais emploieraient plus de verbes (même s'il s'agit des mêmes verbes) complétés par un infinitif précédé généralement d'une préposition.

En ce qui concerne la structure syntaxique, les enfants portugais présentent davantage de structures SVO et de structures qui traduisent

la présentation du personnage, bien que ces dernières ne soient pas très riches puisqu'elles concernent des formes clichés utilisées normalement au commencement des histoires. Quant au syntagme, celui-ci serait employé davantage par les enfants français ainsi que la structure «il» impersonnel.

Le type d'analyse en question nous permet donc d'observer où les enfants présentent une plus ou moins grande précision langagière.

On constate ainsi chez les petits portugais de 6 à 8 ans que le pourcentage d'enrichissement du nom n'est pas très élevé. Or cette constatation impliquerait des incitations pédagogiques plus précises au niveau syntagmatique, chaque fois qu'il serait nécessaire.

En ce qui concerne le vocabulaire et la compréhension, nous pouvons dire que les enfants des deux langues présentent des performances très proches. Cependant on constate que les enfants portugais, surtout les tout-petits, seraient plus attachés à l'action qu'au cadre où se déroule l'action ce qui leur fait accorder moins d'importance aux mots-thèmes concernés.

Le fait d'avoir à raconter, en ayant comme soutien l'image, peut aussi nous apporter beaucoup, relativement à la façon dont les enfants de langues différentes et de systèmes pédagogiques et culturels distincts, lisent des images et les traduisent verbalement.

Conclusion

En conclusion il faut d'abord constater que l'analyse linguistique que nous effectuons des points de vue compréhension et expression s'est révélée applicable, sans aucune modification, dans tous les groupes européens que nous avons examinés pour notre étude.

La connaissance des divergences ou ressemblances ainsi mises en évidence permet de comprendre mieux les réactions d'un individu et de mettre en place plus facilement avec lui dans notre langue ce qui, si nous ne sommes pas avertis, risque de nous paraître aberrant.

L'enfant, l'adolescent, l'adulte s'intéressera d'autant plus à l'apprentissage de notre langue qu'on lui montrera ainsi les solutions adoptées dans sa langue et dans la nôtre et qu'il comprendra mieux ce qui le fait hésiter ou se tromper.

Les langues qui se ressemblent risquent davantage de subir des interférences. Par exemple, pour exprimer la durée, un gérondif italien

peut être remplacé par un infinitif («sta bevendo/sta «a beber»»), sans que les apprenants y attachent d'importance.

Dans les langues plus diversifiées les élèves ont à mieux sentir la nécessité d'un apprentissage plus strict:

— il convient par exemple de suivre l'ordre imposé habituellement aux éléments de la phrase allemande,

— de même il ne s'agirait pas de créer une forme progressive pour un verbe allemand, qui n'en utilise pas dans ce contexte, tout en se servant de modalités différentes («wollen», etc.).

Nous allons continuer notre recherche et nous voudrions «monter de classe en classe», si cela nous est possible. Un énorme travail reste à faire, auquel je serais heureuse d'associer tous ceux qui s'y intéresseront.

Soulignons, en terminant, que ce qui différencie une langue, ce n'est pas tant le vocabulaire, mais *la façon dont ce vocabulaire est mis en place*, c'est-à-dire les structures.

Andrée Girolami-Boulinier **

Maria da Graça Pinto ***

** Chevalier dans l'Ordre National du Mérite, Docteur ès-Lettres et Docteur en Pédagogie, Professeur de Lettres et d'Orthophonie, Présidente de l'Association Langage Lecture Orthographe (ALLO), 6 rue Voisembert, 92130, Issy-les-Moulineaux, France.

*** Professeur Associée à la Faculdade de Letras da Universidade do Porto, membre du Centro de Linguística da Universidade do Porto, collaboratrice au Laboratório de Estudos da Linguagem, Serviço de Neurologia e Neurocirurgia, Faculdade de Medicina do Porto.

«LIGHT» IN J. R. R. TOLKIEN AND IN THE PORTUGUESE TRANSLATION

A LEXICAL ANALYSIS

1. Introduction

«Untranslatability» is a favourite theme for language relativists. Many people use two or more languages in their daily lives, and one language often seems more suitable in a certain situation than another — it is presumably easier to discuss electronics in English than in the language of some nomad tribe. However, when language is used for expressing more subjective notions, to claim that one language is «richer» than another smells of chauvinism. One reason I was attracted to the theme referred to above was because I had heard such claims made in relation to it, and felt that the only way to come to a fair conclusion would be through a more thorough examination of the subject.

The intention of this paper is to contribute a little to the understanding of the complexity of this problem of untranslatability by analysing how one author uses the vocabulary of a particular lexical field and how his translator saw fit to render his choice into Portuguese¹. This will, of course, provide only a limited view of the problem, and one which will favour the language of the original rather than that of the translation, but it will at least provide a starting point which could lead to further studies of other authors and their translators.

¹ a) TOLKIEN, J. R. R. — *The Lord of the Rings*, Vol. I of *The Fellowship of the Ring*, Revised 2nd. edition. 6th Impression, London, George Allen and Unwin Ltd., 1971.

b) TOLKIEN, J. R. R. — *O Senhor dos Anéis - I - A Irmandade do Anel*. Tradução de Fernanda Pinto Rodrigues, Mem Martins, Edições Europa-América, Coleção Século XX, N.º 180.

2. Language and lexicons

It used to be a commonplace to say that the lexicon had suffered neglect in the mainstream of linguistics theory in recent years, but this was not entirely true. It would possibly be more appropriate to say now that it is thanks to recent developments in general linguistic theory that the full complexity of the lexicon has come to be appreciated. Nowadays linguists are more preoccupied with the way meaning, semantics, is inextricably intertwined with form, syntax, and how both are also heavily dependent on context. Being aware of these facts does not help one to concentrate purely on one area or another, but this paper proposes a lexical analysis and so, certain theoretical constructs, no matter how imperfect, will have to be used to discuss the problems perceived here.

2.1. Lexical fields

The general concept of «lexical fields» is by no means new, dating back perhaps to the 18th century². The exact meaning of this concept has been discussed over the years, but perhaps the definition by Lyons is suitable for our purposes:

«The set of lexemes in any one language system which cover the conceptual area and, by means of the relations of sense which hold between them, give structure to it is a lexical field.»³

It is a useful general concept for the lexicologist although the word «field» is perhaps a little misleading for some, giving as it does a certain map-like connotation that would lead one to ignore the way in which lexical fields tend to overlap with other fields apparently nowhere «near» them even in the denotative senses, let alone the

² LYONS, John — *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 250-1.

³ LYONS, John — *Op. cit.*, p. 254.

connotative ones. In this paper this will become obvious as, although an attempt has been made to restrict investigation to the lexical field of «light», it is impossible to draw rigid lines⁴. However, one does not have to be a linguist to understand that certain words belong to the same general area of meaning and the idea of lexical fields has a certain psychological reality for all of us. Both Portuguese and English appear to have well developed concepts of light but the lexemes used in the different languages do not conform to exactly the same «map».

2.2. Componential Analysis

This form of analysis was developed by the Structuralists and «rests upon the thesis that sense of every lexeme can be analysed in terms of a set of more general sense-components (or semantic features), some or all of which will be common to several different lexemes in the vocabulary»⁵. At first, great hopes were entertained by the universalists that all meaning could be categorised according to a universal set of components of meaning but, as Adrienne Lehrer points out:

«if a semantic feature is to be universally valid, it must be so vague that it has to be defined for each language or group of languages.»⁶

This does not stop the technique of componential analysis being very useful for the type of work proposed here. It is particularly useful for the analysis of words considered in isolation and from the point of view of their denotative meaning. It is less useful for describing connotative semantic features unless the collocation or context is taken into account in individual instances.

⁴ LEBORANS, Maria Jesús Fernández — *Campo Semântico y Connotación*, Málaga, Editorial Planeta, 1977. This author explores the complex connotations associated with *light* and *darkness*.

⁵ LYONS, John — *Op. cit.*, p. 317.

⁶ LEHRER, Adrienne — *Semantic Fields and Lexical Structure*, Amsterdam, North-Holland, 1974, p. 170.

2.3. Denotative and connotative meaning

For the purposes of this paper denotative meaning is taken to be that meaning, or combination of meaning components as used in componential analysis, attributed to a lexeme considered when it is found in isolation as, for example, in a dictionary. Connotative meaning will be taken as that which the same lexeme can only acquire in a specific collocation or context. As we shall see, this distinction is not as easy to make when discussing the particular lexical fields under consideration as it may appear.

2.4. Collocation. Co-text and Context

Collocation is a notion introduced into linguistics by Firth as part of his overall theory of meaning. He proposed to deal with lexical meaning, in whole or in part, at a level of analysis intermediate between the situational (or contextual) and the grammatical. Words, he maintains, tend to co-occur in texts, for example, «dark» will often co-occur with «night»⁷.

The concept of «co-text» as used in this paper will also echo opinions of the Firthian school. The actual text, written or otherwise, in which the lexeme occurs, is usually taken to be the co-text⁸, whereas context takes into account the interpersonal, cultural and social background relevant to the situation.

3. Descriptive language

3.1. Descriptive texts

When a language teacher talks about «descriptive» texts, he will normally be referring to the type of text that not only gives information about a specific situation, place, person, state of mind,

⁷ LYONS, John — *Op. cit.*, p. 612, citing FIRTH, J. R. — *Papers in Linguistics*, 1934-1951, London, Oxford University Press, 1957, p. 197.

⁸ HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaija — *Cohesion in English*, London, Longman, 1976, p. 301.

or whatever, but does so in a way in which the writer or speaker's value judgements on the subject are freely expressed. Such texts are usually rich in adjectives and adverbs, and the choice of nouns and verbs will also reflect personal evaluation. Appreciation of such language will, to a large extent, depend on how far the reader or listener shares the same personal and cultural values as the author or speaker. The translator must not only be able to interpret these values, he will also have to transmit them through the target language, no easy task.

I am not, of course, suggesting that one can easily divide texts into objective and subjective types. Totally objective language is, according to some philosophers, an impossibility and, logically, a totally subjective text would be understandable only to the person producing it and, therefore nonsense, or «nontext»⁹, to everybody else. Language is for communication and therefore, however personally we wish to use language, we must use it in the way that the consensus of opinion of our audience deems suitable if we are to be appreciated, or even understood. The evaluative components present in descriptive texts are selected by the author of the text, but they form part of the linguistic and cultural context in which they are uttered.

3.2. Descriptivity at the level of lexemes

Mary Snell-Hornby raises the problem of the evaluative components present in individual lexemes, or, specifically, in individual verbs¹⁰. Her work was originally prompted by the untranslatability already referred to, and she found that it was not always easy to confine the treatment of these verbs within the type of theoretical constructs given above. Using verbs taken from a wide but carefully chosen selection of semantic fields, she demonstrates that many verbs not only refer to an action but simultaneously deliver a value-judgement on that action.

Within the context of a larger project to examine the semantic fields of «light» and «darkness», this paper proposes to concentrate

⁹ HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya — *Op. cit.*, p. 23.

¹⁰ SNELL-HORNBY, Mary — *Verb-descriptivity in German and English. A Contrastive study in Semantic Fields*, Heidelberg, Carl Winter, Universitätsverlag, 1983.

only on «light», and yet I hope to show, however inconclusively, that there is a case for suggesting that value judgements are to be found at the level of the lexeme, the collocation, the co-text and the context.

4. The choice of text and translation

Choosing the first text on which to base this work, together with a reasonable translation, was not easy. The aim was to find an author whose vocabulary was wide, whose use of words was well-informed without being contrivedly «literary» and yet someone with a personal interest in linguistic values. After examining several texts and their translations, J. R. R. Tolkien's work seemed to be the most suitable for the purpose.

4.1. J. R. R. Tolkien

J. R. R. Tolkien was Professor of Middle English at Oxford for many years and was well-known for his translations of Middle English texts into modern English. However, he is better-known to the world as the creator of several best sellers depicting a rich fantasy world which owes a lot to his considerable knowledge of Northern European mythology. When I first read these books, one of the things that interested me was his obvious preoccupation with language. Many examples could be cited, but here it is of interest to note that he was at pains to describe the world he was creating. Several factors point to a Northern European countryside, and among them are his descriptions of light effects. So preoccupied is he with this that at one point his hero, confronted with the wonderful world of Elves, has the following linguistic problem:

«A light was upon it for which his language had no name»¹¹. Perhaps his preoccupation with light and dark was also connected with the fact that he also enjoyed painting pictures of his imaginary world. He wrote his books primarily to entertain his children so, although obviously the possessor of a vast vocabulary and the master of various styles, he was interested in being easily intelligible.

¹¹ TOLKIEN, J. R. R. — *Op. cit.*, p. 365. Tradução, p. 378.

4.2. The translator

I know nothing about the translator but her name, Fernanda Pinto Rodrigues. However, although this is a difficult book to translate and, whatever decisions were taken, somebody would disagree with this or that, she has often attempted to convey certain nuances, both in the lexical fields under consideration and in others, which lesser translators would have simply ignored.

4.3. The texts

When considering Tolkien's work from the point of view of vocabulary, it is presumed that it is acceptable not only to one average native speaker but to a large number of them, given the popularity of his work. To argue about the correctness or otherwise of a particular choice of word would both violate his rights as a creative writer and question his authority as a professor of English.

Translations, however, are always subject to criticism. Those who speak both languages but whose mother tongue is that of the original will question whether the translator has interpreted the author's meaning properly, while those whose language is that of the translation may be more worried about the acceptability of its linguistic and literary style.

As a native speaker of English I shall restrict myself to comments on how the English text has been interpreted.

5. Methodology

5.1. Collection of examples

The first procedure was to go through the original and the translation recording every reference to effects of light and darkness, whether denotative or connotative. When collecting lexemes in this way, the end result tends to be a mixture of different parts of speech — verbs, adjectives, nouns and adverbs — but on examining each lexeme, it soon became apparent that, even when examples did not

exist in the corpus, most of the lexemes collected tended to be either verb forms, or related to them.

5.2. Classification of lexemes on a syntactic-semantic basis

It turned out to be fairly easy to separate the verbs, and lexemes derived from them, into two distinct groups:

- verbs which describe effects of light, e.g. *gleam*, *glitter*, *refulgir* and *cintilar*;
- verbs which describe changes in light, e.g. *brighten*, *darken*, *clarear* and *escurecer*.

Those lexemes which could not be classified within these two groups normally fell into one of the following categories:

- adjectives or nouns related to a state of light or darkness;
- lexemes used to describe light which belonged primarily to other lexical fields, e.g. *flow*, and *brincar*;
- times of the day or night, s.g. *dawn* and *alvorada*;
- (in English) compounds formed from *light*, e.g. *lamplit* and *starlight*¹².

This paper will concentrate only on the first set of verbs mentioned.

5.3. Classification of lexemes using componential analysis

The lexical components considered in the analysis of the examples will be found in Appendix A. The choice of components was based partly on information from reference books¹³ and partly

¹² In Portuguese, these expressions were translated by phrases such as *iluminado por candeeiros* and *luz das estrelas*.

¹³ a) *The Shorter Oxford English Dictionary*, Oxford, Oxford University Press, 1973.

b) *Collins Cobuild English Language Dictionary*, London and Glasgow, Collins, 1987.

on the use both author and translator made of the lexemes in context, modified, naturally, by my own knowledge as a native speaker of English with a reasonable grasp of Portuguese. The denotative and connotative components have been kept separate.

Each lexeme was also graded on a scale in which 3 could be associated with strong light, 2 with, medium light, and 1 with positive expressions of weak light. Appendix B shows the verbs grouped according to intensity.

6. Lexical analysis of the verbs describing effects of light

6.1. Denotative aspects

Insofar as it is possible to separate denotative from connotative aspects, those examples which could be considered more «literal», or related to the physical world, will be discussed in this section, and the connotative uses will be dealt with later. As you may notice, certain verbs have been include which are, arguably, outside the immediate field under discussion. Examples of these are *burn*, *arder*, and *queimar* among the first set of verbs¹⁴. Since it is the nature of *light* to be associated with *heat*, it would be difficult to separate the two. However, here *heat* will be be treated simply as an optional lexical component of light.

Brilhar and *cintilar* have been included in both groups 3 and 2 as they seem to be used for such a wide range of situations, for reasons which will, I hope, become clear.

c) FIGUEIREDO, Cândido de — *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand, 15.^a edição, 1939.

d) *The New Michaelis Illustrated Dictionary*, 10.^a ed., Vol. I, English — Portuguese, Wiesbaden, F. A. Brockhaus, 1971.

e) TAYLOR, James L. — *A Portuguese — English Dictionary*, London, Harrap, 1958.

f) MORAIS, Armando de — *Dicionário de Inglês/Português*, Porto, Porto Editora, 1980.

¹⁴ SNELL-HORNBY, Mary — Analysing this type of verb, preferred to consider *light* and *heat* together, since the two fields seem to merge at a certain point.

6.1.1. A statistical analysis

Before we consider the statistical analysis, there is one point that should be made. When collecting the corpus, the emphasis was on finding as much variety as possible, and therefore not all the examples similar to the ones already listed were recorded. One can safely say, then, that the corpus is biased towards *variety* rather than *uniformity*. When, however, some rough statistics on the number of times certain lexemes occurred were made, the results were interesting.

Of the 155 examples in English, the most popular were:

- *shine* — 19 %
- *gleam* — 15 %
- *glint* — 9 %
- *glimmer* — 7 %

There were only one example each of *glare* and *scintillate* and the remaining 50 % of the examples were fairly evenly distributed among the other 15 verbs.

In Portuguese, about 110 of the 155 examples, 71 %, were translated directly by lexemes related to the 18 verbs given here. The most popular lexemes in these 110 were:

- *brilhar* — 50 %
- *cintilar* — 25 %

which left only 25 % of the examples to be distributed among the remaining 16 verbs.

Let us now examine how the most popular lexemes correspond to each other. *Shine* and *gleam*, apart from being favourite words of Tolkien's, have a wide range of meaning, and together they account for nearly half of the examples with *brilhar* but only 4 examples of *cintilar*. However, that still leaves about half of the examples with *brilhar* and the large majority of those translated by *cintilar* to be accounted for in terms of the other verbs, nearly 50 % of the examples.

It is too easy to simply criticise the translator for lack of imagination, although no doubt this is a contributing factor. One must ask instead why it is that *brilhar* and *cintilar* are such «safe» neutral words that they can be used so widely.

6.1.2. Analysis using lexical components

If one looks up any of these lexemes in a bilingual dictionary, or even in the miniature bilingual lexicon which was devised using the terms in the book and the translation alone, for each of these words there is a tendency to list several «possible» equivalents. Appendix A may seem to give more explicit information than the average dictionary. However, lexical components on their own cannot solve the problem and the apparent basic meaning value of each lexeme is further modified by factors which decide their suitability to the collocation and the style of text. Much may depend on the personal taste of the writer or translator, but his or her choice will also reflect social conventions of vocabulary usage¹⁵. The information in Appendix A is heavily dependent on the texts under examination, but a study of several authors and translators in both languages, may make it possible to extend the list of lexical components to include items such as +/— literary, +/— modern usage, or others.

6.1.3. Degree of equivalence of meaning in Appendix A

According to Appendix A, there seems to be some degree of equivalence as follows:

— blaze, flame	<i>crepitar, flamejar</i>
— burn	<i>crepitar, arder and queimar</i>
— dazzle	<i>crepitar, ofuscar</i>
— gleam, shine,	<i>brilhar</i>
— glitter	<i>brilhar, coruscar</i>
— glow, radiate	<i>irradiar, radiar</i>
— scintillate	<i>cintilar</i>
— shimmer	<i>bruxulear</i>
— stream	<i>jorrar</i>
— twinkle	<i>tremeluzir.</i>

¹⁵ The way different translations can be produced is explored in HARTMANN, R. K. K. — *Contrastive Textology*, Heidelberg, Julius Groos Verlag, 1980.

This leaves the English verbs *beam*, *flare*, *flash*, *flicker*, *glare*, *glimmer*, *glint*, and *glisten*, and the Portuguese verbs *incandescer*, *luzir*, *refulgir*, *reluzir* and *rutilar* without near equivalents in the other language.

6.1.3.1. The acceptability of apparent equivalence

On closer examination, it was found that the componential analysis had not revealed certain incompatibilities, some of which could only be explained by considering the wider context in which the lexemes were found. To demonstrate this, let us examine examples 1 and 2 where *blaze* is translated by *crepitar* and *cintilar* respectively¹⁶:

1. «In the middle there was a wood fire *blazing*» (91).
«No meio *crepitava* um lume de lenha» (101).
2. «The boards *blazed* with candles, white and yellow» (143).
«A mesa *cintilava*, iluminada por inúmeras velas brancas e amarelas» (153).

In both cases we have intensity 3 light, naked flames — from an open fire and candles, and both situations are to be found in wider contexts of warmth and welcoming surroundings. The only difference seems to be that *crepitar* seems to be related to sound — the crackling noise made by burning wood — that makes it unsuitable for use with candles. It appears that *crepitar* is a *sound* rather than *light* lexeme. In example 2 the translator uses *cintilar* and builds it up by adding «iluminada» and describing the «inúmeras velas» when the number of the candles is not referred to in the original text.

Blaze and *crepitar* are therefore not equivalents, but the translator's intuition leads her to use *crepitar* perhaps because the wider context of warmth and welcoming surroundings, suggested above, is better conjured up by the idea of sound than light. The native speaker of English may well feel that a sound element exists in example 1, but whether it is part of the meaning of *blaze* or *fire*, or the whole

¹⁶ The numbers given after each quotation are the page nos. of Tolkien's book or the translation — as appropriate.

context, is a difficult question to answer. Example 2 suggests that the translator is aware that *cinilar* is too «weak» a lexeme to convey the force of *blaze* in this context.

There are other examples of a certain incompatibility not found in the componential analysis. *Cinilar* is a popular word, at least with the translator, and yet the search of Tolkien's work produced only one example of *scintillate*, and it would be true to say that it is a rarely used word in English. *Tremeluzir* may seem similar to *twinkle* denotatively, but was never used to translate it. *Glitter* and *coruscar* seem to coincide denotatively, but all the examples we have of *coruscar* are connotative and none of them translate *glitter*.

If we eliminate the verbs which turn out to be different on further examination, we are left with 16 out of the total of 39 verbs showing degrees of equivalence, rather less than half. Let us now consider the other 23 verbs to see what makes them different.

6.1.4. Differences in meaning

If we consider Appendix B, it would seem only natural that the translator would find most difficulty being imaginative over those lexemes which express a medium or weak intensity of light. However, let us first examine how the stronger light effects are translated.

6.1.4.1. Verbs referring to strong light

Flare and *flash* seem to differ from *blaze*, *flame* and *flamejar* on one point, heat is only «possible» and not a normal component. *Incandescer*, in its adjective or noun form, seems to capture the idea of heat, although the sense of movement would appear to be different. Apparently identical lexemes, *incandescent* and *incandescence* exist in English but no examples were found in the text. *Jorrar* was included in the list as it was used to translate *flash* in example 6, and its use would seem to be similar to that of *stream*, although both these lexemes probably appear more frequently in collocation with *liquid* than *light*.

In order to see how the translator tries to interpret certain uses of these verbs, let us examine some examples:

3. «He caught... a glimpse of Strider leaping out of the darkness with a *flaming* brand of wood in either hand» (208).
«Viu... Passo de Gigante saltar da escuridão com um pedaço de lenha *incandescente* em cada mão» (220).
4. «From out of the shadow a red sword leaped *flaming*» (345).
(Context: a magic sword — i.e. made of fire).
«Da sombra irrompeu, *flamejante*, uma espada vermelha» (357).
5. «He saw... a *shining* figure of white light; and behind it ran small shadowy forms waving *flames*, that *flared* red in the grey mist» (227).
«Pareceu-lhe ver... uma *cintilante* figura de luz branca, atrás do qual corriam pequenos vultos difusos a agitar *chamas* que *brilhavam*, vermelhas na névoa cinzenta» (239).
6. «The figure lifted his arms and a light *flashed* from the staff he wielded» (138).
«O vulto ergueu as mãos e *jorrou* uma luz do bastão que empunhava» (148).
7. «(a light in the eastern sky) *flashed* and faded many times... like *lightning*... he could still see the white *flashes*» (195).
«no céu oriental, uma luz que *brilhou* e apagou muitas vezes... *relâmpagos*... continuou a ver os *clarões*» (206).

The translator chose to translate *flaming* differently in 3 and 4, perhaps because she felt the movement of the flame in the former was minimal, whereas strong movement, with *flamejante*, seemed more suitable in 4. *A flame* and *a blaze* are usually translated by *chama* (ex. 5), and a *flash* by *clarão* (ex. 7), although occasionally by *relâmpago*; unlike *relâmpago*, *lightning* is restricted to its atmospheric collocation. However, *Clarão* is also used to translate *glow* in the following example:

8. «As Strider was speaking they watched his strange eager face, dimly lit in the red *glow* of the wood-fire» (206).
«Enquanto Passo de Gigante falava, os outros observavam-lhe o rosto estranho e ansioso vagamente iluminado pelo *clarão* vermelho da fogueira» (218).

From this context we can either deduce that *clarão* has a wide range of meaning or that the above example is a bad translation.

Flared is weakly translated in ex. 5 by *brilhar* — the distance involved in the context would have been a reason for using *flare* (no heat) rather than *blaze* and, since *flares* are used to signal for help, something much needed by the hero at this moment, this connotation is also present.

6.1.4.2. Verbs referring to weaker effects of light

When dealing with the weaker effects of light, the translator sometimes tries to render the finer nuances of meaning with verbs that would seem to roughly equivalent, as in the following examples:

9. «White *flames* seemed to Frodo to *flicker* on their crests...» (227).
«Teve a impressão de que *tremeluziam* chamas brancas na crista das ondas...» (239).
10. «And the light of the stars was in her hair,
And in her raiment *glimmering*» (204).
(Context — a poem).
«E o brilho das estrelas *luzia-lhe* no cabelo
E *bruxuleava-lhe* nos vestidos» (215).
11. «Her mantle *glinted in the moon*» (204). (Context — as 10).
«O manto dela *refulgia* ao luar» (215).

Apart from these examples, though, these verbs are always translated either by *brilhar* or *cintilar*. Since 36 examples with these verbs were collected, about 23 % of our total for all the English verbs, this is significant.

6.1.5. Problems involved in translating the English verbs expressing weak to medium intensity of light

In the examples in the previous section *brilhar* and *cintilar* were used in Exs. 2, 5 and 7 to translate *blaze*, *shine*, *flare* and *flash*, all verbs of light intensity 3. It is for this reason that the two Portuguese verbs are classified under intensity 3 as well as 2. Let

us now examine the English verbs in groups 1 and 2 and their translation by *brilhar* and *cintilar* in order to discover why these are such popular verbs.

6.1.5.1. FLICKER

Flicker is a verb that describes both the sources of light and reflected light. The intensity is weak and it is characterised by an unsteady, intermittent movement between light and darkness:

12. «Desperate, he drew his own sword, and it seemed to him that it *flickered* red, as if it were a firebrand» (208).
«Desesperado, Frodo empunhou a própria espada e pareceu-lhe que ela tinha um *brilho* vermelho, se estivesse em brasa» (219-20).

6.1.5.2. GLEAM

Gleam is complex in that it can refer to both the source of light or reflected light:

13. «Then the sun *gleamed* out of ragged clouds again» (99).
«Depois o sol voltou a *brilhar*, através das nuvens esfarapadas» (109).
14. «The air was *gleaming* and sunlit, but hazy» (124).
«Havia sol, mas o ar estava enevoadado» (134).

It can also refer to both hard and soft surfaces:

15. «In the dark without moon or stars a drawn blade *gleamed*, as if a chill light had been unsheathed» (188).
«Na escuridão sem estrelas nem luar *cintilou* uma lâmina desembainhada, como se tivesse sido descoberta uma luz gelada» (199).
16. «... his hair was long and *gleaming*...» (208).
«... tinha cabelo comprido e *luminoso*...» (220).

6.1.5.3. GLIMMER

Glimmer is a weak, uncertain light, so weak that it is difficult to classify it either as a source of light or as reflecting it, though both interpretations are possible. It tends to refer to the slight luminosity which makes it possible to see pale-coloured things or metal in semi-darkness. We feel that this is one occasion when the translator has simply misunderstood the meaning of the word instead of merely having problems with how to render it:

17. «They passed slowly, and the hobbits could see the starlight *glimmering* on their hair and in their eyes» (89). (Context — a moonless night).
«Passaram devagar e os hobbits viram a luz das estrelas a *cintilar*-lhes no cabelo e nos olhos» (98).
18. «The white bollards near the water's edge *glimmered* in the light of two lamps on high post» (108). (Context — a misty night).
«Os postes de amarração brancos, perto da beira-d'água, *brilhavam* à luz de dois candeeiros colocados em postes altos» (118).

6.1.5.4. GLINT

Glint seems to refer to reflected light, and there is an element of short, sharp movement of light off the surface reflecting it:

19. «The river... was... *glinting* here and there in the light of the stars...» (133).
«O rio... *cintilando* aqui e ali à luz das estrelas...» (143).
20. «His hair *glinted* like gold in the morning sun» (361).
«... o cabelo a *brilhar* como ouro ao sol de manhã...» (361).

6.1.5.5. GLISTEN

Glisten is different from the other lexemes in that it usually implies reflection off a wet surface. Tolkien also seems to associate it with the moon:

21. «The leaves of trees were *glistening*, and every twig was dripping; the grass was grey with cold dew» (120).
«As folhas das árvores *cintilavam* e todos os raminhos pingavam; a erva estava cinzenta, coberta de orvalho frio» (130).
22. «The moon... *glistened* in his white hair as the wind stirred it» (138).
«A Lua... pareceu *brilhar-lhe* no cabelo branco agitado pelo vento» (148).

6.1.5.6. GLOW

Glow is usually, but not always, found in collocation with an idea of warmth, whether real or metaphorical, and an almost imperceptible, pulsing movement:

23. «... both the knife and the hand that held it *glowed* with a pale light» (208).
«... tanto a faca como a mão que a segurava *irradiavam* uma luz pálida» (20).
24. «A *gleam* of firelight came from the open doors, and soft lights were *glowing* in the many windows» (293).
«Das portas abertas saía um *reflexo* do lume e nas muitas janelas *brilhavam* luzes suaves» (304).

6.1.5.7. SHIMMER

Shimmer is a soft light characterised by a feeling of slightly undulating movement. From the collocations in which it appears, we can deduce a certain expression of sensuousness in its use:

25. «The silver corselet *shimmered* before his eyes like the light upon a rippling sea» (350).
«A cota de prata *brilhava* diante dos seus olhos como luz num mar ondulado» (362).

6.1.5.8. SHINE

Shine is a verb with a wide range of uses and is found in collocation with «sun» and «stars». It is often translated by *brilhar* but also by other verbs as we shall see in sections 6.1.6. and 6.2. There is an example of its interpretation as *cintilar* in ex. 5.

6.1.5.9. TWINKLE

Twinkle is largely associated with the type of light produced by the stars in the sky or of lights surrounded by darkness in the distance — that is, tiny points of light which shine unsteadily, usually for atmospheric reasons:

26. «Darkness came down quickly, as they plodded slowly downhill and up again, until at last they saw lights *twinkling* some distance ahead» (160).
«A escuridão chegou depressa, enquanto avançavam lentamente, ora a descer, ora a subir, até verem finalmente luzes a *brilhar* a alguma distância» (170).
27. «The sky above had cleared again and was slowly filling with *twinkling* stars» (203).
«O céu clareava de novo e ia-se enchendo, devagar, de estrelas *cintilantes*» (215).

6.1.5.10. BRILHAR and CINTILAR as translation «solutions»

When analysing these examples, we must presume that the translator was simply unable to find a wider variety of lexemes, and attempt to come to some conclusions on the nature of *brilhar* and *cintilar*. It seems that the translator prefers *brilhar* when she senses little or no movement in the light, as in exs. 13, 18 and 24 and when the surface giving off or reflecting the light is soft, as in 20, 22 and 24. It is interesting that whereas *gleam*, *glint* and *glisten* in ex. 20 and 22 refer, at least partly, to the golden or slightly metallic highlights in hair, the translator prefers the softer *brilhar*. Ex. 25, in which a silver corselet is referred to, may seem to contradict this, but as the larger context gives one to understand that, in spite

of being made of metal, it is amazingly soft, this is not surprising. The only real exception to this rule seems to be ex. 12 where *brilhar* is used with a sword. However, this may be explained by the fact that *brilho* = *flicker* is then compared to a *brasa* = *ember*.

Cintilar seems to be preferred when there is a sense of movement, as in all the examples here, or reflection off water, as in exs. 19 and 21.

Before drawing any further conclusions from this section, let us now turn to the Portuguese verbs which may seem hard to match with the English ones.

6.1.6. The possibilities of LUZIR, REFULGIR, RELUZIR and RUTILAR

From the few examples that appear in the translation, it seems possible to deduce that these verbs describe reflected light. The examples in the following paragraphs must be considered a representative sample of these verbs — only a further ten were collected, and four of these were adjectives translating *bright*. Why does the translator use them so sparingly? One could suggest that several of these examples have a more poetical flavour than usual. There is also the point that in half the examples two verbs of light appear and variety becomes obligatory.

6.1.6.1. LUZIR

Luzir seems to be a verb of lower light intensity, 2, and a minimal sense of movement. It is used to translate *shimmer*, *shine* and *twinkle* and favours collocations of beauty in Nature and a certain softness:

28. «The trembling starlight of the skies
He saw there mirrored *shimmering*» (205).
(Context — poem)

«Neles viu, espelhada, a *luzir*,

A trémula luz das estrelas do céu» (217).

29. «Their dark leaves *shone* and their berries *glowed* red
in the light of the rising sun» (295). (Ref. to holly-trees).
«As folhas escuras *luziam* e as bagas vermelhas *brilhavam*
à luz do Sol nascente» (307). (Ref. to azevinhos).

30. «... the dew upon the yellow leaves was *glimmering*, and woven nets of gossamer *twinkled* on every bus» (252).
«O orvalho *brilhava* nas folhas amarelas e em todos os arbustos *luziam* finíssimas teias de aranha» (262).

6.1.6.2. RELUZIR

Reluzir appears in similar collocations to that of *luzir*, but the light is more intense and a connotation of movement is more apparent, which may explain why it, too, translates *shimmer* and *shine* but, unlike *luzir*, which favours *twinkle*, also translates *glitter*:

31. «... (a beautiful golden ring) *shone* and *glittered* in the sun...» (62).
«... um belo anel de ouro, que *brilhava* e *reluzia* ao sol...» (71).
32. «Her hair was flying loose, and as it caught the sun it *shone* and *shimmered*» (146).
«O cabelo esvoaçava-lhe, solto, e *brilhava* e *reluzia*, quando captava o sol» (156).
33. «The golden buttons *shone* on his embroidered silk waistcoat» (37).
«Os botões dourados do seu colete de seda bordado *reluziram*» (45).

6.1.6.3. REFULGIR

Refulgir suggests slightly less intensity than the other verbs which may be why it is used to translate *flicker*, *glint* and *glitter*, but only in collocation with precious stones, which in turn are compared to «stars»:

34. «In the dusk, (the horse's) headstall *flickered* and *flashed*, as if it were studded with gems like living stars» (221).
«A testeira do animal *cintilava* na luz crepuscular, como se estivesse cravejado de pedras *refulgentes* como estrelas».

35. «... the gems on (the corselet) *glittered* like stars...» (350).
«... as pedras preciosas *refulgiram* como estrelas...» (362).

In ex. 11, where *refulgir* translates *glint*, both verbs would seem to suggest a «mantle» decorated with precious stones or metals.

6.1.6.4. RUTILAR

Rutilar appears only in its adjective form and seems to be restricted to the collocation of reflection off metal. This may not be immediately apparent in ex. 37, but the translator must have used it to convey the magical context in which the waves turn into «shining riders», or «knights» = «cavaleiros» dressed in armour:

36. «Bilbo... fastened Sting upon the *glittering* belt» (291).
«Bilbo... ajustou-lhe o Ferrão no *rutilante* cinto» (302).
37. «... some of the waves took the form of great white horse with *shining* white riders» (236).
«... algumas das ondas assumiram a forma de grandes cavalos brancos montados por *rutilantes* cavaleiros» (246).

6.2. Connotative Aspects

It is the connotative aspects of these verbs that interest Mary Snell-Hornby because they frequently refer to facial expression, particularly as reflected in the eyes. Tolkien uses no fewer than nine verbs in this way, but the translator uses only three, and relies on the context to do the rest.

In the following examples the translation refers directly to the facial expression implicit in the English verb:

38. «The light of the lanterns fell on his *beaming* face» (37).
«A luz da lanterna reflectiu-se no seu rosto *sorridente*» (45).
39. ««Wake up indeed!» he said, cocking an eye at Elrond. There was a bright *twinkle* in it and no sign of sleepiness in it that Frodo could see» (243).

««Acorde hem?» observou, a olhar para Elrond, e Frodo reparou que os seus olhos *brilhavam maliciosamente* e não apresentavam quaisquer vestígios de sonolência».

40. «He (eyed) Sam closely, but with a smile *flickering* on his face» (73).
«(Observou) Sam atentamente, mas com um sorriso a *brincar* no rosto» (82).

In ex. 41 it is interesting to notice that *angry* qualifies *light*, but *coléricos* refers to *olhos*:

41. «Bilbo flushed, and there was an *angry light* in his eyes» (42).
«Bilbo corou e os olhos *brilharam-lhe, coléricos*» (50).

The emotion behind the expression is sometimes explicitly present in the context:

42. «The wizard's face remained grave and attentive, and only a *flicker* in his deep eyes showed that he was startled and indeed alarmed» (42).
«O rosto do feiticeiro manteve-se grave e atento e só uma pequena *cintilação* dos seus olhos profundos denunciou que estava assustado, alarmado, até» (50).
43. «The horror faded out of their hearts as they looked at him, and saw the merry *glint* in his eyes» (155).
«O horror dissipou-lhes do coração quando o olharam e viram a *cintilação* alegre dos seus olhos» (165).

At other times it is conveyed by the immediate context:

44. «Gandaf's eyes *flashed*. «It will be my turn to be angry soon», he said» (42).
«Os olhos de Gandalf *cintilaram*. «Não tarda a minha vez de me zangar», ameaçou» (50).

When the translator wishes to convey real anger she uses *coruscar*:

45. ««Don't be a fool! What have you heard, and why did you listen?» Gandalf's eyes *flashed* and his brows stuck out like bristles» (73).

- ««Não sejas parvo! Que foi que ouviste e por que te puseste à escuta?» Os olhos de Gandalf *coruscavam* e as suas sobrancelhas estavam espetadas como cerdas» (81).
46. «He was angry, and Pippin could see his eye *glinting*» (327).
«Irritou-se e o hobbit viu-lhe os olhos *coruscar...*» (339).

There are other examples which seem to be translated by *brilhar* or *cintilar*. The wider context can usually tell us what is expressed.

Shine tends to convey pleasure or enthusiasm:

47. «As Strider was speaking they watched his strange eager face, dimly lit in the red glow of the wood-fire. His eyes *shone...*» (206).
Enquanto Passo de Gigante falava, os outros observavam-lhe o rosto estranho e ansioso, vagamente iluminado pelo clarão vermelho da fogueira. *Brilhavam-lhe* os olhos...» (218).

Gleam is similar but also shows special interest in the situation:

48. «Gandalf looked again very hard at Bilbo, and there was a *gleam* in his eyes» (41).
«Gandalf fitou-o de novo com muita atenção e com um *brilho especial* nos olhos» (50).

Glint also shows this special interest:

49. «Gandalf looked at Frodo, and his eyes *glinted*» (65).
«Gandalf olhou para Frodo e os seus olhos *cintilaram*» (74).
50. «... the was *glint* in his eyes when he heard of the Riders» (144).
«... os seus olhos *brilharam* quando ouviu falar dos Cavaleiros» (154).

Glitter, used with eyes, has connotations of evil. The only example would need a long explanation of the context but it is translated by *cintilar*.

With so few examples, one can only speculate whether the Portuguese verbs always have the same elements of meaning in certain collocations.

Coruscar would definitely seem to be connected with anger as it appears only in this type of collocation, regardless of the fact that different verbs are concerned in each case — *flash* and *glint*, and on another occasion *glare*. In examples 45 and 46, the reason why Tolkien uses different verbs in each case is related not to the emotion, but to the physical context — in the first case, broad daylight, in the second, underground with only one point of light to illuminate the scene.

Cintilar seems to translate *flash*, *flicker* and *glint*, verbs with a certain movement, and *brilhar* those without, *gleam* and *shine*. This would corroborate the findings on these verbs in their denotative uses. Yet *brilhar* is used in ex. 50. Does it, perhaps, contain the connotation of «interest» better than *cintilar*?

On two occasions the translator chose to render *twinkle* as *piscar* as in the following example:

51. «... they saw the *twinkling* lights of a house» (133).
«... viram o *piscar* das luzes duma casa» (143).

Piscar would normally translate *wink* in English and it would seem to interpret the friendliness usually associated with *twinkle* quite nicely in this example.

7. Conclusions

7.1. At the level of the lexemes, collocations and contexts found in these texts

This paper began by talking about «untranslatability» and the area of *light* provides several examples of this problem. English and Portuguese apparently share basic ideas of effects of light, both emitted and reflected, and, there are similar connections between the fields of *light*, and those of *heat*, *sound* and *liquid*. However, the ways in which these basic meaning components combine with additional features such as intensity of light, movement, and reflecting surfaces vary quite considerably. Also, although both languages use some of these verbs to denote facial expression of emotions, it is not easy to establish direct equivalence between individual items of the two lexicons.

Mary Snell-Hornby's suggestion that «the descriptive verb may be broadly defined as a verb that consists of an act-nucleus and a modificant whereby the presence of further semantic components is not excluded»¹⁷ would seem to be supported by this paper. Certain verbs would seem to be more «neutral», that is, they can be used in a wider variety of situations. *Brilhar* and *cintilar* are our main examples of this, but *shine* and *gleam* are also used frequently. The more limited the use of the verbs, the more conditioning factors, or modificants, seem to be involved.

These conditioning factors seem to exist at the level of the lexeme in certain cases, for example, *glisten* and its implication of a wet surface. At other times, it is the collocation that modifies, or is modified by the lexemes, as we saw with exs. 1 and 2 with *blaze*, and with the examples in which the verbs described facial expression. On certain occasions it is the wider context which supplies the clue, as in ex. 5, when the implications of *flare* are considered. It is true that one could explain the connection of *flare* = *signal for help* at the level of componential analysis but, since one can only call this component «optional», and it is the context, and not the collocation, or actual lexemes with which it is found, that gives full value to the use of the word, this case would seem to justify the claim that the lexeme is directly affected by the context.

The greater or lesser popularity of certain words can only be explained by reference to factors of context in the widest possible sense. If the almost total absence of the use of words like *scintillate* and *incandescence* in English, or the translator's reluctance to be more adventurous with the use of *luzir*, *reluzir* or *refulgir* are to be explained, explanations must be found outside the text.

7.2. The effect of historical and environmental factors on semantic fields

It must be obvious by now that the English verbs discussed here, except for the rarely used *radiate* and *scintillate*, are of Germanic origin. This does not mean that they in fact coincide exactly with modern German verbs — a look at Mary Snell-Hornby's analysis

¹⁷ SNELL-HORNBY, Mary — *Op. cit.*, p. 26.

will demonstrate this. In order to explain exactly why English prefers these lexemes to the Latin based ones, that can be found in the dictionary, it would be necessary to study the subject from a diachronic point of view, studying texts from several periods. In this way one could possibly establish at what stage, or stages, preference for the verbs of Germanic origin developed. It would be interesting to see whether it was the result of the conscious reaction against French or Latin based vocabulary as English re-established itself as a national language in all areas during the Renaissance, or whether it was thanks to the Romantic movement with its emphasis on a «return to the origins of language».

Although these factors no doubt contributed to the development of this vocabulary, perhaps the phenomenon is better explained by what is normally referred to as the Sapir-Whorf theory. This theory is used to explain why the Bedouins have so many terms for «sand», and the Eskimos for «snow» — the natural environment requires greater specificity in these areas than in parts of the world where sand and snow are scarce or unimportant in an everyday context.

The fact that English is richer than Portuguese in terms describing weaker effects of light, but poorer in terms for stronger light, would suggest that the darker landscape of Britain as a Northern European country requires different concepts to those used in sunny Portugal and the Mediterranean. The historical and social factors referred to above may, therefore, have some relevance, but it is likely that the major reason why English kept its German based words was simply because they expressed the reality of the natural environment better.

By choosing the text by Tolkien, the chances that such a conclusion could be reached were fairly high. It would, however, be interesting to see how English translators interpret Portuguese writers describing Portugal, or how both languages describe landscapes foreign to their basic experience of life. Has Brazilian Portuguese developed a larger or different vocabulary to cope with the realities of light in an equatorial context? Do Portuguese writers find it frustrating trying to «paint pictures in words» of Northern European landscapes? What results could be expected of an analysis of one of Conrad's African novels and the respective Portuguese translation? Only further research can help answer these questions.

**7.3. The effect of social and personal factors
on creative language**

The reason why the translator avoids frequent use of the verbs like *luzir* and *refulgir* is also complex. It has already been pointed out that the examples tended to appear in more traditionally «literary» collocations; some appeared in poems, others in evocative descriptions of nature. Is this sufficient explanation, or is it more a question of personal taste, in this case that of the translator? Further research might well reveal not only personal differences of taste, but also, with a diachronic selection of texts, a tendency for choice of vocabulary to be subject not only to natural evolution but also to fashions in linguistic and, hence, literary style.

Belinda Maia

Appendix A

Lexical components

Key

A = Lexeme. 1 = verb 2 = adjective 3 = noun
 () = example not present in texts

B = Intensity of light: graded 1 — 3

C = Denotative elements:

- a = source of light
- b = reflected light
- c = heat implicit
- d = heat possible
- e = movement (i) constant
- f = movement (ii) intermittent — activity 1-3
- g = reflected off hard surface
- h = reflected off soft surface
- i = reflected off wet surface

D = Connotative elements

- a = facial expression
- b = expression with eyes
- c = pleasure expressed
- d = anger expressed
- e = malice expressed
- f = knowledge expressed
- g = amusement expressed

English

A	B	C									D						
		a	b	c	d	e	f	g	h	i	a	b	c	d	e	f	g
beam (1) 23	2	+	—	—	—	+	—	—	—	—	+	—	—	—	—	—	+
blaze 123	3	+	—	+	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
burn 1 (2) 3	3	+	—	+	—	—	—	—	—	—	+	—	—	—	—	—	—
dazzle 12 (3)	3	+	—	—	—	+	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
flame 123	3	+	—	+	—	—	3	—	—	—	—	+	—	+	—	—	—
flare 1 (2) (3)	3	+	—	—	+	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
flash 1 (2) 3	3	+	—	—	+	—	3	—	—	—	—	+	—	+	—	—	—

BELINDA MAIA

flicker 1 (2) 3	1	+ + - - -	2	- - - -	+ - - - -
glare 1 (2) (3)	3	+ - - + +	- - - -	- + - + -	- - - -
gleam 123	2	+ + - - +	- - - -	- + + - -	- - - -
glimmer 123	1	+ + - - -	1	- - - -	(+) - - - -
glint 1 (2) 3	2	- + - - -	2	+ - - -	- + - - + + -
glisten 12 (3)	2	- + - - +	- - - +	- (+) - - -	- - - -
glitter 12 (3)	3	- + - - -	2	+ - - -	- + - - + + -
glow 123	2	+ - - + -	1	- - - -	- - - - -
radiate (1) (2) 3	2	+ - - + -	1	- - - -	(+) - (+) - - - -
scintillate (1) 2 (3)	3	+ + - - -	2	- - - -	- - - - -
shimmer 1 (2) 3	1	- + - - -	1	- + - -	- - - - -
shine 12 (3)	2	+ + - - +	- - - -	- + + - -	- - - -
stream 1 (2) (3)	2	+ - - - -	2	- - - -	- - - - -
twinkle 123	1	+ - - - -	1	- - - -	- + - - + - +

Portuguese

arder 1 (2) (3)	3	+ - + - -	- - - -	- - - - -	
brilhar 123	2/3	+ + - - -	+ - - -	- + + - - - -	
bruxulear 1 (2) (3)	1	- + - - -	1	- + - - - - -	
cintilar 123	2/3	+ + - - -	2	- - - -	- + + + - + +
coruscar 1 (2) (3)	3	- + - - -	2	+ - - -	- + - + - - -
crepitar 1 (2) (3)	3	+ - + - -	3	- - - -	- - - - -
flamejar (1) 2 (3)	3	+ - + - -	3	- - - -	- - - - -
incandescer (1) 23	3	+ - + - -	1	- - - -	- - - - -
irradiar 1 (2) (3)	2	+ - - + -	1	- - - -	- - - - -
jorrar 12	2	+ - - - -	2	- - - -	- - - - -
luzir 123	2	- + - - -	1	- - - -	- - - - -
ofuscar 12 (3)	3	+ - - - +	- - - -	- - - - -	
queimar (1) (2) 3	3	+ - + - -	- - - -	- - - - -	
radiar (1) 23	3	+ - - + -	1	- - - -	(+) - (+) - - - -
refulgir 1 (2) (3)	2	- + - - -	2	- - - -	- - - - -
reluzir 1 (2) (3)	3	- + - - -	2	- - - -	- - - - -
rutilar (1) 2 (3)	3	- + - - -	2	- - - -	- - - - -
tremeluzir 1 (2) (3)	1	+ - - - -	1	- - - -	- - - - -

Appendix B

Verbs describing action of light, grouped according to intensity

- 3 English: blaze, burn, dazzle, flame, flare, flare, flash, glare, glitter, scintillate=10
- 3 Portuguese: arder, brilhar, cintilar, coruscar, crepitar, (flamejar) (incandescer), ofuscar, (queimar), (radiar), reluzir, (rutilar)=12
- 2 English: (beam), gleam, glint, glisten, glow, (radiate), shine=7
- 2 Portuguese: brilhar, cintilar, irradiar, jorrar, luzir=5
- 1 English: flicker, glimmer, shimmer, twinkle=4
- 1 Portuguese: bruxulear, tremeluzir=2

OS CAMINHOS DA PERCEÇÃO POÉTICA : PARA UMA LEITURA DE JOHN CLARE

NOTA PRÉVIA :

Adaptado da dissertação de mestrado em estudos Anglo-Americanos (Literatura Inglesa) apresentada em Julho de 1987 à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, este artigo visa essencialmente desenhar o esboço do contexto político, económico e cultural em que se insere a obra do poeta: o estabelecimento de algumas manifestações românticas e seus antecedentes paraleliza com um esforço de colocação histórica de Clare no ponto de convergência das tradições poéticas inglesas (I e II).

Traçar as duas principais vias nas quais a percepção poética de Clare se movimenta define o seu panorama imaginativo (ponto III) e dá lugar finalmente a um breve inventário do acolhimento crítico do autor (IV).

I.

A Inglaterra de John Clare (1793-1864) está no início marcada pela instabilidade: simultaneamente em luta e expansão, procurando uma oportunidade exterior e satisfazendo a necessidade interna de uma força militar, a Inglaterra sente o impacto e as várias possibilidades de invasão, derrota, triunfo e militarismo.

1783 vê o fim da luta americana pela independência mas a década seguinte fica ainda preenchida por incidentes vários na fronteira canadiana, na costa do Pacífico, no Mar Negro, na Índia. Em 1793 começa a guerra contra a França revolucionária e napoleónica que iria continuar até 1815 (incluindo mas ultrapassando a Paz de Amiens em 1802).

Estes factos têm pois consequências imediatas na finança e na população — contribuem para desenhar uma era de fortes mudanças

e múltiplas carências a todos os níveis: organizar a luta contra a França, entender a condição económica, procurar manter a ordem pública e insistir na responsabilidade individual constituem algumas das preocupações.

A própria legitimidade governamental é vivamente desafiada: as reflexões do séc. XVIII acerca das formas, controlo e limites do poder político (que marcaram os reinados de William III e Anne, a hegemonia de Walpole e as primeiras e agitadas décadas do reinado de George III) abrem uma crise de autoridade dentro do sistema político estabelecido, colocam o rei contra a aristocracia e juntamente com Pitt contra Charles James Fox e os Whigs. (Durante quase meio século a seguir a 1784 o partido Whig fica relegado para oposição).

Estes dados políticos são acrescidos da mudança no âmbito económico e dos rumores ou possibilidades de estabelecimento de uma nova política na França revolucionária. Assim, a nação divide-se em dois pólos distintos: o revolucionário adepto do país vizinho e um outro que anuncia a preservação e o conservadorismo.

A estabilidade setecentista dá pois lugar à mudança: à confiança, por vezes indiferença, sucede a dúvida; os debates em torno da situação multiplicam-se nos vários sectores da opinião pública originando inúmeras publicações sobre o assunto. Em 1831 a abertura do caminho de ferro de Liverpool e Manchester exemplifica o alcance da nova proposta.

A transformação geral — da qual o processo de industrialização faz parte — surge com impactos imprevisíveis e implicações profundas. Inclui-se nesta área um fenómeno que muda e desumaniza especialmente a fase da Inglaterra: *enclosure*¹. Esta alteração exerce-se simultaneamente no indivíduo e na propriedade:

«And scarce could any trace of man descry,
Save confields stretched and stretching
without bound;
But where the sower dwelt was nowhere
to be found.»²

¹ Dada a dificuldade em traduzir a palavra, opta-se pela sua utilização em inglês.

² WORDSWORTH, William — «Guilt and Sorrow or Incidents upon Salisbury Plain», *Poetical Works*, ed. by T. Hutchinson, Oxford, O.U.P., 1984.

De uma maneira geral o interesse na terra e na agricultura vê o seu papel, deveres e responsabilidades refeitos. Juntamente com a invenção da debulhadora, cuja tomada súbita do trabalho manual incita aos tumultos de 1830, a *enclosure* é a mais marcante e visível forma de desenvolvimento agrícola.

Por volta de 1800 estão já lançadas neste âmbito cerca de 500 leis de parlamento e, em 1844, um milhar de actos mais abrangia o total dos campos abertos. A Inglaterra rural muda radicalmente e, cerca de três mil paróquias vêm-se envolvidas nesta transformação. Entre essas conta-se Helpston, em Northamptonshire, a terra natal de John Clare.

A população aumenta (entre 1810 e 20 em Helpston de 276 para 372 habitantes) e, a par, os preços sobem assustadoramente criando grandes fossos entre o proprietário e os trabalhadores rurais³. A *enclosure* traz consigo um novo tipo de agricultores que pouco ou nada respeita as tradições do passado:

«Every village owns its tyrants now
And parish-slaves must live
as parish kings allow»⁴

Metade dos campos abertos de Northamptonshire são incluídos nas leis de parlamento e três por cento das suas terras por cultivar são vedadas. O espaço é progressivamente cortado e atravessado por caminhos. Vedações e novos sinais destroem o conhecimento do lavrador sobre o seu próprio mundo. Os antigos e familiares limites desaparecem e com eles muita da liberdade local:

«Inclosure came and every path was stopt
Each tyrant fix'd his sign where paths were found
To hint a trespass now cros'd the ground»⁵

³ Vide STOREY, Edward — *A Right to Song, The Life of John Clare*, London, Methuen, 1982, pp. 89-101.

⁴ CLARE, John — *The Parish*, ed. by Eric Robinson, Harmondsworth, Middlesex, Viking, Penguin Book Ltd., 1985.

⁵ CLARE, John — «The Village Minstrel», *The Poems of John Clare*, vol. I, ed. with an introduction by J. W. Tibble, London, J. M. Dent & Sons Limited, pp. 133-63.

Na resposta de Clare ao mundo circundante reside a expressão dos pensamentos e receios populacionais. *Enclosure* significa não só novos limites e proprietários, mas sim outras formas de cultivo. Para muitos, esta é uma alteração necessária e urgente: o aumento demográfico e as mudanças trazidas pela revolução industrial mostram que, novos métodos têm de surgir para reorganizar a agricultura de forma a satisfazer os consumos.

Em *The Idea of Landscape and the Sense of Place*, John Barrell faz uma análise aprofundada do fenómeno e das suas consequências:

«had it not been for the enclosure, the demand for labour would have diminished considerably, and the problem of poverty would have been much more severe... the actual work of enclosing — the making of new roads, the planting of hedges — could not have been out off until better days; and in this way the enclosure must to some extent have protected the labourer of Helpston from the effects of depression»⁶

Esta opinião, beneficiada pela distância no tempo, colide com a do próprio poeta para quem *enclosure* é sinónimo de perda e nostalgia por um estilo de vida irreparavelmente desaparecido:

«That good old fame the farmers earnd of yore
That made as equals not as slaves the poor...
At whose oak table that was plainly spread
Each guest waswelcomd and the poor was fed
Where master son and serving man and clown
Without distinction daily sat them down
(...)
These all have vanished...»⁷

Esta é apenas uma do vasto plano de transformações de valores culturais e económicos operado entre 1750 e 1850: aí se inscreve a mudança básica da estrutura social com a ascensão da burguesia.

⁶ BARRELL, John — *The Idea of Landscape and the Sense of Place, 1730-1840: An approach to the poetry of John Clare*, London, O.U.P., 1972, p. 96.

⁷ CLARE, John — *The Parish*, *op. cit.*, vv. 780-95.

OS CAMINHOS DA PERCEÇÃO POÉTICA

Para além disso, há que considerar também o clima de incerteza e depressão após as guerras napoleónicas. Em «The Age of Bronze», por exemplo, Byron lembra o descontentamento dos agricultores:

«Alas, the country! how shall tongue or pen
Bewail her now uncountried gentlemen?
The last to bid the cry of warfare cease,
The first to make a malady of peace.
For what were all these country patriots born?
To hunt, and vote, and raise the price of corn?
But corn, like every mortal thing, must fall,
Kings, conquerors, and markets most of all.
(...)
[Buonaparte] He amplified to every lord's content
The grand agrarian alchymy, high rent.»⁸

O governo já não é um instrumento à disposição dos interesses locais: após 1815 as suas principais tarefas dirigem-se para a ordem pública e a manutenção dos alimentos. Não desenvolvendo atitudes de compromisso ideológico para controlar ou permitir o comércio livre, apenas contempla a interdependência dos vários sectores da economia. Os defensores das terras, por seu turno, consideram somente as suas prioridades — todos concordam, não em termos de desenvolvimento, que as guerras francesas forçaram um determinado plano económico. A antiga agricultura tem de ser melhorada mas, na opinião do interesse local, as tentativas de manter as reservas aumentando a produção e de cultivar as terras desperdiçadas, apenas vão exacerbar o problema.

De facto, o governo procura desesperadamente estabilizar a economia — no entanto, recuar à época anterior à guerra torna-se impossível. A ideologia social, o poder político e a mudança económica e demográfica ditam o avanço. Assim, na incerteza e no ressentimento do trabalhador se vão fundamentando as suas relações com o estado e com a sua própria classe.

A sociedade assume então um processo de alteração crescente: a um nível local e nacional, na área política e económica os interesses

⁸ BYRON — «The Age of Bronze», *Poems*, ed. by Professor V. de Sola Pinto, London, Everyman's Library, Dent, 1968, vol. I, p. 507, XIV, v. 1-4.

de classes divergem, novas formas de cultura enraizam profundamente. Uma classe média agitada e a política de um governo bem determinado mantêm um certo atrito.

A instabilidade da primeira década do século XIX dá lugar à prosperidade económica que desponta por volta dos anos 20 alterando por completo o quadro vigente: os radicais da classe média procuram alicerçar as suas forças nas energias dos trabalhadores e reclamam a sua tutela moral e cultural. Na cidade a nova ordem surge corporizada na crescente formação de bairros degradados concedendo desde já à ambiguidade o lugar privilegiado de todo o panorama cultural: controlo e liberdade, repressão e energia conhecimento científico e lucro, mudança e estabilidade fazem todos parte de um e mesmo fenómeno.

Enquanto dados factuais, as Revoluções Francesa e Industrial distinguem-se no tempo e no espaço do processo histórico — no entanto, eles são indissolúveis nas suas consequências, ameaças e promessas. Ambos questionam diferenças e equivalências entre pessoas e coisas fazendo da palavra «classe» a chave de uma nova era. Nesta, a oportunidade lidera todos os desafios e o paradoxo sobrepõe-se conduzindo desde já o desenvolvimento no caminho da deterioração. Assim, numa época de mudança, auto-consciente e em busca do seu próprio espírito, o indivíduo vai reclamar o primeiro lugar.

Sob o ponto de vista estético, a era romântica é o tempo da primeira pessoa: o Eu que, associado a um Tu ou a outros «Eus», pode constituir um Nós cujas reivindicações vão, como se acabou de focar, imprimir ao espaço social e político cores novas.

A primeira pessoa não está ausente das eras anteriores: a vida intelectual e espiritual, a demanda estética têm como princípio e finalidade a consciência de si, pressupõem o estudo da ligação do homem com o universo no qual se encontra. A procura de um equilíbrio vital vai pois delimitar o pensamento e a acção do indivíduo. No entanto, ciente da sua insuficiência ele hesita em se situar no ponto de origem e contenta-se com um lugar secundário deixando a Divindade ocupar a glória plena do Ser.

Assim, e apesar de parecer demasiado pretensioso e generalizante neste contexto, será útil desenhar muito sumariamente as diversas etapas que, ao longo dos tempos, foram preenchendo o percurso da antropologia cultural. Segundo a mentalidade primitiva, o homem não tem consciência de ser dotado de uma existência independente no seio da comunidade — a sua vida, bem como a sua morte, não lhe per-

tencem. Entregue à solidão espiritual do domínio pré-histórico, onde a noção de «possibilidade de» não figura, beneficia apenas de uma participação no clã sem se opor aos outros.

O desenvolvimento das civilizações antigas e do classicismo helénico assistem à odisseia da consciência de si, básica para o panorama futuro da cultura ocidental. A arte, a literatura, a filosofia grega e romana perpetuam a imagem do homem ideal, modelo da formação da personalidade através dos séculos, de Plutarco a Winckelmann e a Goethe. Estes movimentos têm como objectivo avaliar o ser humano em função do próprio sentido da verdade. Todas as variações sobre o conceito da ordem do mundo encontram o seu paralelo numa nova imagem do homem — a sua presença no universo, o lugar que ocupa e as funções que exerce estão em constante mutação.

Na antropologia medieval, dominada pela escolástica cristã, a teologia na sua síntese dogmática articula a escala dos seres segundo o dinamismo da graça divina. A criatura depende da vontade toda poderosa do Criador, ordena-se no tempo em função da eternidade divina à qual se juntará pagando o preço da renúncia à vontade própria.

O humanismo renascentista recusa a alienação teológica e vai reabilitar o ser humano do classicismo helénico. O determinismo da predestinação teológica dá lugar à iniciativa do indivíduo capaz de assumir a responsabilidade do mundo e de se moldar segundo as exigências das suas próprias aspirações. A Reforma, nas suas intenções mais básicas, exprime o desejo de autonomia do homem religioso que anseia por se libertar das autoridades hierárquicas e das construções conceptuais da escolástica — o indivíduo afirma então a vontade de um contacto directo com o Deus da Revelação.

O homem dos séculos XVII/XVIII perde a consistência substancial que forma o tipo humano da era precedente. David Hume, por exemplo, nega a ideia da substância, arruinando o esforço imenso da metafísica clássica edificada por Descartes, Spinoza e Leibniz⁹. Antes dele, também Locke no seu *Essay Concerning Human Understanding* (1690) resolve os fundamentos de toda a ontologia graças à crítica sobre os princípios do conhecimento. Este pensador compara o espírito humano a uma página branca e define-o como o local de

⁹ HUME, David — *A Treatise of Human Nature, The Philosophical Works*, vol. I, ed. by T. H. Green & T. H. Grose, Scientia Verlag Aalen, 1964.

inscrição e agrupamento de informações vindas do exterior. Não beneficiando da virtude de um acesso directo à divindade, a consciência não é mais do que um reportório de dados a partir dos quais se constitui uma ordem decalcada das realidades exteriores. O homem submete-se à lei das coisas sem encontrar em si mesmo um princípio justificativo — a identidade pessoal reduz-se a um coeficiente de apropriação afectando as diversas sensações. A partir deste grau zero do conhecimento construir-se-á, no espírito receptor, todo o edifício do saber. O mundo exterior opõe-se ao sentido interior, à actividade autónoma do espírito. Ditada pela evidência dos próprios factos, a presença no mundo possui um direito de prioridade sobre a presença perante si mesmo. Movimentando-se de fora para dentro, a verdade inscreve na superfície reflectora da consciência o encadeamento dos fenómenos — esta tornar-se-á pois o espelho ou reflexo da realidade.

Esta des-estabilidade ontológica priva o sujeito do discurso do seu estatuto privilegiado, despoja-o de consistência e coerência (ele é sujeito de uma verdade que não lhe pertence).

Para Hume, a geografia mental organiza o território da consciência segundo as leis da associação das ideias — quase uma transposição para o plano interno do sistema newtoniano da atracção entre os fenómenos físicos. Segundo Newton, a atracção é apenas uma palavra que não deve dissimular a ignorância acerca da natureza intrínseca e do porquê da ordem das coisas. De forma idêntica o sujeito, substracto da associação das ideias, permanece desconhecido, mera designação sem pôr em causa qualquer essência:

«For my part, when I enter most intimately into what I call *myself*, I always stumble on some particular perception or other, of heat or cold, light or shade, love or hatred, pain or pleasure. I never can catch *myself* at any time without a perception, and never can observe anything but the perception. When my perceptions are remov'd for any time, as by sound sleep; so long am I insensible of *myself*, and may truly be said not to exist»¹⁰.

Desprovida do seu enquadramento ontológico, a individualidade surge a si mesma como problemática — procura então na ordem das

¹⁰ *Idem*, vol. I, Book I, Part IV, sect. VI, p. 534.

coisas os princípios da sua própria inteligibilidade. A nova consciência de si cultiva as certezas modestas e esquece os horizontes quiméricos da subjectividade.

De uma forma muito generalizante, para Locke, Lessing, Montesquieu, Voltaire, Kant, o objectivo primordial da educação individual e colectiva é reduzir a pessoa e toda a humanidade à razão. Este pressuposto de totalidade ambiciona submeter o conjunto de pensamentos, comportamentos e fenómenos à obediência de uma norma unitária. Daí o fascínio exercido pela síntese newtoniana no domínio particular da maioria das propostas teóricas: enciclopédia, cosmopolitismo, ciência da natureza ou do homem, psicologia, história, legislações, entre outras áreas, reflectem este desejo de uma verdade totalmente, visam pois a universalidade na uniformidade.

Uma vez desenhado o axioma do espaço mental, restará à disposição do espírito humano um terreno unificado em relação ao qual ele será simultaneamente parte integrante e juiz. A esperança baconiana, que apelava para que o homem se tornasse mestre e possuidor da natureza, organizando-se em seu proveito, torna-se a palavra de ordem do século XVIII. A grande diminuição da individualidade, teoria formulada por Locke e Hume, constitui portanto o triunfo da época: todo o obstáculo à exigência newtoniana da universalidade é considerado um impedimento à própria verdade. O Eu do homem clássico está mais seguro das coisas e da sua ordem do que de si próprio.

É significativo na época o gosto pela gramática geral que, ligada ao tema da língua universal, se coordena com a preocupação em unificar toda a humanidade. O sujeito humano identifica-se com o sujeito gramatical do universo do discurso. A língua é pois um vasto sistema composto por mecanismos racionalmente organizados que dispõem a sua autoridade a todos os membros das comunidades linguísticas constituintes da própria humanidade — o sujeito é, por outro lado, mero utilizador ocasional de uma palavra que não lhe pertence.

De uma maneira geral, na curva do século, é o próprio saber que muda e sofre uma alteração irreparável como modo de ser prévio entre o sujeito que conhece e o objecto do conhecimento. O quadro das representações deixa de ser o lugar de todas as ordens possíveis, a forma de distribuição de todos os seres na sua individualidade singular. As semelhanças que desprende e expõe são efeitos de organizações ou sistemas que residem muito para além do visível. À película de superfície que se oferece ao olhar opõe-se a profundidade das

forças ocultas da origem, da causalidade e da história. Assim, fortemente unidas, divididas ou emaranhadas, as coisas virão à representação do fundo desta espessura recolhida em si mesma.

A identidade romântica nasce de uma objecção de consciência afirmada já em meados do século XVIII. Assim, a mutação de verdades e valores pronuncia-se, por exemplo, em *Characteristics* de Shaftesbury (1711), nos esboços do *Sturm und Drang* alemão, em *Julie e Confessions* de Rousseau. Ao empirismo triunfante vai opor-se a elevação do sentido íntimo.

A partir da sua explosão germânica (com a publicação de *Athenaeum* dos irmãos Schlegel — 1798/1800) o movimento romântico prima por conceder ao eu o lugar de honra. A tradição cristã do eu submetido às exigências da humildade e o universalismo clássico neutralizaram a primeira pessoa — agora, e através de um processo de total inversão de valores, ele advém o fulcro de toda a verdade. Esta não pode ser instituída apenas pelo espaço do exterior:

«Nichts ist mehr Bedürfnis der Zeit als ein geistiges Gegengewicht gegen die Revolution und den Despotismus, welchen sie durch die Zusammendrängung des höchsten weltlichen Interesse über die Geister ausübt. Wo sollen wir dieses Gegengewicht suchen und finden? Die Antwort ist nicht schwer; unstreitig in uns, und wer da das Zentrum der Menschheit ergriffen hat, der wird ebenda zugleich auch den Mittelpunkt der modernen Bildung und die Harmonie aller bis jetzt abgesonderten und streitenden Wissenschaften und Künste gefunden haben»¹¹.

Este propósito confia ao indivíduo a tarefa de equilibrar a ordem do mundo: a individualidade já não é o círculo cuja circunferência se desenha um pouco por todo o lado e o centro se afigura imperceptível. Em lugar de se submeter passivamente à ordem física e moral instituída pela humanidade, ela constitui o ponto de origem de uma verdade que assume.

O estado radical de receptividade passiva não resiste pois ao decurso do tempo: a possibilidade de um conhecimento sensível

¹¹ SCHLEGEL, August Wilhelm & Friedrich — «Ideen», § 41, *Athenaeum*, Neu Herausgegeben von Fritz Baader, Berlin SW. 61, Pan-Verlag, p. 132.

pressupõe uma complexa coordenação neurobiológica que, por sua vez, desencadeia o especializado trabalho dos órgãos sensoriais. O ouvido, a vista, o tacto e o olfacto combinam os dados do exterior de maneira a formar o quadro geral da actividade sensível — esta permitirá pois ao homem situar-se no seio da realidade. Assim, antes de constituir a ordem no mundo há que descobri-la no próprio homem segundo a estrutura coordenadora dos dados sensoriais — tal é a noção dominante das consciências teóricas neste ponto de viragem das mentalidades.

As impressões dos sentidos, odores, cores e formas não são as únicas a testemunhar a interioridade do eu. Uma simples flor não se reduz apenas a um conjunto de informações sensoriais — escolhida pela sua qualidade estética, ela pode enunciar uma mensagem de simpatia, tomar o valor de símbolo, assegurar uma função comunicativa de um ser a outro. Juntamente com os objectos materiais, o conjunto de valores daí resultantes conferem à vida a sua cor, calor, tristeza. As percepções, reduzidas à sua materialidade literal, alinham-se num segundo plano, por detrás das experiências imaginativas do sujeito.

O Eu romântico não é um vazio mas sim uma presença onde a vida pessoal se concentra densamente. Enquanto a era precedente transfere de dentro para fora o paradigma da verdade, esta nova consciência opera o movimento inverso: insistência nos dados do sentido mais íntimo. Este conhecimento de si sobre si possui uma prioridade ontológica sobre todo o saber respeitante ao mundo exterior.

A experiência directa como ponto de partida do saber tem lugar todas as vezes que o Eu deixa de ser objecto de si mesmo: trata-se de uma intuição afirmada quando o Eu que se contempla se identifica com o objecto contemplado. Nesse instantes, a noção de tempo desaparece — não é o Eu que se situa no tempo, mas sim este, ou a própria eternidade absoluta que se aloja no Eu. Nesta via, o Eu ontológico propõe ao homem o mistério de uma presença que, bem longe de se submeter à lei do mundo, impõe a este a sua própria lei. Esta intuição equivale à viagem rumo à origem da verdade descrita, por exemplo, por Novalis:

«Mich führt alles in mich selbst zurück»¹².

¹² NOVALIS — «Die Lehrlinge zu Sais», *Werke in einem Band*, Hamburg, Hoffmann und Campe Verlag, 1966, pp. 101-131.

A aventura essencial do Eu não consiste numa dispersão pelos caminhos do mundo mas antes na busca pelo espaço do interior:

«Die innre Welt ist gleichsam mehr mein als die äussre. Sie ist so innig, so heimlich — Man möchte ganz in ihr leben — Sie ist so vaterländisch. Schade, dass sie so traumhaft, so ungewiss ist. Muss denn gerade das Beste, das Wahrste so scheinbar — und das Scheinbare so wahr aussehen?

Was ausser mir ist, ist gerade in mir, ist mein — und umgekehrt ¹³.

Laboratório central de todas as significações, o Eu romântico não se arruma no mero subjectivismo das margens da realidade humana — basicamente, a inspiração romântica pretende submeter a si a totalidade do real. Esta nova qualidade de ser indivíduo não se reduz pois à mera consciência dum sujeito — em lugar do Eu empírico flutuando no vazio, este anuncia a si mesmo o desejo de um novo começo.

A identidade cristã da alma falível, comprometida por uma predestinação à qual não consegue escapar parece ter perdido todo o seu vigor na era clássica. Ora, o romantismo vai reabilitar o sujeito substancial — a verdade pronuncia-se em primeira pessoa. A experiência do Eu não é a de um ponto sem substância; o acesso à ontologia não se resume a um simples contacto de si a si, página branca aberta, não às inscrições do exterior, mas sim às impressões do interior. Liberto da anestesia que pesava sobre si, o sentido íntimo propõe a cada indivíduo a possibilidade do conhecimento de si mas no caminho de uma peregrinação às fontes da verdade.

À conformidade clássica, a consciência romântica vai opor uma iniciativa de ruptura — a virtude da originalidade inicia a própria diferença. Enraizado no tempo, situado no espaço, o Eu descobre a diferença específica alojada nos dados do real. No mesmo instante em que se afirma «eu sou um eu» surge a consciencialização do fim e do começo existenciais. Esta limitação face à riqueza do sentido, insuficiência no seio do ilimitado, define o carácter da realidade humana romântica.

¹³ NOVALIS — «Fragmente — Über die Innere Welt», *idem*, p. 403.

OS CAMINHOS DA PERCEÇÃO POÉTICA

A afirmação oitocentista, reacção de defesa da individualidade, descobre-se prisioneira do universo do discurso racional — pondo em causa o inconsciente, mobiliza todas as fontes da afectividade, assume enfim uma pluralidade de dimensões no relevo de uma existência em tensão e não em extensão. A descoberta de si afirma-se como um movimento a realizar no sentido de distinguir o que, no seu próprio ser lhe pertence do que lhe é imposto pelo meio ambiente.

Nascer e renascer no seio de si mesmo implica uma experiência contrastada — perceber a revelação da infinidade do tempo e da finitude da existência é descobrir o devir do sujeito, dissecar a sua mais profunda essência:

«Es gibt keine Selbstkenntnis als die historische. Niemand weiss, was er ist, wer nicht weiss, was seine Genossen sind, vor allen der höchste Genosse des Bundes, der Meister der Meister, der Genius des Zeitalters»¹⁴.

Enquanto para a mentalidade clássica o grande eixo do progresso civilizacional se constitui na aplicação das exigências racionais do entendimento, num movimento regulado, o sentido histórico romântico restitui à marcha do tempo o seu carácter humano, os seus acasos.

*

* *

II.

Colocar historicamente a obra de Clare e inseri-la em consequência no plano das tradições poéticas inglesas constitui uma tarefa por demais ambiciosa e que tem suscitado controvérsia crítica. Aproveitar-se-ão assim nesta breve abordagem apenas algumas opiniões, pontos de partida para um alargamento final do posicionamento crítico de Clare.

Para Massingham, por exemplo, Clare situa-se na esteira das tradições vindas do séc. XVII:

«Clare does indeed moralize, and frequently, not in the manner of his contemporaries, nor of the eighteenth century, but, surprising as it sounds, of the seventeenth (...) dropping the

¹⁴ SCHLEGEL, Friedrich — «Ideen» § 139, *op. cit.*, pp. 151-2.

metaphysics, there is more than a stray reminder of the lyrical quietism of Marvell and Bishop King...»¹⁵.

Para John Barrell, o poeta deve ser encarado, não como um romântico mas como um seguidor de Thomson, Bloomfield, entre outros poetas setecentistas:

«Clare is not to be read primarily as a Romantic poet, but as writing in a tradition stemming from Thomson through Bloomfield, as competing therefore for the neo-classical laurels of «English Theocritus», stakes that Wordsworth and Coleridge, Keats and Shelley, were not entered for»¹⁶.

No estudo *A Relish for Eternity* Crossan considera John Clare plenamente filiado aos ideais e formas setecentistas:

«my own study has convinced me of his enormous indebtedness to eighteenth century ideas, if not so much to eighteenth century forms»¹⁷.

Robert Shaw desenha o percurso evolutivo da obra do poeta desde o que designa serem os seus primórdios clássicos até à fase final como romântico:

«Beginning as an Augustan pasticheur, maturing as a classicist — of a peculiarly original turn but still a classical one, Clare's final art was Romantic»¹⁸.

Num conhecido comentário incluído em *The Visionary Company*, Harold Bloom classifica Clare como a sombra de Wordsworth:

«Clare does not imitate Wordsworth and Coleridge. He either borrows directly, or else works on exactly parallel lines, intersected by the huge Wordsworthian shadow»¹⁹.

¹⁵ STOREY, Mark Clare (ed.) — «H. J. Massingham on Clare's Uniqueness (1921)», *Clare-The Critical Heritage*, London and Boston, Routledge and Kegan Paul, 1973, pp. 325-28.

¹⁶ BARRELL, John — *Op. cit.*, pp. 131-2.

¹⁷ CROSSAN, Greg — *A Relish for Eternity: the process of divinization in the poetry of John Clare*, Salzburg, Universität Salzburg, 1976, p. XIV.

¹⁸ STOREY, Mark (ed.) — *Op. cit.*, p. 439.

¹⁹ BLOOM, Harold — *The Visionary Company, A Reading of English Romantic Poetry*, Cornell University Press, 1971, p. 445.

Bem pelo contrário, Robert Lynd encontra, na preferência de Clare pela afirmação pura do facto e do objecto, um traço próprio dos poetas do séc. XX:

«Clare, indeed, is more like a twentieth-century than an eighteenth-century poet. He is almost more like a twentieth-century than a nineteenth-century poet. He is neo-Georgian in his preference for the fact in itself rather than the image or phrase»²⁰.

De certa forma torna-se injusto enumerar todos estes excertos for dos contextos de argumentação dos quais fazem parte. No entanto, algo se poderá desde já concluir: no panorama crítico existe uma enorme falta de consenso quanto à colocação histórica da obra de Clare.

Segundo estas opiniões, o centro da sua poesia localiza-se em qualquer de quatro séculos e, se se considerar o facto de o poeta ter escrito um certo número de imitações das produções isabelinas poder-se-ia então incluir também o séc. XVI. Esta variedade de juízos críticos reflecte o número de influências literárias às quais o poeta se expôs. Independentemente da discussão em torno da veracidade destas afirmações, convirá talvez, por um lado delimitar um pouco mais os contornos que a definem, por outro evitar enquadrá-la apenas num único período.

Uma vez efectuada a síntese da mutação do saber na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, dir-se-á que a configuração geral do seu percurso poético reflecte a tensão existente entre dois impulsos culturais opostos a designar de clássico e romântico²¹. Da sua obra emerge, com especial proeminência, o facto de a apreensão de um mundo de estrutura e significado absolutos ficar a dada altura abalado por um novo espírito onde prevalecem códigos não necessariamente acessíveis. Em termos sociais e económicos, essa erosão assume uma forma especial na *enclosure* das terras de Helpston: trata-se da destruição de uma paisagem e implicitamente das certezas morais e emocionais nela corporizadas.

²⁰ STOREY, Mark (ed.) — *Op. cit.*, p. 341.

²¹ Entender-se-á, evidentemente, esta oposição, não numa ordem cronológica mas sim tipológica.

No entanto, a sua poesia testemunha outras mudanças: na tensão entre a actualidade e memória, o apego ao lar e o desenraizamento, a autenticidade do real objectivo e as variações do interior do eu, a sua obra reflecte também a mudança decisiva operada na sensibilidade comumente designada de revolução romântica.

Muitos estudos se têm realizado em torno das noções de clássico e romântico. A. O. Lovejoy aponta, no conhecido ensaio «On The Discrimination of Romanticisms» a falta de homogeneidade e de um denominador comum no seio das próprias palavras romântico e romantismo:

«The word romantic has come to mean so many things that, by itself, it means nothing»²².

Para Lovejoy é então possível discernir nas expressões complexas da sensibilidade dita romântica, não um único, mas sim uma variedade de romantismos distintos e muitas vezes opostos na sua natureza.

O significado dos termos, não sendo absoluto, é pelo menos suficientemente seguro para servir de base às elaborações críticas: será talvez possível falar da existência de características comuns no terreno imaginativo do final do séc. XVIII princípios do séc. XIX, de um sentido de partilha de propósitos e respostas em diferentes poetas.

Mencionar a tensão existente entre os termos clássico e romântico serve, neste contexto, apenas para compreender o posicionamento da obra de Clare no seio das tradições poéticas na época convergentes: porque, em primeiro lugar, estes elementos ou atitudes assumem um cariz individual e também doutrinal especialmente evidente na tentativa de compreender a sua poesia à luz, por exemplo, das criações dos seus precededores setecentistas²³.

A tendência de considerar as paisagens naturais em termos de um esboço definido e de uma perspectiva controlada, de acentuar a validade do geral em detrimento do particular, de organizar e rela-

²² LOVEJOY, A. O. — «On the Discrimination of Romanticisms», *English Romantic Poets, Modern Essays in Criticism*, ed. by M. H. Abrams, London, Oxford, New York, O.U.P., 1975, p. 6.

²³ Vide BARRELL, John — *Op. cit.*, cap. I, pp. 1-64.

cionar todos os fenómenos numa estrutura hierárquica são alguns dos aspectos coincidentes com os modos de ver augustanos que ocorrem na sua obra não sistemática mas ocasionalmente. Não é possível detectar um sistema de correspondências entre os reinos físico, moral e espiritual e, a paisagem não é concebida em termos de um esboço demasiado rigoroso — para um certo número de poetas setecentistas, estes são traços inseparáveis do prazer sentido na contemplação da natureza.

Veja-se como, a influência de um conhecimento adquirido — por exemplo o debate entre o geral e o particular — resulta muitas vezes numa atitude paradoxal:

«...but nature is the same here at Helpstone as it is elsewhere»²⁴.

«Describe the feelings of a rhyming peasant strongly or locally enough»²⁵.

Urge desde já esclarecer não existir neste apontamento qualquer intenção de minimizar a influência exercida pelos poetas do séc. XVIII em Clare. John Barrell, por exemplo, analisa o modo como o poeta busca inspiração em Thomson, Cowper, Collins e Goldsmith referindo mesmo o facto de Clare os ter utilizado numa imitação directa. No entanto, o acto de imitar não se dá necessariamente num processo de reencarnação plena dos modos de ver expressos no modelo. Se se pensar na noção de clássico, não em termos das estruturas de pensamento prevalentes num período específico, mas sim em relação a um determinado estado de espírito, o classicismo de Clare pode residir na corporização poética de um mundo de significações descobertas, fixas, acessíveis.

Seguindo este ponto de vista, muitos aspectos do primeiro modo perceptivo são clássicos no seu impulso básico. Este reflecte

²⁴ «To Chauncy Hare Townshend, May 1820», *The Letters of John Clare*, ed. by J. W. & A. Tibble, London, Routledge & Kegan Paul, 1951, p. 48.

²⁵ CLARE, John — «Shadows of Taste», *Selected Poems & Prose of John Clare*, ed. by E. Robinson & C. Summerfield, Oxford, New York, O.U.P., 1982, p. 115.

pois a crença na realidade do sentido pleno: a noção de que os objectos físicos são invioláveis e podem comunicar o seu significado sem mediação, o facto de se suprirem as reivindicações do eu, a busca de um conhecimento do mundo real de acordo com padrões consistentes.

Convém no entanto ressaltar dois importantes aspectos ligados a este modo de compreensão: em primeiro lugar assenta numa cultura rural, num reconhecimento firme de actividade e repostas humanas que, pouco mudando de geração em geração, estão profundamente moldadas pela terra e carácter cíclico das estações. Esta atitude foca as experiências centrais do trabalho e amor nas canções, baladas e em poemas como «The Shepherd's Calendar».

Em segundo lugar, este tipo de compreensão parece persistir bem para além das condições culturais de então: trinta anos após a *enclosure* de Helpston que marca, para Clare, o primeiro e decisivo acto de erosão do conhecimento, o poeta é ainda capaz de recuperar nas canções do seu segundo internamento em Northampton, o corpo de valores colectivos directamente relacionados com esse acto.

Assim, e não pretendendo aqui apenas um pretexto justificativo da mudança, o facto de esta espécie de compreensão se situar longe das condições da experiência aponta para o outro centro de gravidade da sua obra: o romântico, ligado por sua vez ao segundo estádio perceptivo.

Neste contexto o sentido já não é acessível e total, mas sim fragmentado, passível de ser apreendido em breves momentos de captação privilegiada. Os reinos afirmativos da experiência são substituídos pelos subjectivos. A tentativa de aproximar o objecto do eu resulta num movimento reflexo da consciência que descobre já não poder perceber o objecto — os fenómenos externos perdem o contorno e definição.

Gera-se então uma espécie de abismo no qual o eu cai numa tentativa vã de repossuir o objecto já há muito percebido como tal. A correlação acima expressa entre a interioridade da consciência e um abismo caótico aponta para o dilema da percepção vivido por alguns românticos e articulado igualmente nos poemas da última fase de Clare.

A consciencialização é um acto ambíguo — por um lado, o estado inicial de um percurso rumo a uma visão transcendente, por outro um dado do qual a imaginação não se pode libertar. Em «I am»,

«I feel I am», «An Invite to Eternity», poemas que cristalizam o medo do solipsismo e da incapacidade de reter uma percepção firme do objecto em si, os contornos são indeterminados, a terra e o reino da introspecção definem-se pelo vazio:

«a living sea of waking dreams
where there is neither sense of life or joys»²⁶.

Para Janet Todd, por exemplo, a imagem do abismo, sem dúvida proeminente na poesia da última fase, tem as suas origens em experiências anteriores. Na aniquilação dos objectos naturais existentes na paisagem de Helpston aquando da *enclosure*, na ausência de Mary Joyce, na partida de Helpston rumo ao mundo desconhecido de Northborough e mais tarde Northampton, reside para Janet Todd, o característico medo romântico: a queda do Paraíso simbolizada na queda do mundo dos objectos vitais. A redenção surgirá apenas quando sujeito e objecto existirem, não em dualismo, mas sim em interpenetração ou, a partir do momento em que a visão de um todo espiritual transcenda as noções de sujeito e objecto²⁷.

A relação problemática entre estes dois últimos elementos associa-se frequentemente a uma outra: o tempo. Nos primeiros poemas de Clare, este tema é quase sempre focado em termos de confirmação da experiência e exteriorizado nos ritmos do ciclo natural. No entanto, mesmo neste período, a *enclosure* de Helpston assume um significado temporal e espacial distinto: a destruição de uma paisagem conhecida envolve uma idêntica destruição de um panorama seguro do passado. Na abordagem deste tema, John Barrell afirma então não surgir por um simples acaso a relação entre Helpston anterior à *enclosure* e a ideia de uma infância edénica ou a paisagem pós *enclosure* e as degenerações do estado adulto²⁸.

²⁶ CLARE, John — «The Knight Transcripts», *The Later Poems of John Clare*, ed. by E. Robinson & G. Summerfield, Manchester, Manchester University Press, 1964, p. 171.

²⁷ TODD, Janet — *In Adam's Garden: a study of John Clare's pre-asylum poetry*, Gainesville, University of Florida Press, 1973, pp. 28-51.

²⁸ BARRELL, John — *Op. cit.*, pp. 110-15.

Durante os anos 20 e mesmo 30, o sentido histórico ou, se quisermos, a colocação do eu no tempo torna-se um tema progressivamente procurado: é então procurado não no seu carácter cíclico ou repetitivo, mas como um processo alterador:

«time has had a hand with me
and left an altered thing»²⁹.

«A sterner power with time intrudes,
Shall waken all to fear and praise»³⁰.

Tudo o que resta é um presente para o qual a vitalidade do passado inevitavelmente transformada:

«Where'er the present leads us, there we spy
The past in mourning; how can memory die
Where every foot we set or look we give
Meets some crushed memory that hath ceased to live?»³¹.

Fica a crença na indelebilidade de certos fenómenos impressos na mente, num presente corporizando em si, com detalhe único, cada hora do passado a recuperar numa descida ainda mais profunda na consciência individual.

Urge pois responder à necessidade de definir as diversas formas de percepção, os modos de ver e conhecer o mundo patentes na sua criação poética. Assim, temas comumente estudados como a preocupação com o mundo natural, o amor, a crise de identidade, entre outros, terão essencialmente de ser revistos em função de determinados padrões perceptivos. Estes vão então assumir formas bem diversas: desde a primordial relação entre sujeito e objecto, até ao conhecimento particular e geral como meio de validação da própria experiência e mesmo à ocasional mas necessária abordagem do papel da linguagem enquanto agente de expressão, mediador com a realidade.

²⁹ CLARE, John — «To the Cowslip», *The Poems of John Clare*, vol. I, ed. by J. W. Tibble, London, New York, Dent, Dutton, 1935, II, v. 3-4, p. 352.

³⁰ CLARE, John — «The Calm», *idem*, p. 416.

³¹ CLARE, John — «Fragments», *The Poems of John Clare*, vol. II, ed. by J. W. Tibble, London, New York, Dent, Dutton, 1935, p. 66.

III.

Dua formas de percepção opostas ou dois modos de compreensão distintos definem, na sua natureza essencial, o panorama imaginativo do poeta.

O primeiro pode muito genericamente ser caracterizado como compreendendo um contexto de conhecimento estável, completo. Neste estado, o acto de percepção torna-se imediatamente de localização, colocando a experiência dentro de um meio físico e emocional bem definido. Este encontra-se, na maior parte das vezes preenchido de uma plenitude de objectos imediatamente acessíveis aos sentidos — a sua realidade intrínseca limita-se à constituição de um fenómeno tangível. Vê-los, ouvi-los, tocá-los, sentir a sua presença viva é, para o eu poético o meio de validação da autenticidade do acto perceptivo.

Para além do âmbito significativo de noções como variação, devir e história, num sentido bem lato, o mundo de mudança objectifica-se nos ritmos inteligíveis do ciclo natural. Mais do que no tempo, os objectos de conhecimento dimensionam-se no espaço, existem no presente localizado do aqui e agora. No reino totalizado, auto-suficiente e desenhado segundo parâmetros conhecidos, as coisa captadas corroboram a existência do eu perceptivo.

No plano imaginativo, este tipo de compreensão tende a fazer avançar para primeiro plano e distribuir uniformemente todos os pormenores e valores no poema. A força da afirmação literal da palavra reflecte-se numa construção rítmica contínua, regular, numa estrutura composta por um fluxo ininterrupto de detalhes que parecem evitar qualquer impulso:

«I found the poems in the fields,
And only wrote them down»³².

Esta afirmação define, num misto de simplicidade e perspicácia, uma visão poética coerente baseada numa reprodução quase primitiva de tudo o que é visto e ouvido. Ao entrar no poema, o mundo dos fenómenos não é alterado — antes retém a sua clareza original, a sua

³² «Sighing for Retirement», *Poem's of John Clare's Madness*, ed. by Geoffrey Grigson, London, Routledge & Kegan Paul, 1949, p. 57.

totalidade significativa relevando a presença pura do objecto. O poema vai prolongar e não mediar a captação inicial em linguagem.

«As to the poetical Character itself (I mean that sort of which, if I am any thing, I am a member; that sort distinguished from the wordsworthian or egotistical sublime...) It has no character — it enjoys light and shade (...) What shocks the virtuous philosopher delights the camelion Poet»³³.

Nesta carta, dirigida a Richard Woodhouse em Outubro de 1818, Keats formula a sua célebre distinção entre duas espécies de actividade imaginativa: na primeira (*wordsworthian or egotistical sublime*) os objectos de percepção estão tão intimamente ligados à personalidade poética que se tornam uma função imaginativa. Na segunda (*camelion Poet*) a subjectividade do poeta fica anulada: ele conhece-se apenas no limite dos objectos de percepção.

Esta é a importância dada por Clare ao poder único do objecto — ver algo significa observar o mais ínfimo detalhe, destacar todas as particularidades. Conhecer os objectos naturais não é considerar as características que eles partilham com outros, mas sim individualizar a sua especificidade única:

«I marked the varied colors in flat spreading fields
checkerd with closes of different tinted grain like the colors
in a map the copper tinted colors of clover in blossom the sun
tand green of the ripening hay the lighter hues of wheat and
barley intermixd with the sunny glare of the yellow c[h]arlock
and the sunset imitation of the scarlet head aches with the blue
corn bottles crowding their splendid colors in large sheets over
the lands (...)»³⁴.

A perspicácia e intensidade do olhar releve as variações de cor nos campos com um pormenor que leva a considerar o acto de ver também um acto de selecção quase caleidoscópico. As particularidades da forma e tonalidade distinguem e localizam os objectos. O olhar

³³ «To Richard Woodhouse, Oct. 1818», *Selected Poems & Letters of Keats*, ed. by Robert Gittings, London, Heinemann, 1982.

³⁴ «Autobiographical Fragments», *John Clare's Autobiographical Writings*, ed. by Eric Robinson, Oxford, O.U.P., 1983, pp. 29-152.

move-se em direcção às coisas no sentido de descobrir, nas suas configurações individuais, a única e autêntica fonte de conhecimento.

Na tentativa de definir a espécie de impulso imaginativo ressaltam, contudo, algumas diferenças. Se para Keats a posse absoluta das reivindicações do objecto constitui uma meta a atingir, o ponto de partida situa-se, no entanto, bem no seio do próprio eu. Assim, ver o objecto na sua plenitude requer uma concentração total do olhar que, só então, tem a capacidade de conhecer a coisa em si. Quando este estado de percepção é atingido, é também desenhado em termos de intensidade e milagre — a aplicação do impulso rumo ao extâse da mais elevada captação:

«Away! Away! for I will fly to thee,
Not charioted by Bacchus and his pards,
But on the viewless wings of Poesy,
Though the dull brain perplexes and retards: (...)

«Forlorn! the very word is like a bell
To toll me back from thee to my sole self!
(...)»³⁵

O que ressalta deste tipo de compreensão do objecto é simultaneamente a novidade e efemeridade do conhecimento atingido. Com toda a força perceptiva, o rouxinol torna-se revelação: mas esta descoberta é transitória dado que a ode imediatamente retoma as construções do eu («sole self» VIII, 2).

Contudo, no modo perceptivo desenvolvido por Clare, as exigências do objecto são satisfeitas diferentemente. Assim, conhecer as coisas naturais não constitui, nem uma meta a atingir, nem um estado de extâse fruto de uma elevada captação. Os objectos, por sua vez, não sobressaem pela novidade nem ameaçam a imaginação através do carácter distinto das suas particularidades.

Pelo contrário, o objecto é a premissa, ou seja, a condição demonstrável de uma percepção comum: existe aqui e agora, auto-suficiente, assume uma presença independente. Elemento resistente, o objecto não chega a ser um referente uma vez que o eu perceptivo

³⁵ KEATS, John — «Ode to a Nightingale», IV, *op. cit.*, p. 125.

suprime quase por inteiro a sua própria função. No excerto acima citado, Clare refere-se aos objectos da natureza usando as palavras *rapture*, *adoration* e *love*. No entanto, tal modo de apreensão não origina atitudes de extâse e encantamento (joy): enquanto para Keats esse é um momento intensamente vivido, para Clare conhecer o objecto natural é algo instintivo e inevitável.

«In vain, through every changeful year,
Did Nature lead him as before;
A primrose by a river's brim
A yellow primrose was to him,
And it was nothing more»³⁶.

Enquanto neste pequeno excerto de «Peter Bell» de Wordsworth o objecto assume um carácter de excepção, para Clare, pelo contrário, todo o valor reside numa presença pura e comum de um objecto que apenas pela sua autoridade se reveste de um significado central.

O segundo estágio ou modo de percepção presente na poesia de Clare opõe-se radicalmente a este. Assim, de uma maneira geral, o contexto da sensação é minado por uma quase incapacidade, ou melhor, recusa em discernir os detalhes da paisagem física e mesmo emocional. Consequentemente os objectos já não a povoam: em alguns casos desapareceram por completo deixando lacunas, noutros sobrevivem vendo contudo as suas particularidades ameaçadas pelo perigo do isolamento.

O questionar permanente do que é real, do que é o ser revela apenas a variabilidade de todos os fenómenos pois o eu continua a procurar, mas agora em vão, as coisas conhecidas.

Antes de mais, o reconhecimento e consciencialização do devir histórico domina este modo de apreensão: este processo manifesta-se na abordagem de objectos naturais fluidos, não fixos, e na tentativa de cristalizar a experiência inevitavelmente integrada no fluxo temporal, através da noção de um momento privilegiado. O acto perceptivo concretiza-se, não na exactidão do espaço, mas na insegurança do tempo. O mundo da mudança já não é exteriorizado no ciclo

³⁶ WORDSWORTH, William — «Peter Bell», part first, v. 246-50. *Poetical Works*, ed. by T. Hutchinson & E. Selincourt, Oxford, O.U.P., 1984, p. 190.

natural — antes se move imprevisivelmente pelas realidades externa e interna.

Por sua vez, esta espécie de apreensão traduz-se numa poesia de diferentes estratos perceptivos, alterações constantes de atenção entre um primeiro e um segundo plano, centro e periferia. A ênfase é posta especialmente em suspensões e descontinuidades no processo de captação, movimentos repentinos rumo à intensidade e climax.

A resolução torna-se uma meta a alcançar. De forma idêntica, o valor já não é distribuído uniformemente — certas palavras e imagens assumem significações diferentes (*to be, love, Mary*). A metáfora ofusca agora o carácter literal da afirmação poética — o acto da escrita é, não uma extensão, mas sim um confronto com a experiência. A linguagem não prolonga — antes interrompe a realidade. Num acto de captação plena, o eu assimila então de tal forma o mundo circundante que este perde a sua essência exterior. Neste processo, a percepção cria uma nova versão do reino assimilado. No primeiro estágio, atrás referido, o carácter absoluto ou a inocência do objecto não surge ameaçado pela captação. Apenas esta segundo atitude a vê como um jogo incerto de ganho e perda.

Em resumo, entre estes dois estádios estabelecem-se diferenças construídas em torno de uma mudança do centro de preocupações do objecto para o eu, da coisa para a palavra, do espaço para o tempo.

Dada a íntima dependência entre o âmbito temático e a evolução cronológica da carreira de Clare urge talvez esclarecer neste momento a relação existente entre os dois modos de compreensão e o desenvolvimento poético.

À primeira vista, toda a sua carreira parece poder ser interpretada em termos de um movimento gradual do primeiro para o segundo estágio de percepção. Na poesia compreendida entre 1809 e os últimos anos 20 a experiência poética é fruto de um conhecimento seguro e absoluto das coisas circundantes. Durante os anos 30 esta estabilidade é progressivamente abalada até que, durante o segundo internamento, pouco mais resta para além de uma visão deslocada, desenraizada.

De facto, o desenvolvimento imaginativo não surge de forma tão linear — antes é permeado de excepções que, nem por isso invalidam o tipo de abordagem aqui proposto. Assim, entre os poemas dos anos 40, ocupados com o fluxo do tempo, a memória, a identi-

dade, destacam-se alguns baseados num conhecimento afirmado e seguro da vida natural e humana. Inversamente, no seio do mundo estável da poesia de Helpston irrompem bruscamente visões como «The Dream», «The Nightmare».

Para Spier, entre outros críticos, a mudança de uma poesia de contexto e conhecimento certo para uma outra de incerteza e reencontro não demonstra necessariamente desenvolvimento³⁷. Pelo contrário, aponta esse facto como um modo imaginativo estático, previamente fixado. Temas como o amor, a natureza, o passado são evidentes na poesia de Helpston, Northborough, High Beech, Northampton: por um lado esses tópicos são sempre retomados numa atitude imutável para com as glórias da natureza e a inocência da infância, por outro lado, eles são passíveis de mera variação. Em suma, para esta, entre outras opiniões críticas similares, a poesia de Clare é demasiado e obviamente uniforme, carece de um princípio evolutivo e emocional interior.

Será talvez mais conveniente encontrar na sua poesia a expressão simultânea da mudança e continuidade, do desenvolvimento e repetição. Assim, é possível interpretar certos poemas da última fase como um retorno às origens, um ressurgimento de uma espécie de compreensão demonstrada nas canções e baladas dos primeiros anos de Helpston³⁸. Este aspecto, entre outras preocupações comuns a toda a sua poesia, revela um certo «conservadorismo literário»: ou seja, ele repete não com um sentido singular ou profundo mas apenas para manter um conhecimento completo. A experiência não é construída como algo de extraordinário, inimitável dentro de cada poema ou estrofe — pelo contrário, torna-se acessível. A repetição é realizada quase instintivamente, como reflexo de um conhecimento seguro.

A poesia de Clare está firmemente enraizada no ritmo e entoação da linguagem falada: este impulso lírico vai produzir poemas nos quais a repetição é fundamental como método imaginativo. Para além das consequentes implicações a nível de dimensão temática, esta espécie

³⁷ Vide STOREY, Mark — *Op. cit.*, pp. 384-6.

³⁸ JACKSON, J. R. de J. — *Poetry of the Romantic Period*, The Routledge History of English Poetry, vol. 4, London, Routledge & Kegan Paul, 1985, pp. 289-9.

de processo poético procura acumular a experiência na sua plenitude e recorrência. Este facto não invalida, de forma alguma, uma mudança do âmbito imaginativo rumo ao tempo em detrimento do espaço, à interioridade do eu relegando para último plano o objecto externo.

Entre uma criação poética na qual o sujeito se realiza plenamente, não como fenómeno independente, mas no objecto e uma outra na qual o eu mergulha na sua própria consciência, num estado de quase apercepção, existem diferenças radicais. A energia básica da sua obra reside então nas tensões suscitadas entre a realidade externa e as singularidades internas da mente.

Questionar o ser, pôr em causa a sua colocação no mundo limitado e no ilimitado não domina apenas a mente de John Clare. Outros Românticos — Novalis é um bom exemplo — enriquecem os seus escritos de reflexões semelhantes: o eu encontra-se pois imerso no fluxo das forças criadoras que regem o devir misterioso do Cosmos. A realidade individual encontra-se presa no contexto do momento o que condiciona o seu acesso ao mundo e a si mesmo. Este facto, contudo, não implica que se constitua apenas nesse último estádio da evolução que passou através dela. Cada consciência é, sim, um pequeno núcleo do grande desenho cosmobiológico do qual ela apenas conhece pressentimentos ocultos ao nível dos impulsos instintivos e da emotividade profunda do ser.

Enquanto de uma forma geral o eu das primeiras fases criativas de Clare, paralelamente ao eu clássico, beneficia de uma perfeita possessão de si mesmo, o sujeito das últimas produções, pelo contrário, não é soberano de si nem do universo circundante. Este tipo de de individualidade surge como um local de passagem, espaço aberto sobre infundáveis horizontes cujos apelos provocam tensões contraditórias no terreno do próprio sujeito.

Enquanto o eu clássico se arruma no centro da sua esfera de influência, se estabelece no seio da sua própria finitude, esta nova consciência abre-se a todas as solicitações. Mestre do sentido, ela recusa submeter-se à lei das coisas — não se inscrevendo num espaço-tempo definido, lança-se na desproporção, na desmesura.

A estrutura da personalidade correspondente à última fase constrói-se pois a partir da própria recusa do eu em se identificar, em pôr fim à questionação constante e insolúvel de si. Longe de se afigurar um ponto fixo, esta nova afirmação individual surge como uma zona e fosforecência atravessada por polaridades em conflito — a

conciliação, ponto de convergência de todas as nostalgias, desenha-se bem longe dos horizontes finitos do espaço e do tempo:

«In every language upon earth
On every shore, o'er every sea,
I gave my name immortal birth
And kept my spirit with the free»³⁹

A procura do centro não consiste apenas em definir um ponto no espaço de duas dimensões ou em determinar qualquer figura geométrica. Antes, apresenta-se como uma tarefa ontológica proveniente da tomada de consciência da ausência do centro. A partir do momento em que uma determinada existência pensa em si, reconhece-se em estado de aberração relativamente ao ponto de equilíbrio ideal. O eu não pode desligar-se da realidade global como se existisse em si e para si mesmo. O esforço dirigido rumo ao centro não põe apenas em causa o espaço mental do indivíduo ou a sua identidade. Uma consciência não tem fronteiras definidas — comunica com a totalidade da qual emerge de forma a que o centro em questão é realmente o centro do mundo:

«Poetry is indeed something divine. It si at once the centre and the circumference of knowledge;»⁴⁰.

Em *Metamorphoses du Cercle*, Georges Poulet analisa esta configuração espiritual da consciência romântica — em estado de difusão cósmica, ela está imersa e simultaneamente destaca-se da massa de significações; o centro e o círculo não são entidades geométricas ligadas por uma relação matemática. A todo o momento o eu se encontra envolvido nos confins da exterioridade e interioridade procurando o sentido num espaço ou no outro sem dominar nenhum deles.

³⁹ CLARE, John — «A Vision», *John Clare*, ed. by E. Robinson and D. Powell, The Oxford Authors Series, Oxford, New York, O.U.P., 1984, p. 343.

⁴⁰ SHELLEY, P. B. — «A Defense of Poetry», *English Critical Texts*, Oxford, Clarendon Press, 1985, pp. 225-55.

O matematismo romântico é preenchido por ritmos vitais — o centro exprime em contracção o que o círculo vai exprimir em expansão:

«Si le centre, c'est le Moi, le Moi, c'est-à-dire la conscience humaine, règne sur le cercle. Il ne s'agit plus ici d'un cercle cosmique, où la terre, avec ses créatures, serait située au milieu, et l'empyrée à la circonférence. Il s'agit d'un cercle proprement épistémologue et homocentrique, où la nature est placée à la périphérie, parce qu'elle est l'objet d'une pensée qui, étant essentiellement un centre d'activité et d'investigation, a pour mission de se reconnaître peu a peu en chacune des propriétés du cercle»⁴¹.

A identidade anuncia-se ao eu no momento em que ele confessa a sua incapacidade e pretende ultrapassar os seus limites a fim de conduzir até ao infinito o seu desejo de ser: é precisamente o momento em que todas as contradições e movimentos de dissociação do eu se pretendem dissolver, em nome do princípio da individuação na totalidade:

«Say maiden wilt thou go with me
In this strange death of life to be
To live in death and be the same
Without this life, or home, or name
At once to be, and not to be
That was, and is not — yet to see
Things pass like shadows — and the sky
Above, below, around us lie

The land of shadows wilt thou trace
And lock — nor know each others face
The present mixed with reasons gone
And past, and present all as one
Say maiden can thy life be led
To join the living with the dead
Then trace thy footsteps on with me
We're wed to one eternity»⁴².

⁴¹ POULET, Georges — *Les Métamorphoses du Cercle*, Plon, 1961, p. 146.

⁴² CLARE, John — «An Invite to Eternit», *John Clare*, ed. by E. Robinson and D. Powell, The Oxford Authors Series, Oxford, New York, O.U.P., 1984, p. 351.

IV.

Em Janeiro de 1820, John Clare publica a sua primeira obra poética — *Poems Descriptive of Rural Life and Scenery* — que, em termos de venda, alcança um enorme sucesso. Em pouco mais de um ano é lançado em quatro edições e, por um breve período, John Clare torna-se a grande novidade do panorama literário londrino. No entanto, a opinião crítica geral divide-se nas suas reacções: de generosidade, encorajamento a ataques frontais ou pura perplexidade face à criação poética de um simples camponês de Northamptonshire.

A recepção feita em 1821 ao seu segundo volume — *The Village Minstrel and Other Poems* — não é, de forma alguma, mais eficaz no estabelecimento e na definição de um contexto de resposta crítica. Se alguns artigos focam com subtilidade as implicações de qualidades suas como a 'espontaneidade' ou a fidelidade e apego à terra, muito pouco se avança rumo a uma definição crítica e à busca do lugar de Clare como individualmente política.

Desta forma, e com raras excepções, tanto a escassez na abordagem da sua obra como a consequente falta de valorização, continuaram por toda a sua vida. «*The Shepherd's Calendar*», publicado em 1827, e «*The Rural Muse*», oito anos mais tarde, apenas tiveram a aprovação e o louvor de opiniões críticas dispersas que, pelo seu reduzido número, se afiguraram demasiado fragmentadas para convergirem numa resposta viva e coerente. E, após 1837, o ano da sua entrada no primeiro hospício em High Beech, Epping Forest, o reconhecimento torna-se ainda mais raro, mero olhar de relance, por simpatia ou compaixão, para um poeta infelizmente louco.

Atente-se, contudo, em algumas fases deste percurso: o fenómeno da chamada *peasant poetry* não é de forma alguma novo quando, em 1820, o nome de Clare surge pela primeira vez ante o público. Contudo, a recepção crítica à sua obra, se bem que multifacetada, tem por base atitudes de generosidade face à situação social do poeta — parte da composição crítica está pois implicitamente ligada à sua vida. Em *Prospectus*, o próprio Clare alega este condicionalismo:

«It is hoped that the humble situation which distinguishes their author will be some excuse in their favour; and serve to make an atonement for the many inaccuracies and imperfections that will be found in them»⁴³.

⁴³ STOREY, Mark (ed.) — *Op. cit.*, p. 30.

Uma anotação anónima publicada em *Monthly Magazine* em Março de 1820 refere-se à então recente edição de *Poems Descriptive of Rural Life and Scenery* do seguinte modo:

«Considered as the productions of a common labourer, they are certainly remarkable, and deserving of encouragement and commendation: but, to maintain that they have the smallest pretensions to comparative excellence with the writings of others out of his own sphere, would be ridiculous and unjust, and would be trying them by a poetical law from which they ought to be exempt»⁴⁴.

Uma leitura atenta por alguns excertos críticos contemporâneos ou mesmo imediatamente posteriores a John Clare, faz concluir ser a generosidade a tônica comum no modo de encarar o poeta:

«We most cordially and sincerely hope that Clare will reap a substantial advantage by the publication of this collection, and that he will be placed at once beyond the reach of poverty (...) and his peculiar situation effectually disarms our criticism (...) it must be set down to a cause which is connected with that which in reality forms the principal merit of the poems before us — the circumstances of the write»⁴⁵.

«It is not the kind of poetry to criticize, for it is full of faults, but to read generously and tenderly, remembering the lowly life of Clare, his want of education, his temptations, his struggles, his sorrow and suffering, and his melancholy end»⁴⁶.

Mais recentemente, J. W. e Anne Tibble são acusados, em «The Times Literary Supplement» de 27 de Abril de 1956, de dar continuidade a essa posição de condescendência relativamente à situação do poeta:

«In 1932 Professor and Mrs. Tibble were Georgian about Clare. That has to be admitted. Clare, to his young biographers, was still too much of a leafy nature poet (...) Their biography,

⁴⁴ *Idem*, p. 76.

⁴⁵ *Idem*, «The British Critic — June 1820», p. 103.

⁴⁶ *Idem*, pp. 298-9.

to be critical, was quite obviously uncritical, transcripts were altogether unreliable, and Clare had to survive a confusion of himself with Miss Patience Strong»⁴⁷.

Se estas aproximações, que visam o posicionamento social de Clare, tendem para a benevolência, severos ataques são também dirigidos à temática e corpo principal da sua obra:

«There is not one startling felicity, one concentrated ray, in the whole body of his work. It is clean and delicate, but tiresomely monotonous, and above all, the spirit in it is diluted. (...) «Tootle, tootle, tootle, tee! (...) that is the sum of John Clare's poetry from boyhood to the grave»⁴⁸.

Muito mais se poderia acrescentar neste percurso por alguns excertos críticos — no entanto a respeito destas posições extremo o próprio Clare afirma:

«Criticisms overflowing with milk and honey are as vain as those of the reptile uttering nothing but the venom of gall and bitterness»⁴⁹.

As circunstâncias da vida do poeta que contribuem para esta versatilidade crítica têm sido frequentemente abordadas; plena de incidente, rica em *pathos*, suficientemente distante no tempo de modo a afastar susceptibilidades, a carreira de Clare faz pois as delícias dos biógrafos. Consequentemente, grande parte da fortuna crítica do poeta está saturada pela biografia incidindo em particular na loucura e no ambiente rural. Era pois inevitável que Clare fosse enquadrado no corpo de poetas camponeses dos séculos XVIII e XIX e que, a sua loucura despertasse, especialmente no nosso século, a preferência da crítica⁵⁰.

Reclamar as origens sociais e geográficas do poeta, acentuar a sua loucura ou abordar o corpus poético isoladamente, constitui apenas

⁴⁷ *Idem*, pp. 416-21.

⁴⁸ *Idem*, «Poems Chiefly from Manuscripts, Sunday Times, 23 Jan. 1921», pp. 343-6.

⁴⁹ «To Hessey — Aug. 1823», *The Letters of John Clare*, ed. by J. W. & Anne Tibble, London, Routledge & Kegan Paul, 1951, p. 153.

⁵⁰ Vide STOREY, Mark (ed.) — *Op. cit.*, «New Statesman — 19 Jun. 1964», p. 440.

uma secção da área total de controvérsia que Clare e a sua obra suscitam. Neste âmbito, a retrospectiva da herança crítica do poeta elaborada por Mark Storey em *The Critical Heritage Series* é útil porque desenha as principais correntes e alterações de opinião — ao apontar alguns dos seus principais marcos visa-se sintetizar as principais razões que estão na base do abandono crítico.

Contudo, o séc. XX tem assistido a um interesse crescente pela criação poética e em prosa de Clare, reflectido, apenas em termos numéricos, na quantidade de elaborações críticas baseadas na sua obra. Esta atitude sobressai de forma mais evidente nos últimos quinze anos — aí sente-se emergir um tratamento perspicaz do seu verso, fértil em ângulos de interpretação diferentes e numa linguagem crítica rigorosa. Na base desta alteração estará talvez o reconhecimento final de que a sua poesia não se desintegra face a uma análise minuciosa.

No entanto, um mais amplo e completo contexto de resposta está ainda por estabelecer — com raras excepções, alguns dos maiores intérpretes da poesia dos sécs. XVIII e XIX ainda não se debruçaram na criação poética de Clare. E, é muito frequente ler obras de abordagem crítica geral sobre a poesia da época sem sequer encontrar o seu nome.

Para alguns dos seus mais recentes editores, algumas razões poderão estar na base de tal hesitação crítica. Assim, e apesar de se tornar difícil discernir exactamente o papel por cada uma desempenhado, logo a partir da primeira edição de *Poems Descriptive of Rural Life and Scenery* surgem grandes problemas textuais — os seus manuscritos, contendo mais de dois mil poemas, numerosos escritos em prosa e cartas, ainda não forma devidamente corrigidos, reorganizados e sujeitos portanto a uma rigorosa selecção editorial. O facto de apenas agora, e após um mínimo de vinte anos de pesquisa bibliográfica, surgirem os primeiros volumes de edições definitivas de certas fases da sua obra testemunha bem a complexidade do problema editorial.

De uma perspectiva agora diferente, poder-se-á também encarar o conjunto de certas premissas culturais que acompanham a origem da sua poesia como outra causa do esquecimento crítico: assim, tanto na poesia da fase anterior como na coincidente com o internamento no hospício, o sentido dado aos valores enraizados no ambiente rural de trabalho e amor pela terra torna-se desconhecido para a experiência contemporânea caracteristicamente urbana e desenraizada em impulso e expressão.

Será que John Clare não merece nenhum aprofundamento? Ou prender-se-á antes este facto com a classificação vulgarmente atribuída de poeta menor?

É claro que, uma discussão em torno da credibilidade desta ideia, levaria o presente artigo bem para além dos limites a que se propõe. Se, há momentos se aventava a hipótese de a poesia de Clare exprimir a tensão básica existente entre os impulsos clássico e romântico — não a resolvendo na escolha de nenhum deles — dir-se-á agora que, não tanto esse tipo de colocação histórica mas sim a frequente análise da personalidade de Clare a par de Blake, Wordsworth ou Coleridge poderá ser responsável pela designação de menor.

Porque, se o critério necessário ao julgamento da grandeza de um poeta se baseia em medir a extensão da influência exercida nas gerações vindouras — condicionando o seu acto de escrita — Clare não pode pretender ascender a um estatuto superior. Por razões biográficas ou amplamente culturais, entre outras, não existe nenhuma «escola» de Clare.

A proposta básica da sua poesia é a de democratizar o impulso imaginativo de modo a poder comunicá-lo. Trata-se de um tipo de poesia que fala de e para as coisas, releva um número finito de áreas significativas e sobretudo centrais da experiência humana — movimenta-se em sentidos diferentes, por vezes opostos, numa espécie de atavismo imaginativo rumo a essências passadas, aspectos elementares do trabalho e amor, lar e terra, infância e maturidade, tempo e identidade.

A forma como estes pontos são percorridos não é linear: contém, sim, uma intuição de base que, apenas uma intensa vivência experiencial possui.

Mais importante do que classificar Clare dentro do estatuto de menor ou maior — facto que continuará digno de debate — será, sim, concluir acerca do progressivo merecimento de atenção dentro do panorama crítico actual:

«the quiet progress of a name gaining its ground by gentle degrees in the worlds esteem is the best living shadow of fame to follow»⁵¹.

Maria João Pires

⁵¹ CLARE, John — «Essay on Popularity», *The Prose of John Clare*, ed. by J. W. & A. Tibble, London, Routledge & Kegan Paul, 1951, p. 210.

Before apples were hung from the ceiling for Hallowe'en?
We will wait and watch the tragedy to the last curtain,
Till the last soul passively like a bag of wet clay
Rolls down the side of the hill, diverted by the angles
Where the plough missed or a spade stands, straitening the way¹.

A condição anunciada no primeiro verso particulariza-se nos dois seguintes, encontrando um espaço de actualização («Where the potato-gatherers...») e protagonistas: «Maguire and his men», cujo movimento, naquele que poderia ser o mais orgânico dos trabalhos, é contudo desumanizado por um símile que o torna mecânico e o atribui a «espantalhos», meras ilusões de presença humana, tão inames quanto ineficazes — o sexto verso («...Here crows gabble...») tornará claro que a função denotada por *scarecrows*, no seu sentido mais literal, não é cumprida. Se os homens que trabalham naquela colina são paródias vivas de humanidade, é porque o *barro* lhes define a própria «alma», para a qual não só não pode haver ascensão, como a queda em nada diferirá do percurso encosta abaixo de «...a bag of wet clay» — sujeita, enfim, aos acidentes («Where the plough missed or a spade stands...») de uma materialidade que lhe anula o sentido.

Mais do que simples exemplo da derrota da vida, a colina onde trabalham «Maguire e os seus homens» tem de ser identificada como o **lugar onde** a vida é derrotada, «quebrada» num esforço que é inevitável associar ao dos «espantalhos» humanos; a anáfora (Of.../Of...) nos versos cinco e seis serve a acentuação retórica da antítese fundamental (life/Death), e a referência bíblica (the Book) é mais uma vez invertida/ironizada quando o encavalgamento torna claro não ser este o «Livro da Vida». Qualquer presença viva vem, então, consagrar as significações da Morte, como também os versos seis e sete evidenciam: nos gestos predatórios de corvos, ou na imagem surpreendente de gaivotas, não como vitalidade e liberdade no voo, mas antes como restos inertes da presença humana, que só por um acaso se não esmagam contra vedações.

¹ Para todas as citações o texto usado é o de KAVANAGH, Patrick — «The Great Hunger», *Collected Poems*, London, Martin Brian & O'Keeffe, [1964] 1984, pp. 34-55.

«THE GREAT HUNGER»

As interrogações dos versos oito e nove, recolocando a dúvida sobre a verificação, naquele espaço e nalgum tempo, de um *fiat lux*, propõem ainda a esterilidade que a essa ausência corresponderia (frustrando-se a potencialidade matricial de «wet clods»), e que o **frio** sentido também traduz, como esterilidade **imaginativa**. Só que os versos seguintes tornam inequívoca a sua dimensão física, e especificamente masculina, como incapacidade de realização sexual: o Verão, momento de pujança fértil, é um tempo passado, contraposto a um Outono de recolha de frutos («apples...hung...for Hallowe'en»); a sugestão de que alguém se prometeu casamento implica o onanismo e a não-entrega a (uma) mulher(es) — «the quen / Too long virgin?»? Que «rainha» — a terra sobre a qual aqueles homens trabalham e se movem, ou Maria? E que sentido atribuir a *light*? Deus, uma fé, uma qualquer luz que poderia rasgar as trevas existenciais na vida destes homens — ou, lendo-o como adjectivo, descobrir-lhe o sentido de uma leviandade e não-castidade ², em antítese com (e em justaposição gráfica a) *virgin*? É afinal essa oposição que rege boa parte do percurso que se anuncia como «tragédia», ao longo das catorze secções em que o poema se divide, e expande e dá sequência a significações fundamentais descobertas nestes primeiros dezassete versos.

Estes primeiros versos serão, para já, e antes de um esforço de leitura de outros passos de «The Great Hunger», suficientes para a identificação de feições relevantes da poesia de Kavanagh, como do lugar que ocupa na poesia irlandesa deste século. A violência que os caracteriza, ou que anunciam, (e que o próprio Kavanagh ³ viria a considerar excessiva), incidindo sobre um espaço rural negativamente olhado, é uma das marcas da poesia irlandesa da geração imediatamente posterior a Yeats; e serve o propósito de denúncia dos modos de dizer a Irlanda e uma especificidade irlandesa que tinham caracterizado o *Irish Literary Revival*, enquanto movimento cujos valores e objectivos tinham ditado parte significativa da escrita de autores irlandeses nas décadas imediatamente anteriores à produção poética mais significativa de Austin Clarke e Patrick Kavanagh. As características mais salientes do *Revival* contra o qual a geração

² «III.2.b. Chiefly of women: Wanton, unchaste.» (*The Oxford Universal Dictionary Illustrated*).

³ Ver JEFFARES, A. Norman — *Anglo-Irish Literature*, Dublin, Gill and Macmillan, 1982, p. 192.

de Clarke e Kavanagh se define (e que aqui nos interessará apenas nessa medida) poderão ser resumidas num passo de um ensaio de Denis Donoghue:

The Irish Literary Revival is predicated upon that hope [that the values of Romantic Ireland might still prevail]: in poetry, the scholarship of translation, the Gaelic League, in the gathering of Irish stories and songs, the teaching of Irish dancing, the fostering of Irish games, we find the same hope, that the broken tradition of Ireland may still be mended, that past and present may still be brought into league ⁴.

Se a preocupação com o reconhecimento e observância de uma **tradição** omnipresente na poesia irlandesa deste século, poderia gerar consensos, o mesmo não se passaria quanto ao sentido a dar-lhe, e aos modos de a recriar e preservar — em especial quando a evocação/reinvindicação empolgada de um passado heróico para a Irlanda, promovida pelo *Revival*, encontrar como uma das suas consequências a mitificação atemporal da ruralidade e da figura do camponês, inaceitável para os poetas pós-década-de-30 porque mistificadora do presente tal como o viam. Kavanagh destacar-se-á nos ataques à versão idilizada e glorificada do campo e do camponês da Irlanda, e não hesitará em «vitimar» a partir desse ponto o *Revival* na sua globalidade, e as suas figuras mais conhecidas, incluindo Yeats:

...the Irish movement (...) presented an essentially sentimental Ireland... The Yeats-Synge phoney Ireland was eminently suited for export to America and it has falsified the picture of this country ⁵.

⁴ DONOGHUE, Denis — «Romantic Ireland», *We Irish: The Selected Essays of Denis Donoghue, vol. I*, Brighton. The Harvester Press, 1986, pp. 28-9.

⁵ Numa carta para o seu irmão Peter Kavanagh, citada em GARRATT, Robert F. — *Modern Irish Poetry: Tradition and Continuity from Yeats to Heaney*, Berkeley/Los Angeles/London, Univ. of California Press, 1986, p. 142. De notar que a natureza sempre difícil da relação estabelecida com a personalidade literária e a reputação de Yeats pelos poetas que se lhe seguem assume, no caso de Kavanagh, e como Garratt também sublinha, as marcas da confrontação, sempre que isso se lhe afigura possível — e cometendo por vezes a injustiça de apresentar Yeats como responsável pelos excessos sentimentais do *Revival*, de cujos riscos Yeats se tinha afastado ainda na fase inicial da sua

Associada a este protesto, a rejeição de estereótipos definidores de uma especificidade irlandesa, que Kavanagh não pode deixar de sentir como uma ficção proposta por uma perspectiva exterior e inaceitavelmente condescendente:

Poetry is not Irish or any other nationality: and when [some] writers (...) pursue Irishness as a poetic end they are merely exploiting incidental local colour. (...) A great many Protestants seeking roots in this country have attempted to build the national myth into a spiritual reality — Irish horses, Irish soldiers, Irish dogs, Irish poets. There is no poetic merit in the adjective Irish though mediocrity tries to put itself across in this fortuitous and empty distinction⁶.

A postura de Kavanagh não é, contudo, a da fuga para um cosmopolitismo que o liberte das peias de um estreito sentido nacional — mas antes, e pelo contrário, a radicação num localismo que consagra na sua escrita a dimensão imediata, mas simultaneamente mais profunda, do real: no dizer de Seamus Heaney (o poeta que em anos recentes mais tem afirmado as qualidades de Kavanagh, e as dívidas da sua geração para com ele), «the poetry is most successful when it is earthed in the actual» — o que não impede,

obra, vindo a verberar os epígonos que insistiam em recriar o modo característico de (especialmente) *The Wind Among the Reeds*; a este respeito ver ainda GARRATT, pp. 44 segs., e JEFFARES, *op. cit.*, pp. 144-5.

⁶ KAVANAGH, Peter — *Sacred Keeper: A Biography of Patrick Kavanagh*, Atlantic Highlands, N. J., Humanities Press, 1980 — citado em GARRATT — *op. cit.*, p. 142.

Diga-se que os sentidos possíveis para uma «qualidade irlandesa» divisível por detrás dos usos necessariamente imprecisos do termo *Irishness* continuam a ser uma questão candente, como ficou demonstrado a propósito da recensão de *Selected Literary Criticism of Louis MacNeice* que Denis Donoghue publicou no *London Review of Books*, na qual questionava a inclusão de MacNeice numa tradição irlandesa, assim como o que entendia ser uma estratégia recente de alguns poetas irlandeses: «that he may be seen as precursor to the young poets in Northern Ireland»; na polémica que se seguiu, Donoghue sentiu a necessidade de esclarecer: «I am not interested in Irishness (...) if it is regarded as a metaphysical essence more or less inadequately embodied in writers A, B and C. I am concerned with the condition of being Irish only if it is construed as a consequence of forces historical, social, religious, economic and so forth which one might hope to understand». (Ver *LRB* 23 Apr., 21 May, 4 June, 25 June, 9 July 1987).

contudo, que duas outras afirmações venham afastar de Kavanagh a suspeição de uma poética do óbvio:

What we have in these poems are matter-of-fact landscapes, literally presented, but contemplated from such a point of view and with such intensity that they become 'a prospect of the mind'. (...) There is what I would call an artesian quality about his best work...⁷.

A terra como uma referência fundamental que, quando se deixa particularizar enquanto referência espacial ou geográfica, assume mais facilmente o sentido, dimensão e fronteiras da «paróquia» do que da nação; e, sobre essa terra, homens a ela presos por laços e forças envolventes, que, para Robert F. Garratt, poderão ser lidos como o equivalente rural dos *Dubliners* de Joyce, no vazio espiritual e vivencial que exibem⁸. «The Great Hunger» será o poema em que essas feições adquirem maior força e *pathos* — feições parcialmente responsáveis, afinal, pela possibilidade de reconhecimento em Kavanagh do poeta irlandês mais característico do período pós-Yeats, e, como quer Heaney quer Seamus Deane tornam claro, por uma inflexão com consequências profundas na tradição poética irlandesa:

...the authoritative voice of *The Great Hunger* (...) cannot be derived from the conventional notes of previous modern Irish poetry⁹.

With the emergence of Patrick Kavanagh (...) The day of the literary peasant and of the aristocratic hero was over¹⁰.

De facto, o protagonista da «tragédia» que o início do poema nos prometia é tudo menos uma figura heróica saída das brumas de um «crepúsculo céltico». Os sentidos de esterilidade, exaustão e morte

⁷ HEANEY, Seamus — «From Monaghan to the Grand Canal: The Poetry of Patrick Kavanagh», *Preoccupations: Selected Prose 1968-1978*, pp. 116, 119, 120.

⁸ Ver GARRATT — *Op. cit.*, p. 153.

⁹ HEANEY — *Op. cit.*, pp. 115-16.

¹⁰ DEANE, Seamus — «The Literary Myths of the Revival», *Celtic Revivals: Essays in Modern Irish Literature 1880-1980*, London, Faber, 1985, p. 37.

«THE GREAT HUNGER»

que descobríamos na paisagem de banalidade e rotina apresentada nos primeiros versos rapidamente se identificam com atributos de Maguire (único, aliás, a ter um nome, de entre os homens com que Kavanagh povoa a colina). A impotência que lhes é concomitante começa por se anunciar como uma condição espiritual, que é contudo verbalizada numa metáfora física, de flacidez fálica:

Watch him, watch him, that man on a hill whose spirit
Is a wet sack flapping about the knees of time.

A queda de uma alma deixava-se representar de início no rolar colina abaixo de «a bag of wet clay» — para que, através da óbvia recorrência de imagens idênticas, não restem dúvidas de que é a «perdição» de Maguire, por uma nércia física e espiritual, que nos vai ser apresentada.

Directamente responsabilizada por essa inércia, a presença materna é, no ponto de partida outonal (*October*) de um poema em que os calendários são alegóricos, objecto da dúvida de Maguire em relação a um *ethos* de privação passional e entrega exclusiva à terra:

... he is not so sure now if his mother was right
When she praised the man who made a field his bride.
(...)
And he knows that his own heart is calling his mother a liar
God's truth is life — even the grotesque shapes of its
foulest fire.

A intuição da falsidade de um código não promotor da vida é, contudo, tardia, e a dedicação filial de Maguire é uma hipoteca à morte:

Maguire was faithful to death:
He stayed with his mother till she died
At the age of ninety-one.
She stayed too long,
Wife and mother in one.
The knuckle-bones were cutting the skin of her son's backside
And he was sixty-five.

A fidelidade de Maguire «até à morte» é aqui também «à / para com a morte» (a preposição *to* possibilita as duas leituras), e o legado

físico da assunção pela mãe do lugar de uma esposa, sendo embora uma «partilha», confirma-o: nos nós dos dedos de uma velha transpostos para a marca da velhice nas costas de um homem, uma fusão de corpos, não na opulência e fertilidade da carne e da vida, mas no definhamento e esterilidade do osso e da morte. «Castrado» pelo domínio materno («His mother's voice... cut him up in the middle...»), Maguire refugia-se em fruições onanistas, ilusórias e culposas («Once a week at least flesh must make an appearance», «...the no-target gun fired»), para, irremediavelmente atrasado em relação à vida, encontrar com o Inverno a consciência plena da perda:

O what was I doing when the procession passed?
Where was I looking?
(...)

O Christ! I am locked in a stable with pigs and cows forever.

A «queda» será, coerentemente, anti-climática, reconhecendo Kavanagh na banalidade e no desperdício da vida o *pathos* genuíno de uma «tragédia» de sentido (fundamentalmente) oposto ao clássico — como a situação do seu anti-herói exige:

No mad hooves galloping in the sky,
But the weak, washy way of true tragedy.

Todas as oportunidades de uma felicidade possível pela aceitação do corpo são perdidas, e Kavanagh torna-o bem claro: na incapacidade da sua descoberta mesmo num momento de grande pujança natural («...a June altar / Flameless»), pela desconfiança em relação aos impulsos, que faz Maguire «desencontrar-se» com as mulheres que deixa passar por si («For the strangled impulse there is no redemption. / And that girl was gone...»), pela vontade de uma «prudência» que o perde («Horses or women? wisdom or folly?»), ou pela inconsequência de desejos que, mesmo em Julho, apenas em sonhos se deixam concretizar:

Sitting on a wooden gate
He rode in day-dream cars.
He locked his body with his knees
When the gate swung too much in the breeze.
But while he caught high ecstasies
Life slipped between the bars.

«THE GREAT HUNGER»

O final do poema confirmará que a esperança residiria no desejo, e que a sua não satisfação faz daquela terra o lugar onde o barro rege todos os destinos:

The bedposts fall. No hope. No lust.
The hungry fiend
Screams the apocalypse of clay
In every corner of this land.

Clay é a primeira palavra do poema, *land* a última — e terá ficado claro que, em qualquer das instâncias, servem as significações da morte, que atravessam «The Great Hunger». Nalguns momentos, contudo, referências ao solo, à terra, e à relação com ela estabelecida pelo homem que a trabalha, instituem virtualmente a única possibilidade de uma exceção de vida ao panorama desolador do «lugar de Maguire» (é, afinal, em função dele que se apresenta um espaço físico). É apenas à terra que encontramos Maguire a dedicar («através», obviamente, de uma alfaia agrícola) uma vitalidade fálica —

Lost in the passion that never needs a wife —
The pricks that pricked were the pointed pins of harrows.

— ou a praticar, na Primavera, uma «desfloração» no corpo de uma terra que se deixa arar, sob o olhar de inveja / ciúme de outros como ele:

The twisting sod rolls over on her back —
The virgin screams before the irresistible sock.
(...)
From every second hill a neighbour watches
With all the sharpened interest of rivalry.

É ainda a terra, «Where eunuchs can be men», que cinge num dedo de Maguire a aliança do seu «casamento» —

... He bowed his head
And saw a wet weed twined about his toe.

— que é tocada em gestos equívocos pelos quais a procura de alimento se confunde com um envolvimento íntimo sensual:

Turn over the weedy clods and tease out the tangled skeins.
What is he looking for there?
He thinks it is a potato, but we know better
Than his mud-gloved fingers probe in this insensitive hair.

Ainda antes de Maguire «ter nome» em «The Great Hunger» ele era um dos *potato-gatherers* que trabalhava a colina referida nos primeiros versos; e a batata, referida frequentemente ao longo do poema, assume o valor de um crescimento oculto e uterino, encerrando em si as possibilidades da subsistência e significando a potencialidade fértil e rica da terra — de tal modo que se torna possível a Seamus Heaney reconhecê-la como o símbolo central do poema:

[«The Great Hunger»] is not about growing up and away but about growing down and in. Its symbol is the potato rather than the potato blossom, its elements are water and earth rather than fire and air, its theme is consciousness moulded in and to the dark rather than opening to the light¹¹.

Ao afirmar esta importância de uma terra **para a qual** se cresce em «The Great Hunger», Heaney lembra-nos a pertença de Kavanagh a uma tradição da poesia irlandesa na qual o solo é frequentemente a fonte de uma vitalidade inesgotável, da qual o homem depende (lembremo-nos do Yeats de «The Municipal Gallery Revisited»,

John Synge, I and Augusta Gregory, thought
All that we did, all that we said or sang
Must come from contact with the soil, from that
Contact everything Antaeus-like grew strong.

ou do poema «Antaeus» — entre outros — do próprio Seamus Heaney¹²); mas, por outro lado, alerta-nos, com a sugestão da

¹¹ HEANEY — *Op. cit.*, p. 123.

¹² YEATS, W. B. — *Selected Poetry*, London, Pan Books, [1974] 1982, p. 193.

HEANEY, Seamus — *North*, London, Faber, 1975, p. 12.

«THE GREAT HUNGER»

dependência, para a natureza ilusória de um valor positivo na terra do poema de Kavanagh — que é para Maguire um útero que não liberta, mas antes prende e estrangula:

... the peasant in his little acres is tied
To a mother's womb by the wind-toughened navel-cord
Like a goat tethered to the stump of a tree

A terra exhibe sulcos que contam e regulam o tempo de uma vida,

... The drills slipped by and the days slipped by

que mais não é do que a espera monótona pela morte, revelada por fim como o único momento em que, ironicamente, a terra que se percebia de modo sensual acolhe em abertura irrecusável o corpo de Maguire — como uma paródia da promessa de satisfação que parecia conter:

The graveyard in which he will lie will be just a deepdrilled
potato -field
Where the seed gets no chance to come through
To the fun of the sun.

Irónica é, também, a antevisão da campa como «campo de batatas»: o tubérculo que Maguire procurava ao penetrar a terra, em busca, sugeria-se, da fruição da vida, vem a ser objecto de uma demanda frustrada — o encontro pleno só tem lugar na morte. É uma circunstância, contudo, que ganha significação acrescida quando a relacionamos com o título: «The Great Hunger», antes de designar metaforicamente a condição espiritual e sexual de Maguire, e, como nalguns momentos Kavanagh sugere, do homem do campo irlandês, evoca um dos episódios mais negros da História da Irlanda, quando, nos anos seguintes a 1845, a fome assolou o país e dizimou parte da população, após uma peste ter destruído a base da economia e fonte quase exclusiva da subsistência do homem pobre: a batata¹³.

¹³ Também S. Heaney evoca a «Grande Fome» no seu poema «At a Potato Digging», em termos por vezes próximos dos usados para a caracterização metafórica de Maguire:

*

* *

Descobrir os valores associados à terra em *The Great Hunger* equivale a reconhecer um sentido preciso, mais do que casual, em dois pronunciamentos críticos sobre o poema:

... life in the secluded spot is *no book of pastoral hours* but an enervating round of labour and lethargy.

«The Great Hunger» is a sombre, powerful *anti-pastoral poem* about life on the land¹⁴.

Os quadros naturais e vivenciais que Kavanagh vai justapondo com as catorze secções em que o poema se desdobra permitem, de facto, a sua leitura como a negação progressiva de algumas das feições mais características e imediatamente definidoras do modo pastoral¹⁵.

The new potato, sound as stone,
putrefied when it had lain
three days in the long clay pit.
Millions rotted along with it.
(...)

A people hungering from birth,
grubbing, like plants, in the bitch earth,
were grafted with a great sorrow.
Hope rotted like a marrow.

(*Death of a Naturalist*, London, Faber, 1966, p. 32)

¹⁴ HEANEY — «From Monaghan to the Grand Canal...», p. 122; JEFFARES — *Op. cit.*, p. 192. Itálicos nossos.

¹⁵ Os parágrafos seguintes contribuirão para esclarecer o sentido aqui atribuído a um termo e conceito por vezes aplicado de maneira difusa e imprecisa. De qualquer modo, e para instituir uma primeira referência, valerá a pena citar John F. Lynen quando enuncia uma importante distinção: «...the distinction between pastoralism as a kind of poetic structure and pastoralism in the narrower sense of a particular tradition» (LYNEN — «Frost's New England and Arcadia», *The Pastoral Mode: A Casebook*, ed. by Brian Loughrey, London and Basingstoke, Macmillan, 1984, p. 247). O primeiro sentido, mais amplo, é aquele que adoptamos, demarcado de uma obrigatoriedade de definição a partir dos motivos, situações e personagens historicamente específicos dos modelos que Teócrito e Virgílio legam (especialmente) à literatura do Renascimento, e que nela são abundantemente recriados; não quer isto dizer que a tradição não continue a ser ponto de encontro e consenso quanto às feições fundamentais do modo (a estrutura é identificada *na / a partir* da consideração da tradição).

«THE GREAT HUNGER»

O início propunha-nos uma paisagem de simplicidade rural — mas que se tornava impossível confundir com um *locus amoenus*...; um lugar, aliás, metaforicamente configurado, nas referências bíblicas que o apresentavam, e pela redução de carne e espírito a barro, como negando a Criação — ou posterior a uma Queda da qual não pudesse haver Redenção — sendo nele impossível qualquer manifestação de harmonia. Como implicação disto mesmo, que o decurso do poema se encarrega de confirmar, Maguire está sujeito às leis do *tempo*, da *morte*, à necessidade da demanda incessante da subsistência numa terra ingrata, às intempéries naturais — tudo aquilo que numa outra ruralidade, idilizada, definiria, *pela ausência*, a felicidade de um quadro pastoral¹⁶. Um quadro que *excluiria* também preocupações materiais, de propriedade, de aquisição prudente, possibilitando sempre a superiorização das leis do prazer a imperativos de trabalho — e a liberdade e desinibição sexual¹⁷; rigorosamente o oposto, enfim, do que Kavanagh nos apresenta com Maguire. Para W. H. Auden, no famoso ensaio em que caracterizou Arcádia e Éden, Utopia e Nova Jerusalém como projecções de uma existência ideal (respectivamente) no passado e no futuro,

Eden is a place where its inhabitants may do whatever they like to do; (...) New Jerusalem is a place where its inhabitants like to do whatever they ought to do...¹⁸;

no lugar de Maguire, nem se *faz o que se quer(eria)*, nem *fazer o que se (pensa) dever(r) fazer*) comporta a felicidade.

Sublinhámos antes a postura, que Kavanagh veio assumir, de denúncia da perspectiva «pastoralizante» maioritária na poesia irlandesa anterior à sua e à de Austin Clarke. Para o final de «The Great Hunger», essa atitude torna-se explícita — na secção XIV (e última),

¹⁶ Ver, a respeito destas questões, MARINELLI, Peter V. — *Pastoral*, London, Methuen, 1971, pp. 15 seg.; e também o quadro de características respectivas de «Idyllic Nature» e «Anti-Pastoral Nature» apresentado por Harold Toliver em «Pastoral Contrasts» — (1971), Loughrey, ed., *op. cit.*, p. 125.

¹⁷ Ver POGGIOLI, Renato — «Pastorals of Innocence and Happiness» (1957), Loughrey, ed. — *Op. cit.*, pp. 100-8.

¹⁸ AUDEN — *The Dyer's Hand and Other Essays*, London, Faber, 1963, p. 410.

Patrick Maguire, the old peasant, can neither be damned nor glorified

mas, essencialmente, nas ironias com que abre a penúltima secção:

The world looks on
And talks of the peasant:
The peasant has no worries;
In his little lyrical fields
He ploughs and sows;
He eats fresh food,
He loves fresh women,
He is his own master
As it was in the Beginning
The simpleness of peasant life.

(...)

The travellers stop their cars to gape over the green bank into
his fields —

There is the source from which all cultures rise,
And all religions,
There is the pool in which the poet dips
And the musician.

É este o passo que mais directamente valida a invocação de uma perspectiva pastoral como o objecto *contra o qual* Kavanagh escreve: justapostos à exposição inequívoca da miséria física e moral de um (ou do) camponês, os juízos que lhe pretendem descobrir a simplicidade despreocupadamente hedonista de quem, vivendo numa empatia com a Natureza não quebrada pelas perversões da civilização, tem também de ser interlocutor privilegiado do próprio Deus... — tudo aquilo, enfim, que caracteriza uma existência pastoral (o símile «As it was in the Beginning» remete-nos imaginativamente para o tempo outro e primeiro próprio de um espaço edénico ou de Arcádia), e que Maguire obviamente *não é e não tem*. Ou não houvesse já Kavanagh ridicularizado antes, logo na segunda secção do poema, e com a eficácia anti-idealizante do grotesco, a «contiguidade» do camponês com a Natureza, e os seus sonhos de «fruição»...:

And his happiest dream
Was to clean his arse
With perennial grass
On the bank of some summer stream;

«THE GREAT HUNGER»

O quarto verso do passo que acima mais longamente se citava possibilita-nos ainda outra reflexão sobre os modos como «The Great Hunger» se opõe à perspectiva pastoral. Ao colocar o camponês, tal como é visto pelos que o visitam, «In his little *lyrical* fields»¹⁹, significando-se de seguida que as características desse lugar se manteriam inalteradas com o Tempo (ou fora dele), chama-se a atenção, mesmo que involuntariamente (a intenção irónica de Kavanagh poderá levar ao uso do adjectivo simplesmente como sinónimo de «sentimental»), para a dimensão *estática* da lírica: como lembra V. M. de Aguiar e Silva,

...o fluir da temporalidade, em que se inserem as personagens e os acontecimentos dos textos narrativos e dramáticos, é alheio ao universo lírico...²⁰.

Ao que T. G. Rosenmeyer poderia «acrescentar» (para os nossos propósitos):

Pastoral does not make for a movement toward explosion or reconciliation, death or resolution, as tragedy and comedy do²¹.

Opondo-se (como abundantemente se provou) à estaticidade lírica e pastoral do campo que «o mundo» quer ver, a condição de Maguire, atravessando as estações, os anos, a vida, apresenta-se, afinal, como que numa intermitência narrativa — ou, se quisermos, em catorze momentos dramáticos (não fala Kavanagh, aliás, de *tragédia?*).

Por outro lado, ao colocar «The world» como entidade enunciadora da caracterização idealizada do *campo*, releva-se a importância de uma dicotomia que, explicitada ou não, é decisiva na defini-

¹⁹ Itálico nosso.

²⁰ SILVA, V. M. de Aguiar e — *Teoria da Literatura*, 4.^a edição vol. 1, Coimbra, Almedina, 1982, p. 554; ver também LINDLEY, David — *Lyric*, London, Methuen, 1985, p. 3.

²¹ ROSENMEYER, T. G. — «Pastoral and the Theocritean Tradition» (1969), Loughrey, ed., *op. cit.*, p. 11.

nição e entendimento do espaço pastoral: o olhar que descobre e propõe esse espaço é-lhe naturalmente exterior, e, fundando-se no desconhecimento ou conhecimento parcial da ruralidade, necessariamente identificado com a *cidade*²² — como os carros e a atitude dos visitantes esclarecem:

The travellers stop their cars to gape over the green bank
into his fields

A posição que em «The Great Hunger» se descobre face a um *locus classicus* literário como é a oposição campo / cidade revela a natureza totalizante do pessimismo que parece marcar Kavanagh no período a que este poema corresponde (e a que, logo a abrir, nos referíamos): à denúncia amarga do campo na vida-morte de Maguire vem somar-se a sugestão de uma insuficiência básica das possibilidades de conhecer por parte dos que brevemente entrevemos a iludirem-se na visita a esse lugar — incidindo a ironia no «mundo» de que provêm, identificado pela perspectiva urbana. Um valor *positivo*, uma postura normativa, não se deixa reconhecer em nenhum dos pólos da tradicional oposição — conflituosamente produtiva na obra de Kavanagh, a acreditar em Seamus Heaney:

...much of Kavanagh's poetry is born out of a quarrel
between 'the grip of the little fields' and 'the City of Kings/
/Where art, music, letters are the real things'²³.

Este conflito em Kavanagh (cujas «razões» biográficas não nos interessarão neste ponto, mas que o próprio poeta não deixou de expor²⁴) liga-se de perto à insatisfação sentida por muitos da sua geração face às grandes instituições definidoras de uma identidade para a Irlanda, e determinantes de valores e comportamentos — um

²² Como Peter V. Marinelli torna claro, a perspectiva pastoral é fundamentalmente uma criação nostálgica *da cidade*: «...a pastoral existence is intrinsically bound up with the creation of cities» (*op. cit.*, p. 10).

²³ HEANEY — «From Monaghan to the Grand Canal...», p. 121.

²⁴ Veja-se, a este respeito, o relato autobiográfico em *The Green Fool*, Penguin, Harmondsworth, 1975.

Ver ainda JEFFARES — *Op. cit.*, p. 194; GARRATT — *Op. cit.*, pp. 139-41.

«THE GREAT HUNGER»

Life dried in the veins of these women and men:
The grey and grief and unlove,
The bones in the backs of their hands,
And the chapel pressing its low ceiling over them.
Sometimes they did laugh and see the sunlight,
A narrow slice of divine instruction.

Ignorance é uma palavra chave no primeiro dos passos citados — determinando a cobardia de quem não prova a vida; e esse pode ser o centro da paisagem de perdição e miséria que o poema exhibe. Não que Kavanagh lhe dedique, directamente, uma parcela substancial do texto — a décima secção é relativamente curta, se bem que esclarecedora:

Their intellectual life consisted in reading
Reynolds News or the *Sunday Dispatch*,
With sometimes an old almanac brought down from the ceiling
(...)
... Maguire was an undergraduate
Who dreamed from his lowly position of rising
To a professorship like Larry McKenna or Duffy
Or the pig-gelder Nallon whose knowledge was amazing.
(...)
The students were all savants by the time of pub-close.

São estes os homens de um qualquer ponto de Monaghan (num outro passo do poema, Kavanagh inclui o nome do condado de onde ele próprio, «por coincidência», proveio...): à pergunta que no início se colocava —

Is there some light of imagination in these wet clods?

— outra resposta não surgiu que uma negativa. Mas a perspectiva do poeta é exterior, e identifica-se, no final, com a arma da libertação possível do *frio*,

... why do we tand here shivering?,

de morte espiritual sob cuja égide «The Great Hunger» se colocava desde os primeiros versos — precisamente *Imagination*, nomeada, a

RUI CARVALHO HOMEM

abrir a última parte, como a força que permite sair do quadro de feições da morte para a dimensão do Real em que aquele que escreve pode exhibir a consciência dessas feições como prova da sua própria libertação desse quadro:

We may come out into the October reality, Imagination.

Maguire e os seus pares, pelo contrário, são aqueles que não acederam a essa força, e à consciência de si mesmos e da verdade do seu mundo que ela comporta, validando um juízo que poderia ser o seu epitáfio:

Kavanagh's most celebrated poem (...) is about a man who did not follow the hints of his imagination ²⁶.

Rui Carvalho Homem

²⁶ HEANEY — «From Monaghan to the Grand Canal», p. 122.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ABORDAGEM E A AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM

Estudar a aquisição, fases de desenvolvimento, situações normais ou patológicas (de desenvolvimento ou adquiridas) da linguagem implica obviamente uma selecção de modos de abordagem e de avaliação do objecto em causa que permitam a melhor análise possível do material, tendo em mente a satisfação dos objectivos que serviram de ponto de partida.

Convirá desde já distinguir, atendendo também à selecção dos sujeitos em estudo, por um lado as observações com base em dados colhidos numa perspectiva *longitudinal*¹ e por outro lado os dados colhidos numa perspectiva *transversal*². Para além destes dois tipos de estudos, poderão ainda salientar-se as abordagens *nomotética*³ e *idiográfica*⁴, que no fundo se poderão considerar, quando levadas ao extremo, os dois pólos de um *continuum*⁵ a que se fará alusão mais adiante.

Nos estudos de ordem longitudinal, o investigador observa uma criança ou grupos de crianças (podendo mesmo avançar até ao nível adulto) ao longo de um certo período de tempo, registando então em diferentes momentos o que pretende analisar de um ponto de vista evolutivo. Assim, tendo em consideração o estudo de determinados aspectos da linguagem, o investigador poderá observar uma criança ou um grupo de crianças relativamente a certas variáveis, por exemplo no momento em que começam a verificar-se execuções de interesse e continuará a observar posteriormente essas(s) mesma(s) criança(s) de tantos em tantos meses ou todos os anos até obter ou um pleno domínio por parte da criança do que constitui o objecto de estudo em questão, ou os elementos suficientes para levar a cabo o estudo que tem em mente.

¹ Relativamente ao que se entende por estudo longitudinal, diacrónico, de indivíduos ou grupos, ver PIERON, H. — *Vocabulaire de la psychologie*, Paris, PUF, 1951, (3.^a ed., 1973), p. 250; DARLEY, F. L. — *A philosophy of appraisal and diagnosis*, in DARLEY, F. L.; SPRIESTERSBACH, D. C., «Diagnostic methods in speech pathology» New York, Harper & Row, Publishers, 2.^a ed., 1978, p. 22.

² Relativamente ao que se considera um estudo transversal, sincrónico, de indivíduos ou grupos, ver PIERON, H. — *op. cit.*, p. 452 e DARLEY, F. L.; SPRIESTERSBACH, D. C. — *op. cit.*, p. 22.

³ No que se refere à abordagem nomotética, ver DAY, Ruth S. — *Systematic individual differences in information processing*, in ZIMBARDO, P. G.; RUCH, F. L. (orgs.), «Psychology and life» (Research frontiers section), Glenview, Ill. Scott, Foresman, 1977, p. 5A.

⁴ Cf. DAY, Ruth S. — *op. cit.*, p. 5D.

⁵ Cf. DAY, Ruth S. — *op. cit.*, p. 5A.

Se a população em estudo for constituída não pela ou pelas mesmas crianças, como atrás se referiu, mas por crianças diferentes cobrindo contudo também várias idades, nesse caso estará em causa a leitura transversal, que permite que crianças de variados grupos etários possam ser observadas ao mesmo tempo.

Num primeiro momento ressalta o facto de a perspectiva transversal traduzir uma recolha mais rápida de material, dado o seu carácter sincrónico, do que a leitura longitudinal em que a tónica recai sobre a evolução ⁶.

Dada a especificidade das duas leituras em apreço, ambas terão de ser consideradas importantes e pertinentes de acordo com as variáveis a serem analisadas. A situação ideal seria porventura aquela em que as duas leituras coexistissem, em virtude do seu carácter complementar ⁷.

Na literatura psicolinguística, sobretudo nos estudos relacionados com a aquisição da linguagem, verificam-se com uma certa frequência leituras de índole longitudinal. O investigador segue assim o comportamento verbal de uma ou de outra criança (por vezes dos próprios filhos) durante um determinado lapso de tempo com o intuito de poder observar, analisar e posteriormente comparar os comportamentos verbais obtidos ⁸.

Quando se refere o facto de o investigador poder observar um sujeito ou um grupo mais ou menos numeroso de sujeitos, tocam-se exactamente as perspectivas de abordagem *idiográfica* e *nomotética*. Intimamente relacionada com estas duas modalidades de abordagem estará a temática relativa à maior ou menor importância que se pode atribuir às *diferenças individuais* ⁹.

No tipo de abordagem nomotética, de acordo com R. S. Day ¹⁰, partir-se-á do princípio de que os indivíduos podem diferir de certa maneira relativamente aos modos como executam diferentes tarefas. Contudo essas diferenças de comportamento, segundo a autora, corresponderão a oscilações pouco significativas, pelo que poderão ser consideradas de interesse menor. De acordo com esta perspectiva, e ainda com base em R. S. Day, será necessário observar um número bastante elevado de indivíduos para que as diferenças existentes entre eles se possam reduzir tanto quanto possível e se possam considerar negligenciáveis. Por outros termos, os resultados médios que se obtenham nesse tipo

⁶ Chama-se mesmo a atenção para a importância do factor *tempo* quando se tem em vista a padronização de certos dados recolhidos.

⁷ A importância da realização das duas leituras pôde verificar-se no estudo efectuado com base na aplicação da versão portuguesa do «Token Test» a uma população infantil na cidade do Porto. Cf. PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro — *Abordagem a alguns aspectos da compreensão verbal na criança*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1984.

⁸ Entre outros trabalhos onde aparecem dados relativos a essas observações, poderão referir-se: PIAGET, J. — *La formation du symbole chez l'enfant*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1945; BROWN, R. — *A first language. The early stages*, London George Allen & Unwin Ltd, 1974; KEGEL, G. — *Sprache und Sprechen des Kindes*, Hamburg, Rowohlt Taschenbuch Verlag GmbH, 1974.

⁹ Cf. DAY, Ruth S. — *op. cit.*, pp. 5A-5D. Lembra-se também neste momento que o «9ème cours avancé» da «Fondation Archives Jean Piaget», realizado na Universidade de Genebra, de 21 a 25 de Setembro de 1987, contemplou também a temática relacionada com as diferenças inter e intra-individuais.

¹⁰ Cf. DAY, Ruth S. — *op. cit.*, p. 5A.

de abordagem, num número bastante representativo de indivíduos, no dizer da autora, deveriam traduzir princípios de comportamento subjacentes que fossem partilhados por todos os sujeitos. Tomada num ponto de vista extremo, a abordagem nomotética como que só atenderá ao que existe de comum entre os indivíduos, atribuindo menor importância ao que os distingue.

Se, relativamente à selecção dos sujeitos em estudo, se considerar um *continuum* que vá da observação de um grupo numeroso de sujeitos, em que se «anularão» as diferenças existentes entre eles, à observação de um único sujeito, caminhar-se-á da perspectiva nomotética já referida para a idiográfica. Esta última perspectiva não procurará o que existe de semelhante entre os indivíduos, i.e., os princípios de comportamento subjacentes e que seriam mais ou menos comuns a todas as pessoas; procurará antes defender, como adianta R. S. Day, que cada ser humano é único, o que implicará a necessidade de se observar cada caso individualmente para dele se poder traçar o respectivo perfil.

A perspectiva nomotética será utilizada de preferência em psicologia e noutras disciplinas de metodologia semelhante e a idiográfica será utilizada sobretudo em estudos clínicos. Se se considerarem as pesquisas de ordem psicolinguística e neurolinguística, porque extremamente relacionadas com o estudo do *comportamento-linguagem*, será interessante pensar no facto de a abordagem nomotética se poder adaptar porventura melhor ao primeiro tipo de pesquisa. No estudo de ordem neurolinguística, dada a sua especificidade, prevalecerá porventura a abordagem idiográfica, ou pelo menos uma abordagem mais próxima dessa extremidade do *continuum* atrás referido.

Embora possivelmente necessárias em determinadas condições de trabalho, qualquer uma das posições mencionadas será extrema, sendo talvez prudente encontrar pontos menos comprometedores ao longo do *continuum* focado. R. S. Day, por exemplo, terá preferido em determinadas ocasiões experimentais uma posição próxima da extremidade nomotética (mas não extrema) sugerindo a existência de princípios gerais de cognição que parecem existir não em «todos» os sujeitos observados, mas em grupos desses indivíduos¹¹.

Tendo em mente a importância que revestem a selecção de um ou de vários sujeitos para a realização de um estudo desta índole e o tipo de leitura a efectuar, longitudinal ou transversal, convirá referir igualmente os modos de abordagem e de avaliação que o investigador pode usar na sua pesquisa, neste caso de ordem verbal e mais especificamente psicolinguística.

Antes contudo de se apresentarem os diferentes tipos de metodologias, convirá relembrar o que pode servir de objecto de estudo em psicolinguística e mesmo também em neurolinguística¹².

¹¹ R. S. Day conseguiu distinguir dois grandes tipos de comportamentos que lhe permitiram considerar dois grupos de indivíduos: num deles, a que a autora atribuiu a designação de «Language-Bound» (LB), a realização de tarefas cognitivas passaria pela linguagem e no outro grupo, a que a autora atribuiu a designação de «Language Optional» (LO), a resolução de tarefas cognitivas estaria menos dependente da linguagem. Cf. DaY, Ruth S. — *op. cit.*, p. 5B.

¹² A semelhança de F. Grewel, considerar-se-á a neurolinguística como sendo o estudo das perturbações da linguagem e da fala ocasionadas por afecções de ordem neurológica. Cf. GREWEL, F. — *Neurolingüistiek*, in «Tijdschrift voor Logopedie en Foniatrie», 38, 1966, pp. 159-162, referido in WHITAKER, H., WHITAKER, H. (orgs.), «Studies in neurolinguistics», Vol. 1, New York, Academic Press, Inc., 1976, p. 3.

Considerando que a psicolinguística visa o estudo da linguagem na qualidade de actividade humana¹³, então esta terá de ser entendida como sendo o estudo daquilo que os indivíduos adquirem, quando adquirem a linguagem, e do modo como usam a competência linguística quando estão, por exemplo, face a tarefas de compreensão, de produção, de repetição e de reflexão sobre a língua, tarefas que implicam sem dúvida aspectos cognitivos (mesmo neuropsicológicos) necessários à sua realização. À neurolinguística interessarão também essas tarefas; contudo esta tomará em consideração igualmente implicações de ordem neurológica.

Ao psicolinguista caberá assim também a tarefa de «mostrar», com base na metodologia seleccionada, como o conhecimento linguístico se encontra ou não dependente do conhecimento cognitivo¹⁴. Tratar-se-á pois de uma especialidade que visará tanto o estudo da linguagem como dos processos psicológicos que a implicam e a possibilitam¹⁵.

Seria bem possível que num primeiro momento se fosse levado a pensar que o psicolinguista só toma como objecto de estudo o que o sujeito falante *executa* com base num conhecimento já elaborado. Todavia a nível da aquisição da linguagem — também objecto de estudo da psicolinguística —, depara-se com o que a criança compreende e produz. Ora estas acções desempenharão sem dúvida um papel importante na construção do conhecimento (linguístico)¹⁶. Em causa estarão pois a construção do conhecimento e também dos modos de uso desse conhecimento, possibilitando o conhecimento (em construção) a sua tradução em uso, em acção. Contudo a psicolinguística não tratará exclusivamente de problemas relativos à aquisição da linguagem; ela interessar-se-á igualmente pela execução linguística, tomada a todos os níveis, de qualquer falante de uma língua natural¹⁷.

Quais serão pois os diferentes processos metodológicos que podem servir para estudar as várias facetas da execução linguística?

De um modo geral, as facetas da execução verbal que permitirão uma maior flexibilidade relativamente ao modo como possam ser abordadas e ava-

¹³ Cf. FOSS, D. J., HAKES, D. T. — *Psycholinguistics. An introduction to the psychology of language*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall, 1978, p. 4.

¹⁴ Relativamente à problemática em questão, consultar PIATELLI-PALMARINI, Massimo (org.) — *Théories du langage. Théories de l'apprentissage*, Le débat entre Jean Piaget et Noam Chomsky, Centre Royaumont pour une science de l'homme, Paris, Seuil, 1979; CHOMSKY, N. — *Rules and representations*, Oxford, Basil Blackwell, 1980; Comentários sobre CHOMSKY, N. — *op. cit.*, in «The Behavioral and Brain Sciences», 3, 1980; FODOR, J. A. — *The modularity of mind. An essay on faculty psychology*, A Bradford book, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1983.

¹⁵ Cf. FOSS, D. J.; HAKES, D. T. — *op. cit.*, p. 18.

¹⁶ Cf. DALE, P. S. — *Language development. Structure and function*, New York, Holt Rinehart and Winston, 2.^a ed., 1976, p. 101.

¹⁷ Ver, entre outros, o estudo de GOLDMAN-EISLER, F. — *Psycholinguistics. Experiments in spontaneous speech*, London, Academic Press, 1968, que se relaciona com as pausas no discurso; os trabalhos de R. S. Day sobre o «Lard Factor» na produção escrita (tópico apresentado por esta autora no curso sobre «Cognition and Language», no «Summer Institute of the Linguistic Society of America», Maryland, 1982); BRONCKART, J. P.; KAIL, M.; NOIZET, G. — *Psycholinguistique de l'enfant. Recherches sur l'acquisition du langage*, Neuchâtel — Paris, Delachaux et Niestlé, 1983, p. 272.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

liadas poderá dizer-se que são em princípio a *compreensão* e a *produção*. Por isso, considerando somente estas facetas, será possível encontrar metodologias que envolvam ou não *normas padronizadas* e que tomem como material verbal amostras de *execução livre (espontânea)* ou *provocada*. Procurar-se-á desta forma mostrar até que ponto será possível, de um ponto de vista metodológico, combinar estas quatro possibilidades¹⁸.

Execução provocada e envolvimento de normas padronizadas

No que diz respeito à execução provocada, esta poderá obter-se em princípio por meio da aplicação de um teste, normalmente padronizado, e que se destinará a avaliar com o máximo de precisão o nível linguístico — relacionado com a sintaxe, com o léxico, com a articulação, com a fluência verbal, com a capacidade de conversação, etc. — de um sujeito falante relativamente ao que se poderá considerar a *média* do respectivo grupo (etário, cultural, social, económico, etc.).

O teste, na qualidade neste caso de instrumento de auscultação das capacidades linguísticas, tem sido objecto de numerosas e porventura mesmo justas críticas. Porém essas críticas são também por vezes mal fundamentadas e revelarão a incapacidade de se saber atribuir a este instrumento o seu devido valor como meio válido num processo de discriminação das potencialidades/carências de cada indivíduo. O teste de auscultação linguística, quando devidamente adaptado à realidade em causa — o que implicará um estudo psicolinguístico da população —, ajudará a tomar consciência daquilo em que cada um necessita de ser mais apoiado e permitirá fazer pensar mais seriamente nas diferenças individuais, tal como chamou a atenção R. S. Day nos seus trabalhos.

Embora a sua pertinência seja óbvia, não se abordará neste momento a importância do teste no domínio da patologia, sobretudo no que diz respeito à reeducação da fala/linguagem, mas alertar-se-á para o facto de, para se poder exercer terapêutica devidamente, ser necessário conhecer a realidade *normal* da população. Chama-se mesmo desde já a atenção para o perigo que representam traduções «rápidas» de testes, de linguagem, por exemplo, destinados num primeiro momento a outros tipos de culturas e que esses sim poderiam ser menos aconselháveis se aplicados com base numa simples tradução, feita possivelmente por indivíduos que desconhecem a realidade psicolinguística da população em estudo.

As críticas — e essas positivas, quanto a nós — que se poderão levantar ao instrumento de análise e de avaliação que pode ser o teste residirão, em nossa opinião, na artificialidade que o poderá caracterizar. Por outras palavras, a situação criada pelo teste é de um modo geral uma situação despida da naturalidade que deve acompanhar a execução verbal, independentemente da faceta em questão. Poderá dizer-se que a aplicação do teste subestima as

¹⁸ Base importante para a constituição desta reflexão metodológica terá constituído parte do Curso sobre «Childhood Language» ministrado por Dr. J. Johnston, no Semestre de Outono de 1981, na «Indiana University», Bloomington.

capacidades do sujeito e desvaloriza a sua iniciativa, assim como as suas ideias e impedirá que os contextos linguístico e situacional, geralmente artificiais neste tipo de instrumento de avaliação, sejam de algum recurso.

Assim, se por um lado o teste pode ir ao encontro de certas exigências de investigação (linguísticas ou outras), visto que exclui possíveis referências de ordem extralinguística, paralinguística, discursiva, situacional, colocando o sujeito porventura exclusivamente face à estrutura em estudo — o que para certos estudiosos representará atingir de um modo mais directo a competência do sujeito relativamente à estrutura em questão¹⁹ —, por outro lado encontra-se desprovido de todo o cunho natural que é próprio de uma situação (linguística) normal e dificultará sem dúvida a tarefa (ao sujeito)²⁰.

O teste, como modo de abordagem e de avaliação (da linguagem), revela-se desta forma menos livre, mais condicionado, mais rígido, estando associado em grande número de casos a padronizações. O facto de existirem normas padronizadas pode contudo tornar-se negativo em virtude de o investigador poder ser levado, por vezes mesmo sem necessidade, a atribuir um determinado valor, até numérico, por outras palavras um certo «rótulo», ao sujeito. Quer isto dizer que o teste, que de um ponto de vista qualitativo poderia ser extremamente útil, corre por vezes o risco de ser interpretado simplesmente numa perspectiva quantitativa.

Ao controlar toda a situação, colocando fora de jogo a iniciativa do sujeito, a nível da produção linguística o teste dificilmente poderá oferecer dados suficientes em relação ao modo como o sujeito fala no dia-a-dia. Quanto à compreensão linguística, a situação criada por este instrumento também poderá reduzir as possibilidades de descodificação, ao despir a situação experimental de todos os ingredientes que acompanham normalmente uma compreensão em sentido lato²¹.

Terá porém de se acrescentar que, do ponto de vista experimental, uma das grandes vantagens do teste reside no facto de permitir a obtenção de médias para assim se proceder a análises estatísticas de realização cada vez menos prescindível.

Execução espontânea e não envolvimento de normas padronizadas

Paralelamente à execução provocada, poderá considerar-se a metodologia que se relaciona com o estudo da execução espontânea, livre, não provocada e liberta de normas padronizadas. Este tipo de abordagem tem a ver com a

¹⁹ Cf. KARMILOFF-SMITH, A. — *Language development after five*, in FLETCHER, P.; GARMAN, M. (orgs.), «Language acquisition», Cambridge, Cambridge University Press, 1979, p. 313.

²⁰ Como sugere A. Karmiloff-Smith, *op. cit.*, p. 314, a compreensão apoia-se em muitos factores: «sintaxe, semântica, pragmática, entoação, pressuposições, regras dialógicas, contexto discursivo e situacional». Extrair parte destes factores poderá acarretar consequentemente, como deixa entender a autora, uma maior dificuldade de (des)codificação e retirará à prova naturalidade.

²¹ Cf. a Introdução à tese de doutoramento de PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro, *op. cit.*

análise (descritiva) de amostras verbais com o objectivo de observar e descrever o que o sujeito exterioriza espontaneamente. Será este tipo de abordagem que permite sem dúvida a observação de execuções mais puras, menos artificiais, visto que o investigador deixa o sujeito falar livremente e por sua própria iniciativa.

Atendendo a que se trata de uma execução (em princípio produção) espontânea, a sua análise torna-se mais difícil e morosa, em virtude da ausência de controlo por parte do investigador. Nestas circunstâncias, é muito provável que o investigador veja ocorrer raramente ou nem veja mesmo ocorrer as unidades ou estruturas linguísticas de que pretenda fazer uma análise. Isto é, o investigador, não controlando as produções do sujeito, pode ser obrigado a recorrer a diferentes sessões até que veja surgir o item ou a estrutura de que deseja fazer um estudo. Ora poderá eventualmente acontecer que os itens ou estruturas que o investigador pretende captar sejam mesmo de baixa frequência no tipo de linguagem a que o sujeito em observação está exposto, o que dificultará ainda mais a tarefa.

Este tipo de método, próximo do *naturalista*, ao pretender efectuar a investigação, por exemplo, de uma produção mais livre, poderá revestir-se porém de uma flexibilidade tal que não possibilite uma análise estatística dos dados ²². Terá sido esta impossibilidade de tratamento estatístico que terá provocado em certos meios a organização de um tipo de abordagem que facultasse um dado tratamento quantitativo. A precisão proveniente do tratamento quantitativo tomaria no entanto corpo em detrimento do grau de flexibilidade própria, por exemplo, da produção livre e de técnicas menos rígidas ²³.

O carácter livre e o carácter *padronizado* poderão ainda sofrer outras conjugações que impedirão as situações «extremas» atrás apresentadas.

Execução provocada e não envolvimento de normas padronizadas

É possível imaginar uma situação verbal ou não-verbal e deixar que o sujeito reaja dentro de uma certa liberdade, condicionada evidentemente pela situação criada; daí o facto de esse tipo de execução ser considerada «provocada». A iniciativa não será dada na totalidade ao sujeito em virtude das condições externas impostas, todavia ficar-lhe-á reservada a possibilidade de expressar o seu modo de responder como melhor entender ²⁴.

²² A este respeito, refere B. Inhelder: «It goes without saying that results obtained by such a flexible procedure do not lend themselves to statistical treatment». Cf. INHELDER, B. — *Some aspects of Piaget's genetic approach to cognition*, in FURTH, H. G., «Piaget & knowledge», Chicago, The University of Chicago Press, 2.^a ed., 1981 (1.^a ed., 1969), p. 25.

²³ Tenham-se em mente, por exemplo, determinadas modificações introduzidas na técnica exploratória e suas implicações. Cf. INHELDER, B., *art. cit.*, in FURTH, H. G. — *op. cit.*, p. 25.

²⁴ Este é o tipo de método utilizado pela autora deste artigo em colaboração com a Professora A. Girolami-Boulinier na obtenção do material necessário ao estudo das práticas actuais da linguagem (oral e escrita). Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — «*Premiers pas*» pour un bilan international de langage, in «*Réducation Orthophonique*», Vol. 19, N.º 122, pp. 521-525, Dez. 1981; GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Collection d'Orthophonie, Paris, Masson, 1984.

Se um investigador pretende estudar, por exemplo, o emprego e a compreensão de uma dada preposição, deve provocar no sujeito, com base numa situação por ele criada e tão real quanto possível, a exteriorização que pretende analisar, no caso da produção, ou a realização de uma dada acção que lhe permita perceber se o sujeito compreendeu de modo correcto o que lhe foi referido verbalmente, no caso da compreensão.

A execução é na verdade provocada mas a situação que é apresentada ao sujeito não será rígida e não revestirá em princípio a artificialidade atribuída ao teste. Ora com um tipo de método deste género já seria possível, através do material recolhido, estabelecer tipos *médios* de comportamento, se a amostra populacional for representativa, e observar pontos de contacto e de divergência entre indivíduos.

Execução espontânea e envolvimento de normas padronizadas

Restará referir um outro método de acordo com o qual o investigador está face a execuções totalmente espontâneas, podendo contudo organizar o material recolhido de modo a conseguir normas padronizadas. Para que este tipo de método seja bem sucedido, será necessário efectuar recolhas em número bastante significativo a fim de que o investigador delas possa extrair os dados de que necessita para o levantamento das possíveis regularidades comuns às diversas execuções²⁵. A padronização obtida por este meio reside no facto de, com base no material recolhido, se poderem deduzir regras que permitam decidir se um dado enunciado, relativamente a uma determinada população, se pode ou não considerar, por exemplo, uma frase simples.

Posto perante estas possibilidades metodológicas de abordagem/obtenção/avaliação do material verbal, o investigador poderá ser levado a concluir que será pertinente, de acordo evidentemente com o tipo de estudo em questão, combinar os modos de abordar e (consequentemente) de avaliar as execuções verbais dos sujeitos.

Numa dada comunidade linguística²⁶ em que existam testes bem elaborados que permitam uma boa avaliação das diferentes capacidades verbais, o ideal seria recolher esses dados e combiná-los com os que viessem a ser obtidos por meio de um outro tipo de metodologia em que o investigador

²⁵ L. Lee utilizou exactamente este tipo de métodos com o fim de estudar a análise frásica do ponto de vista do desenvolvimento. A autora considerou os tipos de frases existentes a nível de desenvolvimento e através dos resultados obtidos pôde estabelecer regras que lhe permitiram julgar os enunciados dos diferentes sujeitos, neste caso crianças. Cf. LEE, L. — *Developmental sentence analysis*, Evanston, Ill., Northwestern University Press, 1974, Cap. 2.

²⁶ Lembra-se neste momento a existência nos Estados Unidos da América do Norte dos seguintes testes, que se revelarão do maior interesse na avaliação e selecção das capacidades verbais das crianças: «Illinois Test Psycholinguistic Abilities», «Peabody Picture Vocabulary Test», «Northwestern Syntax Screening Test», «Detroit Test of Learning Aptitude», «Assessment of Children's Language Comprehension», «Full-Range Picture Vocabulary Test» e «Test for Auditory Comprehension of Language». (Estes são porventura os mais conhecidos e os mais aplicados.) Cf. DARLEY, F. L., SPRIESTERSBACH, D. C. — *Diagnostic methods in speech pathology*, New York, Harper & Row, Publishers, Inc., 2.^a ed., 1978, p. 135 e segs.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

se limitasse a descrever amostras recolhidas de um modo mais espontâneo. Este tipo de combinação seria assim sobretudo usado em comunidades onde existissem instrumentos de avaliação providos de normas padronizadas.

É evidente que o problema da padronização, que se ligará neste caso essencialmente ao instrumento teste, tem de ser considerado com as devidas precauções, uma vez que será imprescindível ter em linha de conta uma série de variáveis que podem perfeitamente afectar os resultados. Entre essas variáveis, de acordo com Weiner e Hooock²⁷, contam-se a idade, a capacidade de audição, o meio sócio-económico e a etnia a que o sujeito pode pertencer. Com isto os autores pretendem referir que, se as normas tiverem de se aplicar a sujeitos provenientes de grandes cidades, de cidades de província e de comunidades rurais, as amostras terão de ser recolhidas nessas áreas. Para além disso, a testagem, segundo os autores, terá de ser realizada dentro de um certo período de tempo e o tratamento estatístico dos dados terá de ser o mais completo possível.

Numa perspectiva psicolinguística e no que se refere mais propriamente à realidade portuguesa, ainda continuará a parecer mais viável um tipo de método que permita a obtenção de um material verbal motivado pela presença de uma situação criada (verbal ou não-verbal). A situação que se criar passará obviamente pelo tipo de técnicas a seguir dentro do método escolhido. Crê-se porém que este método, que se pode aplicar a um grande número de sujeitos (crianças ou adultos) de diferentes grupos etários e de variados meios sociais, culturais e económicos, poderá permitir um estudo mais ou menos profundo, de acordo com o pormenor a que descer a análise dos resultados, mas real de cada grupo, para daí se extrair, tanto quanto possível, um comportamento *médio* (verbal) da população em causa.

Consequentemente, afigura-se do maior interesse para a nossa língua estudar a realidade psicolinguística portuguesa usando porventura os resultados obtidos nas execuções motivadas por situações criadas aos sujeitos, em virtude da morosidade e da dificuldade que implica a análise de materiais recolhidos em situações livres, e elaborar testes sobre as diferentes capacidades linguísticas, especialmente com o fim de averiguar (investigar) o modo como o sujeito reage ao longo do inquérito e não com o objectivo exclusivo de lhe atribuir um valor numérico final. Chama-se mesmo a atenção para o facto de num estudo psicolinguístico se tornar imprescindível a obtenção/análise dos tipos de resposta obtidos. Importa por isso auscultar, através dos tipos de resposta encontrados, o percurso que o sujeito realiza até alcançar o pleno domínio de um determinado material verbal. Os testes teriam assim como principal função orientar o investigador (e até o pedagogo) e ajudar a encaminhar o sujeito nas suas exigências/carências. Por outro lado, trariam ainda certamente contributos importantes, por exemplo, no domínio da neurolinguística, dado o seu desejado poder discriminativo.

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto

²⁷ Cf. WEINER, P.; HOOOCK, W. C. — *The standardization of tests: criteria and criticisms*, in «Journal of Speech and Hearing Research», 16, 1973, pp. 616-626, referido por DARLEY, F. L.; SPRIESTERSBACH, D. C. — *op. cit.*, pp. 135-136.

A PROPÓSITO DE MORFEMAS CONTRASTIVOS EM PORTUGUÊS :

Um «mas» de exceção / provocação ¹

Embora sempre que surjam «mots du discours» ² contrastivos, se aponte para uma polaridade, um contraste valorativo ou semântico, é possível determinar uma gradação na precisão ou explicitude desse mesmo contraste, — tanto mais que a própria noção de *contraste* recobre uma grande variabilidade de relações, como as de complementaridade ou simples disjunção conjuntista, oposição polar/contrapolar, negação (em todas as variações da sua axiomática proposicional), incompatibilidade, inversão de sentido vectorial ou de antonímia em certo sentido técnico ³.

A instrução dada pelo morfema contrastivo é geral, de âmbito largo, ou pelo menos variável, podendo sumariamente interpretar-se por:

Procure qual é o contraste

ou, talvez de modo mais esclarecedor:

Distribua tese e antítese

Pode haver, no entanto:

— contrastes já incritos em competência, já lexicalizados, morfemáticos, como aquele que ressalta da construção:

(1) Não é bom mas mau

— explicitação eventual do tipo de contraste por outros segmentos que não o operador contrastivo; pode ocorrer em contrastes axiológicos específicos (caro/

¹ Esta nota de investigação constitui uma adaptação de uma parte do II capítulo da minha dissertação de mestrado apresentada em 1986 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Utiliza-se a expressão proposta por Ducrot para designar certos morfemas com evidente valor argumentativo (cf. DUCROT, O.; et alii — *Les mots du discours*, Paris, 1980).

³ De KATZ, J. J., 1972.

/barato; agradável/desagradável; bonito/feio) ou de carácter mais neutralmente semântico como na construção:

(2) Foi mas voltou

— contrastes definidos num quadro axiológico vasto, dentro de Normas ou Verdades geralmente aceites, verdades do «diz-se», ou verdades «lugar-comum», que podemos genericamente identificar com a *vox populi*, como em:

(3) É velho, mas folgazão;

(4) É poeta mas é um homem com os pés na terra;

— contrastes que se verificam dentro do quadro axiológico de um grupo social ou cultural restrito, dentro de uma dada formação ideológica (mais ou menos sectorial e polémica), como no exemplo mencionado por linguistas norte-americanos que reflecte uma dada clivagem doutrinária:

(5) F é republicano, mas honesto

— finalmente, casos há em que o elemento introduzido por *mas* é mais do que novo, é inovador; só se explicam os casos deste tipo como casos de um fazer-se da própria língua, como na construção:

(6) É vinho, mas vinho

em que temos um *mas* de redefinição.

O *mas* de excepção/provocação define um contraste num quadro axiológico de grupo restrito, correspondendo a determinada formação ideológica, como adiante se verá.

Mas procuremos explicitar o mecanismo suscitado pelo uso de contrastivos. Numa tentativa de nos aproximarmos de um conceito lógico de contraste, verificamos que este pode ser entendido como uma alteração de um esquema de implicação. De facto, o contrastivo contraria um nexos causal ou condicional de que aparece como sendo uma extensão, reformulação ou denegação. O contrastivo introduziria uma asserção com carácter de certo modo inesperado, uma especificação em certa medida contra-expectativa. Normalmente, não se verifica uma invalidação da implicação, mas um questionamento ao nexos implicacional através de uma extensão ou modalização. Tudo isto se traduz por uma junção de elementos antagónicos (até à exclusão recíproca) que representa uma quebra de regularidade e é por esse mesmo facto contra-expectativa. Em termos dialógicos, suponhamos que a utilização de *mas* na frase:

(7) Choveu, mas as ruas não estão molhadas

$p \quad \wedge \quad \sim q$

significa que o locutor supõe previamente enunciada ou tida como verdadeira a condicional ($p \Rightarrow q$), manifestando ou contrapondo a existência de um caso

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

que (ele, pelo menos) infirma tal condicional. Note-se que uma abordagem deste tipo considera a relevância semântica da relação estreita que de facto existe do ponto de vista morfológico, sincrónico e sobretudo diacrónico, entre conectores condicionais e contrastivos.

Admitindo que o enunciado da frase total pretende ressaltar a contradição, há um modo de construir essa ressalva: conceber que estamos perante uma preposição cuja validade sob todos os valores de um índice depende de uma condição (não necessariamente explícita) R; a regra expressa nesta condicional é universal dentro de determinados pressupostos aqui representados pela condição R; e então pode admitir-se que, sob condição S, diferente de R, se verifique pelo menos um caso contraditório $p \wedge \sim q$. Teríamos portanto:

$$\begin{aligned} R &\Rightarrow \forall i (p \Rightarrow q)^i \\ S &\Rightarrow \exists i (p \wedge \sim q)^i \end{aligned}$$

o que constitui um alargamento, quanto à gama de variabilidade do antecedente, da condição suficiente que é efectivamente considerada no cotexto, contexto ou pre-texto dialógico. O segundo elemento da frase representa um acréscimo informativo pela explicitação de que a implicação de $\forall i (q \Rightarrow p)^i$ depende de uma condição R, pois, sob condição diversa S, se pode produzir pelo menos um caso de conjunção $p \wedge \sim q$ contraditória dessa implicação. Nesta frase *mas* efectua portanto uma conjunção lógica e ainda *mais* (+) «qualquer coisa», especificado num número determinado de informações quer quanto à expectativa pre-existente de uma dada regularidade (ou condicionamento), quer quanto a algo que, como excepção à regra, obriga à sua revisão; isto pode ser formulado de dois modos possíveis; ou em termos probabilitários, estando pressuposta uma baixa probabilidade de ocorrer a conjunção de um facto p e de um facto q, e esta, no entanto, verifica-se, ou postulando que a regra só se verifica sob dada condição suficiente R, como agora propomos.

Sob condição $S \neq R$ verifica-se a existência de casos (ou pelo menos um) não previstos na regra. Houve um movimento dialógico, ou dialéctico de reformulação, desencadeado pela *Tese* de uma formulação geral invalidada (anti tese) em dada instanciação.

A análise de outros exemplos parece confirmar que nas construções com *mas* há um mecanismo de invalidação de uma condicional (implicação) sob determinada circunstância que pode traduzir-se por índices diferentes de tempo ou lugar. Atente-se na frase:

(8) Às refeições, não bebo champanhe; mas em festa de anos bebo.

$$\begin{aligned} R &\Rightarrow \forall t (r \Rightarrow \sim q)^t \\ S &\Rightarrow \exists t (r \wedge q)^t \end{aligned}$$

sendo:

R — tratando-se de refeições comuns

S — tratando-se de refeições de festa

r — refeição

e também na frase:

- (9) Com chuva não se pode ir⁴ ver montras, mas no centro Brasília pode-se.

$$R \Rightarrow \forall i (c \Rightarrow \sim v)^i$$

$$S \Rightarrow \exists i (c \wedge v)^i$$

A condição excepcional S corresponde a um índice diferente de tempo e/ou lugar na frase (8) e de lugar na frase (9). Na frase:

- (10) Come desalmadamente mas não engorda

há pressuposta a implicação ($cd \Rightarrow e$) e afirma-se um caso em que se verifica $c \wedge \sim e$. Logo, torna-se claro que a regra se verifica sob determinada condição R e não sob uma condição diferente, que podemos designar, como anteriormente por S; ou seja:

$$R \Rightarrow \forall i (cd \Rightarrow e)^i$$

$$S \Rightarrow \exists i (cd \wedge \sim e)^i$$

sendo $\exists i (cd \wedge \sim e)$ implicado por $(cd(\alpha) \wedge \sim (e(\alpha)))$ em que α é uma constante (generalização existencial).

Note-se que em relação às frases anteriormente analisadas, no discurso temos simplesmente algo que simbolizamos por $p \wedge \sim q$, só que o conector *mas* (p mas q) contém uma instrução semântica (e às vezes, pragmática) que desencadeia no receptor um raciocínio do tipo mencionado. Noutros termos, e desenvolvendo uma ideia anterior: As fórmulas que aqui se apresentam resultam de uma *síntese* que em termos de lógica formal, compatibiliza uma *tese* universal e uma *anti tese* existencial que em termos dialógicos podem ter suscitado certo senso de incompatibilidade. O contrastivo instrui o alocutário sobre a necessidade de *recriar* a diversidade de condições R e S, de compatibilização.

Se quisermos enumerar o conjunto de mecanismos presentes nas frases com a adversativa *mas*, obteríamos o seguinte:

- invalidação de um nexos implicacional (frase proferida, sugerida ou Norma suposta verdadeira para grupo mais ou menos restrito);
- nova afirmação de rectificação, que representa um acréscimo informativo em relação à negação anteriormente efectuada, especificação em certa medida contra-expectativa de que a conjunção $p \wedge \sim q$ se verifica sob dado índice ($\exists i$) e sob condição S;

⁴ Está-se aqui a tomar *poder ir* como núcleo do predicado, abstraindo do valor modal do verbo auxiliar; aqui só interessa a potencialidade do antecedente.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

— na afirmação proferida, a asserção introduzida por *mas* comanda a orientação posterior do discurso ou pelo menos constitui uma proposta de tematização para esse discurso.

O interesse da análise das contrastivas em contexto e cotexto consiste em que elas apontam para as frequentes fracturas dialogais de coerência que obrigam a reformular as regularidades previstas por formações ideológicas sempre mais ou menos instáveis.

Um exemplo claro deste sentido dos contrastivos surge nas frases com *mas* de excepção/provocação que analisaremos utilizando a hipótese explicativa proposta. Uma frase como

(1) Ele é republicano, mas honesto

tem sido analisada por diversos autores e tem levantado alguma polémica. Segundo Ducrot, este caso integrar-se-ia sem mais problemas na explicação do funcionamento do morfema *mais* que este autor propõe⁵:

$p =$ é republicano seria argumento conducente a r : é desonesto
 $q = \sim r$: é honesto.

Robin Lakoff⁶ intitula este *mas* «denial of expectations but» que conteria a asserção

«É republicano e honesto»

e a pressuposição

«Como é republicano existe a expectativa de que é desonesto».

Ambas as explicações consideram pressuposto um mecanismo de implicação segundo o qual «ser republicano» implica ou é pelo menos razão para «ser desonesto»; ora estamos muito longe disso: não há nenhum motivo para «é republicano» ser argumento conducente a $r =$ é desonesto como propõe Ducrot, nem para existir a expectativa de ser desonesto dado o facto de ser republicano como supõe Robin Lakoff. Mais recentemente Shapira⁷ em trabalhos sobre o

⁵ Em particular cf. DUCROT, O., et alii — *op. cit.*, (pp. 98-101).

⁶ Cf. LAKOFF, R. — *If's and's and but's about conjunction*, in: J. Fillmore (ed.), *Studies in Linguistic Semantics*, New York, 1971, pp. 115-150. Para Lakoff o «denial of expectations but» exemplificado na frase «John is tall but is no good at basketball» contém:

— uma asserção total «John is tall but is no good at basketball»;

— pressuposição da existência de conexão entre «ser alto» e «ser bom no basketball» ou seja «If someone is tall, than one would expect him to be good at basketball». A pressuposição envolve uma tendência gerat de expectativa que seria denegada na asserção total.

É ainda posto em evidência o carácter assimétrico do *but* de «denial of expectations», que, consequentemente, não seria reversível e teria todas as restantes características da coordenação assimétrica.

⁷ Cf. SCHAPIRA, C. — *Un mais qui introduit l'exception*, in: «Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes», Aix-en-Provence, 1983, vol. 4, pp. 505-512, e também, «Mais» entre deux adjectifs, in «Linguisticae Investigaciones» 9/1 (1985).

francês *mais* considera este uso da conjunção como um *mas* que introduz a excepção. Segundo esta autora, neste caso, a construção *p mais q* significa a excepção e está construída sobre um silogismo B, mas não C, sendo:

a premissa maior A :	Os republicanos são desonestos
a premissa menor B :	Ele é republicano
a conclusão C :	Ele é desonesto (coincidente com a conclusão r definida por Ducrot)
~ C :	Ele é honesto

Ora este silogismo pressuposto é essencial e segundo Shapira ou é opinião partilhada por locutor e interlocutor como na frase acima ou então é um preconceito, uma ideia preconcebida como em

- (12) É sueco, mas é moreno
- (13) É poeta, mas é um homem realista
- (14) É estrangeiro, mas conhece bem Paris.

Para estas três frases a premissa maior seria respectivamente

- Os suecos são geralmente loiros
- Os poetas são sonhadores
- A maioria dos estrangeiros não conhece bem Paris.

Embora a classificação da Shapira seja plausível, há, no entanto, um factor que parece evidente e de que esta autora não se apercebe ou pelo menos não refere, a saber: a excepção só funciona, só tem sentido dentro de *um grupo* que *reconheça a regra*. E aqui podemos voltar às explicações de Ducrot e de Robin Lakoff; dentro de um grupo, dentro de uma determinada formação ideológica (cultural) *p*: é republicano é argumento conducente a *r*: é *desonesto* como supõe Ducrot, e se: *ele é republicano* cria-se a expectativa de que é *desonesto* como supõe Robin Lakoff; mas só neste quadro, isto é, tomando em consideração uma verdade de grupo, é que as duas explicitações ganham plausibilidade. De facto, só se a regra da premissa maior fizer parte das normas (máximas) axiológicas de um grupo é que temos um *mas* de excepção.

Em: (11) É republicano mas honesto

mas introduz a excepção ou funciona como *mas* de excepção para um grupo de liberais no contexto norte-americano actual ou para um grupo de monárquicos noutro contexto espacial e/ou histórico.

Em relação aos exemplos (13 a 15) parece tratar-se de «excepções» a regras ou normas menos restritas a determinadas formações ideológicas, mais próximas de verdades tipo lugar-comum. De facto diz-se que os poetas são sonhadores... etc.

Quanto ao uso deste *mas* funcionando como *mas* de provocação também pode ser entendido no quadro aqui proposto. Trata-se em certos casos de *mas* de excepção para um determinado grupo e de *mas* de provocação para

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

interlocutores de outras formações ideológicas que não partilham as mesmas normas. Tal é o caso dos *mas* das frases seguintes:

- (15) F. é comunista, mas não come criancinhas ao pequeno-almoço
- (16) F. é do P.S.D., mas é um homem sério
- (17) F. é do P.S., mas sabe usar a cabeça
- ou (18) A namorada do teu filho é mãe solteira, mas é boa rapariga.

Trata-se de *mas* de excepção ou de provocação conforme o Interlocutor partilha ou não a regra pressuposta isto é, determinado conjunto de Máximas ou de Verdades de grupo em que se integra a regra da premissa maior.

Utilizando o esquema explicativo do funcionamento do contrastivo *mas* já proposto anteriormente teríamos por exemplo na frase (11):

REGRA

$$R \Rightarrow \forall i (p \Rightarrow q)$$

ser republicano ser desonesto

EXCEPÇÃO

$$S \Rightarrow (p \wedge \sim q)$$

(repub. (x) honesto (x))

sendo R: condição de que depende a condicional; inclui um conjunto de normas partilhadas, de grupo, correspondendo portanto a uma dada formação ideológica ou cultural e S: condição diferente de R, a circunstância excepcional.

Como notas finais, saliente-se que se o *mas* de excepção já representa um acréscimo informacional muito considerável visto que introduz um caso de baixa probabilidade de ocorrência o *mas* de provocação é ainda mais informativo porque veicula

1. A excepção.
2. A própria regra.

Saliente-se ainda, que neste tipo de construções, a necessidade de estudar o discurso em situação (o contexto e o cotexto) é uma consequência do desconhecimento da tábua de valores ou assunções classificatórias do Locutor/Interlocutor. Concluindo, há razões para crer que nestas construções com *mas* existe um conjunto de convenções semânticas/axiológicas que são Máximas ou Normas de grupo que o Locutor toma como sendo comuns a ele e ao Alocutário, ou então como atitude auto-demarcadora se não mesmo impositiva.

Clara Araújo de Barros

VIVIEN AND GUI IN THE «CHANSON DE GUILLAUME» (G₂)

Stories of Guillaume d'Orange and his family were clearly favoured by the poets and public of pre-courtly and courtly France: evidence of this popularity is to be found in the large number of extant manuscripts of the twenty four «chansons» which make up the *Garin de Monglane* «geste». The exploits of some six generations of the *Garin de Monglane* family (i.e. Guillaume and his relations) are described in these twenty four poems, which are, with the exception of the *Chanson de Guillaume*, preserved in cyclic manuscripts. It is probable, as Bédier remarks, that in the thirteenth and fourteenth centuries, when the manuscripts were written, these «chansons» were read as if they formed a single, if extended, narrative¹. Therefore, the British Museum manuscript, for example, records eighteen of the «chansons» in that cycle, beginning with *Garin de Monglane*, which tells of Guillaume's great grandfather's adventures, and ending with *Foucon de Candie*, which describes the exploits of a nephew of Guillaume's nephew, Vivien.

The «chansons» of the cyclic manuscripts do not, however, form a single narrative. They were produced by different poets and at different times; the first poem in this group to have been composed was, without doubt, not *Garin de Monglane* (i.e. the first in the British Museum manuscript) — which was probably a much later work —, but presumably one which told of Guillaume himself: later additions to the cycle were then narratives dealing with that character's youth and old age, and stories of Guillaume's relations. In the past, it has been one of the primary tasks of «chanson de geste» scholarship to determine which events and characters were at the origin of the epic legend surrounding Guillaume d'Orange.

Originally, scholars believed that Guillaume's nephew Vivien was a fairly late addition to the cycle. However, at the beginning of this century, the discovery of the *Chanson de Guillaume* manuscript demonstrated that the opposite was, in fact, true. That poem is the oldest preserved work in this cycle², and the dominant rôle which Vivien plays in the first part of the action

¹ BÉDIER, J. — *Les Légendes Épiques. Recherches sur la Formation des Chansons de Geste. I. Le Cycle de Guillaume d'Orange*, Paris, 1914, p. 8.

² The poem has been dated as early as 1080 (cf. SUCHIER, H., ed. — *La Chanson de Guillaume*, Halle / Saale, 1911, who considers only the first 1980 lines of the poem) and as late as 1200 (cf. McMILLAN, D., ed. — *La Chanson de Guillaume*, Paris, 1950); there can, however, be little doubt that this is the earliest recorded poem in this cycle (cf. BÉDIER, J. — *op. cit.*, pp. 85f., and more recently, WATHELET-WILLEM, J. — *Recherches sur la Chanson de Guillaume*, Paris, 1975, vol. I, pp. 651ff.).

of the *Chanson de Guillaume* clearly indicates his importance at the origins of this «geste».

It is now generally agreed among critics that the *Chanson de Guillaume* is a composite work — Frappier, for example, divides the poem into two parts: G_1 (from line 1 — 1980) and G_2 (from line 1981 — 3554)³. However certain scholars have held that the poem should be viewed as a whole: thus Bédier treats the work as if it has narrative unity⁴, and Adler, basing his argument on an appreciation of medieval aesthetics, defends the idea that this «chanson» is a structural entity⁵. These opinions are not, however, shared by the majority of critics: Suchier (whose edition of the poem is limited to the first 1980 lines of the manuscript)⁶, Becker⁷, Frappier, Riquer⁸ and Wathelet-Willem⁹ are among the many scholars who believe that the first part of the poem, which is dominated by the Vivien and Guillaume actions, ends with the narrator's comment «Ore out vengu sa bataille Willame» (1980)¹⁰, indicating that Guillaume has beaten the heathen invaders. All those scholars believe that the second part of the poem, which is dominated by the Guillaume and Rainoart actions, begins on the following line, with Guillaume, accompanied by his nephew Gui, riding across the battlefield after a defeat, and subsequently finding the moribund body of another nephew, Vivien: for those critics the many incongruities to be found when comparing the first and second parts of the work (G_1 and G_2 respectively), make it impossible to believe that the *Chanson de Guillaume* is not a composite work¹¹. Indeed, one of the most flagrant contradictions of the poem as a whole has been seen in the martyr Vivien's death: in the *Chanson de Guillaume* Vivien would appear to die twice¹², once at the end of the first battle on l'Archamp, where his apparently lifeless body is hidden by his heathen attackers (cf. 926f. — i.e. in G_1) and again later, in his uncle Guillaume's arms, but this time after having confessed his sins and been given the last rites (cf. 2052 — i.e. in G_2).

In a relatively recent article on the subject of the composition of the *Chanson de Guillaume*, «La mort de Vivien et l'épisode de Gui»¹³, Burger, who concurs with the opinion expressed by the majority of critics that this work is a conglomerate of earlier poems, does not agree that the first part of

³ FRAPPIER, J. — *Les Chansons de Geste du Cycle de Guillaume d'Orange (Vol. I. «La Chanson de Guillaume», «Alicans», «La Chevalerie Vivien»*, Paris, 1955 (cf. pp. 144f.).

⁴ BÉDIER, J. — *op. cit.*, (cf. pp. 346ff.).

⁵ ADLER, A. — *Rainoart and the Composition of the Chanson de Guillaume*, in «*Modern Philology*», 49 (1951-52), pp. 160-171.

⁶ SUCHIER, H. — *op. cit.* (cf. pp. XXXff.).

⁷ BECKER, P. A. — *Das Werden der Wilhelm- und der Aimerigeste*, Leipzig, 1939 (cf. p. 189).

⁸ DE RIQUER, M. — *Les Chansons de Geste Françaises*, Paris, 1956 (cf. p. 142).

⁹ WATHELET-MWILLEM, J. — *op. cit.* (cf. pp. 393ff).

¹⁰ Edition of text used: McMILLAN, D. (ed.) — *op. cit.*

¹¹ For a complete study of the many disparities which exist between G_1 and G_2 cf. WATHELET-WILLEM, J. — *op. cit.*, pp. 393-453.

¹² King Deramed also dies twice in the *Chanson de Guillaume*, as does the heathen Alderufe.

¹³ BURGER, A. — *La mort de Vivien et l'épisode de Gui*, in «*Travaux de Linguistique et de Littérature*», 16 (1978), pp. 49-54.

the narrative ends on line 1980. To defend his point of view Burger refers to the *Chanson de Roland*, where, towards the end of that narrative, on line 3649, the narrator remarks «E Charles ad sa bataille vencue», although this is not yet the case. Therefore, Burger argues, the comment on line 1980 of the *Chanson de Guillaume*, referred to above, does not indicate that Guillaume has won, and thus in no way denotes that the first part of the poem ends here (pp. 49f.). Burger goes on to argue that Vivien's confession and death scene (i.e. the first scene of G₂), is, in fact, a continuation of the first part of the poem: according to that critic, there is no concrete proof in the text that Vivien had died, after earlier having been seriously wounded in the head by a heathen warrior (line 920) (pp. 50f.). After having subsequently reminded the reader of the allusions to Christ's passion which earlier critics had seen in Vivien's death scene in G₁ (i.e. lines 760-928), Burger then interprets the scene of Vivien's confession and death (i.e. lines 1988-2052) as analogous to Christ's Resurrection (p. 51).

That critic also argues that the scenes which feature the character of Gui, who appears in both G₁ and G₂, and is, it will be remembered, Vivien's younger brother, are not part of the original Guillaume poem; according to Burger that primitive poem was initially composed of all the Vivien episodes which are in the *Chanson de Guillaume*, and the rest of G₁ up to (but not including) those scenes in which Gui is featured. For Burger, the character of Gui does not fit into the context of the original Guillaume poem because the comic element which surrounds Vivien's brother, and the fact that he illustrates the τῶπας «puer senex», which, according to Burger, only appears in French epic poetry at the end of the twelfth century, would indicate that he belongs to an epoch later than that with which the primitive «chanson» is associated (pp. 52f.).

Clearly, many of the points raised by Burger are open to objection. When, for example, taking into account the comic element which surrounds Girard, a character who, without doubt, also exemplifies the τῶπας «puer senex», and obviously one of the original figures of the Vivien / Guillaume legend, it is impossible to accept Burger's argument that Gui, who so manifestly resembles Girard, belongs to a later epoch than the other characters of G₁: Gui is probably as much an integral part of the G₁ poem, as is Girard.

The reasoning behind Burger's claim that the scene of Vivien's death and confession (1988-2052) is analogous to the Resurrection of Jesus is also not easily defensible: Burger claims we have no proof that Vivien dies at the end of the first battle on l'Archamp (the critic therefore concludes that after his body has been hidden by the Saracens, Vivien lives on, unconscious, for an indeterminate time, until he is found by his uncle Guillaume). Yet, to sustain his argument that the first scene of G₂ has, in fact, been modelled after the Resurrection, we must assume that Vivien had, at some stage, died: obviously, Jesus' Resurrection only occurs after His death. Indeed, had some such miracle taken place, then doubtless the narrator would have commented upon it, as he did after the divine intervention which brought about the Christian victory at the end of the third battle on l'Archamp (cf. «Ço fu grant miracle que nostre sire fist» — 1858).

Although it is possible that the narrator's reference «Ore out vencu sa bataille Willame» (1980) might, as Burger contends, not signify that the first

part of the narrative ends here, other, more convincing arguments speak against this interpretation. In his lament before Vivien's confession, Guillaume speaks of his nephew's investiture at Termes (2003); however, those references made by Vivien in G_1 to his oath (cf. 288ff.; 808ff.), nowhere mention Guillaume's palace at Termes, nor indeed, that his oath had been made in his uncle's presence: the localisation of Vivien's oath-taking ceremony at Guillaume's palace is not a feature of G_1 , but is a later development of the Vivien tradition (i.e. it is described in *Chevalerie Vivien* and is mentioned in *Aliscans*). Equally, the description of Vivien in G_2 is clearly not the same as the portrayal we are given of Vivien in G_1 : although Vivien in G_1 is not very old, he is certainly not as young as Vivien in G_2 . In the first part of the narrative Vivien is described as having a beard (cf. the narrator's comment: «Dunc tort ses mains, tire sun chef e sa barbe» 474), which would certainly indicate that he is well past the age of puberty. Yet, in his lament in G_2 Guillaume says of his nephew: «Vivien, sire, mar fu ta juvente bele, / Tis gentil cors e ta tendre meiselle!» (2001f.). Here there would appear to be no question of Vivien having a beard: his «tendre meiselle» is characteristic of tender youth, i.e. Vivien in G_2 has not yet reached the age of puberty. The later poems of the cycle which deal with Vivien lay great emphasis on his youth: this does not occur to such an extent in G_1 , which is the oldest surviving «chanson» to deal with Guillaume and his nephew. It is apparent, therefore, that Vivien in G_1 and Vivien in G_2 are not the same characters, and it is thus impossible to argue that Vivien's confession scene is a continuation of G_1 .

It is thus clear, that the traditional division of the *Chanson de Guillaume* into two narratives (i.e. Frappier's G_1 and G_2) would still appear valid. However, despite the obvious objections to Burger's interpretation of the *Chanson de Guillaume*, that critic does uncover a problem which earlier scholars would not appear to have considered of great relevance¹⁴: i.e. Gui's absence at Vivien's death scene. It is, indeed, most strange that Vivien's brother Gui, who is, after all, only a short distance from his uncle, when the latter, on finding Vivien's body, hears his confession and gives him the last rites, should apparently show no compassion, and take no interest, in his brother's death. When discussing the absence of Gui at the beginning of G_2 , Burger notes: «L'interpolateur a bien senti qu'il [Gui] était de trop dans la scène de la rencontre de Vivien et de son oncle et s'en est débarrassé vaille que vaille» (p. 52). It is, indeed, possible that the poet who was responsible for the *Chanson de Guillaume* felt that Gui did not fit into the scene of Vivien and Guillaume's meeting: but since Gui was, in all probability, never a feature of the original scene which depicted Vivien's confession to his uncle, the poet did not have to eliminate him from it, as Burger suggests. Those scenes in G_2 which feature Gui and Vivien have, in all likelihood, been introduced into the *Chanson de Guillaume* from independent sources.

¹⁴ WATHELET-WILLEM — *op. cit.*, notes: «Au début de G_2 , le responsable du texte de Londres est manifestement encombré de ce personnage qui suit Guillaume, mais qui n'a plus de rôle à jouer dans la suite» (p. 535). She does not, however, develop this point further.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

To prove my point, I shall now briefly examine the episode in question: *laisse* CXXXI (i.e. the beginning of G_2) starts with the narrator telling his audience that Guillaume and his nephew, Gui, are riding across the battlefield:

Li quons Willame chevalche par le champ,
Tut est irez e plein de maltalant,
Rumpit les laz de sun healme luisant,
Envers la terre li vait mult enbronzant,
Sa bone enseigne teinte en vermeil sanc.
Mult grant damage trove de sa gent;
Guiot le vait de loinz adestrant. (1981-1987)

There can be little doubt that this scene is quite different in character to the preceding episode (in which Gui beheads the heathen King Deramed, and Guillaume wins the battle): the atmosphere is one of defeat rather than of victory — indeed, this is one of the reasons which has lead critics to see this scene as the beginning of G_2 . Gui is at a distance from his uncle: it is possible that the poet is trying to prepare the public for that character's absence from the following scene, for the next line marks a switch in the story-line from Gui to Vivien. The narrator tells his audience:

Vivien trove sur un estanc (1988).

Guillaume, and not Gui, finds Vivien: from this moment until after Vivien's death, Gui disappears from sight. What follows is, without doubt, one of the most moving episodes in the whole Guillaume cycle (i.e. Vivien's confession and death). However, it is not my intention here to examine this confession scene: of import for the present discussion is the fact Gui has no place in it¹⁵.

After Guillaume has given his nephew the Sacrament, the narrator describes Vivien's death, and Guillaume's subsequent reaction:

L'alme s'en vait, le cors i est remés.
Veit le Willame, comence a plurer.
Desur le col del balçan l'ad levé,
Qui l'en voleit a Orengre porter. (2052-2055)

It is, then, Guillaume's intention to take his nephew's corpse back to Orange. However, because he is attacked by fifteen heathen kings, he is unable to do so: Guillaume is forced to lay Vivien's body on the ground so that he can defend himself. The narrator then continues:

E ces quinze l'unt del ferir ben hasté,
Que par vife force unt fait desevrer
L'uncle del nevou qu'il poeit tant amer. (2069-2071)

¹⁵ It is natural that at Vivien's death Guillaume and not Gui should be present since, in Old French epic poetry the family relationship of greatest intimacy was that which existed between uncle and nephew (cf. FARNSWORTH, W. O. — *Uncle and Nephew in the Old French Chansons de Geste. A Study in the Survival of Matriarchy*, New York, 1966).

This reference to Guillaume's nephew (which is assumed to be Vivien) would make perfect sense, were it not for the following lines:

Puis unt Sarazins Guiot environé,
E sun cheval suz li li unt mort getet,
E li enfes est a tere acraventé. (2072-2074)

Suddenly, there is a very awkward change in the action (back from Vivien to Gui): Gui is taken prisoner. Yet now it appears that the «neveu qu'il poeit tant amer», from whom Guillaume is separated, could equally well be Gui: the poet has been so inept in this switch from the Vivien to the Gui action that it is difficult to understand to whom he is referring. For the rest of that laisse Vivien's younger brother, Gui, motivates the action. At the end of that strophe the narrator, in reference to Gui, notes:

Par devant le cunte l'unt mené as niefs,
E li quons Willame s'est mult adolusez.
Turne as Sarazins cum hom qui est irrez;
Quinze en ad morz e seisante nafrez,
Si que nuls ne pout ester sur ses piez. (2086-2090)

The anger which Guillaume shows the enemy here is certainly a reaction to what the Saracens have just done to Gui (i.e. they have taken him prisoner): these killings were not apparently motivated by the memory of Vivien's martyrdom. It is therefore evident that as soon as Gui comes back on the scene, Guillaume appears to forget Vivien: indeed, directly after Gui is attacked by Saracen warriors, the fifteen kings which had separated Guillaume from Vivien are also forgotten.

We can therefore see that a scene which depicts Gui is followed, without a change of location, by one which describes his brother Vivien, and this in turn is succeeded by one which features Gui again: there is, however, no interaction here between the two narrative strands, indeed, they appear quite separate from each other. It is, of course, possible that Vivien does not play a rôle in Gui's scenes, and that Gui is not featured in the episode which depicts Vivien's death, simply because neither of these characters has a *function* in each other's scene: i.e. Gui has no place at Vivien's confession and Vivien is not part of the Gui action. However, these sudden switches in the story-line are significant because they can give us important clues as to the composition of this «chanson». The awkward changes in the narrative referred to above are probably due to the work of an inept «remanieur», and, most likely, reveal the points of connection between episodes which have been incorporated into the *Chanson de Guillaume* from independent sources.

As was noted above, the *Chanson de Guillaume*, as a whole, has long been considered a composite work; yet what the abrupt changes in the story-line referred to above show us, is that even so small a section of text as the first 119 lines of G_2 , is probably composed of a combination of scenes from disparate works. Thus, it is likely that those scenes in G_2 which feature Gui (i.e. 1981-1986 and 2072-2090) have been introduced into this poem from a different origin (or

are perhaps the work of the poet who was responsible for the *Chanson de Guillaume*: the fact that after his capture by the heathens, Gui is no longer of importance to the plot would seem to uphold this point of view¹⁶. Similarly, the whole scene which deals with Vivien's death and confession in G_2 (i.e. 1988-2071) also seems quite independent of the rest of the poem. Although Vivien's death is referred to later in the work (cf. 2255; 2342; 2467; 2483; 2518), no further mention is made of the confession, or death¹⁷: therefore it is probable that the Vivien scene in G_2 has also been introduced here from some independent source. The scenes which deal with Gui and Vivien are, therefore, quite probably, interpolations in the G_2 narrative.

As was noted at the beginning of this article, in the thirteenth and fourteenth centuries, when the cyclic manuscripts were written, the «chansons» in the Guillaume cycle were read as if they formed a single if extensive narrative: the only poem in this cycle not to be included in these manuscripts is the *Chanson de Guillaume*. Most critics agree that the *Chanson de Guillaume*, as a whole, is composed of two distinct parts (G_1 and G_2). Indeed, it was suggested by Suchier that the first part of the work was comprised of two originally independent poems: one describing the exploits of Vivien, and the other those of Guillaume¹⁸, and Weeks postulated that the last 906 lines of the «Chanson» were based on an independent Rainoart poem¹⁹. All these theories lead us to believe that the *Chanson de Guillaume* is a very composite work, and one cannot help but feel that it forms, in itself, a type of micro cyclic manuscript, made up of material from disparate sources, composed by different poets and at different times. The interpolation of the scenes which describe Gui and Vivien in G_2 is, therefore, in all probability, a characteristic of the process of cyclic construction which is at the basis of this work.

John T. Greenfield

¹⁶ If we simply lift the scene of Vivien's death and confession (i.e. 1988-2071) out of the narrative (i.e. the episode which separates those scenes dealing with Gui), then we are presented with the Gui action of G_2 in one cohesive narrative unit. Thus, after having told his audience how Gui is riding at a distance from Guillaume («Guiot le vait de loinz adestrant» — 1987), the narrator, possibly in a separate strophe, would then go on to describe how Gui was captured by the Saracens («Puis unt Sarazins Guiot environé» — 2072).

¹⁷ In the other poems in which Vivien's death is featured (i.e. G_1 and *Aliscans*), after his martyrdom the memory of his sacrifice motivates other Christian warriors to avenge him: in G_2 , however, this does not occur. It would, therefore, appear that references to Vivien after his death have, in G_2 , been included by the «remanieur» in an attempt at giving the poem as a whole greater unity. They do not, however, have the same function as do those references to Vivien after his death in G_1 or *Aliscans*; in both those works they are skillfully worked into the narrative, motivating the furtherance of the action. In *Aliscans*, after the final victory on the battlefield, Guillaume even returns to the site of Vivien's confession to bury his nephew.

¹⁸ SUCHIER, H. — *Vivien*, in «Zeitschrift für romanische Philologie», 29 (1905), pp. 641-682.

¹⁹ WEEKS, R. — *The newly discovered Chançon de Williaume (III)*, in «Modern Philology», 3 (1905), pp. 211-234.

O NEERLANDÊS NAS INSTITUIÇÕES DA COMUNIDADE EUROPEIA

Na Comunidade da primeira fase, que foi em parte inspirada pela experiência Benelux — portanto nos anos 1957/58 — aceitaram-se nas suas Instituições como línguas oficiais o alemão, o francês, o italiano e o neerlandês, sendo elas as quatro línguas nacionais dos seis membros fundadores: a Alemanha Federal, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos. Com o alargamento em 1972/73 à Dinamarca, à Grã-Bretanha e à Irlanda, acrescentaram-se o dinamarquês e o inglês. Este número de línguas foi em 1980/81 aumentado com o grego, que tem um alfabeto diferente. Com a entrada da Espanha e de Portugal as línguas oficiais da Comunidade são nove, a partir dos anos 1985/86.

Não é de admirar que, ao longo destes anos todos, o uso das línguas nas Instituições tenha sido várias vezes assunto de reflexão, discussão e até de polémica, originando boatos, anedotas, entrevistas, artigos nos jornais e revistas, propostas, críticas, relatórios e falatórios, inquéritos e estudos de vários ângulos, ao nível dos estados-membros e da própria Comunidade.

A União Linguística Neerlandesa, criada em 1980, teve o bom senso de não se precipitar com as suas tarefas, mas de começar por fazer o ponto da situação nos vários domínios da sua competência. Por proposta do Conselho da Língua e Letras Neerlandesas, comissionou um estudo acerca do neerlandês nas Instituições da Comunidade Europeia no intuito de clarificar também este assunto.

Incumbido da tarefa, Werner Duthoy juntou num processo moroso — pois certos elementos foram difíceis de conseguir — os dados que abaixo se apresentam num relatório que é capaz de interessar aos leitores portugueses. Este relatório, que data de 1985, foi, portanto, elaborado na véspera da entrada oficial de Portugal, mas por ter bastantes elementos que perduram e por ter servido de base a actividades posteriores, vale a pena sintetizar aqui o seu conteúdo. Baseando-se em documentos, em dados dos serviços responsáveis e em conversações, W. Duthoy examina a base legal para o uso do neerlandês e descreve o seu uso na prática das várias Instituições da Comunidade, sendo estas o Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros e a Comissão Europeia. O Tribunal ficou de fora, por ter um regime muito seu e por aí não existir ameaça para o neerlandês. Ele alerta para certos perigos e irregularidades, foca os principais argumentos contra e a favor do multilinguismo e dá também alguns conselhos.

Inicialmente elaborado para uso interno, a União Linguística achou por bem divulgar este relatório, que é da exclusiva responsabilidade do seu autor,

publicando-o na Série que patrocina. A brochura, que saiu em 1986, prima pela boa sistematização, pela formulação ponderada e pela linguagem acessível.

O autor começa por referir e examinar a Lei n.º 1 em oito pontos de 1958, que regulamenta oficialmente o uso das línguas na Comunidade. Chega à conclusão que se trata de uma lei muito geral que — por causa disso — permite na prática várias interpretações, explicando assim as atitudes diferenciadas das Instituições. Esta lei básica patenteia três grandes lacunas. A primeira diz respeito ao estatuto das línguas como línguas de trabalho. Com efeito existem directivas para o uso das línguas oficiais, mas há quem argumente haver uma diferença entre língua oficial e língua de trabalho. Segundo: a lei refere-se à escrita, ao texto, não tratando explicitamente da fala. Terceiro: de acordo com o ponto quatro, só as leis da Comunidade e peças de tendência geral são obrigatoriamente redigidas em todas as línguas oficiais da Comunidade. Assim não existe obrigação explícita de usar todas as línguas em todas as fases das negociações e cada Instituição pode decidir quais as peças de tendência geral.

A seguir W. Duthoy examina minuciosamente o uso das línguas na prática, chegando à conclusão que o Parlamento interpreta a lei de acordo com o espírito, a Comissão e o Conselho fazem a sua interpretação à letra.

No Parlamento o neerlandês não está ameaçado, até se nota uma interpretação maximalista. Mas nas viagens das delegações e nos grupos de trabalho o uso activo e passivo das línguas depende em grande parte da atitude dos próprios participantes. O autor acha que aqui os neerlandófonos costumam facilitar demais, deviam assumir uma atitude mais formal, para evitar que uma concessão, uma excepção, se torne regra. Esta situação no Parlamento, de maneira geral satisfatória, deve-se principalmente ao relatório do dinamarquês Nyborg, que em 1982 conseguiu aprovação por uma ampla maioria.

No Conselho depara-se com uma situação bem diferente. É preciso realçar que esta Instituição dispõe só de uma secção de tradutores permanentes. A Comissão põe à disposição os intérpretes necessários e também os tradutores free-lance. O número reduzido de tradutores da secção francesa explica-se pelo facto da maioria dos documentos ser redigida em francês. Em princípio aplica-se o sistema de uso integral das línguas oficiais mas na prática acontece que nem sempre os documentos estão à disposição na devida altura. Às vezes há só o texto básico em francês.

Neste Conselho pode-se distinguir três níveis: os grupos de trabalho, o comité das delegações permanentes e o próprio conselho de ministros. Na altura do relatório utilizaram-se ao segundo nível, por razões de eficiência, geralmente como línguas de trabalho o francês, o inglês e também, mas menos, o alemão. Ao nível dos grupos de trabalho isso acontece menos, enquanto que ao nível do próprio conselho de ministros é mesmo raro, dado a ligação estrita com as capitais: por razões políticas não se pode discriminar a este nível a língua dum estado-membro.

Finalmente o autor debruça-se sobre a Comissão Europeia. Foi aqui que mais dificuldades encontrou em obter os dados necessários. Na área da tradução consta que o número de tradutores ingleses e franceses é muito mais elevado do que, por exemplo, o dos neerlandeses. De acordo com o responsável isso deve-se ao facto de estas línguas, e às vezes também o alemão, serem utilizadas

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

como línguas de trabalho. No entanto, os documentos finais são sempre redigidos em todas as línguas oficiais da Comunidade. O grande número de tradutores italianos aponta para uma posição privilegiada, visto que esta língua não funciona como língua de trabalho. Quanto aos intérpretes, o autor constatou um paralelismo entre a cabina neerlandófona e a alemã: os seus intérpretes costumam dominar várias línguas. Isto acontece muito menos com a francesa, inglesa e italiana. Os intérpretes das cabinas grega e dinamarquesa de maneira geral dominam só duas línguas. A partir de estatísticas relativas aos serviços prestados pelas cabinas de intérpretes, W. Duthoy conclui que as línguas maioritárias recebem melhor tratamento do que as minoritárias. Na Comissão interpreta-se por sistemas muito variados, mas a constelação mais frequente na altura do relatório parece ter sido de cinco línguas para cinco, não usando o dinamarquês e o grego. Há muito tempo utiliza-se em bastantes reuniões também um sistema simplificado ou parcial, interpretando só para «grandes» línguas como o francês, o inglês e também o alemão — o que despertou críticas da parte das línguas minoritárias.

Na antevisão da entrada da Espanha e de Portugal, o que ia tornar a interpretação ainda mais complicada, a Comissão resolveu em fins de 1984 o seguinte: É preciso distinguir entre reuniões de mandatários políticos e sociais, que devem dispor das mais amplas facilidades, e reuniões de funcionários e peritos. Para as últimas devia-se utilizar o mais possível o sistema simplificado, visto que muitos destes participantes estão familiarizados com organizações internacionais e são bem capazes de deliberar nas línguas aí habitualmente usadas. Convém servir-se de sistemas assimétricos para possibilitar a qualquer delegado exprimir-se na sua própria língua, mas interpretando só para um número reduzido de línguas, pois a experiência prova ser mais fácil perceber uma língua do que exprimir-se nela de uma maneira convincente. A Comissão sublinhou que nesta sua abordagem tem sido guiada por necessidades reais e não por necessidades políticas, pois garante uma interpretação eficaz e não exclui nenhuma língua. Para W. Duthoy o ponto nevrálgico nesta afirmação é obviamente a definição de «necessidades reais». O serviço dos intérpretes reserva-se assim um grande espaço de manobra.

Os defensores do uso de um número limitado de línguas nas Instituições da Comunidade dizem que o multilinguismo leva a uma grande confusão, que não é propícia à evolução comunitária, já que impede um processo rápido e eficiente. Mas o autor argumenta que o processo está a ser mais travado pelos reflexos nacionais dos estados-membros do que pelas traduções e interpretações. O único meio de aceleração seria falar uma só língua e não interpretar, mas isso é politicamente impossível. Não se poupa tempo limitando o uso a umas poucas línguas; o que se poupa é dinheiro.

Nos relatórios de Habsburg e de Paterson apontou-se para outras Instituições como o Conselho da Europa — onde se usam só duas línguas, francês e inglês, para 21 países — e as Nações Unidas, que se limitam a cinco. Mas Nyborg argumentou tratar-se de Instituições incomparáveis. As decisões destas organizações têm força de lei só depois de serem aprovadas pelas legislações nacionais, enquanto que as resoluções da Comunidade têm imediatamente força de lei para cada estado-membro, cada cidadão e cada empresário destes estados-

-membros. Isso dificulta a limitação das línguas oficiais na Comunidade. No caso de tal ser feito, o que juridicamente agora não é possível, os governos nacionais teriam que providenciar uma tradução para as suas línguas. Isso deslocaria o problema, não o resolveria.

O motivo fundamental para um uso limitado das línguas é de ordem financeira: os custos são realmente enormes. No entanto, o relatório Nyborg relativa-os: afinal eram na altura de 2 % do orçamento geral da Comunidade. Obviamente iam aumentar muito com a entrada da Espanha e de Portugal, subindo as combinações de 42(7×6) para 72(9×8) em 1986 no sistema integral — portanto uma situação literalmente babilónica. Com a preocupação de salvaguardar o multilinguismo, Duthoy sugere a reciclagem de uma parte dos intérpretes e a amplificação do sistema de relais, quer dizer interpretação indirecta. Junta porém imediatamente a auto-crítica de que com este sistema se perde a precisão. Mas também, tem dúvidas acerca do sistema assimétrico: é essencial garantir a qualidade dos que interpretem de uma pequena língua para uma grande, por ex. do neerlandês para o inglês.

Afinal o autor acha melhor não limitar o uso das línguas minoritárias — tanto mais que nunca ninguém calculou o montante que se podia poupar com este procedimento — mas sim aproveitar as recomendações do relatório Ryan: Reduzir o próprio volume de textos, poupando assim não só nas páginas traduzidas mas também nas páginas impressas, e uma racionalização na distribuição de textos.

Os elevados custos devem-se também em parte ao facto de reunir em três cidades diferentes — Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo — o que implica gastos suplementares para deslocações e alojamento. Mas esta escolha foi política, portanto muito difícil de revogar.

Os defensores do uso integral das línguas costumam apoiar-se em três motivos: um jurídico, um cultural e um político. Já se falou aqui no jurídico. Quanto ao cultural: uma língua é mais do que um meio de comunicação e o multilinguismo é uma das características mais salientes da cultura europeia. Duthoy refere-se aqui e.o. ao relatório de Biesheuvel, Dell e Marjolin, que sublinhou que a língua é mais do que uma questão mecânica, um aspecto da organização de actividades. É um expoente de valores intelectuais e culturais. Em breve pode-se esperar da Comunidade uma política cultural. Com o fim de familiarizar melhor o cidadão comum com a Comunidade Europeia, propõe-se estimular a aprendizagem das línguas minoritárias na Europa Comunitária. Mas isso só resultará se as próprias Instituições levarem estas línguas a sério.

O terceiro motivo é político. Agora o autor apoia-se em elementos do relatório Paterson. Este chamou a atenção para o perigo de um grande grupo de pessoas se tornar linguisticamente cidadãos de segunda, se a língua deles desaparecer do espectro linguístico. Podem assim tornar-se alérgicos a uma Comunidade que os discrimina, dando a grupos de outras áreas linguísticas uma melhor posição para negociar. A maior parte das actividades da Comunidade são altamente especializadas, o que torna a documentação e as contribuições de especialistas imprescindíveis. Se é verdade que estes peritos estão geralmente familiarizados com instituições internacionais, não se pode exigir

deles que além da própria especialização ainda falem todos fluentemente línguas estrangeiras. E mesmo que assim fosse, diz Paterson, por causa da precisão têm que ter a possibilidade de exprimir-se na língua materna. Duthoy acha que os neerlandófonos deviam apoiar-se principalmente neste motivo para salvaguardar o uso equitativo da sua língua na Comissão e no Conselho.

O autor arredonda a sua exposição lembrando que, por enquanto, só por unanimidade na votação a lei que regulamenta o uso das línguas na Comunidade pode ser alternada. As delegações permanentes dos Países Baixos e da Bélgica afirmaram formalmente que não iam colaborar numa alteração desta lei linguística. Os dois governos nacionais por seu lado comunicaram que nunca iam definir a sua posição nesta matéria sem conversações bilaterais prévias. O autor porém acha estas afirmações demasiado formais. É sua convicção que na prática as línguas minoritárias estão a ser discriminadas na Comissão e no Conselho e que a lei básica está a ser minada.

No fim deste estudo W. Duthoy aconselha a União Linguística a sensibilizar todas as áreas interessadas no assunto e sugere uma acção com o dinamarquês, o grego, o italiano e o português. Segue-se uma importante bibliografia.

Em seguida gostaria de falar no Congresso Linguístico da V.A.N., que teve lugar em Bruxelas em Novembro de 1986 e cujas actas se tornaram acessíveis pela publicação em 1987. Trata-se portanto de uma actividade que teve lugar depois da entrada oficial da Espanha e de Portugal na Comunidade.

Por causa do lugar de encontro achou-se adequado escolher um tema europeu e foram convidados diversos especialistas neerlandófonos para comentar a pergunta seguinte: «A Língua Neerlandesa na Europa. Uma ou nenhuma das nove?» Os participantes vieram dos quadrantes mais diversificados: do Conselho Directivo da Comissão para línguas minoritárias da Comunidade, dos serviços de tradutores, do departamento de intérpretes, da União Linguística Neerlandesa, do Parlamento Europeu, dum instituto linguístico de renome e da própria V.A.N.

No entanto, permitimo-nos abordar esta série de contributos — todos interessantes — de outra maneira: não sintetizando-os como fizemos com o estudo de W. Duthoy, mas sim tirando deles só elementos novos ou elementos ainda não devidamente tratados. Pois, como giram à volta do mesmo tema, vão ter pontos em comum que não interessa repetir e mesmo quando se trata de argumentação diferente, temos que limitar-nos por razões de espaço.

Mas tirando aqui e acolá umas pedras de edifícios bem construídos, estes ruem. Na impossibilidade de, com este procedimento, fazer justiça às contribuições dos respectivos participantes, decidimos alinhar simplesmente os elementos, às vezes contraditórios, sem indicação precisa de sua proveniência. Podia-se dar um terceiro passo, no sentido de os agrupar e sistematizar, mas isso parece-nos uma interferência demasiado grande. Apresentamos pois os elementos pela ordem do seu aparecimento nas actas. Apesar do título do nosso contributo, que provém das próprias brochuras, o nosso único objectivo é estimular a reflexão sobre o multifacetado lado linguístico da Comunidade Europeia. Aliás, bastantes vezes não é difícil deduzir a origem dos componentes

da nossa lista. Mas não devemos precipitar-nos com atribuições: a maioria dos participantes aborda o seu tema de vários ângulos.

— O uso de línguas no intercâmbio social, e com certeza no intercâmbio internacional, tem a ver com relações políticas de poder. É assim nesta cidade, neste país e também no espaço mundial.

— Qual o critério para poder dizer que uma certa língua é internacional ou universal? O francês será? O chinês? O russo? O árabe que apresenta tanta diversificação?

— Na primeira fase da Comunidade, portanto nos princípios dos anos cinquenta, utilizou-se quase exclusivamente o francês. Todos os diplomatas e altos funcionários da altura se serviram até certo ponto desta língua. Na Bélgica, no Luxemburgo e na França isso era óbvio. Aconteceu até nos Países Baixos, na Itália e mesmo na Alemanha Federal, que naquela altura ainda não se atrevia a levantar a voz no concerto europeu.

— Com as suas quatro línguas da primeira fase a CEE ficou dentro do conhecido, pois a Suíça e a Jugoslávia funcionam também com este número.

— O argumento democrático do multilinguismo actual da Comunidade não tem fundamento: a diversidade linguística dos estados-membros não se reflecte nas Instituições. Lembremos os Bascos, Bretões, Frísios, Sardos, Catalães, Friulanos e outros povos. Não se pode argumentar tratar-se de um fenómeno periférico, visto que há mais Catalães do que Dinamarqueses, cuja língua é uma língua oficial da Comunidade. Mais: o irlandês, língua oficial da Irlanda, não funciona como língua oficial nas Instituições. Isso acontece também com o luxemburguês que, desde 1984, se tornou língua nacional do Luxemburgo. Portanto, limitando o número de línguas de trabalho, não se vá duma situação justa para uma situação injusta, mas sim duma certa forma de política linguística por outra.

— Os factores que mais contribuíram para dificultar os trabalhos de tradução e interpretação foram as primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu (que por um lado duplicaram o número dos seus membros e por outro lado aumentaram o impacto desta Instituição) e os sucessivos alargamentos dos estados-membros. Isso levou a uma maior tomada de consciência dos problemas linguísticos.

— Não se deve esquecer que o aumento dos custos coincidiu com o início da crise económica nos anos setenta.

— Há outros tipos de problemas fundamentais:

A falta de precisão nas traduções que leva a malentendidos.

A pobreza estilística dos contactos orais, que origina uma simplificação exagerada dos problemas.

O número crescente das reuniões e o aumento da produtividade dos membros do Parlamento.

A dificuldade de encontrar bons intérpretes em número suficiente por ex. para italiano/dinamarquês, neerlandês/português e de todas as línguas com o grego.

O uso de traduções de segunda mão ou de interpretações de relais.

— Convém uma abordagem modulada e flexível do uso linguístico nas quatro esferas da Comunidade, já que não é um monólito. E dentro destas

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Instituições é preciso distinguir entre o uso público ou não, oral ou escrito, activo ou passivo da língua — salvaguardando no entanto o mais possível os direitos iguais.

— Podem-se distinguir quatro pontos de vista na discussão do uso das línguas:

Primeiro o formalista-principalista. Todas as línguas que por acaso estão nos acordos, têm que ser iguais e continuar iguais.

Segundo o pragmático. Costuma ser o ponto de vista das grandes línguas. Todavia uma das propostas mais pragmáticas veio em 1972 dos dinamarqueses: Limitar o uso das línguas ao francês e inglês. Mas para não privilegiar ninguém, os que falam inglês como língua materna usariam sempre o francês e os francófonos falariam sempre inglês. Os outros poderiam escolher. A proposta não foi aceite.

Terceiro o tecnológico. O ponto de vista optimista, de que a tecnologia poderá resolver tudo. Mais cabinas, novas máquinas, tradução automática, Systran, Eurotra e Eurodicautom.

Quarto o idealista. Recorrer a uma língua artificial, neutra. Esperanto, Ido, Inligua...

— O uso das línguas depende essencialmente do comportamento e da vontade dos próprios oradores.

— O problema torna-se sempre mais uma questão de ordem logística.

— A pergunta, se a Comunidade tem uma estrutura federal ou confederada, ainda não obteve resposta definitiva.

— No Tribunal do Luxemburgo, as identidades ou cidadãos que recorrem podem sempre usar a própria língua. A língua de quem recorre é a língua do processo, mas providenciam-se os intérpretes e tradutores necessários. As sentenças do Tribunal ficam porém redigidas nas nove línguas. Aliás, todas as brochuras e relatórios destinados a um público maior saem nas nove línguas — portanto não só a própria legislação europeia.

— Para dar uma ideia do volume de trabalho: só na Comissão traduzem-se por ano e por língua entre 60.000 e 90.000 páginas, o que leva a um total de aproximadamente 700.000. No conjunto das Instituições trabalham todos os dias cerca de três mil tradutores. Tradutores e intérpretes formam aproximadamente 16 % do pessoal total.

— É extremamente raro que um relatório destinado ao exterior não seja traduzido para todas as línguas oficiais.

— Na comunicação interna, portanto entre os próprios funcionários, existe de facto uma hierarquia de línguas. Dominar francês ou inglês costuma ser uma necessidade prática para poder tornar-se funcionário europeu.

— Com os seus vinte milhões de falantes o neerlandês é uma língua média no contexto europeu.

— O uso do neerlandês nas Instituições da Comunidade estimulou o seu domínio activo ou passivo não só por parte dos funcionários, mas também no estrangeiro.

— O neerlandês aparece em muitos glossários multilingues da Comunidade. Isso acontece também com Eurodicautom, que contém aproximadamente

130.000 termos tecnológicos em neerlandês. Assim a Comunidade reforçou a posição desta língua na Europa.

— Outra vantagem: a unidade linguística do neerlandês está a ser fomentada pelo facto, de os Países Baixos e a Bélgica utilizarem os mesmos documentos, o que pressupõe a mesma terminologia.

— Quase três quartos dos documentos a traduzir são documentos de trabalho e relatórios.

— Já tem acontecido reuniões não se efectuarem por causa de representantes dum certo país se recusarem a participar nas negociações, enquanto não tiverem a tempo os documentos de trabalho na língua deles. Os neerlandófonos têm tendência para facilitar.

— Estamos dentro da esfera de influência americana, não só nas áreas económica e política, mas também na cultural: o impacto do inglês/americano torna-se sempre mais óbvio. Com o aumento da informática, onde o inglês funciona como língua franca, esta influência vai continuar a crescer.

— Não é improvável que cheguemos nos Países Baixos e na Flandres a uma situação de bilinguismo, comparável àquela que antigamente existiu na Flandres com o francês. Aliás, é uma situação que podemos constatar neste momento nos Países Baixos com o frisio e no Luxemburgo com o alemão e o francês, por exemplo.

— A situação sócio-económica e política da Flandres mudou muito nos últimos vinte anos. É preciso evitar que se forme uma variante neerlandesa no eixo Antuérpia-Bruxelas. Trata-se de um fenómeno sócio-linguístico natural, mas duas variantes de neerlandês iam enfraquecer a sua posição na Comunidade.

— A língua padrão tem sido fomentada pela unificação da terminologia sócio-jurídica e pela coloboração nas áreas da biologia e da química.

— A língua não é um utensílio qualquer que se possa mudar sem mais nada.

— É preciso desmistificar a profissão de intérprete.

— Interpretar tem pouco a ver com plurilinguismo. O mais importante é ter um excelente domínio da língua materna — e este deixa de maneira geral muito a desejar.

— Na Comunidade interpreta-se de um certo número de línguas estrangeiras, oficialmente duas, para a língua materna. Ao contrário do que às vezes acontece no mercado livre.

— O verdadeiro bilinguismo é um fenómeno raro, o multilinguismo ainda mais.

— Interpretar não se aprende em primeira instância numa escola Berlitz ou num Instituto de Línguas. Interpretar é saber escutar, analisar rapidamente, separar o trigo do joio, exprimir na língua materna uma mensagem emitida numa outra língua.

— O domínio passivo da outra língua tem que ser vasto, mais vasto do que aquele que se adquire na escola. Pois implica estar familiarizado com a cultura do país, as suas facetas sociais e económicas. Para isso umas viagens ao estrangeiro ou uma estadia de alguns meses não bastam.

— O intérprete está na linha de fogo e ainda por cima não trabalha sozinho na cabina; enquanto que o tradutor pode consultar os seus dicionários no silêncio do seu gabinete de trabalho e, eventualmente, recorrer a um colega.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

— No nosso mundo de negócios altamente tecnológico e complexo, é preciso especializar-se também na língua e ter um entendimento prévio do assunto a tratar.

— É mesmo preferível não ter intérprete do que ter um que não sirva.

— Há dias de cinquenta reuniões, só em Bruxelas; no conjunto da Comunidade há mais de 8.000 por ano. Às vezes não se consegue o intérprete desejado, por ex. nas combinações grego/neerlandês e português/dinamarquês.

— Os intérpretes da Comunidade têm uma formação universitária. Bastantes vezes são especialistas que adquiriram o domínio necessário das línguas em regime de pós-graduação. Hoje em dia procuram-se mais os intérpretes que ao lado ou até em vez duma das combinações clássicas, possam trabalhar para uma das línguas oficiais minoritárias. Ou pessoas bilingues que possam trabalhar para uma segunda língua materna.

— Além disso procuram-se sempre mais intérpretes-juristas, intérpretes-economistas, intérpretes-engenheiros, familiarizados com a crescente complexidade da matéria tratada. Conseguem-se, dado o desemprego no mundo universitário. Aliás, a própria Comunidade providencia estágios para académicos interessados em trabalhar como intérpretes.

— Em congressos altamente especializados, porém, o uso das línguas é muito restrito. Os peritos dos congressos internacionais muitas vezes estudam a matéria numa certa língua e continuam com esta no debate.

— O sistema de relais, que está a generalizar-se na interpretação, pode levar a atrasos e fomentar equívocos. A interpretação é provavelmente um mal necessário.

— Quando a Grã-Bretanha entrou na Comunidade em 1973, Pompidou viu no inglês uma ameaça e pediu garantias ao primeiro ministro Heath: os altos funcionários britânicos deviam dominar o francês.

— A ânsia de ver uma Comunidade com uma só língua de trabalho tem a ver com prestígio: querem impressionar os estados-não-membros com a imagem de um bloco bem sólido. Entretanto, pode-se assim relegar as controvérsias internas para segundo plano.

— Se, com os alargamentos da Comunidade, o aparelho dos serviços de tradução e interpretação se tornar gigantesco demais, podem ser retirados às Instituições e transferidos para as delegações permanentes dos estados-membros. Assim cada qual podia decidir o que se traduz e onde se utilizam intérpretes. Desta maneira ninguém pode culpar os outros.

— Nesta discussão toda sobre a limitação das línguas costuma-se utilizar como critério o número de falantes. Podia-se utilizar o critério da contribuição financeira das respectivas áreas linguísticas.

— De entre os neerlandófonos os holandeses facilitam mais do que os flamengos.

— A Comunidade está a dar os primeiros passos no domínio de uma política cultural europeia. A discriminação verificada no uso das línguas de trabalho não se reflectirá nela?

— Na Dinamarca decidiu-se aumentar o número de horas de língua materna nas escolas e reintroduzir os testes de ortografia e gramática. Serve-nos de aviso.

— Há pouco, a União Linguística Neerlandesa publicou um relatório sobre o ensino da língua materna nos Países Baixos e na Flandres, apontando para as suas carências.

— Existem na verdade problemas de recrutamento para as línguas minoritárias. Mas uma empresa — e afinal as Instituições têm muito de comum com uma empresa — que não encontra no mercado de trabalho pessoal com a preparação desejada, encarrega-se dela. A Comissão fá-lo, mas obviamente de maneira insuficiente.

— Quanto tempo ainda se manterá o princípio da unanimidade nas resoluções? Cresce a consciência de que a unanimidade fomenta o imobilismo e que, por causa disso, deve ser substituída pelo princípio da maioria. Isso pode ser o fim das pequenas línguas.

— Em 13 anos as línguas oficiais da Comunidade aumentaram de quatro para nove. Não se deve excluir a possibilidade de novos alargamentos nos próximos anos.

— A Comunidade não pode funcionar como plataforma para uma publicidade linguística barata.

— Temos que procurar mais o que nos une e não fomentar os factores que nos dividem. A pluriformidade tem que ser salvaguardada, mas um nacionalismo linguístico exagerado pode também ter um efeito negativo.

— Cuidado com as conclusões que se tiram da afirmação, correcta em si, de que a língua é mais do que um meio mecânico de comunicação. Precisamente por causa disso não convém que a comunicação passe exclusivamente pelos tradutores e intérpretes.

— Não se precisa de protecção económica para preservar a unidade política, não se precisa de protecção linguística para preservar a identidade cultural.

— O uso de uma única língua de trabalho na Comunidade, como elemento aglutinador no processo de integração, parece por enquanto uma ilusão. Seria todavia injusto banir a priori e em todas as circunstâncias, qualquer pensamento sobre uma mudança no regime linguístico. Mas antes deve ser realizada uma série de condições — tanto no próprio processo de integração como na mentalidade dos europeus e no ensino das línguas nos estados-membros.

— Uma coisa é dar a todos a possibilidade de usar a língua materna, outra coisa é forçar a utilizá-la em todas as circunstâncias, por razões patrióticas. O uso de uma outra língua pode ser uma arma no processo das negociações.

— Os membros do Parlamento Europeu foram eleitos com base nas suas convicções políticas e no seu significado para o seu país ou a sua região e não com base em critérios linguísticos. No entanto, parece sensato, na selecção dos candidatos, também ter em conta os seus conhecimentos linguísticos. Pois existe uma política de corredores. O contacto pessoal é fundamental. Quem se limita a uma só língua fica isolado e reduz assim a sua influência potencial. Isso é verdade para todos, mas principalmente para aqueles cuja língua materna tem um raio relativamente pequeno. O político que domina várias línguas pode até servir de mediador, aumentando ainda mais a sua influência.

— O domínio imperfeito da língua materna impede pensar e formular numa maneira clara. Às vezes, o facto de o próprio orador não se exprimir de maneira suficientemente lúcida, origina interpretações erradas.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

— Ter muito trabalho e trabalhar debaixo de alta tensão podem levar a traduções que não coincidam com o original. É útil para o político dispor do original, se souber a língua, e da tradução.

— Não se deve impor na Comunidade uma única língua à força. Não se podem repetir no espaço europeu certas experiências nacionais. E sem força, numa base de consenso, não parece ser possível.

— Existe outra razão para dar importância aos conhecimentos linguísticos dos deputados europeus: a aprendizagem da língua dum outro país leva-os a conhecer e compreender melhor tal país.

— A antiga proposta de Otto von Habsburg: durante um período experimental de 15 anos limitar o uso a umas poucas línguas — o inglês, o francês, o espanhol — derivou de sua própria personalidade e do seu grande domínio de línguas.

— Traduções por computador podem resultar demasiado à letra e nivelar as relações inter-humanas.

— Quanto aos custos originados pelo multilinguismo da Comunidade: Qual o preço que estamos dispostos a pagar pela democracia?

— É preciso evitar que certos grupos sociais fiquem de fora, devido aos seus limitados conhecimentos linguísticos, apesar de terem tido uma boa formação em outras áreas. Um bom linguista ou um poliglota não é necessariamente um bom político. Por outro lado, acontece neste momento que certas pessoas podiam fazer um trabalho político muito bom e não o fazem por lhes faltarem os conhecimentos linguísticos necessários.

— Numa conversa informal com um colega, na procura de uma maioria para uma proposta ou quando o político explica as suas ideias a um funcionário, não há intérpretes.

— Em cada altura de alargamento — como por exemplo agora com a Espanha e Portugal — aparecem problemas de recrutamento de tradutores e intérpretes. Mas estes são fenómenos de transição que depois ficam superados.

— Temos que salvaguardar a cultura europeia, bem diferente da cultura universal que se caracteriza pela nivelação e americanização. As facetas mais típicas da cultura europeia são: justiça social, respeito pelos direitos do homem, apego à democracia e consideração pela identidade dos povos. E a identidade cultural está intimamente ligada à língua. Por causa disso devia-se aperfeiçoar ainda mais o multilinguismo da Comunidade — para não aumentar o fosso já existente entre os cidadãos da Europa e o seu Parlamento.

— Temos que salvaguardar o princípio do uso activo e passivo de todas as línguas oficiais da Comunidade, mas nem sempre até às últimas consequências.

— O prestígio do neerlandês não fica nem diminuído nem aumentado pela ortografia ou pela existência de variantes. O inglês tem pelo menos duas variantes bem diferentes, acompanhado de variantes ortográficas. No entanto, é uma língua de grande prestígio: pois o prestígio dum língua é uma questão de poder.

— Trocar a língua materna por outra não é sinal de orgulho ou superioridade, é sinal de servilismo e dependência. Um povo adulto fala a sua própria língua.

ROZA HUYLEBROUCK

— Se é verdade que o prestígio duma língua é uma consequência do poder económico e político da nação que fala essa língua, duas ortografias — uma conservadora e uma progressista — não fazem bem à sua imagem no intercâmbio internacional e dificulta muito o seu ensino no estrangeiro.

Quem quiser conhecer as comunicações na íntegra e dar a César o que é de César, vai ter que aprender neerlandês ou pedir uma tradução.

Maio de 1988.

Roza Huylebrouck

BIBLIOGRAFIA

DUTHOY, Werner — *Het Nederlands in de instellingen van de Europese Gemeenschap*, n.º 6 da Série *Voorzeten* da Nederlandse Taalunie, Wolters-Noordhoff Groningen e Wolters Leuven, 1986.

DEBRABANDERE, F. e GEEST, W. DE (red.) — *Het Nederlands in Europa. (G)één van de Negen?*, Brussel, 1987. Handelingen van het Nederlandse Taalcongres, Vereniging Algemeen Nederlands, 22 november 1986.

RECENSÕES

III. Morfo-sintaxe. A autora procura reconstruir a situação linguística do Noroeste Peninsular estabelecendo confrontos com outras regiões, com o Galego moderno e com as actuais variedades linguísticas do Entre Douro e Minho. A estes dois capítulos segue-se um terceiro, menos extenso, de conclusões, que contém uma síntese dos aspectos mais interessantes e uma sistematização final. Por fim, há a bibliografia e um índice geral detalhado.

No que diz respeito ao primeiro capítulo não é fácil ajuizar o valor da edição, sem um confronto com os textos manuscritos. Assim, apenas se pode dizer que os critérios de transcrição expostos parecem revelar uma escrupulosa leitura e a mais genuína preocupação de fidelidade ao texto, como se pode deduzir do seguinte passo de A., que constitui um autêntico *credo* de editor de textos manuscritos: «Perante a transcrição de um texto, deve o leitor ter a possibilidade de saber o que está no original» (pp. 29-30). A A. defende ainda o princípio de que só uma transcrição fidedigna permite o trabalho do linguista, nomeadamente no que diz respeito à identificação dos traços fonológicos visíveis no manuscrito; o valor da análise linguística é assim condicionado pela transcrição do texto. Além da enumeração e justificação das normas de transcrição seguidas figura ainda neste capítulo uma abordagem da problemática da localização dos documentos, sendo de importância fulcral para a análise linguística a determinação da proveniência do notário, aquele que efectivamente escreveu o texto, bem como, sempre que possível, dos seus contactos culturais, etc.. A A. defende ainda que na impossibilidade de identificar o escriba do texto, ou de obter dados sobre este, se deve atender à localidade em que o texto foi escrito, à naturalidade dos outorgantes, dos intervenientes, das testemunhas. Ainda neste capítulo a A. faz uma fina apreciação crítica das edições até ao momento disponíveis de textos medievais galego-portugueses, em particular das de Margot Sponer e de Martínez-Salazar, que em parte corrige². Com a edição de 168 documentos não literários a A. presta um extraordinário contributo aos estudos de história da língua portuguesa no que diz respeito ao período medieval. Os 168 documentos distribuem-se pelas quatro províncias galegas (La Coruña, Lugo, Orense, Pontevedra) e duas portuguesas (Douro Litoral e Minho).

Em relação ao capítulo II a A. discute na Parte I-Fonética e Fonologia a relação grafema-fonema, ou seja, a relação entre a estrutura do sistema ortográfico e a estrutura linguística, reiterando a importância da correcta relação entre grafemas e fonemas sobretudo no estudo de estados de língua passados que escapam a uma observação directa. Não há, segundo a A., uma correspondência biunívoca entre grafema e fonema nos documentos estudados resultando o mais grave desajuste da contínua evolução do sistema fonológico e da realização fonética face a uma evolução muito lenta ou inexistente do sistema ortográfico. A A. faz um inventário dos grafemas utilizados nos textos da Galiza e de Portugal desde o séc. XIII ao séc. XVI, salientando que apesar

² A A. considera serem de menor confiança as leituras de Martínez Salazar e inclusivamente «relé» alguns documentos desta colectânea; refere ainda que para estudos de natureza morfo-sintáctica e/ou lexical os documentos de Martínez Salazar não põem problemas; em relação às leituras de Margot Sponer manifesta aprovação fazendo reparos de pormenor.

das semelhanças e coincidências se nota uma certa divergência sobretudo na representação dos sons novos (africadas e palatais), sendo os textos da Galiza marcados pelo polimorfismo, por uma flutuação e instabilidade e um arcaísmo que contrastam com a maior estabilização, e menor grau de conservadorismo dos documentos de Portugal; nestes últimos, observa-se uma linha mais ou menos contínua de evolução, fruto de uma padronização que se inicia logo no séc. XIII. Finalmente, a A. passa à determinação do valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas utilizados. Este terceiro aspecto da parte I tem uma evidente relação com a parte II — Fonética Histórica, sendo esta última, em certa medida, a conclusão das premissas da primeira parte. Aliás a separação das duas partes obedece a um manifesto objectivo de maior clareza de exposição; o tratamento simultâneo dos dois aspectos atingiria uma tal concentração de dados que impossibilitaria uma adequada apreensão de conteúdos. Note-se que a A. evita cuidadosamente a redundância de dados, remetendo o leitor para passos anteriores da obra. Em relação aos grafemas de valor vocálico, determina as suas funções em sílaba tónica e átona (considerando as posições pretónica, postónica e final) e em contextos que possam condicionar o valor do fonema representado (contextos palatais, labiais, ou ainda assimilações ao timbre da vogal das sílabas vizinhas — fenómenos de metafonia e inflexão vocálica). Para a determinação do valor dos grafemas e consequente descrição do estado da língua, além da análise dos textos, recorre a A. a dados fornecidos por outros textos galego-portugueses disponíveis, a testemunhos posteriores (por exemplo, os dos gramáticos do século XVI e seguintes e aos resultados observáveis nas variedades modernas do Galego e do Português). O estudo realizado nas partes I e II deste capítulo apresenta-se verdadeiramente inovador no que respeita a certos pontos do sistema fonológico como, por exemplo, a determinação dos timbres vocálicos. Relativamente ao *e* tónico sustenta a A. que os fenómenos de inflexão vocálica (abertura do timbre da tónica) por influência de *a* da sílaba seguinte não se tinham ainda verificado e portanto as formas manteriam [e] etimológico; a metafonia no caso de palavras como *esta, essa, aquela, ela* seria assim um fenómeno tardio, pelo menos posterior ao séc. XVI. Quanto às palavras terminadas em -u, como por exemplo *mētu*, o alteamento metafónico poderia ocorrer esporadicamente em Galego-português (pp. 339-345 e 508-510). Também em relação a *o* tónico se verifica que em palavras com [o] etimológico, a grafia *o* representa de um modo geral [ɔ], embora a A. admita que em certos casos e em algumas zonas o seu valor possa já ser [o] (pp. 382-386 e 508-510). Analogamente, *e* e *o* tónicos nasais poderiam corresponder respectivamente a [ẽ] ou [ẽ̃] (pp. 384-351 e 510-511) e [õ] ou [õ̃] (pp. 386-388 e 511), ou seja também a inflexão vocálica provocada por nasal homossilábica se verificava apenas ocasionalmente.

No que diz respeito ao vocalismo átono, a A. encontra evidência desde os textos mais antigos (já no séc. XIII) e ao longo de todo o período estudado do «relaxamento» das vogais *e* e *o* em posição pre e postónica particularmente em certos contextos (semi-vogal palatal, vogal alta em sílaba seguinte, hiato ou contexto nasal).

E final é já realizado como [i] desde pelo menos o séc. XIII; há evidência ortográfica de que o fonema resultante de *ĭ*, *ē* e *ŷ* latinos e o fonema resultante

de *i* latino convergem no início do período estudado, uma vez que, na ausência de valor distintivo, a oposição se neutraliza. Assim, *e* final admitiria realizações fonéticas diferentes, ora [e] ora [i]. A situação descrita é uma situação típica de *variação inerente*; a A. não utiliza, porém, conceitos ou terminologia de W. Labov³. Situando no séc. XIII (pelo menos) o início do fenómeno de alteamento de *e* átono final, a A. faz recuar a época mais frequentemente apontada para este fenómeno de evolução. De igual modo, *o* átomo final admitiria realizações [u] ou [o] desde pelo menos o séc. XIII; também neste caso seria produtiva a utilização do conceito de *variação inerente*. A A. interpreta certas grafias *u* como latinizantes dado que ocorrem apenas no início do período estudado e defende a existência de realizações [o] argumentando com a ausência de metafonía em diversas zonas da Galiza e Entre Douro e Minho e a persistência de [o] no Galego actual. O presente trabalho também apresenta dados muito importantes acerca da realização dos ditongos; em relação a *ou* a A. refere realizações mais próximas do etimológico [au] em certas zonas da Galiza; quanto aos ditongos de formação recente a informação mais interessante é a de que já no séc. XIII há evidência da alternância [oi]/[oi].

Em relação ao consonantismo, há três pontos do sistema acerca dos quais a A. avança dados novos. Em primeiro lugar, quanto ao sistema das sibilantes verifica-se que depois da simplificação das africadas pré-dorso-alveolares, (por perda do elemento oclusivo inicial) as fricativas pré-dorso-alveolares resultantes mantêm uma margem de segurança muito pequena em relação ao par ápico-alveolar. A neutralização desta oposição deu-se com resultados divergentes em diversas regiões da Península; a adopção de um ou outro sistema verificar-se-ia, segundo a A., simultaneamente nas várias regiões, não sendo portanto resultante de influências linguísticas, ao contrário do que tem sido frequentemente referido. Ainda em relação às sibilantes, surgem desde o séc. XIII erros ortográficos que reflectem a confusão entre [s] [z] e [š] [ž], sobretudo nos textos da Galiza, mostrando que o ensurdecimento das fricativas alveolares e pré-palatais é muito antigo naquela região. Em final de palavra, [s] > [š]; segundo a A. as grafias galego-portuguesas autorizam a hipótese de que a pronúncia palatal já estava em germen. Em segundo lugar, a evolução [b̥(v)] > [b] verifica-se na região noroeste da Península desde o séc. XIII pelo menos e é segundo a A., autóctone, não ficando a dever-se a influência castelhana; esta tendência evolutiva acentua-se, generalizando-se ao longo dos séculos XIV e XV. Finalmente, a A. fornece ainda certos dados acerca das terminações latinas -ANU, -ONE, -ANE. De facto, a análise que faz no corpus agora editado permite já observar, em pleno período medieval, diferentes resultados para estas terminações. Verifica-se por exemplo, uma uniformização em [-ão], absorvendo [ã] e [õ] nas grafias de alguns documentos da região portuguesa; também em alguns documentos do Minho e Douro Litoral as grafias indicam uma acção análogica a partir de [õ] > [õu]; em textos da região galega encontram-se

³ A contribuição da sociolinguística laboviana para os estudos de dialectologia e evolução linguística é muitas vezes ignorada quando seria oportuna a sua utilização sobretudo para esclarecer estádios iniciais (e a propagação) de fenómenos de evolução linguística. (Cf. LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, 1972, sobretudo pp. 271-284).

RECENSÕES

grafias indicativas de diversos tipos de desnasalização; [u] na zona continental, [an] na região atlântica e [a] na região setentrional. Em relação ao plural já há também, segundo a A., soluções diversas nos textos do período estudado, assim a terminação -ANES>[ás] na região galega continental e setentrional e -ANES>[ans] na região galega atlântica. A terminação -ONES>[ós] nas zonas galegas continental e setentrional e ONES>[óns] no galego atlântico; a distribuição geográfica não corresponde rigorosamente à actualmente verificada no galego, mas os resultados observáveis modernadamente estão sem dúvida delineados no período medieval.

Resumindo, há portanto um importantíssimo contributo neste trabalho para a localização de certos fenómenos de evolução linguística no espaço e no tempo galego-português (e para a fixação de uma cronologia de evolução), tanto mais que é notória a falta de concordância dos diversos autores acerca de certos fenómenos de evolução: não há geralmente unanimidade quanto à sua datação e distribuição geográfica. Estão neste caso manifestamente os fenómenos de metafonia, o alteamento das átonas e a neutralização de oposição [b]/[b']. Em relação às duas primeiras partes do capítulo II e leitura teria sido facilitada se no início do trabalho figurasse uma lista confrontando o alfabeto fonético utilizado pela A. com o alfabeto fonético internacional. (Particularmente para os leitores mais familiarizados com este último).

A III parte do segundo capítulo contém uma descrição exaustiva de praticamente todas as categorias gramaticais que figuram no *corpus*. Também neste domínio a A. detecta idiosincrasias dos textos galegos. Globalmente, nesta parte reservada à morfo-sintaxe, verifica-se uma concordância com autores já clássicos; esporadicamente a A. avança hipóteses novas, mais esclarecedoras. Esta parte é, portanto mais descritiva e menos interpretativa do que as duas precedentes. São, no entanto, de grande interesse certas observações acerca do artigo definido, cuja forma *lo, la, los, las* deve ser interpretada, segundo a A., como arcaísmo e não influência de outras línguas (constituindo ao mesmo tempo um traço típico da zona galega). Também a observação de particularidades sintácticas dos pronomes pessoais faz notar que no Galego-português coexistem dois sistemas funcionais: Um, ainda existente no português moderno de Portugal, em que formas tónicas dos pronomes pessoais podem desempenhar diversas funções regidas de preposição; outro, no qual os pronomes desempenham função de complemento directo sem preposição. A utilização dos dois tipos de construção mantém-se ainda no português do Brasil e de África sendo portanto, ao contrário do que por vezes tem sido afirmado, conservação de uma feição típica do Galego-português. Na referência às conjunções e locuções conjuntivas, a A. não fornece tentativas de explicação para certas mudanças de sentido observadas. Apenas a título de exemplo, em relação à conjunção *todavia* a A. refere uma transição sintáctica e semântica que não esclarece; os dois usos diversos exemplificados, um com a «acepção etimológica» e outro com a «acepção moderna» manifestam uma diversidade de posição na frase que não é sequer referida e que poderá ter que ver com a mudança operada (p. 882). Finalmente, a análise das particularidades de alguns verbos é um dos aspectos mais importantes desta terceira parte. Para além da convivência entre formas etimológicas e analógicas, a A. verifica a existência de características diferenciais

entre os textos da Galiza e os de Portugal e de uma diferenciação sociolinguística no uso de variantes diferentes das mesmas formas.

O capítulo III constitui uma excelente sistematização dos anteriores tendo em vista os objectivos a obter. A A. sublinha a possibilidade de considerar a existência de uma comunidade linguística galego-portuguesa que apresentava uma variação horizontal e vertical como qualquer comunidade linguística. No entanto, com base na caracterização da linguagem de documentos notariais particulares da Galiza e de Portugal a A. determina uma diversificação regional no interior da área linguística estudada, sendo a distinção mais clara a que se pode observar entre a língua falada na Galiza por um lado e no Entre Douro e Minho por outro. Há particularidades fonéticas, morfo-sintácticas e lexicais que individualizam estas duas regiões. A A. aponta ainda a possibilidade de detectar sub-divisões dialectais das áreas galega e portuguesa, como por exemplo a região alto-minhota (Entre Minho e Lima); na Galiza, observam-se, aliás, diversos eixos de diferenciação linguística que determinam uma zona continental, uma zona setentrional e uma zona atlântica sendo ainda possível individualizar zonas mais restritas.

Finalmente, a A. procede a uma análise dos principais contributos do trabalho:

- descrição de carácter fonológico e morfo-sintáctico;
- detecção de variação no espaço e no tempo;

- a) regiões e sub-regiões; dialectologia galega e do noroeste de Portugal;
- b) evolução do Galego-português e distanciação entre Galego e Português;
- c) cronologia da evolução (com datação muito precisa de certos fenómenos); note-se que há, porém, aspectos muito importantes da estrutura fonológica do Galego-português analisados no capítulo II, que não são minimamente referidos nas conclusões, possivelmente pelo facto de não constituírem característica distintiva entre a língua dos textos provenientes da Galiza e a língua dos documentos provenientes de Portugal;

- esclarecimento da história do português e suas variedades na Idade Média;

- importância da edição do *corpus* para estudos de carácter lexical.

É ainda fornecida pela A. uma bibliografia muito completa no domínio dos estudos galego-portugueses; em relação à informação bibliográfica, apontaria apenas o facto de, apesar da repetida utilização dos conceitos de «variedade sociolinguística» e «conotação sociolinguística», não aparecer referência a nenhum texto representativo da teoria sociolinguística laboviana nem aos eventuais contributos dessa teoria para a história da língua.

Não pode deixar de ser referida a ausência de um tratamento sistemático do *corpus* para trabalhos de natureza lexical. A A. foca este problema logo no *prefácio* (p. XI, nota 1) afirmando o interesse e importância da elaboração de um glossário ou pelo menos de um índice das formas comentadas, tal estudo não foi possível, segundo a A., nos limites impostos a este trabalho. Note-se, no entanto, que há numerosos comentários e referências de carácter lexical ao longo do estudo linguístico patente no capítulo II. Veja-se por

exemplo o passo em que a A. comenta a existência paralela das formas *domaa* (<HEBDOMADA) e *semana, somana* (<SEPTIMANA), fornecendo dados acerca da vitalidade relativa e da história das duas palavras (pp. 632 e 633, sobretudo a nota 1). Também no tratamento da categoria *nome*, aparecem comentadas diversas palavras como por exemplo *grádo, revor/revora, preindes*, etc. (pp. 652-654). Encontra-se ainda este tipo da referência no tratamento das categorias *numeral* e *partitivo* (pp. 717-719) e a propósito dos advérbios, sendo discutida pela A., no caso de alguns uma provável origem franco-provençal (pp. 862-863 e 868-873). Finalmente no capítulo reservado às conclusões a A. sugere uma organização em campos semânticos que seria apropriada para o estudo do léxico dos documentos agora editados (p. 953, sobretudo a nota 2).

Resta referir que a A. exprime ao longo de toda a obra, opiniões sempre firmemente apoiadas no estudo criterioso dos textos. Refere geralmente a opinião de diversos autores em relação aos assuntos analisados, procedendo a uma avaliação da pertinência relativa das diferentes hipóteses; no caso de nenhuma hipótese disponível dar conta dos fenómenos observados, a A. formula uma hipótese explicativa sempre cautelosa e fundamentada na análise dos textos do *corpus*, na análise de outros textos galego-portugueses, de textos de outras regiões da Península, dos testemunhos dos gramáticos e das variedades linguísticas modernas.

Para além dos contributos já referidos, este trabalho tem o mérito de não esgotar o *corpus* que edita. O material agora fornecido poderá ser retomado em futuros trabalhos no âmbito da ortografia (detectar o sistema ortográfico de cada «scriptorium» ou as variações ortográficas de um mesmo notário), no âmbito da descrição morfo-sintáctica, no âmbito do léxico (glossários parciais ou dicionários históricos do Galego-português, do Português, do Galego). Pode ainda servir de modelo para outros trabalhos com metodologia afim que tenham por objecto documentos notariais particulares de outras regiões, o que poderia levar ao estudo do sistema ortográfico da Chancelaria Real ou de «scriptoria» do centro e sul de Portugal e finalmente a uma história da ortografia do Galego, do Português e das suas variedades.

Sem dúvida esta *História do Galego-Português* constituirá uma base segura de referência para a futura investigação neste domínio. De todos os aspectos positivos já apontados resulta que o trabalho da A., para além de representar uma reconstrução do estado linguístico do Noroeste peninsular no período medieval, constitui também, em certa medida, uma autêntica restituição do Galego-Português aos estudos de história da língua.

Clara Araújo Barros

SUMMARIES

JOAQUIM FONSECA, *Coerência do Texto, Coherence of the Text.*

The A. characterizes the notion of coherence as a property of all verbal products which involve the combination of elements (from the syntagma to the text) and stresses that such a property reveals the cognitive, exterior dimensions which are not, however, foreign to the functioning of natural languages. The A. underlines the *non-idiomatic* importance of coherence: this is particularly visible on the level of the text where it attains a notable importance.

SIMÃO CARDOSO, *O Genitivo em Português, The Genitive in Portuguese.*

The A. attempts to survey the syntactic uses of the preposition *de* in current Portuguese, thereby establishing the respective semantic field. He begins by analysing the prepositional system of Portuguese and its evolution from Latin: the A. asserts that one can justifiably speak of the «genitive case»; he then distinguishes between *de* as a causal indication (of the genitive) and *de* as a preposition with many uses, some of which have the value of the genitive, while many others have the value of the ablative.

CLARA BARROS, *Porém: um Caso de Deriva Conclusivo-contrastiva, Porém — However —, a Case of a Conclusive-contrastive Drift.*

This article attempts to explain the possible lines of continuity and/or cleavage in the evolution of the particle *porém* (however). The A. endeavours to show that the appearance of a negation converts a conclusive into a negative adversative; thus the existence of a close relationship between contrastives and conditionals / causals / conclusives may be revealed.

SÉRGIO MATOS, *«Agora»: Da «Deixis» Temporal à Argumentação, «Agora» — Now —: From Temporal «Deixis» to Argumentation.*

«Agora» (now), other than being merely a temporal deictic (which is generally the only dimension considered in its analysis), also possesses various non-temporal values, among which the argumentative can be stressed. The A. attempts a unified description of these two types of usage: he observes that, despite their differences, they function in the same way as ordering marks on temporal, argumentative or other scales, while of necessity referring to (temporal / discursive / contextual) actuality.

SUMMARIES

ANTÓNIO FRANCO, *Partículas Modais da Língua Portuguesa. Relances Contrastivos com as Partículas Alemãs, Modal Particles in Portuguese, Contrastive Insights into German Particles.*

Although the category or sub-category modal particles (MPs) is — as such — unknown to Portuguese grammarians and lexicographers, the Portuguese spoken and written language does, in fact, use these lexical units. They present some syntactic features identical to those of German MPs, but their distribution in the sentence, compared with the latter, involves essential differences in their semantics and pragmatics. This paper not only shows how particles such as *é que* and *sempre* are employed, and what functions they can assume in certain types of utterances, but also indicates their respective equivalents in German.

A. GIROLAMI-BOULINIER & GRAÇA PINTO, *Extension et Approfondissement des Bilans Européens du Langage.*

In this article the method of language evaluation developed by A. Girolami-Boulinier is used in six European countries for pupils of the fourth class at Primary School. Two stories were told from pictures which were then written by all the pupils: results demonstrate that the level of language is nearly the same in the six countries. It is therefore apparent that children who have reached a given level are easily able to learn in school if their parents have to work in a foreign country.

BELINDA MAIA, «Light» in J. R. R. Tolkien and in the Portuguese Translation — a Lexical Analysis.

The A. attempts to analyse why semantic fields in the subjective lexicon cause problems to translators. By examining J. R. R. Tolkien's use of verbs describing the effects of light and the way the translator rendered them into Portuguese, it is possible to demonstrate that the latter tends to use a more limited vocabulary when dealing with these areas: this is due to complex physical, social, psychological and stylistic factors.

MARIA JOÃO PIRES, *Os Caminhos da Percepção Poética: Para uma Leitura de John Clare, The Paths of Poetic Perception: a Reading of John Clare.*

The A. attempts to outline the political, cultural and economic context from which John Clare's poetry springs. She begins by establishing some of the romantic aesthetic elements and goes on to place Clare within the English poetic tradition. The A. then defines the different kinds of poetic perception and concludes with a brief commentary on the critical reception of the poet.

SUMMARIES

RUI CARVALHO HOMEM, «The Great Hunger»: **Anti-pastoralismo e Representações da Morte**, *The Great Hunger: Anti Pastorism and Representations of Death*.

The best known long poem by the Irish poet Patrick Kavanagh (1904-1967) presents a natural and human landscape of denial, misery and barrenness within a net of references which ranges from the Bible to Irish history and the Irish countryside, the inversion of pastoral convention supports a violently disillusioned portrayal of rural existence and the peasant characteristic of part of Kavanagh's work and some post-Revival Irish poetry.

GRAÇA PINTO, **Considerações Gerais sobre a Linguagem e a Avaliação da Linguagem**, *General Considerations about Language and Language Evaluation*.

The A. considers the evaluation of language skills and approaches to language assessment, with reference to those variables which are concerned with the collection of data. After having considered longitudinal and transversal perspectives, as well as nomothetic and idiographic approaches, the A. goes on to discuss methodologies concerned with language assessment. The A. concludes that a combination of methodologies is desirable.

JOHN GREENFIELD, **Vivien and Gui in the «Chanson de Guillaume» (G₂)**.

After having discussed the composite nature of the *Chanson de Guillaume*, the A. examines critically some recent research on that poem, concluding that the scene which features Vivien in G₂ is, in all probability, an interpolation in that work.

CLARA BARROS, **A Propósito de Morfemas Contrastivos em Português: um «mas» de Exceção / Provocação**, *On the Contrastive Particles in Portuguese: a mas (but) of Exception / Provocation*.

The A. attempts to demonstrate that the conjunction *mas* (but) brings about a logical conjunction and also adds a number of pieces of information either from an already existing expectation of a given regularity, or from something which, being the exception to a rule, requires the revision of that rule. In certain constructions with *mas* the exception and the rule itself are transmitted; this represents an even greater addition of information.

ROZA HUYLEBROUCK, **O Neerlandês nas Instituições da Comunidade Europeia**, *Dutch in the Institutions of the European Community*.

W. Duthoy believes that Dutch is not endangered in the European Court and Parliament, although this is not the case in the Council and Commission. Recently the position of Dutch in the EEC was the subject of debate in a Congress in Bruxelles.

INDICE GERAL

Artigos

JOAQUIM FONSECA — <i>Coerência do Texto</i>	7
SIMÃO CARDOSO — <i>O Genitivo em Português (Contributos para uma Sintaxe e Semântica da Preposição de)</i>	19
CLARA ARAÚJO BARROS — <i>Porém: Um Caso de Deriva Conclusiva-Contrastiva</i>	101
SÉRGIO P. F. MATOS — <i>Agora: Da 'Deixis' Temporal à Argumentação</i>	119
ANTÓNIO FRANCO — <i>Partículas Modais da Língua Portuguesa (Relances Contrastivos com as Partículas Alemãs)</i>	137
ANDRÉ GIROLAMI-BOULINIER e MARIA GRAÇA PINTO — <i>Extension et approfondissement des Bilans Européens de Langage</i>	157
BELINDA MAIA — <i>«Light» in J. R. R. Tolkien and in the Portuguese Translation (A Lexical Analysis)</i>	173
MARIA JOÃO PIRES — <i>Os Caminhos da Percepção Poética: Para uma Leitura de John Clare</i>	203
RUI CARVALHO HOMEM — <i>«The Great Hunger»: Anti-Pastoralismo e Representações da Morte</i>	237

Notas de Investigação

MARIA DA GRAÇA LISBOA CASTRO PINTO — <i>Considerações Gerais sobre Abordagem e a Avaliação da Linguagem</i>	259
JOHN T. GREENFIELD — <i>Vivien and Gui in the «Chanson de Guillaume» (G₂)</i>	277
CLARA ARAÚJO DE BARROS — <i>A Propósito de Morfemas Contrastivos em Português (Um «mas» de excepção/provocação)</i>	269
ROZA HUYLEBROUCK — <i>O Neerlandês nas Instituições da Comunidade Europeia</i>	285
Recensões	297
Summaries	307